

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

EVERTON FARIA MEIRA

**CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE
MILITANTES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO**

Vitória/ES

2020

EVERTON FARIA MEIRA

**CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE
MILITANTES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Administração

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Prezotti Palassi

Vitória/ES

2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

M499c Meira, Everton Faria, 1976-
Configurações subjetivas da participação política de militantes do movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo / Everton Faria Meira. - 2020.
235 f. : il.

Orientadora: Márcia Prezotti Palassi.
Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Estudos tecnológicos e organizacionais. 2. Participação política. 3. Subjetividade. 4. Movimentos sociais. 5. González Rey, Fernando Luis. I. Palassi, Márcia Prezotti. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 65



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MILITANTES
DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO
SANTO**

EVERTON FARIA MEIRA

Tese apresentada ao Curso de Doutorado
em Administração da Universidade
Federal do Espírito Santo como requisito
parcial para obtenção do Grau de Doutor
em Administração.

Aprovado em: 04/08/2020

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Márcia Prezotti Palassi
Orientadora

Profa. Dra. Ana Paula Paes de Paula
Membro interno

Prof. Dr. Rogério Zanon da Silveira
Membro externo

Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita
Membro externo

Prof. Dr. Paulo Edgar da Rocha Resende
Membro externo

Everton Meira Faria
Doutorando

Aos meus pais, cuja
simplicidade me inspira

AGRADECIMENTOS

Neste momento, agradeço primeiro aos meus pais e ao meu irmão, pelos valores que me foram repassados, pelos investimentos, dedicação e carinho.

Agradeço à minha orientadora, sempre atenciosa e profundamente dedicada a qualificar bons pesquisadores. Mais que uma orientadora, uma amiga, com quem tive os embates que influenciaram profundamente no que me tornei: uma pessoa menos sectária, e mais sensível a opiniões diferentes.

Obrigado ao Marcelo Santos e ao César Colnago, grandes amigos, por sua didática de ensino das pequenas e das grandes coisas, pela paciência e generosidade nestes anos de caminhada até chegar aqui. Aos amigos Alexandre Damázio, Juliana, e tantos outros presentes nesta jornada, os meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo – FAPES (Processo 69922241/2015) pela bolsa de estudo de doutorado no meu primeiro de ano no curso.

E por fim, agradeço aos sujeitos desta pesquisa, cujos nomes precisam ser mantidos em sigilo, por permitirem que eu me aproximasse de aspectos profundamente pessoais de suas trajetórias.

“A imaginação é um aspecto integral e necessário do pensamento realista.”
Vigotski

RESUMO

A subjetividade de militantes do movimento estudantil – ME – pode estimular sua participação política e a reprodução de vícios da lógica política partidária brasileira – distinção entre representantes e representados, excessiva autonomia dos representantes; pode também subverter essa lógica ou ainda desestimular sua participação política. O problema de pesquisa foi estabelecido na seguinte questão: quais são as configurações subjetivas da participação política de militantes do ME na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES? Diante desse problema, esta tese tem por objetivo analisar as configurações subjetivas da participação política de militantes do ME nas organizações estudantis da UFES. O referencial teórico é a Teoria da Subjetividade de González Rey (2003; 2003b; 2005) e de González Rey e Mitjans Martínez (2017), e o conceito de participação política proposto por Sabucedo (1996). O método escolhido é o estudo de caso no ME na UFES, em Vitória/ES, entre 2016 e 2019, fundamentado na Epistemologia Qualitativa (GONZÁLEZ REY, 2003; 2003b; 2005) e na Metodologia Qualitativa (GONZÁLEZ REY, 2005). As informações foram produzidas a partir de uma conversação individual, quatro conversações grupais, um questionário com perguntas abertas e fechadas e o completamento de frases (GONZÁLEZ REY, 2005), com seis militantes do movimento estudantil, todos do sexo masculino. As interações dos sujeitos com militantes do sexo feminino, que desistiram da pesquisa em seus diversos momentos, também foram utilizadas para o levantamento de hipóteses, assim como a produção acadêmica citada anteriormente. Os resultados revelam seis configurações subjetivas que receberam denominações simbólicas: o Gestor do Centro Acadêmico, o Advogado do Diabo, o Líder Franciscano, o Ocupante dos Espaços, o Averso à Incerteza e o Pai Militante. Conclui-se que os sentidos subjetivos configurados na trajetória de cada sujeito, nas relações familiares, pessoais e de suas áreas de estudo, estimulavam o envolvimento inicial, o protagonismo em seus espaços de militância e a (re)construção simbólica da realidade. Já os sentidos compartilhados na subjetividade social dos meios em que circulavam – das identidades, das linguagens e das ideologias – estimulavam a diferenciação e a fragmentação do ME, serviam como obstáculos para o envolvimento de novos militantes e legitimavam grupos de poder.

Palavras-chave: Configurações subjetivas; Participação política; Subjetividade; Movimento estudantil; Estudos organizacionais.

ABSTRACT

The subjectivity of militants of the student movement - SM - can stimulate their political participation and the reproduction of vices of the Brazilian party political logic - distinction between representatives and those represented, excessive autonomy of the representatives; it can also subvert this logic; or even discourage their political participation. The research problem was established in the following question: what are the subjective configurations of the political participation of ME activists at the Universidade Federal do Espírito Santo - UFES? Faced with this problem, this thesis aims to analyze the subjective configurations of the political participation of SM activists in UFES student organizations. The theoretical framework is the Theory of Subjectivity of González Rey (2003; 2003b; 2005) and González Rey and Mitjans Martínez (2017), and the concept of political participation proposed by Sabucedo (1996). The method chosen is the case study at the UFES SM, in Vitória/ES, between 2016 and 2019, based on Qualitative Epistemology (GONZÁLEZ REY, 2003; 2003b; 2005) and Qualitative Methodology (GONZÁLEZ REY, 2005). The information was produced from an individual conversation, four group conversations, a questionnaire with open and closed questions and the completion of sentences (GONZÁLEZ REY, 2005), with six activists from the student movement, all male. The interactions of the subjects with female militants, who gave up the research in their different moments, were also used to raise hypotheses, as well as the academic production mentioned above. The results reveal six subjective configurations: the Academic Center Manager, the Devil's Lawyer, the Franciscan Leader, the Occupier of Spaces, the Averse to Uncertainty and the Militant Father. It is concluded that the subjective meanings configured in the trajectory of each subject, in family, personal relationships and areas of study, stimulated the initial involvement, the protagonism in their militancy spaces and the symbolic (re)construction of reality. The meanings shared in the social subjectivity of the media in which they circulated - of identities, languages and ideologies - stimulated the differentiation and fragmentation of the SM, served as obstacles to the involvement of new militants and legitimized groups of power.

Keywords: Subjective configurations; Political participation; Subjectivity; Student movement; Organizational studies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Etapas da análise dos dados p. 84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Repertório das ações produzidas pelo movimento estudantil mundial encontradas na literatura	p. 47
Quadro 2 – Repertório das lutas produzidas pelo movimento estudantil mundial encontradas na literatura	p. 51
Quadro 3 – Encontros realizados	p. 81
Quadro 4 – Coletivos estudantis, com atuação na UFES, encontrados no <i>Facebook</i>	p. 94

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – DADOS DA PESQUISA – REGIÃO SUDESTE	p. 88
TABELA 2 – ETNIA DOS ESTUDANTES – REGIÃO SUDESTE	p. 88
TABELA 3 – ANTECEDENTES ESCOLARES – REGIÃO SUDESTE	p. 89
TABELA 4 – SITUAÇÃO ECONÔMICA – REGIÃO SUDESTE	p. 89

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CA	Centro Acadêmico
CEB	Conselho de Entidades de Base
CLASSE	<i>Coalition large de l'ASSÉ</i>
CONEB	Conselho Nacional de Entidades de Base
CONEG	Conselho Nacional de Entidades Gerais
DA	Diretório Acadêmico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
ETA	<i>Euskadi Ta Askatasuna</i>
FECh	<i>Federación de Estudiantes de Chile</i>
MBL	Movimento Brasil Livre
ME	Movimento estudantil
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PMDB	Partido da Mobilização Democrática Brasileira
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	9
LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE QUADROS.....	11
LISTA DE TABELAS.....	12
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	13
PRÓLOGO.....	17
1 INTRODUÇÃO.....	20
2 A TEORIA DA SUBJETIVIDADE EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL.....	27
3 O CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL DO MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	42
3.1 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	43
3.2 O MOVIMENTO ESTUDANTIL MUNDIAL NO SÉCULO XXI.....	45
3.3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO NO SÉCULO XXI.....	57
3.4 A TEORIA DA SUBJETIVIDADE E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	60
3.4.1 Participação e subjetivação política.....	62
3.4.2 A importância das ideologias na literatura sobre o ME.....	63
3.4.3 Participação política e subjetividade.....	65
4 EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA QUALITATIVA DE PESQUISA.....	68
4.1 A EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA.....	68
4.2 A METODOLOGIA QUALITATIVA E A CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	73
4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA.....	78
5 AS CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MILITANTES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	87
5.1 CONTEXTO INSTITUCIONAL E SOCIAL DA PESQUISA.....	87

5.2 ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFES	90
5.3 ALEXANDRE DA ADMINISTRAÇÃO, O GESTOR DO CENTRO ACADÊMICO: “EU VOU PROVAR NA PRÁTICA QUE EU SOU BOM”	95
5.3.1 Política Estudantil: “se você não for de partido político, esquece”	99
5.3.2 Administração: “é um público que não sabe nem o que que é”	105
5.3.3 Configurações subjetivas da participação política de Alexandre.....	107
5.4 BRUNO DO DIREITO, O ADVOGADO DO DIABO: “EU PREFIRO DEFENDER O INDEFENSÁVEL”	109
5.4.1 Política geral e estudantil: “A reação é muito mais fácil do que a ação”	116
5.4.2 Militância: “as pessoas não são alienadas”	120
5.4.3 Configurações subjetivas da participação política de Bruno	123
5.5 GUILHERME DA MEDICINA, O LÍDER FRANCISCANO: “AJUDAR OS OUTROS”	125
5.5.1 Aprendizagem: “coisas diferentes que a gente convivia”	128
5.5.2 Medicina: “negócio meio místico”	130
5.5.3 A chegada: “foi um pouco de desilusão”	133
5.5.4 A militância: “a gente é muito distante daqui”	137
5.5.5 Configurações subjetivas da participação política de Guilherme	141
5.6 DANTE DA ARQUITETURA, O OCUPANTE DOS ESPAÇOS: “URBANISMO É OCUPAR”	142
5.6.1 Festas: “era ali que surgiam essas coisas por acaso”	146
5.6.2 Política estudantil: “eu achava um saco”	148
5.6.3 Configurações subjetivas da participação política de Dante	152
5.7 DANILO DA ENGENHARIA, O AVESSO À INCERTEZA: “TENHO MEDO: DO INCOMPLETO”	155
5.7.1 Trajetória acadêmica: “estado de piloto automático”	158
5.7.2 Política estudantil: “falta expor um pouco o meu senso crítico”	161
5.7.3 Configurações subjetivas da participação política de Danilo	167
5.8 ANDERSON DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, O PAI MILITANTE: “ISSO ME AFASTA DO MEU FILHO”	169
5.8.1 Relações familiares: “fui pai aos dezenove anos”	171
5.8.2 Relações pessoais: “confiam em você”	175

5.8.3 Vida partidária: “o PSOL marca a minha vida”	178
5.8.4 Nova militância: “eu tenho muito a aprender”	182
5.8.5 Configurações subjetivas da participação política de Anderson	186
6 DISCUTINDO AS CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS: DIMENSÕES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS	189
6.1 A CONFIGURAÇÃO DE SENTIDOS DA SUBJETIVIDADE SOCIAL NOS SUJEITOS	194
6.2 A CONFIGURAÇÃO DE SENTIDOS DA TRAJETÓRIA DOS SUJEITOS	201
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
8 REFERÊNCIAS	209
APÊNDICE A	221
APÊNDICE B	223
APÊNDICE C	224
APÊNDICE D	226
APÊNDICE E	232
APÊNDICE F	235

PRÓLOGO

Pretendo aqui refletir sobre a minha trajetória e sobre o significado de me tornar doutor. Meu interesse em estudar a subjetividade surgiu em 2010, quando fui convidado, pela Prof.^a Dr.^a Marcia Prezotti Palassi, a assistir palestra do Prof. Dr. Fernando González Rey nas dependências da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Eu vi naquela palestra uma oportunidade de propor um projeto de dissertação que aderisse, e prontamente aceitei o convite para participar do evento. Na época, eu já nutria profundo interesse em ingressar no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração, já que sou filho de professora, e sempre tive interesse em lecionar. Eu era assessor legislativo do Deputado Federal César Colnago (PSDB), e pensava que, no mínimo, com o título de mestre, eu poderia ocupar cargos de maior importância – não imaginava que o mestrado mudaria a minha vida.

Passei, então, a ler alguns livros escritos por González Rey (2003; 2003b; 2005), elaborei um projeto e fui aprovado no mestrado. A ideia da subjetividade na definição ontológica do sujeito, os trabalhos que apresentavam a realidade como construção social, a importância das diversas perspectivas na análise de um objeto, a distância existente entre observador e coisa observada, tudo era muito novo e minha curiosidade era crescente. Minha dissertação, que teve o título “as configurações subjetivas da participação política de dirigentes do PSDB/ES”, foi orientada pela Prof.^a Dr.^a Marcia Prezotti Palassi, e teve o Prof. Dr. Fernando González Rey como coorientador.

Concluí o mestrado em 2013, fui professor em uma instituição particular de ensino superior entre 2014 e 2015, professor substituto da UFES, no Departamento de Administração em 2015, e no Departamento de Engenharia de Produção em 2019 (até este momento), publiquei dois artigos com professores em revista B2, e um outro sozinho em revista B3. O retorno à graduação, na condição de professor, aguçou minha curiosidade sobre a subjetividade adjacente à participação política de militantes do movimento estudantil – ME, e resolvi concorrer ao doutorado.

Não escolhi o contexto do ME por acaso, já que a minha trajetória pessoal é marcada pela participação política em suas entidades de representação. Essa participação

começou em 1989, quando fui eleito delegado do Polivalente de Maruípe – na cidade de Vitória, Brasil – para o Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – cidade de Santo André, Brasil – quando eu fazia 8ª série do ensino primário. No ensino médio, participei do Grêmio Rui Barbosa da Escola Técnica Federal do Espírito Santo – cidade de Vitória, Brasil – no ano dos protestos pelo *Impeachment* do então presidente Collor. No ensino superior, fui diretor do Diretório Central dos Estudantes da UFES, da Federação Nacional dos Estudantes de Administração e da União Nacional dos Estudantes – UNE até 2003.

Fui militante do Partido Comunista do Brasil – PC do B – entre 1992 e 1995, quando me desfiliei para ingressar no recém-criado Partido Popular Socialista – PPS, em um movimento que envolveu militantes de outros 12 estados. Nessa trajetória, morei em São Paulo por 13 meses e viajei por pelo menos 16 estados brasileiros. Ao final da gestão da qual fiz parte na UNE, me dediquei à conclusão do meu curso de graduação em Administração na UFES, e passei a assessorar o então vereador César Colnago – PPS, que mais tarde migrou para o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Não segui o parlamentar neste movimento – continuo filiado ao PPS até agora – agosto de 2020 –, mas segui assessorando o parlamentar em seus dois mandatos de Deputado Estadual, em sua gestão à frente da Secretaria de Estado da Agricultura, e em seu mandato de Deputado Federal, me desligando de sua assessoria em 2015, quando assumi a função de professor substituto na UFES.

Este trabalho é, então, um retorno à minha história pessoal, às minhas representações sobre o ME, e uma ponte para meu futuro, cujas incertezas produzem uma inquietante contradição: por um lado, me sinto preparado para o futuro, mas, por outro lado, tenho receio deste futuro. É que o título “doutor em administração” me autoriza a pesquisar, em profundidade, e escrever sobre questões pouco exploradas na literatura, em um processo de construção caracterizado por incertezas, expondo contradições e fragilidades na minha relação com a dinâmica de transformação do conhecimento científico na teoria das organizações e instituições.

Assim, a escolha do tema subjetividade da participação política de estudantes, cuja complexidade não pode ser alcançada pela mente humana, representa um contraponto às perspectivas acríicas da natureza do homem nos estudos

organizacionais, que produziram conceitos como *homo economicus*, *homo complexus*, ou que buscaram conciliar interesses individuais e organizacionais. Ao me contrapor a essas perspectivas, acabo assumindo o desafio extra de buscar a aceitação de uma visão ontológica de sujeito e sociedade que é diferente da objetividade hegemônica na Administração.

Percebo que o que dá sentido às organizações ou instituições é a dimensão subjetiva do sujeito que problematiza, encontra novos caminhos para a ação, produz uma identidade e possui singularidades que erroneamente são combatidas pelo controle e autoritarismo organizacionais. Por outro lado, este controle está intimamente relacionado à resistência dos sujeitos a quem as organizações buscam controlar, o que me leva a significar a Administração como uma síntese, dinâmica e processual, que é resultado da contradição entre subjetividades individuais e sociais – controle e resistência, por exemplo – e que se configuram nos indivíduos e organizações ao longo da história. No futuro caberá a mim, como “doutor em administração”, analisar essas contradições da vida humana nas organizações e produzir conhecimentos que tragam benefícios a toda sociedade. É isto que eu quero!

1 INTRODUÇÃO

Em maio de 2018, 50 anos após a Primavera de Praga provocar uma convulsão social no mundo (GÓMEZ, 2015), a discussão pública no Chile foi dominada por questões feministas que ganharam os meios de comunicação. Tratou-se de uma resposta às mobilizações de coletivos, alguns deles ligados ao movimento estudantil – ME, que se apropriaram das discussões cotidianas diante da violência sexista nas universidades. O sucesso dessas mobilizações evidenciou a necessidade de mudar as representações culturais no País (AQUINO, 2018). Nos mesmos dias em que a opinião pública chilena era mobilizada, um coletivo de estudantes nicaraguenses protestava contra a comissão parlamentar, constituída para investigar a morte de manifestantes no País nos meses anteriores (COMISSÃO..., 2018). No Brasil, um coletivo de estudantes da Universidade Federal do Pará produziu um curta-metragem, cujo objetivo era dar visibilidade aos problemas enfrentados por transexuais, travestis e *drags* (RODRIGO, 2018).

Essas manifestações, protagonizadas predominantemente por estudantes de ensino superior, deram visibilidade à dinâmica das transformações do ME no Brasil e no mundo, em especial sua adesão aos coletivos estudantis, a incorporação de intervenções artísticas em suas ações políticas e o uso de novas tecnologias (NEIRA, 2016; NEIRA; ULLOA, 2017). Esses estudantes demonstraram criatividade para desafiar as normas e instituições sob as quais suas experiências foram construídas, articulando novas subjetividades e representações na dimensão processual de sua ação.

No campo da Administração, há uma infinidade de concepções de usos do termo subjetividade que dificulta o trabalho dos pesquisadores (SILVEIRA, 2017). Mas, na perspectiva adotada nesta tese, “[...] a subjetividade desdobra-se e desenvolve-se no interior do universo de realidades e de processos objetivos que caracterizam a organização social” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 22). Assim, as transformações no ME em todo o mundo estão associadas às rupturas, resultantes da produção de novas subjetividades sociais e individuais, que podem promover “[...] uma mudança no íntimo das pessoas, em sua orientação relativamente à realidade e nos critérios de percepção e definição de suas necessidades e desejos” (RAMOS, 1989, p. 42).

Diversos trabalhos discutem os processos subjetivos associados ao envolvimento dos estudantes com o ME (CASTRO, 2008; AROCH-FUGELLIE, 2013; PALMA; JAEGER, 2013; MESQUITA; OLIVEIRA, 2013; AGUIRRE; AGUSTÍN, 2015; SPIEGEL, 2015; SILVA; CASTRO, 2015; FIGUEROA-GRENETT, 2018). No entanto, eles se limitam a discutir apenas o que é produzido no nível das relações sociais. Nenhum deles enfatiza a intencionalidade dos sujeitos, as emoções configuradas em suas trajetórias, e as formas de sentidos – compartilhados na subjetividade social – que transparecem quando se configuram no nível singular.

Para investigar a natureza dialética da dimensão subjetiva que acompanha a participação política – contrapondo seus níveis social e singular –, lacuna que esta tese pretende preencher, adota-se a perspectiva da Teoria da Subjetividade (GONZÁLEZ REY, 2003; 2003b; 2005). Nessa abordagem, as configurações subjetivas são formações psicológicas complexas, que caracterizam formas estáveis de organização dos processos simbólicos e emocionais. Pretende-se, com isso, criar novas zonas de inteligibilidade sobre as paixões, interesses e motivações dos estudantes que se envolvem voluntariamente com o ME.

É razoável conceber que o estudo da subjetividade seja melhor conduzido por psicólogos, já que o campo da Administração é dominado por uma perspectiva objetiva, “[...] e muito convencimento haverá de ser feito em busca de aceitação de uma perspectiva ontológica que vai de encontro ao paradigma hegemônico da objetividade nos estudos organizacionais” (SILVEIRA, 2017, p. 14). Mas, ao contrário do que preconiza a perspectiva objetiva, o êxito econômico e o controle institucional não são suficientes para explicar a ação do homem nas organizações estudantis.

De acordo com Ramos (1984), as ideias de *homo economicus* e de *homo complexus* fundamentam-se em suposições acríticas e redutoras a respeito da natureza humana. Consequentemente, modelos tradicionais de gestão caracterizam-se por seus métodos autoritários e pelo ajustamento dos indivíduos ao interesse das organizações, sem acrescentar uma reflexão aprofundada do homem à teoria organizacional (PAES; DELLAGNELO, 2015). Para Santos, Santos e Braga (2015), a

razão converteu-se em um cálculo utilitário para prever o comportamento humano, ignorando suas paixões, interesses e motivações.

Beer (1997), por exemplo, considera que a Gestão de Recursos Humanos deve voltar-se ao comprometimento das pessoas pela mediação de relações e emoções. Esse modelo de gestão equipara-se ao que Adorno e Horkheimer (1947, p. 20) chamam de “mediação da sociedade total”, onde as pessoas convertem-se em “[...] meros seres genéricos, iguais uns aos outros pelo isolamento na coletividade governada pela força”.

Todavia, na perspectiva adotada nesta tese, o sujeito é questionador e criativo e, com isso, admite-se “[...] a organização não apenas como um campo de controle, mas também como um lugar de produção de subjetividade” (PAES DE PAULA; PALASSI, 2007, p. 224). Ao analisar a participação na administração pública, Silveira, Palassi e Silva (2013, p. 55) argumentam que a participação pode ser associada à ideia de sujeito, situado numa região da prática social e “[...] revestido de características como autonomia, reflexão, emoção, criação, comunicação e ação”.

Assim, no intuito de promover uma reflexão aprofundada sobre a ação humana nas organizações estudantis, a participação política no ME é entendida aqui como uma ação social, legal ou não, que se configura subjetivamente no âmbito das suas estruturas, e que produz efeitos, planejados ou não, em diversos aspectos das dimensões individual e social da vida dos estudantes. A categoria configuração subjetiva foi desenvolvida por González Rey articulando, dentre outros, os conceitos de sentido (VIGOTSKI, [s.d.]; 1971; 2004), de imaginário (CASTORIADIS, 1982) e de complexidade (MORIN, 2006), sendo ela legítima para produzir inteligibilidade sobre problemas de pesquisa relacionados à atividade humana em qualquer ciência antropossocial (GONZÁLEZ REY, 2005).

Neste ponto, convém ressaltar que o problema de pesquisa representa a primeira aproximação sobre o que se deseja estudar. Na Metodologia Qualitativa (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 91), ele deve ser apresentado na forma de uma “problematização aberta” que pode ser desdobrada em alternativas diferentes. Assim, sugere-se a seguinte problematização: Quais são as configurações subjetivas da participação

política de militantes do ME na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES? A participação política de um militante do ME é uma ação que representa sentidos subjetivos, que se configuram nos sujeitos e nas organizações de forma dinâmica e processual, modificando ambos ao longo da história. Nesse processo são produzidos novos significados para a participação política, e para a própria política, podendo redefinir a relação entre o militante do ME e a organização estudantil.

No entanto, no contexto da democracia representativa brasileira, essas configurações podem estimular a reprodução no ME do *status quo* da política geral do País: a excessiva autonomia dos representantes – que passam a ignorar sua base na tomada de decisões –, a diferenciação entre representantes e representados, e a legitimação das iniciativas pelos votos obtidos. Podem ainda, produzir sentidos que subvertem esse *status quo*: decisões tomadas coletivamente, ausência de um líder formal, e a legitimação das iniciativas pelo processo de tomada de decisão. Por outro lado, as configurações subjetivas da participação política no ME podem desestimular o protagonismo dos estudantes, diante da predominância de significados negativos da política compartilhados na subjetividade social.

Para responder a essa problematização, o objetivo geral desta tese é analisar as configurações subjetivas da participação política de militantes do ME nas organizações estudantis da UFES. Este objetivo geral depende do alcance dos seguintes objetivos específicos:

- Descrever as trajetórias pessoais de militantes do ME na UFES;
- Identificar as implicações do contexto histórico e cultural na produção das configurações subjetivas da participação política de militantes do ME na UFES;
- Analisar os processos emocionais relacionados à participação política de militantes do ME na UFES; e
- Analisar as consequências da participação política de militantes do ME na UFES.

Para justificar a escolha do ME como contexto desta pesquisa, faz-se necessário abandonar a impessoalidade que predomina nesta tese. Tal opção está associada ao interesse pessoal que amadureceu ao longo da minha trajetória em organizações

estudantis, desde o Grêmio Rui Barbosa – na antiga Escola Técnica Federal do Espírito Santo – em 1992, até a diretoria da União Nacional dos Estudantes – UNE – em 2001. Minha vivência com lideranças estudantis da UFES, intensificada com as primeiras ideias para esta tese em 2015, estimulou a produção de representações sobre a participação e a própria política. Eu assumo que uma maior e mais qualificada participação política dos estudantes seria benéfica para ambos: para o estudante – ao contribuir para sua formação – e para o ME – oxigenado por novas ideias.

Ao reconhecer esses possíveis benefícios, e as múltiplas determinantes do envolvimento voluntário com as organizações estudantis, esta tese contribui para o campo dos estudos críticos em Administração, contrapondo-se à construção discursiva do êxito econômico, com seus contornos definidos a priori, que “[...] serve a interesses diversos na luta para impor uma visão de mundo nos diversos campos do saber, inclusive, no da administração” (PAES; DELLAGNELO, 2015, p. 543). Esta tese contribui também para a literatura sobre o ME ao discutir complexos processos subjetivos associados à participação política de seus militantes, produzindo inteligibilidade sobre variáveis que a influenciam, cuja complexidade transcende as possibilidades do saber humano (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

Ela contribui para a Metodologia Qualitativa ao estimular, na definição dos participantes e nas conversações grupais, o conflito entre sujeitos que possuem distintos posicionamentos, revelando contradições através desse critério qualitativo. Ela também cria novas zonas de inteligibilidade sobre a complexidade da participação política em organizações estudantis, transcendendo as explicações racionais na análise de aspectos históricos e culturais do envolvimento voluntário de militantes em suas fileiras. Por fim, contribui com a Teoria da Subjetividade ao propor uma definição de participação política a ela associada.

Para desenvolver esta pesquisa, adota-se a Epistemologia Qualitativa (GONZÁLEZ REY, 2003, 2003b; 2005), adequada pelo autor para o estudo da subjetividade. Segundo Silveira (2017, p. 9), “[...] essa perspectiva epistemológica tem sido utilizada em pesquisa na área de administração, sobre temas como voluntariado, participação no trabalho, participação pública, gestão urbana, política, ação partidária”. Os

procedimentos adotados são os da Metodologia Qualitativa (GONZÁLEZ REY, 2005), que é inseparável das perspectivas teórica e epistemológica desta tese.

Ao todo, seis sujeitos participaram desta pesquisa: Alexandre, Bruno, Guilherme, Dante, Danilo e Anderson – nomes fictícios. Vale ressaltar que todas as mulheres que aceitaram participar da pesquisa a abandonaram. Ao longo da pesquisa, foram feitas anotações em um diário de campo, e cada sujeito participou de uma conversa individual, assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – APÊNDICE A –, respondeu um questionário com questões abertas e fechadas para caracterizá-lo – APÊNDICE C –, e ao instrumento escrito complemento de frases – APÊNDICE E. Todos, exceto Anderson, participaram de quatro conversações grupais. Dado o abandono da pesquisa por sujeitos que participavam do segundo grupo, as duas últimas conversações com Anderson foram individuais, o que não prejudicou o seu andamento.

A significação da configuração subjetiva da participação política, de cada sujeito, consiste em um modelo teórico (GONZÁLEZ REY, 2005). Vale ressaltar que o valor teórico, nessa perspectiva, se refere aos processos de construção intelectual do pesquisador sobre o caso singular que acompanham a pesquisa. Nesta tese, foram construídos seis modelos teóricos, um para cada sujeito, que receberam denominações simbólicas: o Gestor do CA, o Advogado do Diabo, o Líder Franciscano, o Ocupante dos Espaços, o Averso à Incerteza e o Pai Militante.

A partir deles, conclui-se que os sentidos subjetivos configurados na trajetória de cada sujeito, nas relações familiares, pessoais e de suas áreas de estudo, estimulavam o envolvimento inicial, o protagonismo em seus espaços de militância e a (re)construção simbólica da realidade. Já os sentidos compartilhados na subjetividade social dos meios em que circulavam – das identidades, das linguagens e das ideologias – estimulavam a diferenciação e a fragmentação do ME, serviam como obstáculos para o envolvimento de novos militantes e legitimavam grupos de poder.

O desenvolvimento desta tese é, então, composto por oito capítulos. O capítulo 1 é esta Introdução, onde é feita a contextualização do tema, é identificada a lacuna que se pretende preencher, são apresentados o problema, o objetivo e a justificativa. O

capítulo 2 é dedicado a relatar a revisão da literatura nacional e internacional sobre a Teoria da Subjetividade de González Rey (2003; 2003b; 2005) que fundamenta este trabalho. Nela, a subjetividade é definida como um sistema complexo e plurideterminado, e pode ser expressada nos sentidos subjetivos – unidades simbólico-emocionais constituídas em contextos específicos – que se integram em sistemas complexos: as configurações subjetivas.

O capítulo 3 é dedicado a relatar a investigação do contexto geral em que a pesquisa foi realizada: a história do ME, o ME mundial e brasileiro no século XXI. Também se dedica a estabelecer uma relação entre a perspectiva teórico-metodológica adotada neste trabalho e a participação política de militantes do ME. O capítulo 4 é dedicado a apresentar a Epistemologia Qualitativa e a Metodologia Qualitativa (GONZÁLEZ REY, 2003; 2003b; 2005), bem como os procedimentos adotados no desenvolvimento desta pesquisa.

No capítulo 5, discute-se a UFES e o perfil socioeconômico dos estudantes das universidades federais na Região Sudeste brasileira, a história e a estrutura de organizações estudantis da UFES, suas ações e resultados são discutidos, e são analisadas as configurações subjetivas da participação política dos sujeitos de pesquisa: Alexandre, Bruno, Guilherme, Dante, Danilo e Anderson. No capítulo 6, essas configurações são resgatadas, e comparadas com a literatura discutida nos capítulos 2 e 3. No capítulo 7, são feitas as considerações finais desta tese, resgatando o caminho percorrido em seu desenvolvimento, a conclusão e a tese defendida, suas contribuições, as limitações da pesquisa e sugestões de estudos futuros.

2 A TEORIA DA SUBJETIVIDADE EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Ao analisar o sistema concentrador da extinta União Soviética, Morin (2006) argumenta que os *Gulags* – campos de trabalho forçado – são considerados o núcleo central do socialismo naquele País, e tratados como um dos aspectos negativos do sistema ao evidenciar sua essência totalitária. Por outro lado, seu aspecto temporário se justifica pelo cerco do capitalismo ao País, e pelas dificuldades iniciais da construção do socialismo. A análise de Morin (2006) evidencia que, conforme o leitor se identifica e hierarquiza seu pensamento, a visão da União Soviética muda completamente.

Muito desse leitor está presente nas possíveis interpretações sobre a realidade histórica do País: a história individual, seus prejulgamentos, paixões e interesses imbricam-se na constituição de uma interpretação. Fica evidente a dificuldade em conceber a complexidade do problema, já que a identificação do leitor reconhece o socialismo soviético e o sistema concentrador como estranhos um ao outro, dada a natureza e as consequências dos paradigmas que desfiguram as realidades possíveis. O paradigma que marca o pensamento ocidental é o simplificador, formulado por Descartes, que separa o sujeito pensante da coisa entendida, contribuindo para a criação de fronteiras entre os campos do conhecimento científico.

De acordo com Morin (2006), esse paradigma simplificador não consegue conceber a conjunção do uno e do múltiplo. Ou ele cria categorias gerais de pensamentos, de comportamentos ou de quaisquer outros objetos de pesquisa, sem reconhecer sua diversidade, ou impõe uma diversidade ignorando a existência de qualquer unidade entre esses objetos. Os objetos de estudo são então isolados do ambiente em que foram identificados, sem que o elo inseparável entre observador e coisa observada seja reconhecido.

É possível reconhecer algum elo entre observador e coisa observada? Segundo González Rey e Mitjans Martínez (2017, p. 38-39), “a criatividade vem à tona quando o pesquisador se torna sujeito do processo de pesquisa, dentro do qual se apaixona, o que é condição essencial para a produção de ideias”. González Rey (2003; 2003b;

2005) dedicou uma parte de sua produção a buscar esse elo, por considerar a subjetividade uma produção imbricada na constituição social do sujeito, e ainda, por considerar a constituição subjetiva do pesquisador, daquele que observa, também imbricada em sua constituição social. Em relação a essa questão, o autor afirma que “[...] a ação construtiva dos sujeitos que formam essa realidade é inseparável de sua própria definição ontológica, o que impede de nos colocar diante da realidade social como objeto na relação de externalidade que dominou as epistemologias positivistas e racionalistas” (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 159).

González Rey (2003; 2003b; 2005) reconhece esse elo, entre observador e coisa observada, ao defender, na definição ontológica do pesquisador, uma subjetividade sobre a qual desenvolve sua teoria. Silveira (2017) identificou o uso do termo subjetividade, a partir do senso comum, em trabalhos acadêmicos nos estudos organizacionais: minimização da subjetividade de avaliadores, redução da tendenciosidade e subjetividade nas organizações, desenvolvimento de indicadores que afastem a subjetividade do processo decisório. Silveira (2017, p. 13) observou que, apesar desses trabalhos conterem algum aprofundamento teórico para o uso do termo, não empregam a subjetividade com facilidade na análise das informações levantadas: “parecem colocar a subjetividade na ‘garupa da moto’ e ‘arrancar a moto’ rumo à pesquisa de campo, deixando cair a carona subjetividade”.

Assim, o objetivo deste capítulo é revisar a literatura sobre a Teoria da Subjetividade proposta por González Rey (2003; 2003b; 2005), cujos fundamentos nos trabalhos de Vigotski ([s.d.]; 1971; 2004) e de Morin (2006) também são discutidos. Pesquisou-se a literatura internacional sobre a obra de González Rey, produzida entre 2012 e março de 2018, encontrada nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science*, ao utilizar as palavras-chave “González Rey”. Essas bases possuem abrangência e importância que permitem inferências consistentes sobre o assunto pesquisado (PINHEIRO; BARTH; SCHMIDT; SCHREIBER, 2015), além de serem multidisciplinares (PINTO; FAUSTO, 2012).

Pesquisou-se também a literatura nacional, produzida nesse mesmo período, no Portal de Periódicos Capes, e as teses defendidas e disponíveis na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, utilizando-se a palavra-chave “González Rey”. A escolha

dessas bases de dados deve-se ao seu alto grau de aceitação (OLIVEIRA; RODRIGUES; BLATTMANN; PINTO, 2015). Ao todo foram selecionados 6 artigos internacionais, 12 artigos nacionais e 26 teses, e os trabalhos que ofereciam alguma contribuição a esta pesquisa foram citados.

A literatura revisada neste capítulo pode contribuir para a superação da visão “simplificadora e maniqueísta” (MORIN, 2006, p. 13) da política que utiliza as pulsões cegas, já que a estratégia política se fundamenta no conhecimento complexo construído sob o acaso de interações plurideterminadas. Através da revisão dos conceitos que dão visibilidade à organização da subjetividade, este capítulo pode ainda contribuir para os estudos organizacionais com uma visão de sujeito que, apesar de ser constituído na interação com os outros, produz sentidos que transcendem as normas das organizações em que transita.

González Rey e Mitjáns Martínez (2017, p. 62), afirmam que “[...] os conceitos desenvolvidos por nós para gerar a visibilidade dos processos e formas de organização da subjetividade são: sentidos subjetivos, configurações subjetivas, sujeito, subjetividade social e subjetividade individual”. A partir do objetivo proposto, este capítulo discute tais conceitos. Em relação às configurações subjetivas:

Temos chamado de configurações subjetivas as formações psicológicas complexas caracterizadoras das formas estáveis de organização individual dos sentidos subjetivos, estes também podem aparecer como o momento processual de uma atividade, sem que se organizem nesse momento como configuração subjetiva (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 21).

Scoz e Rodrigues (2015, p. 80) definem a configuração subjetiva como “[...] a capacidade de unir diversos sentidos de forma flexível e processual”, e em uma mesma configuração podem aparecer diferentes elementos de sentido que os sujeitos produzem em distintos tempos e espaços. As configurações subjetivas são, assim, “[...] entidades isoladas que integram sentidos subjetivos diferenciados; as próprias configurações subjetivas se organizam como sistemas complexos, como uma rede na qual uma pode passar a ser um sentido subjetivo da outra” (GONZÁLEZ REY, 2007, p. 138). Nelas, as ações do homem deixam de ser consideradas fechadas em si, e se desenvolvem pelas condições únicas em que são concebidas (COSTA; GOULART,

2015), e estão ligadas à inter-relação da subjetividade individual com a subjetividade social nos diferentes contextos em que se organizam.

As configurações subjetivas são formas complexas de organização dos sentidos subjetivos produzidos nos processos de subjetivação individual e social, tendo caráter organizador e, ao mesmo tempo, gerador dos sentidos subjetivos, que são produções dos sujeitos resultantes dos desdobramentos simbólico-emocionais produzidos em nível individual, mas também pelas unidades sociais que atuam nos espaços da subjetividade social (ROSSATO; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2013, p. 290).

Nessa linha, Ferreira e Nogueira (2013) destacam a ideia de que os processos de subjetivação ocorrem dentro das configurações subjetivas. Para eles, os indivíduos refletem sobre as imposições do meio, criando novas formas de se encaixar mediadas pela subjetividade individual. Ao afirmar a processualidade das configurações subjetivas, os autores admitem seus estados dinâmicos, expressos de diferentes formas, na subjetividade em que o histórico e o atual se configuram. Assim, Campolina e Mitjás Martínez (2016) definem a configuração subjetiva como resultado do processo de integração dos conjuntos emocionais complexos que se relacionam com a vida social e cultural, e que pode constituir uma nova condição sistêmica de organização social dentro da qual as práticas humanas são organizadas.

Essa condição sistêmica, a subjetividade social das organizações estudantis, é a forma como os sentidos e configurações subjetivas de diferentes espaços sociais são integrados no espaço de trabalho do militante do ME. Com isso, os componentes hegemônicos da subjetividade social “[...] não podem ser vistos separadamente, pois um alimenta o outro, além de formarem configurações complexas de difícil interpretação” (SILVEIRA; PALASSI; SILVA, 2013, p. 68). A integração dos sentidos, e das configurações subjetivas dos diferentes espaços, se dá no interior de redes relacionais atravessadas pela subjetividade de uma sociedade.

Assim, González Rey e Mitjás Martínez (2017, p. 45) argumentam que o estudo de um espaço social – neste caso, as organizações estudantis da UFES como espaço de construção do ME – envolve a definição das configurações subjetivas sociais que atravessam suas relações internas, já que “[...] toda ação individual está inserida numa sequência de comportamentos e processos articulados em configurações da subjetividade social que transcendem os processos individuais dentro dos quais elas

se gestaram”. Os autores assumem que as configurações subjetivas de um espaço social específico expressam as produções sociais gerais da sociedade, e essa expressão está além de um espaço social concreto.

Nessa linha, Silveira (2017, p. 10) argumenta que “[...] o espaço social organizacional, pensado como um microespaço social, constitui-se num dos mais importantes de vivência humana e de produção de subjetividade”. No entanto, essas configurações subjetivas não são produzidas como reflexo ou epifenômeno das produções sociais gerais. Elas expressam processos singulares, em nível individual ou social, onde as produções sociais aparecem configuradas nos sentidos subjetivos dos sujeitos em contextos específicos de sua experiência.

As configurações subjetivas são um momento de auto-organização que emerge no fluxo caótico de sentidos subjetivos e que define o curso de uma experiência de vida, especificando estados subjetivos dominantes da questão estudada. Essas configurações não são a soma de sentidos subjetivos, aparecem como uma formação subjetiva geradora de sentidos que têm uma convergência entre si e que representam um dos elementos essenciais dos estados afetivos hegemônicos da pessoa no curso da experiência (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 52-53).

Ao destacar o atributo gerador das configurações subjetivas, González Rey e Mitjans Martínez (2017) assumem que os sentidos subjetivos se configuram em grupos convergentes, que são expressos em estados subjetivos que possuem uma certa estabilidade no desenvolvimento da atividade do sujeito. Sentidos subjetivos que expressam a história do sujeito, o contexto em que ele está inserido e sua perspectiva de futuro organizam-se como unidade em suas configurações subjetivas em constante movimento. Assim, o sujeito ativo na tomada de decisões ao longo de sua experiência produz novos sentidos subjetivos, que são capazes de mudar as configurações subjetivas que foram hegemônicas em suas decisões até então.

Essa tensão, entre configurações subjetivas hegemônicas e a produção de novos sentidos subjetivos que podem transformá-las, ou ainda entre configurações em conflito, sintetiza o jogo contraditório da produção subjetiva individual e social que aparece em seu caráter singular em cada um desses níveis. É a partir dessa contradição que se dá a gênese de uma nova configuração subjetiva. Segundo González Rey e Mitjans Martínez (2017), entender a gênese e o funcionamento das

configurações subjetivas contribui para ampliar a compreensão do desenvolvimento da subjetividade, que é entendida como um sistema complexo e plurideterminado, influenciado pelas pessoas inseridas em complexas redes relacionais que caracterizam o desenvolvimento da sociedade (GONZÁLEZ REY, 2003; 2003b; 2005).

A subjetividade é, então, um sistema configuracional, organizado por configurações subjetivas em diferentes momentos e contextos, inseparável da cultura na qual emerge, impossível de ser reduzida à linguagem, texto ou discurso, atravessando essas esferas em um processo no qual as produções simbólicas se configuram nos indivíduos e na sociedade (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017). Assim,

[...] o projeto da subjetividade abre-se infinitamente aos microcosmos da imaginação, fantasia e criação humanas, os quais, carregados de emoção, não pretendem elucidar os caminhos da subjetividade, mas acompanhá-los em seus desdobramentos não preditivos, que avançam em constantes tensões com a razão, mas que sempre escapam ao seu controle e intencionalidade (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 24).

Essa visão apoia-se no conceito de sentido subjetivo, definido como a forma essencial dos processos de subjetivação, e que expressa a realidade em complexas unidades simbólico-emocionais constituídas em contextos sociais específicos. Essas unidades são separadas de toda forma de apreensão racional de uma realidade externa, já que as criações humanas são produções de sentido e expressam, de forma singular, os complexos processos da realidade nos quais o homem está envolvido, mas sem constituir um reflexo deles (GONZÁLEZ REY, 2003).

Todo o comportamento humano configura-se, assim, por sentidos subjetivos que permitem enxergar processos históricos e atuais do sujeito, bem como de suas perspectivas para o futuro. Esses sentidos articulam os múltiplos processos do pensamento, da emoção, da imaginação e da ação nos estados dominantes que caracterizam sua experiência (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017). Cabe aqui uma das primeiras definições de sentido:

O sentido de uma palavra é a soma de todos os acontecimentos psicológicos que essa palavra desperta na nossa consciência. É um todo complexo, fluido, dinâmico que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado não é mais do que uma das zonas do sentido, a zona mais estável e precisa. Uma palavra extrai o seu sentido do contexto em que surge; quando o contexto

muda o seu sentido muda também. O significado mantém-se estável através de todas as mudanças de sentido (VIGOTSKI, [s.d.], p. 144).

Esse conceito de sentido representou um avanço na compreensão da consciência ao abri-la ao plano da linguagem sem, no entanto, reduzi-la à própria linguagem. O conceito integra os diversos fatores psicológicos que a palavra evoca, elevando a noção de sentido a uma categoria mental presente na ação das pessoas. Vigotski ([s.d.], p. 56) aponta que “o significado de uma determinada palavra é abordado através de outra palavra”, que está inserida em uma família de palavras registradas na memória das pessoas. Segundo Almeida e Mitjás Martínez (2014), o conceito de Vigotski ([s.d.]) singulariza a palavra, e integra seu significado à experiência psíquica dos sujeitos, fazendo com que palavras com o mesmo significado possam assumir diferentes sentidos para outros sujeitos.

Justamente por serem criações humanas, os complexos processos de produção de significados integram os inúmeros aspectos do mundo em que se vive, e aparecem em cada sujeito ou espaço social concreto de forma única, organizados em seu caráter subjetivo pela história de seus protagonistas. É neste ponto que o conceito de sujeito se torna relevante para o campo dos estudos organizacionais. Para González Rey e Mitjás Martínez (2017, p. 73), o conceito de sujeito “[...] é um tema central para a teoria das organizações e das instituições que, definidas por uma subjetividade social, são conservadoras com todas as formas de criação que ameacem o status quo dominante”.

Paes de Paula e Palassi (2007) defendem que é através de uma relação reflexiva, com o mundo e com seu trabalho, que o sujeito poderá se livrar das armadilhas criadas pela sofisticação dos mecanismos de controle das organizações. Esse sujeito deve ser definido como um indivíduo consciente, intencional, atual e interativo, mas constituído por emoções e por uma processualidade subjetiva frequentemente inconsciente:

Na ação do sujeito se expressa de forma constante a processualidade da subjetividade individual, elemento essencial para compreendê-la como sistema em constante desenvolvimento, com uma organização que não atua como determinante externo da experiência nem das ações do sujeito que a expressa, senão como momento essencial na produção dos sentidos e

significados que acompanham a ação do sujeito com frequência de forma inconsciente. (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 235-236)

Admite-se aqui que o sujeito não pode ser reduzido à linguagem, já que a produção de sentidos, que acompanha sua ação e pensamento, produz maneiras diferenciadas de expressão e novos significados. No entanto, a expressão intencional dos indivíduos é sempre atravessada por sentidos de diferentes procedências, que traduzem emoções complexas nos diferentes espaços em que transita. Esses espaços parecem impor limites que a condição de sujeito, produtor de novas subjetividades, faz-se necessária para romper. Neles, o sujeito vai rompendo tais limites ao produzir novas opções na sua relação com os meios em que transita, e essa relação é contraditória por natureza:

A relação entre o sujeito e o social é contraditória por natureza e nessa contradição encontra-se a possibilidade de desenvolvimento de ambos espaços: o social e o individual. A ênfase unilateral em um desses polos é o que tem caracterizado a história dos modelos políticos e econômicos da sociedade ocidental: o individualismo competitivo liberal e neoliberal e o autoritarismo sociologizante dos modelos chamados socialistas. A criatividade, os espaços de transformação e desenvolvimento somente aparecem da contradição entre o social e o individual, do individual visto não como sujeito “sujeitado”, mas sim como um sujeito que de forma permanente se debate entre as formas de “sujeitamento” social e suas opções individuais. (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 225)

Através desse conceito de sujeitamento social, é possível compreender a participação política como sendo socialmente produzida, justamente por se manifestar em um contexto de subjetividade social. Segundo Silveira, Palassi e Silva (2013, p. 52) “[...] na ideia de sujeito em González Rey (2003) está implícita a de participação”. A participação política repercute na subjetividade dos espaços em que é construída, e na subjetividade individual comprometida com essa participação, integrando o sujeito e o espaço social em uma complexa inter-relação processual. Esse sujeito representa, assim, um ser singular e social, onde um está simultaneamente implicado na subjetividade em que a ação do outro é construída, sem que haja um determinismo ou uma relação de causalidade.

González Rey (2003, p. 224) argumenta que “o social atua como elemento produtor de sentido partindo do lugar do sujeito em seu sistema de relações e da história desse próprio sujeito”. Reconhecer esse sistema de relações e a história do sujeito é

condição para superar uma visão a-histórica da subjetividade que nega sua qualidade essencial: sua capacidade generativa de novos sentidos subjetivos frente a situações ainda não vividas. Segundo González Rey e Mitjans Martínez (2017, p. 33), os sujeitos são “[...] portadores de uma capacidade geradora que integra emoção, imaginação, fantasia e operações intelectuais, que, em sua unidade, são um importante recurso de tensão, ruptura e resistência diante dos sistemas sociais normativos”.

É essa capacidade de produzir novas formas de viver as experiências que caracteriza o desenvolvimento infinito da cultura humana (GONZÁLEZ REY, 2003). Portanto, a participação política dos sujeitos ativos e comprometidos com uma causa gera sentidos e significados que podem romper com o *status quo* dominante em seus espaços de militância. Por outro lado, a ênfase na institucionalidade que envolve esse *status quo*, onde o interesse coletivo se sobrepõe ao interesse individual, pode provocar a domesticação e a supressão do pensamento do sujeito que participa. Uma das funções essenciais do sujeito é a produção de novas formas de viver suas experiências, a construção incessante de realidades permeadas por sua subjetividade, que expressam a experiência adquirida ao longo de sua história e que se configuram em sua personalidade (GONZÁLEZ REY, 2003).

Apesar da participação política do sujeito ser suscetível à sua intencionalidade e reflexão, o sentido que ele atribui aos espaços que participa, ou à própria política, pode não ser definido a partir de sua reflexão ou intenção. Essas produções dão origem a sentidos e significados organizados em um sistema complexo que transcende suas intenções originais (BRAVO, 2015). Esse sistema, ao adquirir valor heurístico, produz conhecimento (GONZÁLEZ REY, 2005) sobre sua participação política, já que a complexidade é uma representação teórica que pode se converter em uma alternativa real às representações dominantes nas ciências antropossociais, bem como em outras ciências:

É evidente que os fenômenos antropossociais não poderiam responder a princípios de inteligibilidade menos complexos do que estes requeridos desde então para os fenômenos naturais. Precisamos enfrentar a complexidade antropossocial, e não dissolvê-la ou ocultá-la. (MORIN, 2006, p. 14)

Nesta tese, propõe-se enfrentar a complexidade antropossocial nos espaços sociais heterogêneos em que os estudantes constroem sua participação política, ao aprofundar o conhecimento sobre o caráter subjetivo dessa participação. Segundo González Rey (2003, p. 43-44), “qualquer experiência social [cabe aqui a experiência participativa] se inscreve em sistemas de necessidades atuais que tem um caráter histórico, e que representam complexas sínteses da história social do sujeito”. Por isto, Silva e Cappelle (2013) defendem a proposta de González Rey como uma possibilidade de se compreender a atuação do indivíduo em vários âmbitos da pesquisa em Administração.

Apesar de não discutirem a intencionalidade e a criatividade das pessoas que constituem as organizações, Santos, Santos e Braga (2015, p. 465) defendem que “[...] o estudo científico do fato e do sistema administrativo é necessariamente pluridimensional, uma vez que o fenômeno administrativo decorre das relações históricas e sociais”. Assim, ainda segundo os autores, o fato administrativo traz em si fatos políticos, jurídicos, econômicos e tecnológicos sujeitos às dimensões do tempo, do espaço e da cultura. Para González Rey (2003), as relações das instituições capitalistas com os processos subjetivos da sociedade são complexas e envolvem, dentre outros elementos, relações de poder, formas de organização, diferenças sociais, processos de marginalização, códigos jurídicos e critérios de propriedade.

Neste sentido, a relação dos sujeitos individuais com a trama que define sua realidade social não é um processo fechado, “[...], mas um processo com múltiplas entradas desde o econômico, o político, o cultural, o ecológico, o histórico etc” (GONZÁLEZ REY, 2003b, p. 64, tradução nossa). Com isso, a busca da satisfação humana, ou mesmo da inserção institucional dos indivíduos, não se dá apenas pelo cálculo utilitário do êxito econômico, mas também por sua relação complexa com sentimentos, paixões e interesses. Essa visão de complexidade é concretizada, no campo da psicologia, pelo estudo da subjetividade, na medida em que considera ligações e articulações do que é tecido em conjunto (SCOZ, 2011). Assim, realidade e subjetividade constituem-se de forma integrada, em um processo caracterizado por complexas contradições:

Os momentos de ruptura e crise do desenvolvimento humano não se definem dentro do movimento de suas necessidades internas, tomadas por separado, mas são o resultado de complexas contradições nas quais “interno” e “externo” se integram em múltiplas formas. A realidade entra na configuração dos processos subjetivos, não como uma entidade externa que influi sobre eles a partir de fora, mas como um sistema que é subjetivado de forma permanente pela ação do sujeito nele (GONZÁLEZ REY, 2003b, p. 39, tradução nossa).

A partir dessa visão de complexidade, é possível superar as dicotomias, como interno e o externo (GONZÁLEZ REY, 2003b), por exemplo, contribuindo para compreender as questões organizacionais cada vez mais complexas, com uma pesquisa que reconhece a multidimensionalidade do pensamento e das relações humanas (SILVA; CAPPELLE, 2013). A dicotomia entre interno e externo não tem razão para existir nos sistemas complexos antropossociais já que, ao serem configurados pelos sujeitos, expressam ambas as condições de forma simultânea ou alternativa. Neste sentido, Vigotski ([s.d.]; 1971; 2004) define o sujeito a partir de sua ação social, e enfatiza que o social não é externo ao indivíduo.

No entanto, ao afirmar que a linguagem é interiorizada (VIGOTSKI, [s.d.]), ele acaba mantendo essa dualidade por estabelecer que o interno e o externo são fenômenos diferentes que se relacionam. Neste ponto, Castanho e Scoz (2013) destacam uma diferença na relação entre sentido e palavra nas concepções de Vigotski ([s.d.]) e González Rey (2003). Para González Rey (2003) não há uma relação imediata entre sentido e palavra. Conseqüentemente, interno e externo não são idênticos, mas se integram como momentos qualitativos da vida social, de forma recursiva, sem que um anule o outro.

Paes de Paula e Palassi (2007) ilustram essa diferença ao afirmar que a palavra pode ser encontrada no dicionário com significado estável e preciso, enquanto o sentido de uma palavra pode variar de acordo com o contexto em que aparece. Scoz e Rodrigues (2015, p. 81) reforçam essa concepção ao afirmar que “[...] o sujeito é afetado pelo meio histórico-social no qual atua; e entre o individual e o social, o sujeito se faz, produz sentidos e significa seu viver”. Assim, González Rey (2005) considera a subjetividade um sistema complexo, que expressa a diversidade dos aspectos objetivos da vida social através dos sentidos subjetivos, apresentando um contraponto à perspectiva de Burrell (1999).

Ao estudar as diferentes visões da ciência social, Burrell (1999) apresenta a subjetividade – caracterizada pelo nominalismo, anti-positivismo, voluntarismo e pelo método ideográfico – como oposta ao objetivismo – caracterizado pelo realismo, positivismo, determinismo e pelo método nomotético. No entanto, essa perspectiva não converge com a que é adotada nesta tese. Entende-se aqui que razão e subjetividade não são termos contraditórios, já que “a razão está a serviço da subjetividade” (GONZÁLEZ REY; TORRES, 2017, p. 125, tradução nossa). A subjetividade é uma qualidade objetiva dos processos humanos, e uma qualidade subjetiva como qualquer forma de conhecimento, dentro da qual são organizadas as experiências.

A subjetividade é complexa, configurada individualmente e socialmente, além de ser constituída nos espaços sociais e simbólicos que a cultura produz, alimentando-se das emoções particulares configuradas na história de cada sujeito (FERREIRA; NOGUEIRA, 2013). Ela emerge quando “[...] a emoção passa a ser sensível aos registros simbólicos, permitindo ao homem uma produção sobre o mundo em que vive, e não simplesmente a adaptação a ele” (GONZÁLEZ REY; TORRES, 2017, p. 123, tradução nossa). Esse conceito de subjetividade envolve uma concepção de mente que é inseparável da cultura, dos contextos sociais e da história. Assim:

No movimento histórico, as inovações da modernidade e da ciência moderna no século 20 provocaram uma reflexão epistemológica que reconheceu a ciência como uma produção humana. Isso destacou, entre outros temas importantes, a subjetividade como tema das ciências sociais. (CAMPOLINA; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2016, p. 183, tradução nossa)

Segundo Matos e Hobold (2015, p. 305), “a constituição dos sentidos subjetivos é única, particular, individual, mas não é uma ação isolada do sujeito. É permeada por processos simbólicos, por emoções, pelos discursos sociais, pelos valores, pelas representações, pela cultura e pela história de cada indivíduo”. Nessa linha, Ferreira e Nogueira (2013) argumentam que o conceito de sentido subjetivo enfatiza a relação entre o simbólico e o emocional, indo além da relação entre o cognitivo e o afetivo, e que as emoções possuem uma autonomia que acompanha as mediações semióticas. Os sentidos subjetivos relacionam-se com a cultura, e se constituem no indivíduo pelas emoções configuradas em sua história, além de estarem “[...] na base da

subjetividade individual e social, representando unidade e confrontação entre elas e configurando-se subjetivamente” (FERREIRA; NOGUEIRA, 2013, p. 402).

González Rey e Torres (2017) afirmam que um dos primeiros autores a reconhecer que o mundo psicológico é tão real quanto o mundo em que desenvolvemos nossas ações foi Vigotski (1971), ao afirmar que os sentimentos fixam em uma ideia, e as emoções se expressam nas reações somáticas e em nossas fantasias de forma que uma pessoa obcecada está, na verdade, doente das emoções. O desenvolvimento das emoções resulta da convergência e da confrontação dos aspectos da subjetividade individual que expressam a história do sujeito, e das suas ações no cotidiano.

Assim, os processos da realidade são criados pelo homem, integram distintos aspectos do espaço de vida do sujeito, e aparecem nesses espaços ou no sujeito de forma singular e organizados pela sua história. Em sua definição, González Rey (2005) considera a naturalização dos espaços e dos fenômenos sociais como um dos processos mais interessantes de produção de sentidos subjetivos. Ele afirma que:

[...] os fenômenos da subjetividade social, ao se institucionalizarem, naturalizam-se, passando a ser realidades que se antecipam e que se impõem aos protagonistas das relações concretas que têm lugar em um espaço social. Assim, por exemplo, em qualquer instituição, as pessoas compartilham, no interior do espaço social instituído, uma série de códigos explícitos e implícitos em suas diversas práticas sociais, as quais se convertem em “realidades” socialmente aceitas que só serão transformadas pela ação crítica e diferenciada dos sujeitos concretos que vivem nessa realidade (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 26-27).

Por serem unidades que integram diferentes elementos que os definem, os sentidos subjetivos são capazes de se (re)configurar em complexos sistemas estáveis de organização individual, que aparecem como momento processual de uma atividade. Esses elementos podem, inclusive, ser contraditórios entre si, e se configuram em um ambiente cultural expresso em monumentos, modos de viver, linguagens e outras formas objetivadas (FERREIRA; NOGUEIRA, 2013). Para González Rey e Mitjans Martínez (2017), a subjetividade é condição para o desenvolvimento da cultura, dentro da qual tem a sua própria gênese, instituída socialmente e situada historicamente. Nessa linha, González Rey e Torres (2017) argumentam que a cultura é produzida e

recriada de forma subjetiva, configurando-se reciprocamente com a implicação das emoções.

Essa configuração se dá em diferentes dimensões temporais, criando novas culturas e subjetividades em um processo cada vez mais acelerado, já que o potencial criativo é definido pela subjetividade. Essa representação da subjetividade assume uma forma dinâmica, irregular e contraditória que compõe o sistema de integração do sujeito nos espaços em que transita (GONZÁLEZ REY, 2003b). Assim, os aspectos compartilhados nesses espaços se constituem em sentidos subjetivos capazes de mobilizar sua produção emocional e simbólica, além de se integrarem à complexidade psicológica constituinte das identidades que definem o sentido de pertencimento e de alteridade.

É a identidade que integra emocionalmente os sujeitos nos espaços sociais em que transitam, e a adaptação a novos espaços depende de seu desenvolvimento. A identidade, entendida nesses termos, não é uma formação intrapsíquica, mas um sentido de reconhecimento em certas condições específicas (BRAVO, 2015). González Rey (2005, p. 27) alerta que “é importante para a saúde humana a capacidade de produzir novos sentidos subjetivos nos novos contextos em que vivemos e que nos permitem estender nossa identidade”.

[...] a identidade deixa de ser um sistema de estruturas estáveis e ordenadas, independente dos espaços e tempos em que se manifesta a atividade do sujeito, para se constituir como expressões de sentido subjetivo que podem aparecer de formas diversas e em contextos diferentes, dependendo do jogo das produções simbólico-emocionais comprometidas na situação. A identidade é compreendida, assim, como um sistema de configurações e sentidos subjetivos, que, de forma fluida e dinâmica, constituem os processos identitários da pessoa (ALMEIDA; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2014, p. 732).

Nessa linha, Ferreira e Nogueira (2013) argumentam que um posicionamento ativo, frente às situações difíceis, permite a criação de conhecimentos para a sua superação, bem como o desenvolvimento de uma identidade. Assim, o desenvolvimento da identidade converte-se em condição para a produção do conhecimento (GONZÁLEZ REY, 2003b), sendo que o conhecimento é uma necessidade para o desenvolvimento do organismo na medida em que responde às

exigências de sua auto-organização. Assim, os processos de significação são de natureza cognitiva e afetiva.

A extensão da identidade dos sujeitos, definida por sua relação com o meio social, não é um processo fechado, mas é influenciado pela dimensão econômica, política, cultural, ecológica, histórica, dentre outras que participam do desenvolvimento dos sentidos subjetivos individuais e sociais. Essa articulação dos sentidos subjetivos individuais e sociais com as configurações subjetivas, na definição ontológica do sujeito que participa da política, será investigada, nesta tese, em um contexto histórico e cultural discutido a seguir.

3 O CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

O caráter vivo, contraditório e variável da dinâmica subjetiva dos indivíduos que participam do ME deve ser compreendido como um “[...] processo cultural, histórico e social” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 158). Assim, a participação política, no ME, configura-se subjetivamente nos diferentes contextos em que esses indivíduos circulam, e é produto de suas histórias singulares de vida e da própria dinâmica da construção do movimento. Para aprofundar o conhecimento sobre as configurações subjetivas da participação política no ME na UFES, faz-se pertinente entender em que contexto cultural, histórico e social encontra-se situado o ME. Assim, o objetivo deste capítulo é investigar este contexto, dentro do qual a participação política dos estudantes é construída.

Para alcançá-lo, foi realizado um mapeamento da literatura internacional recente, produzida entre 2012 e março de 2018, através de buscas nas bases de dados Scopus e *Web of Science* utilizando as palavras-chave “*student movement*” e “*political participation*” + “*student movement*”. Foram selecionados e revisados 179 artigos internacionais. A literatura nacional produzida nesse mesmo período foi mapeada do Portal de Periódicos Capes e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, utilizando as palavras-chave “movimento estudantil” e “participação política” + “movimento estudantil”. No mapeamento da literatura brasileira foram selecionados 18 artigos revisados por pares e seis teses de doutorado relacionadas à temática. Dos trabalhos selecionados, aqueles que ofereciam uma contribuição a esta tese foram citados.

A partir da literatura revisada, este capítulo problematiza: a relação entre as identidades estabelecidas no ME; o uso das novas tecnologias de comunicação para delinear as representações sobre o ME; as novas práticas estéticas nas mobilizações, organização e liderança; a definição de papéis e a emergência dos coletivos. Para relatar a literatura revisada, este capítulo apresenta fatos históricos do movimento no mundo e no Brasil. Em seguida, discute o ME mundial neste século XXI a partir de seu repertório de ações e de lutas, e de suas estruturas, e discute o ME brasileiro neste século XXI a partir de suas estruturas e conflitos. Por fim, estabelece uma relação entre a perspectiva teórico-metodológica adotada neste trabalho e a participação política de militantes do ME.

3.1 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Os primeiros registros de mobilização estudantil encontrados na literatura revisada datam de 1710, quando estudantes participaram da expulsão dos franceses do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2017). Em meados do século XVIII, estudantes colombianos do *Colegio del Rosario* satirizaram o governo com cartazes que foram afixados em locais públicos, em um episódio que ficou conhecido como “*El hecho de los pasquines*” (GÓMEZ-AGUDELO, 2018, p. 74). Outro registro data de 1879, quando as tarifas do transporte público do Rio de Janeiro – de tração animal na época – seriam reajustadas, e os estudantes se mobilizaram em um protesto contra o aumento, no episódio que ficou conhecido como Revolta do Vintém (MENDES JÚNIOR, 1982).

A literatura revisada registra, predominantemente, os fatos históricos do ME a partir do começo do século XX, quando suas primeiras organizações tradicionais foram criadas na América Latina, mas os episódios narrados acima evidenciam que suas mobilizações são bem mais antigas. Em 1901, houve uma das primeiras tentativas de se criar uma entidade representativa dos estudantes no Brasil: a Federação dos Estudantes Brasileiros, que teve curta existência (BITTAR; BITTAR, 2014). Em 1906, foi fundada a *Federación de Estudiantes de Chile* – FECh –, por iniciativa de estudantes liberais radicais da universidade pública chilena (VALLE, 2012), que contribuiu para a reversão da apatia política de gerações posteriores (BELLEI; CABALIN, 2013; FERNÁNDEZ, 2015).

Em 1918, estudantes argentinos se mobilizaram contra a reforma universitária de Córdoba e, a partir dessa mobilização, foi criada a *Federación Universitaria de Buenos Aires* (CALIFA, 2014). Em 1937, estudantes brasileiros criaram a UNE, responsável pelas campanhas contra o nazismo nos anos 1940, pela luta a favor do monopólio estatal do petróleo no País nos anos 1950 (CRUZ, 2012) e pela luta contra o golpe civil-militar instituído em 1964, que levou a entidade à clandestinidade no ano seguinte (BRAGGIO; FIUZA, 2012; 2013; FISCHER; CERUTTI, 2012; QUADROS, 2012; CRUZ, 2012; PELLICCIOTTA, 2012; SILVA, 2012; PITTS, 2014; SANTANA, 2014; SILVA, 2015; BRAGHINI; CAMESKI, 2015; FILHO, 2016).

Mas foi em 1968 que o mundo sofreu uma convulsão que contou com a participação dos estudantes, cujas razões foram o “[...] ambiente rebelde, jovem e catalisador de mudança social e cultural no mundo, a revolução das telecomunicações e a maior troca de sinais, bens e pessoas” (GÓMEZ, 2015, p. 252, tradução nossa). Essa convulsão começou em 5 de janeiro de 1968 na cidade de Praga – Tchecoslováquia, hoje República Tcheca – e, a partir de então, foram realizados diversos protestos contra o autoritarismo e por mais liberdades democráticas, que contaram com a participação dos estudantes.

Esses protestos, que ficaram conhecidos como Primavera de Praga, influenciaram a luta dos estudantes por mais liberdade na França (GÓMEZ, 2015), na Alemanha Ocidental (PETERSON, 2012), no Reino Unido (RODRIGUEZ-AMAT; JEFFER, 2017), na Iugoslávia (REINPRECHT, 2017), na Espanha (CARRILLO-LINARES; CARDINA, 2012), na Colômbia (GÓMEZ-AGUDELO, 2018), no México (GÓMEZ, 2015), na Argentina (MANGIANTINI, 2015) e no Brasil (QUADROS, 2012).

No caso brasileiro, o ano de 1968 foi marcado pela morte do estudante Edson Luís de Lima Souto pela polícia, em um protesto no Restaurante Calabouço no Rio de Janeiro, e pela realização do 30º Congresso da UNE na cidade de Ibiúna, no estado de São Paulo, onde todos os participantes foram presos (ALMADA, 2016). No início dos anos 1970, protestos contra o franquismo na Espanha fragmentavam o ME (CARRILLO-LINARES; CARDINA, 2012), e a cidade de Belgrado – na Iugoslávia, hoje Sérvia – realizava a sua Primavera Croata (REINPRECHT, 2017). Nessa época, os estudantes brasileiros organizavam-se em várias correntes de esquerda, como partidos políticos e grupos de resistência (MENDES JÚNIOR, 1982; CANCIAN, 2014), já que a UNE ainda estava na clandestinidade.

No final dos anos 1970, enquanto estudantes alemães associavam-se ao grupo terrorista de extrema-esquerda *Baader-Meinhof-Gruppe* (PETERSON, 2012), e estudantes espanhóis, ligados ao Coletivo *Hoz y Martillo*, associavam-se ao *Euskadi Ta Askatasuna* – ETA (CARRILLO-LINARES; CARDINA, 2012), os estudantes brasileiros lutavam para reconstruir sua entidade representativa nacional. Em 1979, com o enfraquecimento do regime militar brasileiro e a promulgação da Lei da Anistia,

a dinâmica do ME no estado de São Paulo levou à reconstrução da UNE antes que as entidades estaduais fossem criadas nos demais estados (CANCIAN, 2014).

A partir dessa reconstrução, a década de 1980 foi marcada pela retomada da democracia, com a eleição direta dos governadores nos estados em 1982, pela campanha por eleições diretas para presidente, com a participação da UNE, e pela reconstrução das organizações estudantis nas universidades (BITTAR; BITTAR, 2014).

A década de 1990, foi marcada pela mobilização para depor Fernando Collor de Mello/Partido da Reconstrução Nacional – PRN –, primeiro presidente eleito pelo voto direto após o regime civil-militar, sobre quem pesava denúncias de corrupção. No final da década, quando os estudantes eslovenos derrubavam o governo de Meciar (ROBERTS, 2015), os estudantes brasileiros se posicionavam contra a mercantilização da educação, preconizada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso/Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB (BITTAR; BITTAR, 2014).

A década de 2000 foi marcada pelo apoio da UNE ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva/Partido dos Trabalhadores – PT. Em 2006, quando estudantes húngaros derrubavam o governo de Gyurcsány, a UNE retomava o terreno onde funcionava sua sede no Aterro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro. O processo de retomada do terreno teve início durante a gestão da qual fiz parte, entre os anos 2001 e 2003.

Na década de 2010, a UNE apoiou a eleição e reeleição da presidente Dilma Rousseff/PT, e lutou contra o golpe que levou à sua deposição (FERES JÚNIOR; SASSARA, 2016). Vale citar que, naquela década, a entidade organizou quatro bienais de cultura, e lutou para que 10% do PIB brasileiro fossem investidos na educação. Assim, para alcançar o objetivo proposto para este capítulo, os principais fatos históricos que marcaram o ME no mundo e no Brasil foram discutidos, e essa trajetória resultou no movimento que é construído mundialmente neste século XXI, e que é discutido a seguir.

3.2 O MOVIMENTO ESTUDANTIL MUNDIAL NO SÉCULO XXI

Neste século XXI, jovens oriundos das classes menos abastadas, e filhos de trabalhadores (SARTORI; LIZAMA; GUARDA, 2015), encontraram lugar em um ensino superior massificado (GUZMÁN-CONCHA, 2012; FLEET; GUZMÁN-CONCHA, 2017) e com condições insatisfatórias de acesso (BELLEI; CABALIN; ORELLANA, 2014). Para Rheingans e Hollands (2013) esses jovens são individualistas, já que suas identidades coletivas estão em declínio e, para Fernández (2015), suas demandas focam no próprio bem-estar.

Por outro lado, Gómez (2015) os reconhece como protagonistas das transformações sociais. Considerando essas opiniões contraditórias, Pusey e Sealey-Huggins (2013) estabelecem uma diferença entre um ME que defende questões imediatas e outro que defende questões estruturais associadas às condições gerais de ensino. O valor desse movimento está nas mudanças que realiza na vida das pessoas (ULE; ŽIVODER, 2012), já que o ME é um espaço de formação cidadã (FERNÁNDEZ, 2015) e expressão do crescente mal-estar contra o neoliberalismo (BELLEI; CABALIN; ORELLANA, 2014; AGUIRRE; AGUSTIN, 2015).

Dentre as diferentes concepções de ME, a mais citada por outros trabalhos revisados é a de Bellei, Cabalin e Orellana (2014), onde os autores identificam dois tipos de ação em seu interior: a tradicional, ligada a partidos políticos, e outra emergente, com práticas horizontais e um discurso crítico em relação aos partidos políticos. Essa distinção envolve ações específicas, que foram encontradas na literatura e listadas no Quadro 1, e ela não é estanque, já que nas mobilizações chilenas de 2011 as ações tradicionais e as emergentes se misturaram:

As tensões existentes fizeram o movimento, embora nunca se afastasse efetivamente dos partidos políticos (em alguns dos quais seus próprios líderes militaram), assumir a estratégia de propor à cidadania outras novas formas de política, tentando fazer com que o movimento fosse entendido como movimento transversal, social e cidadão, e não como partidário. Várias foram as ações destinadas a alcançar esse objetivo, entre elas a negação de que partidos e seus representantes atuaram como mediadores no conflito, os esforços para instalar o movimento como movimento social e não político, a recusa de realizar assembleias na sede dos partidos, a condenação do aproveitamento por alguns políticos em relação a algumas ações e reações geradas durante o conflito e os permanentes chamados a ouvir as bases (BARRIGA; LABRAÑA; VERDEJO, 2017, p. 151, tradução nossa)

Dentre as ações específicas do ME, destaca-se a adoção de novas tecnologias de comunicação. A partir do movimento de 2006, no Chile, o ME passou a utilizá-las para gerar conteúdo contra-informativo (PEÑA; RODRIGUEZ; SÁEZ, 2016) e para desenvolver práticas eficientes de organização em todo o mundo (WILLIAMS, 2015). No entanto, para Aroch-Fugellie (2013) o que está sendo dito pelo ME, nas redes sociais, é algo velho a partir de um lugar novo e, para Robinson (2013) e Cabalin (2014), não há nenhum determinismo tecnológico em seu sucesso.

Nessa linha, Roberts (2015) argumenta que apenas um quarto da população dos países envolvidos na Primavera Árabe tinha acesso à Internet em 2011, e apenas 6% possuía perfil no *Facebook*. Apesar desses autores minimizarem a importância da Internet, o espaço virtual passou a ser utilizado para compartilhar informações, coordenar e disseminar atividades do ME (BELLEI; CABALIN; ORELLANA, 2014), convertendo-se em uma ferramenta que pode transformar suas práticas (NEIRA, 2016).

Quadro 1 – Repertório das ações produzidas pelo movimento estudantil mundial encontradas na literatura

Repertório de ações	Literatura
Ocupações	Bellei, Cablin e Orellana (2014); Pousadela (2013); Cabalin (2014); Pusey e Sealey-Huggins (2013); Spiegel (2015); Stromquist e Sanyal (2013); Gómez (2015)
Uso intensivo das redes sociais	Pousadela (2013); Robinson (2013); Bellei, Cablin e Orellana (2014); Cabalin (2014); Bacallao-Pino (2016); Neira (2016); Peña, Rodriguez e Sáez (2016); Neira e Ulloa (2017); Barriga, Labraña e Verdejo (2017); O'Halloran (2018)
Panações	Arredondo (2012); Stromquist e Sanyal (2013); Pousadela (2013); Larraburre e Torchia (2015); Spiegel (2015); Lara e Miranda (2016)

Greves	Carillo-Linares e Cardina (2012); Bellei, Cablin e Orellana (2014); Cabalin (2014); D'Avigdor (2015); Pousadela (2015); Spiegel (2015)
Beijaços	Bellei, Cablin e Orellana (2014); Larraburre e Torchia (2015); Williams (2015); Cabalin (2014); Lara e Miranda (2016)
Danças de rua e performances	Stromquist e Sanyal (2013); Bellei, Cablin e Orellana (2014); Larraburre e Torchia (2015); Williams (2015); Lara e Miranda (2016)
Marchas em massa	Arredondo (2012); Pousadela (2013); Bellei, Cablin e Orellana (2014); Cabalin (2014); Spiegel (2015); O'Halloran (2018)
Intervenções artísticas	Pousadela (2013); Bellei, Cablin e Orellana (2014); Cabalin (2014); Spiegel (2015; 2016); Solís, Andrades e Rebolledo (2017); Figueroa-Grenett (2018)
<i>Flash-mobs</i>	Bellei, Cablin e Orellana (2014); Cabalin (2014); Larraburre e Torchia (2015); Williams (2015)
Assembleias	Bellei, Cablin e Orellana (2014); Williams (2015)
Maratona	Williams (2015); Figueroa-Grenett (2018)
Conferências	Williams (2015)
Arrecadar dinheiro para consertar carros danificados nos protestos	Larraburre e Torchia (2015)
Encontros à fantasia	Bellei, Cablin e Orellana (2014)
Pintura de casas danificadas nos protestos	Larraburre e Torchia (2015)
Banners	Williams (2015)

Projetos de arte nas comunidades	Williams (2015)
Canções e improvisações	Williams (2015)
Busca do consenso	Roberts (2015)

Fonte: elaboração própria com base na literatura

Outra ação específica adotada pelo ME é a produção de intervenções artísticas nas quais suas ações, e seu componente político-ideológico, tornaram-se inseparáveis de sua visibilidade, pela inclusão de um “dispositivo estético” (LIZAMA, 2013, p. 878, tradução nossa). Segundo Eagleton (1993), a estética envolve o movimento dos afetos e aversões das pessoas. A liderança envolve paixão e percepção, e o poder requer “[...] alguma habilidade para anatomizar os sentimentos daquilo que ele subordina” (EAGLETON, 1993, p. 17).

Assim, a resposta estética às intervenções artísticas, realizadas nas ações do ME, passaram a contribuir para a construção de um novo sentido para a realidade vivida pelos estudantes. Essa afirmação fundamenta-se no trabalho de Vigotski (1971), que atribui à arte um caráter social: “a arte representa uma técnica social do sentimento, um instrumento da sociedade, mediante o qual incorpora à vida social os aspectos mais íntimos e pessoais de nosso ser” (VIGOTSKI, 1971, p. 305, tradução nossa). As intervenções artísticas, nas ações do ME, passaram a apropriar-se do espaço público:

Em estreita relação com o problema do espaço público regulado e do corpo performado, ou como uma espécie de consequência, está localizada uma política que se relaciona com uma estética; é uma política de colocar em cena e de transgressão do corpo, que neste caso supõe a interrupção do contexto simbólico-cultural adultocêntrico (FIGUEROA-GRENETT, 2018, p. 205, tradução nossa).

Dentre as diversas intervenções artísticas, produzidas pelos estudantes em suas ações políticas, destaca-se o *flash mob*: aglomeração pública, organizada via Internet, que realiza performances e logo se dispersa (LARA; MIRANDA, 2016), e pode incluir fantasias e maquiagem (FIGUEROA-GRENETT, 2018). No Canadá, o *Flash Mob* Linha Vermelha consistia no embarque de manifestantes vestidos de vermelho ao longo da plataforma do metrô. Em 2012, eles desembarcavam e reembarcavam a

cada parada, até chegarem à estação do *campus* universitário. Havia ainda, um fantoche chamado *Docteur Chaussette*, que zombava da autoridade acadêmica, além de muitos manifestantes vestidos com capacetes parecidos com os utilizados pela polícia e narizes de palhaço, que batiam com paus em escudos improvisados e distribuíam bilhetes que “multavam” as pessoas pelos mais diferentes motivos (SPIEGEL, 2015, p. 5, tradução nossa).

Entre 2010 e 2011, os estudantes marcharam pelo *campus* da Universidade de Porto Rico, em um protesto contra o aumento da vigilância, portando câmeras feitas de papel machê em palitos, além de pintarem mensagens nas calçadas dos edifícios acadêmicos (LEBRÓN, 2017). No Reino Unido, a velocidade de mobilização dos estudantes, seu crescente envolvimento nos protestos de 2010 e 2011, a capacidade de usar a Internet para mobilizar e a falta de líderes e de estruturas convenceram os cidadãos do País de que as formas tradicionais de mobilização eram desnecessárias (ROBINSON, 2013). No entanto, foi a combinação entre métodos tradicionais e inovadores que garantiu o sucesso dos movimentos de 2011 no Chile (BELLEI; CABALIN; ORELLANA, 2014) e de 2012 no Canadá (SPIEGEL, 2016). Em relação ao sucesso do ME no Chile, Solís, Andrades e Rebolledo (2017, p. 97, tradução nossa) explicam essa abordagem:

Mas o que abordamos aqui é que temos encontrado outro tipo de combates e guerrilhas urbanas (de preferência a partir de 2011 no Chile, e a nível global também), que não exclui os repertórios clássicos de protesto urbano, mas que se combinam com repertórios emergentes de protesto urbano, mais centrados em aspectos comunicacionais, socioafetivos, estéticos e lúdico-visuais; sem que por ele se veja afetado o rendimento antagônico da cidadania pela acumulação histórica de longo prazo.

As intervenções artísticas funcionaram como uma excitação coletiva, através da qual, novos símbolos desencadearam respostas afetivas e produziram ação coletiva baseada em fatores emocionais e não analíticos (SPIEGEL, 2015). Mas a combinação entre essas intervenções, e a abordagem tradicional, favorece a permanente reformulação sociocognitiva dos estudantes, e proporciona ao ME os recursos simbólicos para modificar a sua própria ordem social. A dinâmica da contínua mudança do movimento (PALMA; JAEGER, 2013) – dados os novos contextos sociais sobre os quais ele é produzido, seu repertório de ações e o caráter temporário dos atores em sua condição de estudante – é determinante para a dinâmica das mudanças

em seu repertório de lutas, algumas das quais foram identificadas na literatura e listadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Repertório das lutas produzidas pelo movimento estudantil mundial encontradas na literatura

Repertório de lutas	Literatura
Rejeição das instituições com fins lucrativos	Cabalin (2012); Stromquist e Sanyal (2013); Bellei, Cabalin e Orellana (2014); Simbuerger e Neary (2015); Williams (2015); Peña, Rodriguez e Sáez (2016); Polanco, Jara e Gallardo (2016); Lara e Miranda (2016)
Educação gratuita	Valle (2012); Stromquist e Sanyal (2013); Bellei, Cabalin e Orellana (2014); Simbuerger e Neary (2015); Williams (2015); Peña, Rodriguez e Sáez (2016); Polanco, Jara e Gallardo (2016); Lara e Miranda (2016)
Educação pública	Cabalin (2012); Bellei, Cabalin e Orellana (2014); Williams (2015); Aguirre e Agustin (2015); Spiegel (2015); Peña, Rodriguez e Sáez (2016); Lara e Miranda (2016)
Acesso gratuito aos exames de admissão universitária	Cabalin (2012); Valle (2012); Williams (2015); Sartori, Lizama e Guarda (2015); Aguirre e Agustin (2015); Lara e Miranda (2016)
Passe livre para chegar à escola	Cabalin (2012); Larraburre e Torchia (2015); Sartori, Lizama e Guarda (2015); Aguirre e Agustin (2015)
Mais verbas públicas para a educação	Valle (2012); Cabalin (2012); Pusey e Sealey-Huggins (2013); Stromquist e Sanyal (2013); Cini e Guzmán-Concha, 2017
Reforma curricular	Vasqu�ez (2012); Stromquist e Sanyal (2013); Sartori, Lizama e Guarda (2015); Neira (2016)

Revogação da dívida do estudante	Stromquist e Sanyal (2013); Williams (2015); Lara e Miranda (2016)
Pacifismo, humanitarismo ou solidariedade internacional	Peterson (2012); D'Avigdor (2015); Gómez (2015); Reinprecht (2017)
Acesso igualitário ao ensino superior	Pusey e Sealey-Huggins (2013); Stromquist e Sanyal (2013); Bellei, Cabalin e Orellana (2014)
Pela autonomia universitária	Vasqu�ez (2012); Gonalves e Carra (2013); Romo (2017); Ivancheva (2017)
Luta antiglobalizaao	Roberts (2015); Cabalin (2014b); Aroch-Fugelie (2013)
Melhorias para os professores	Valle (2012); Stromquist e Sanyal (2013)
Eliminaao das práticas discriminatórias	Bellei, Cabalin e Orellana (2014); O'Halloran (2018)
Fortalecimento e expansão das instituioes públicas de ensino	Bellei, Cabalin e Orellana (2014)
Mais capacidade do governo de regular a educaao	Bellei, Cabalin e Orellana (2014)
Transporte público mais barato	Williams (2015)
Melhores condioes para os trabalhadores da educaao	Williams (2015)
Reforma universitária	Peterson (2012)
Libertaao das mulheres e feminismo	D'Avigdor (2015)
Contra o sexismo	D'Avigdor (2015)

Não financiamento público de faculdades lucrativas	Pousadela (2013)
Luta anti-imperialista	Valle (2012)
Reformular radicalmente o atual sistema econômico	Spiegel (2015)
Contra a lógica de austeridade	Spiegel (2015)
Educação de qualidade	Stroquist e Sanyal (2013)
Institucionalidade pública mais sólida	Sartori. Lizama e Guarda (2015)
Definição clara dos papéis de cada ator da comunidade	Sartori. Lizama e Guarda (2015)
Eficiência e transparência do sistema educacional	Sartori. Lizama e Guarda (2015)
Questionamento da neutralidade científica	Carrillo-Linares e Cardina (2012)
Mudança social	Neira (2016)
Contra o autoritarismo	Romo (2017)
Participação popular	Romo (2017)
Reformas na Lei Orgânica de Ensino	Aguirre e Agustin (2015)
Abandono de questões corporativas	Califa (2014)

Fonte: elaboração própria com base na literatura

A partir do Quadro 2, verifica-se a predominância, na literatura, de lutas diretamente ligadas à defesa da educação pública e gratuita, com condições justas de acesso e de permanência, e com um currículo que atenda às necessidades da sociedade, e não apenas às do mercado. No entanto, os estudantes lutam também contra o autoritarismo, a lógica da austeridade e por mudanças econômicas em um mundo onde o neoliberalismo é hegemônico, e se apropriou da dimensão formal da imaginação (AROCH-FUGELIE, 2013).

Essa hegemonia exerce uma influência perversa sobre a educação: é responsável por aumentar a competição, pauperizar o trabalho docente e enfraquecer a educação pública. Foi em torno da luta contra o neoliberalismo que os estudantes reapareceram como atores sociais no Reino Unido e no Chile, ao se organizarem contra a implantação de sistemas de governança e de gestão, de terceirização de pessoal e da cobrança de mensalidades nas instituições de ensino superior nesses países (CINI; GUZMÁN-CONCHA, 2017).

Na revisão da literatura foram identificadas três formas de envolvimento dos estudantes no repertório de lutas do ME. A primeira forma de envolvimento se dá em organizações profissionais de existência contínua e com estruturas definidas, a segunda se dá em organizações com objetivos específicos e a terceira se dá em coletivos com lutas gerais e visão de longo prazo (SPIEGEL, 2015).

Um exemplo dessa terceira forma é o envolvimento com o *Really Open University* – ROU, de Leeds na Inglaterra, que consiste em um coletivo de pessoas – estudantes e não estudantes – que luta pela criação de espaços à beira do sistema universitário (PUSEY; SEALEY-HUGGINS, 2013). No Canadá, a *Coalition large de l'ASSÉ* – CLASSE funciona através de porta-vozes escolhidos apenas para explicar as decisões tomadas coletivamente (SPIEGEL, 2015). No Chile, não existe uma estrutura mobilizando os estudantes, e a FECh é um grupo de federações estudantis em que cada um dos entes mantém sua soberania e autonomia (POLANCO; JARA; GALLARDO, 2016). Existe, neste País, uma preferência dos estudantes por estruturas horizontais:

São jovens altamente organizados, mas preferem as dinâmicas de organização e participação menos hierárquicas e verticais. Preferem as redes sociais às orgânicas rígidas. Nasceram quando a Internet já estava operando em nosso País, então eles possuem uma forte empatia com a cultura visual e as novas tecnologias de comunicação. Tendem a ser mais incrédulos do que a geração de seus pais e desconfiam fortemente das instituições sociais tradicionais. (SOLÍS; ANDRADES; REBOLLEDO, 2017, p. 85, tradução nossa)

Essas organizações – a inglesa ROU, a canadense CLASSE e a chilena FECh – ilustram a substituição das tradicionais estruturas do ME por estruturas em rede com práticas horizontais. São estruturas que possuem aspectos autônomos, não hierárquicos, abertos, fluidos na participação, e surgiram a partir das novas tecnologias de comunicação (SOLÍS; ANDRADES; REBOLLEDO, 2017). Para Roberts (2015), tais movimentos, que não possuem objetivos claros ou líderes, são mais bem-sucedidos em mobilizar a dissidência, a raiva, o desespero e a indignação.

No entanto, Robinson (2013) acredita que o ME precisa ir além das limitações da organização em rede, que não é neutra e precisa ser complementada por formas organizacionais duráveis – como partidos e sindicatos –, para superar os problemas relacionados à sua natureza solta e transitória. Ainda assim, estruturas horizontais desafiam as estruturas verticais e o senso comum (SARTORI; LIZAMA; GUARDA, 2015), contrariando a dinâmica capitalista (SPIEGEL, 2015) e ainda, rompendo com a clausura social estabelecida (AGUIRRE; AGUSTIN, 2015).

O repertório de ações e de lutas do ME, bem como suas estruturas horizontais, são reconhecidos pelos atores sociais como um perigo (CALIFA, 2014) e como um oponente ao sistema neoliberal (LIZAMA, 2013), passando a criminalizá-lo: “[...] a intenção é individualizar, personalizar o movimento em uma só figura, assim é mais fácil derrotá-lo e desacreditá-lo publicamente” (LIZAMA, 2013, p. 885, tradução nossa). Em seu estudo sobre a imprensa chilena e o ME, Cabalin (2014b) constata que o movimento é visto como um ataque à institucionalidade. Os estudantes são criticados pelas ações e os protestos são considerados atos de vandalismo.

Por fim, os jovens são deslegitimados como atores políticos por serem considerados ineficazes e irresponsáveis, e são ainda considerados manipulados. Essa demonização, pela imprensa, da ocupação dos espaços públicos pelos estudantes, e

sua consequente inserção no debate político, pode estar relacionada a uma visão naturalizada que atribui tempos e lugares às pessoas de acordo com sua faixa etária:

Para a reprodução do estilo de organização adultocêntrica são empregados mecanismos no plano simbólico e cultural, como são as significações sociais adultocêntricas, que instituem um tratamento do espaço público na medida em que determinam visibilidades e invisibilidades, um exterior e um interior, reconhecimentos e exclusões, ao realizar a implantação dos corpos, afetando os trajetos, detenções, retiradas e exibições (FIGUEROA-GRENETT, 2018, p. 204, tradução nossa)

Essa tendência da imprensa é chamada por Di Cicco (2010) de *Paradigma Nuisance*. De fato, a revisão de literatura evidenciou que os grandes meios de comunicação concentram seus esforços em distorcer opiniões e mostrar um movimento com caráter violento, intransigente, quase criminoso. Segundo Larraburre e Torchia (2015), essa campanha de demonização dos alunos pela mídia utiliza incidentes de violência conduzidos pelos *black blocs* para deslegitimar sua atuação. A representação negativa é complementada pela inclusão de imagens de manifestantes vestindo capuzes – imagem que sugere sua onipresença.

A polícia, por outro lado, é representada como impotente e oprimida (ARREDONDO, 2012). A figura do encapuzado é depositária das disfunções e das anomalias da sociedade, em um discurso ideológico que torna a juventude chilena invisível, marginal (CÁRDENAS; PÉREZ, 2017), com traços anárquicos que beiram a criminalidade (BLANCO, 2018). Fica evidente que a hetero-representação, modo de subordinar a representação do outro, foi usada abertamente pela imprensa chilena em suas posições editoriais (NEIRA; ULLOA, 2017).

Apesar dessa subordinação promovida pela imprensa, o ME mundial possui distintas concepções discutidas na literatura: tradicional ou emergente, e ainda defensor de questões imediatas ou estruturais. Seu repertório de ações passou a adotar novas tecnologias de comunicação e a produzir intervenções artísticas nas mobilizações. Suas lutas fundamentam-se na defesa da educação pública e gratuita, com condições justas de acesso e de permanência, e com um currículo que atenda às necessidades da sociedade, e não apenas às do mercado.

O ME também luta contra o autoritarismo e a lógica da austeridade, e ainda por mudanças econômicas. Suas estruturas tradicionais vêm sendo substituídas por estruturas em rede com práticas horizontais, e sua postura contestadora vem sendo criminalizada pela imprensa. Esse repertório de ações e de lutas, as mudanças estruturais e as distintas concepções de ME exercem, naturalmente, uma influência sobre o ME brasileiro que é discutido a seguir.

3.3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL BRASILEIRO NO SÉCULO XXI

Segundo Oliveira (2017), o ME é uma possibilidade de participação que o estudante de graduação brasileiro pode encontrar nos Centros Acadêmicos – CA's –, Diretórios Acadêmicos – DA's –, Diretórios Centrais de Estudantes – DCE's, e Executivas de curso. Os CA's são as organizações que reúnem e representam os estudantes de um curso ou departamento da Universidade. Os DA's são similares aos CA's, mas podem representar estudantes de um curso ou mais – o DA de Engenharia, por exemplo, pode representar os estudantes de vários cursos da área, ou o DA “Edson Luís” pode já ter representado os cursos da área de saúde, e hoje representar apenas o de Medicina, mas continuar sendo chamado de DA.

As Federações, ou Executivas de Curso, são organizações que representam os estudantes de uma determinada área. A Federação Nacional dos Estudantes de Administração, por exemplo, representa os estudantes brasileiros de Administração, Turismo e Relações Internacionais. O DCE representa o conjunto dos estudantes de uma instituição de ensino superior, e é reconhecido pela UNE (DICIONÁRIO..., 2018) se existirem pelo menos cinco cursos distintos em sua base de representação.

A UNE é a entidade máxima dos universitários brasileiros, e em 2020 representa cerca de seis milhões de estudantes em todos os estados e no Distrito Federal. A entidade possui como instâncias deliberativas: Congresso, Conselho Nacional de Entidades de Base – CONEB, Conselho Nacional de Entidades Gerais – CONEG, Diretoria e Executiva. Segundo o estatuto da UNE, o Congresso é a maior instância de deliberação do ME brasileiro, se reúne de dois em dois anos e é o fórum em que a nova diretoria da entidade é eleita.

O CONEB reúne os CA's e DA's de todas as universidades brasileiras e as Federações/Executivas de Curso; o CONEG é o espaço em que o Regimento do Congresso é discutido e votado, e reúne todos os DCE's organizados nas universidades brasileiras, além das Federações/Executivas de Curso. A Diretoria da UNE é composta por 85 membros eleitos na plenária final do Congresso, e é definida pelo critério de proporcionalidade dos votos obtidos pelas chapas inscritas. A Executiva da UNE, cujo papel é deliberar sobre questões administrativas da organização, é composta por 17 membros escolhidos dentre os diretores, e que passam a residir na cidade de São Paulo, onde funciona a sede da entidade.

Ao estudar a participação política de jovens em diferentes espaços, Mesquita e Oliveira (2013) mencionaram alguns grupos que disputam a hegemonia do ME brasileiro: Juventude do PT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, e a União da Juventude Socialista, ligada ao Partido Comunista do Brasil – PC do B. O trabalho não menciona os grupos ligados ao Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, ao Partido Democrático Trabalhista, ao Partido da Mobilização Democrática Brasileira – PMDB, ao Partido da Pátria Livre, ao Partido Socialista Brasileiro, ao Partido Popular Socialista, ao PSDB, e ao Partido Comunista Revolucionário, que estiveram presentes no 55º Congresso da entidade realizado entre 14 e 18 de junho de 2017 (VENCESLAU, 2017).

Apesar dos vários grupos, a atual especificidade do ME brasileiro não é a disputa entre eles, mas sua subordinação aos partidos políticos (CANCIAN, 2014). As diferentes tendências atuam tendo por referência os projetos políticos dos partidos a que estão ligados e, assim, a atuação do ME vem priorizando temas políticos em detrimento de reivindicações educacionais. Para ilustrar essa afirmação, Oliveira (2017) argumenta que a política educacional neoliberal dos governos do atual período democrático – PMDB, entre 1985 e 1990, e entre 1992 e 1995; PRN, entre 1990 e 1992; PSDB, entre 1995 e 2002 – continuou com a chegada do PT ao governo em 2003.

O PT contou com o apoio da UNE durante todo o período em que se manteve no poder – entre 2003 e 2016 –, e esse alinhamento pode ter afetado a tendência, entre os estudantes brasileiros, a questionar suas organizações tradicionais de representação. O uso de expressões como cansaço, desilusão, descrédito e

desconfiança permitiram que Silva e Castro (2015, p. 47, tradução nossa) relatassem “[...] a desconfiança expressada pelos jovens contra os espaços e as práticas institucionalizadas de ação política”, onde os papéis, prescritos aos estudantes e seus dirigentes, seguiam uma lógica representativa e institucional. Não cabe aqui comparar a adesão dessa geração ao ME com a adesão de outras gerações, o que dificultaria o exame de novas formas de participar e anunciaria, prematuramente, o fim de uma época (SILVA; CASTRO, 2015). No entanto, faz-se necessário investigar algumas mudanças no potencial transformador do ME brasileiro:

Não se trata então de negar ou invalidar os processos de mudança social em nome de um pessimismo vinculado à suposição de seu inevitável desastre, paralisação e distanciamento para com seus propósitos iniciais (este tipo de afirmação se aproximaria perigosamente à noção conservadora pós-moderna do fim da história), mas para colocar em questão os determinismos que contribuíram para que esses processos não mantivessem seu potencial transformador ao longo do tempo, empobrecendo-se paulatinamente até entrar em pontos de contradição com os próprios princípios que os geraram (BRAVO, 2015, p. 192, tradução nossa).

As transformações sociais brasileiras que contaram com a participação dos estudantes não responderam às determinações institucionais e nem obedeceram às leis históricas, mas foram construídas a partir da articulação de fatores sociais, econômicos e culturais de cada época (BRAVO, 2015). Dessa forma, a institucionalização das organizações estudantis brasileiras é produto, dentre outros fatores, de sua colonização pelos partidos políticos: “a presença dos partidos políticos dentro do ME tem gerado consequências como o aparelhamento do mesmo, com a repetição dos vícios partidários como o aumento da diferenciação entre representantes e representados” (RODRIGUES; GUGLIANO, 2017, p. 107).

Por outro lado, movimentos estudantis não orientados à representação passaram a oferecer retribuições cognitivas, culturais e sociais, e essas retribuições são capazes de impactar as identidades, redefinindo-as, de forma que a existência de espaços que recuperem o sentido da política é fundamental para a revitalização das organizações estudantis (SEIDL, 2014). Um desses espaços é o grupo Não Pago, da cidade de Aracaju/SE, onde a luta pelo transporte público é construída sem atrelamento a grupos que disputam espaço. Um dos atos inaugurais desse grupo, segundo Seidl (2014), foi a produção de um vídeo denunciando irregularidades no sistema de transporte da cidade em 2011. A construção de uma autoridade legítima do grupo Não Pago não se

deu apenas por causa de uma *expertise*, mas por sua afirmação como ator que não está atrelado aos partidos políticos.

A ausência de líderes do movimento e o afastamento dos partidos reafirmaram a necessidade de autonomia do grupo em relação às entidades de representação dos estudantes, bem como um desinteresse pessoal. Nessa organização horizontalizada cada indivíduo tem ampla liberdade de se expressar em seu próprio nome (SEIDL, 2014). O autor observou a recusa de alguns dos membros do grupo de serem reconhecidos como líderes ou porta-vozes, indicando, para esse trabalho, que a habilidade de negar tais rótulos de forma convincente é uma das competências necessárias para atuar nessa configuração do ME. Trata-se de um novo componente na disputa pelas definições das formas legítimas de agir politicamente.

A participação política permite aos estudantes o compartilhamento de valores como a solidariedade e a democracia (OLIVEIRA; HERMONT, 2014), e sua integração está relacionada a formas de participação coerentes com os significados que atribuem ao fazer política (SEIDL, 2014). Se por um lado, o reconhecimento dos colegas exerce um efeito narcísico poderoso sobre os dirigentes de organizações estudantis (CASTRO, 2008), por outro lado, a nova configuração do ME vêm valorizando a habilidade de negar a própria liderança, exigindo do líder um desinteresse pessoal convincente (SEIDL, 2014).

Nesse contexto, as organizações estudantis de representação reproduzem a hierarquia e a disputa de cargos da política geral brasileira, enquanto os movimentos não orientados à representação afirmam sua independência de pensamento e ação (RODRIGUES; GUGLIANO, 2017). Conseqüentemente, a participação política nessas diferentes organizações configura sentidos subjetivos que se relacionam ao sentimento de pertencimento, conforme será discutido a seguir.

3.4 A TEORIA DA SUBJETIVIDADE E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Na literatura revisada neste capítulo, o envolvimento dos estudantes com o ME foi discutido sob diferentes perspectivas: participação social (ARREDONDO, 2016);

participação eleitoral (BACALLAO-PINO, 2016); participação igualitária (D'AVIGDOR, 2015); participação cidadã como componente curricular (FERNÁNDEZ, 2015); participação juvenil – que inclui a comunitária (FERNÁNDEZ, 2015; SOLÍS; ANDRADES; REBOLLEDO, 2017); participação cívica em eleições (FERNÁNDEZ, 2015); e participação popular (ROMO, 2017). Mas, esses trabalhos não se dedicam a problematizar as categorias que adotaram, utilizando-as de forma genérica para discutir outras questões, a exemplo dos que definem tal envolvimento como participação política.

Nesses últimos são discutidas: as estruturas de participação política dos jovens (BELLEI; CABALIN; ORELLANA, 2014; CABALIN, 2014; MANGIANTINI, 2015; SILVA; CASTRO, 2015; WILLIAMS, 2015; LARA; MIRANDA, 2016; CÁRDENAS; PÉREZ, 2017; FLEET; GUZMÁN-CONCHA, 2017; NEIRA; ULLOA, 2017; SOLÍS; ANDRADES; REBOLLEDO, 2017); as mudanças conjunturais que (des)estimulam a participação (CABALIN, 2012; CARRILLO-LINARES; CARDINA, 2012; PETERSON, 2012; BELLEI, CABALIN, 2013; BITTAR; BITTAR, 2014; NEIRA, 2016; REINPRECHT, 2017; BLANCO, 2018); e é feita a análise de documentos que a discutem (GUZMÁN-CONCHA, 2012; BRAGGIO; FIUZA, 2012; 2013; GONÇALVES; CARRA, 2013; CABALIN, 2014b; GÓMEZ-AGUDELO, 2018).

Apesar serem bem-sucedidos em suas propostas, esses trabalhos se limitam a discutir as trajetórias da participação política de diferentes grupos. Com isso, deixam uma lacuna que esta tese pretende preencher, que é a discussão da participação política de sujeitos dotados de intencionalidade e que, nessa ação, mobilizam suas trajetórias individuais e as relações sociais dos diferentes espaços nos quais circulam. Dessa lacuna emergem duas perguntas: o que é a participação política? O envolvimento dos estudantes com o ME pode ser chamado de participação política? Para responder essas perguntas, o objetivo deste item é delimitar o conceito, adotado nesta tese, que define o envolvimento dos estudantes com o ME. Este objetivo ganha relevância diante da diversidade de definições adotadas na literatura.

Para alcançá-lo, este item articula a literatura revisada sobre: 1) a subjetivação – expressão comum em outras perspectivas teóricas – associada à participação política no ME; 2) a importância das ideologias para o funcionamento do ME; e 3) a

subjetividade associada à participação política, na perspectiva adotada nesta tese, destacando as principais diferenças em relação às outras abordagens.

3.4.1 Participação e subjetivação política

Alguns trabalhos revisados problematizam a subjetivação da participação política de estudantes no ME (CASTRO, 2008; AROCH-FUGELLIE, 2013; PALMA; JAEGER, 2013; MESQUITA; OLIVEIRA, 2013; AGUIRRE; AGUSTÍN, 2015; SPIEGEL, 2015; SILVA; CASTRO, 2015; FIGUEROA-GRENETT, 2018) e, nesses trabalhos, os sentimentos são sempre compartilhados entre os sujeitos. Alguns deles utilizam o conceito de subjetivação política de Rancière (2006), onde a política é uma possibilidade que depende de um ponto de desacordo, e o envolvimento dos excluídos está relacionado à demanda subjetiva de contestar o lugar que lhes foi designado. A subjetivação envolve, necessariamente, a desconstrução identitária: “[...] toda subjetivação é uma desidentificação, a remoção da naturalidade de um lugar, a abertura de um espaço de sujeito onde qualquer um pode ser contado, porque é o espaço de conta dos incontados” (RANCIÈRE, 2006, p. 53, tradução nossa).

Nessa linha, Castro (2008, p. 253) entende que a participação política está vinculada às “condições subjetivantes” que dão forma aos sentimentos de pertencimento dos jovens. Entre os participantes da sua pesquisa, a crítica aos outros indica uma forma de definir fronteiras ideológicas, e a definição da identidade de um grupo se faz em contraposição à dos demais grupos. Para ela, a categorização política convencional não é suficiente para definir as fronteiras das identidades desses sujeitos ao longo do espectro político. Após citar Castro (2008), Mesquita e Oliveira (2013, p. 383) argumentam que são nas relações de identificação e confronto “[...] que os jovens se subjetivam politicamente”. Para eles, a política pode ser compreendida através da ideia de política institucional, da política como base das relações humanas, e da política como construções identitárias.

Aguirre e Agustín (2015) representam o sujeito como uma figura subjetiva evidenciada pelas crises econômicas. Para eles, as novas identidades políticas são efeitos da realidade social imposta pela globalização, e o declínio das ideologias não é condição suficiente para a construção de uma política equilibrada. Segundo Spiegel (2015), a

dívida estudantil orienta a produção subjetiva neoliberal. Para ela, os protestos estudantis ocorridos no Canadá, em 2012, eram ideologicamente alinhados com a Revolução Tranquila da década de 1960, e a linguagem performática adotada nesses protestos invocava discursos culturais particulares, que ajudavam a transformar a maneira como o espaço era socialmente construído.

Para Silva e Castro (2015), a subjetivação política é um significado singular do posicionamento do sujeito na esfera pública. A identidade é relevante para a compreensão das formas contemporâneas de engajamento político dos estudantes, que criticam a instrumentalização da linguagem adotada pelo ME, considerada uma forma de burocratização desse território. Elas constataam um compromisso autonomista entre os jovens, que pode ter surgido da profunda rejeição das ideologias partidárias que, no espaço universitário, se afastam da sua base.

Em outra linha, Foucault (2011) argumenta que o mais íntimo e observável no homem é aquilo que é capaz de capturá-lo, submetê-lo ou mobilizá-lo para pensar e agir sobre os efeitos das formas de submissão da subjetividade através da resistência. À luz dessa perspectiva, Palma e Jaeger (2013) definem a participação no ME como um dispositivo capaz de promover outras formas de subjetivação nos sujeitos, e Figueroa-Grenett (2018) discutem a produção de subjetividades como imanente à dimensão coletiva da participação política. Aroch-Fugellie (2013) defende a imbricação da realidade material na ideologia, como condição para a disseminação de imagens que reorganizem a ordem social.

3.4.2 A importância das ideologias na literatura sobre o ME

A importância da ideologia, no funcionamento do ME em diversos países, é observável na literatura. Polanco, Jara e Gallardo (2016) destacam a diversidade e a capacidade, desse movimento, para expandir seu repertório ideológico, e Barriga, Labraña e Verdejo (2017) concluem que, nas mobilizações chilenas de 2011, o ME priorizou a rejeição de uma posição ideológica para manter os jovens mobilizados. Para Cabalin (2012), o método neoliberal, hegemônico nas universidades daquele País, utiliza o discurso ideológico da liberdade de escolha. Segundo Bellei, Cabalin e Orellana (2014), as universidades privadas do Chile privilegiam uma ideologia meritocrática e,

para Williams (2015), o conceito de público é negado pela depravação ideológica da política educacional neoliberal.

Em relação às informações produzidas pela imprensa chilena, contrárias às mobilizações do ME no período de transição democrática, Arredondo (2016) e Blanco (2018) constataam um forte viés ideológico alinhado aos militares. Cardenas e Pérez (2017) verificam esse mesmo discurso, ainda nos protestos de 2011, coerente com o Paradigma *Nuisance* (DI CICCO, 2010). Para Cabalin (2014b), a imprensa utiliza a palavra ideologia de forma pejorativa, para evitar a discussão política, ocultando-a por trás de uma abordagem técnica. Em relação à contrainformação, Cabalin (2014) verifica que, nos protestos de 2011, os estudantes não utilizaram uma linguagem ideológica em suas postagens nas redes sociais, mas técnica, com o objetivo de expandir o alcance de suas mensagens, e Bacallao-Pino (2016) analisa críticas do ME chileno no espaço virtual a certas posições político-ideológicas durante as eleições de 2013.

Ainda no continente americano, Ivancheva (2017) dá visibilidade a estudantes venezuelanos que insistem em uma cultura antipolítica, e que são contrários às ideologias. Para Califa (2014), uma ideologia reformista legitimou o movimento de democratização das universidades argentinas nos anos 1970. Aroch-Fugellie (2013) atribui o fracasso da insurgência estudantil, ocorrida no México em 2010, à manipulação ideológica da elite política. Na Oceania, D'Avigdor (2015) dá visibilidade a grupos estudantis radicais da Nova Esquerda, contrários a qualquer ideologia, que se organizam na Universidade de Sidney – Austrália.

No continente europeu, razões de ordem ideológica estavam na raiz da revolta dos estudantes na década de 1960 (BITTAR; BITTAR, 2014). Naquela época, havia um bloqueio ideológico da sociedade portuguesa (ALMADA, 2016), e um exacerbado conflito ideológico entre os grupos que compunham o ME antifascista em toda a Península Ibérica (CARILLO-LINARES; CARDINA, 2012). Na Alemanha Ocidental da década de 1970, Peterson (2012) verifica que a ortodoxia marxista dos movimentos estudantis definiu a ideologia estética da esquerda local. No Reino Unido, Robinson (2013) argumenta que, entre 2010 e 2011, os jovens não estavam interessados na burocracia ideológica da velha esquerda, e adotavam uma ideologia de movimentos

autônomos, horizontais e sem estratégia política, e Rodriguez-Amat e Jeffer (2017) dão visibilidade às estruturas comunicativas independentes, e ideologicamente combativas, criadas por esses movimentos.

Na literatura, a história do ME brasileiro também tem sido contada pelo viés das ideologias. Em seu trabalho, Mendes Júnior (1982) ressalta que a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII, não foi uma ação político-ideológica dos estudantes, como em momentos ulteriores. Gonçalves e Carra (2012) dão visibilidade ao viés liberal das informações produzidas pelo ME na década de 1940. Cruz (2012), destaca momentos em que a luta ideológica, que marcou o período da Guerra Fria – 1950 a 1985 –, repercutia nos fóruns do ME. Na década de 1960, observou-se um acirramento das posições ideologizadas entre os estudantes (ALMADA, 2016; BITTAR; BITTAR, 2014), e Santana (2014) discute o ME brasileiro, durante o regime militar, na perspectiva das diferentes correntes político-ideológicas do meio estudantil.

Para Cancian (2014, p. 210), a adesão ideológica naquele período estava “[...] na base de uma participação mais ativa no movimento estudantil”. Os discursos de um segmento do ME, considerado por Braghini e Cameski (2015) como alinhado à direita, possuíam conteúdos ideologizados. Entretanto, os estudantes que participavam das atividades convocadas pela UNE também aderiram a um projeto político ideológico (CANCIAN, 2014). Braggio e Fiuza (2012) constatam um conflitante contexto ideológico de luta entre estudantes e governo. No entanto, muitos políticos se mobilizaram para proteger os estudantes, que Pitts (2014, p. 60) chama de “elite” ideológica em um País ignorante. Rodrigues e Gugliano (2017) argumentam que o ME brasileiro ainda reproduz as ideologias partidárias.

3.4.3 Participação política e subjetividade

Segundo Sabucedo (1996, p. 89, tradução nossa), a política envolve relações de poder, e a participação política pode ser definida como “[...] aquelas ações intencionais, legais ou não, desenvolvidas por indivíduos e grupos com o objetivo de apoiar ou questionar qualquer dos distintos elementos que configuram o âmbito da

política”. A Teoria da Subjetividade discute pelo menos dois aspectos centrais dessa definição: a ação e a intenção.

A ação social do homem assume configurações subjetivas específicas nos espaços em que são realizadas. Quando a subjetividade social de um espaço é contraditória aos sentidos e significados produzidos na trajetória individual do sujeito, emerge uma ação diferenciada em que ambos são transformados. Segundo González Rey (2003, p. 224), “[...] cada um está simultaneamente implicado na configuração plurideterminada dentro da qual se manifesta a ação do outro”, sem que haja uma relação de causalidade, pois a ação humana é imprevisível. Nesse sentido, o social não é um determinante externo das ações individuais, mas um momento da produção de sentidos que acompanha essa ação. A intencionalidade do sujeito possui valor generativo de novos sentidos sobre a sua ação. Mas esse valor está mais em seus efeitos, ao se integrarem à subjetividade individual e social, e menos na intencionalidade consciente que expressa.

De modo geral, a literatura revisada contribui para aprofundar o conhecimento acerca da relevância das condições sociais na construção da participação política dos jovens, mas deixou algumas lacunas. Por deixar de considerar as trajetórias individuais dos sujeitos, os sentimentos eram sempre compartilhados por eles em momentos específicos. Quando as demandas subjetivas são representadas como a falta de algo, a literatura revisada se abstém de analisar as formas nas quais os sujeitos constroem suas trajetórias sem terem aquilo que reivindicam. Esses trabalhos acabam privilegiando a realidade material na construção das ideologias (Aroch-Fugellie, 2013), por exemplo, ignorando os efeitos da imaginação e da intencionalidade sobre a participação política configurada na trajetória dos sujeitos.

A identidade é um sentido subjetivo, ou um sistema deles, que se articula a partir de configurações subjetivas historicamente constituídas nas condições concretas da ação do sujeito que, desse confronto – entre trajetória e momento atual –, tem a necessidade de reconhecer a si mesmo e de delimitar o seu espaço. Segundo Morin (2006, p. 57), “cada ser tem uma multiplicidade de identidades”. Dessa forma, ao se mover de um para outro meio social, o sujeito não desconstrói sua identidade, mas mobiliza sentidos associados ao novo contexto em que se encontra, pois ela não é

ordenada e definida de uma vez por todas. No espaço de ação social, os aspectos definidores da identidade são naturalizados, e escapam da vivência consciente, mas, com o distanciamento, esses aspectos tomam uma conotação subjetiva que possibilita a sua apreciação. É ela, a identidade, que integra emocionalmente as pessoas nos espaços sociais.

A importância atribuída às ideologias, pela literatura revisada sobre o ME, também não converge com a perspectiva desta tese. Segundo Marx e Engels (2007, p. 87), “[...] quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história [dos homens] ou a uma abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história”. De modo geral, esses autores criticam a mistificação em torno das ideologias que, ao longo da história, servia para justificar as relações de dominação.

Nessa linha, González Rey e Mitjans Martínez (2017, p. 59) argumentam que a ideologia é uma expressão da subjetividade social que perpetua e legitima os processos institucionais dominantes, se apoia em sistemas de crenças e possui forte conteúdo mítico. Ela permite a integração social ao redor de um culto, um mito ou um projeto social. Os indivíduos começam a participar desses projetos pelos seus valores, ou decisões individuais, mas na medida em que se institucionalizam, vão exigindo “[...] que o pensamento perca rigor para aumentar sua eficácia”. Na perspectiva da Teoria da Subjetividade, a ideologia é uma interpretação enviesada da realidade que tende a reprimir a individualidade, negando-a em prol de objetivos sociais que não se concretizam.

De modo geral, a Teoria da Subjetividade contribui com a literatura sobre a participação política ao reconhecer a natureza dialética da sua dimensão subjetiva – contrapondo os níveis social e singular. Nessa perspectiva, a participação política no ME é entendida como uma ação social, legal ou não, que se configura subjetivamente no âmbito das organizações estudantis, e que produz efeitos, planejados ou não, em diversos aspectos das dimensões individual e social da vida dos estudantes. Ela expressa diferentes momentos das relações sociais, inclusive familiares e pessoais, e das necessidades que surgem nelas.

4 EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA QUALITATIVA DE PESQUISA

Considerando que este trabalho tem por objetivo analisar as configurações subjetivas da participação política de militantes do ME na UFES, propõe-se aqui a adoção da Epistemologia Qualitativa e da Metodologia Qualitativa de González Rey (2003; 2003b; 2005). Assim, este capítulo tem por objetivo discuti-las, bem como apresentar os procedimentos adotados no desenvolvimento desta pesquisa, e articula a literatura sobre a Teoria da Subjetividade, revisada no segundo capítulo desta tese, destacando seus aspectos epistemológicos e metodológicos. Este capítulo está organizado da seguinte forma: inicialmente discute-se a Epistemologia Qualitativa, em seguida a Metodologia Qualitativa. Por fim, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados nesta tese.

4.1 A EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA

Ao estudar organizações do ME na UFES, a cultura da participação política é um aspecto a ser discutido. Uma das características do enfoque sociocultural no Brasil é o caráter linguístico e instrumental do uso dos signos como mediador das funções psíquicas (CASTANHO; SCOZ, 2013), abordagem próxima à adotada por Vigotski ([s.d.]; 1971; 2004) em seus trabalhos. Por outro lado, o enfoque de González Rey (2003) considera a cultura como criação humana, e a ação do homem não é uma determinação social, mas é mediada por aspectos subjetivos que incluem a dimensão histórica, as emoções e a intencionalidade dos sujeitos.

A história é construída pelos homens e, nesse processo, eles também são construídos (SCOZ; RODRIGUES, 2015). Admite-se aqui que a história do indivíduo, e a da sociedade, são constituídas pela organização dos sentidos das experiências vividas, onde os caminhos trilhados podem ser revistos quando suas histórias são repensadas.

As criações humanas são produtoras de sentido que expressam, de forma singular, complexos processos da realidade. Esses processos são criações humanas que integram diferentes aspectos do mundo em que o sujeito vive, aparecendo em cada sujeito ou espaço social de forma única, organizados em seu caráter subjetivo pela história de seus protagonistas (GONZÁLEZ REY, 2003, p. 9).

A abordagem histórico-cultural é assumida assim como legítima para a construção de conhecimento sobre o sistema das complexas configurações subjetivas dos sujeitos individuais e dos contextos em que circulam. É a partir dessas considerações que González Rey (2003; 2003b; 2005) desenvolve sua Epistemologia Qualitativa, e define as bases de uma aproximação qualitativa que considera legítima para qualquer ciência antropológica. Nessa proposta epistemológica, os princípios metodológicos são questionados e fundamentados com consciência teórica, para que suas possibilidades e seus limites sejam identificados.

A Epistemologia Qualitativa fundamenta-se em três princípios gerais: a defesa do caráter construtivo interpretativo do conhecimento; a legitimação do singular como via de produção do conhecimento; e a compreensão da pesquisa nas ciências antropológicas como um processo dialógico. No primeiro princípio geral da Epistemologia Qualitativa, o caráter construtivo interpretativo do conhecimento está relacionado à sua compreensão como uma produção, não como apropriação linear de uma realidade que é simbolicamente produzida (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017). Para González Rey (2005, p. 5):

[...] A realidade é um domínio infinito de campos inter-relacionados independente de nossas práticas; no entanto, quando nos aproximamos desse complexo sistema por meio de nossas práticas, as quais, neste caso, concernem à pesquisa científica, formamos um novo campo de realidade em que as práticas são inseparáveis dos aspectos sensíveis dessa realidade.

Assim, o saber não é uma apreensão definitiva de um mundo que é dominado pela ciência tal como ele é. Segundo González Rey e Torres (2017), o pesquisador atua sobre o mundo, desenvolve efeito, abre caminhos e mantém a perspectiva de produzir inteligibilidade sobre ele. Com isso, o acesso à realidade é sempre parcial, em função das limitações práticas dos pesquisadores, e as expressões dos sujeitos, estimuladas pelos instrumentos de pesquisa, são construções que adquirem seu sentido dentro de um processo de interpretação.

Nenhum resultado adquire significação de forma direta, já que são expressos em uma temporalidade teórica diferente da temporalidade dos resultados empíricos definidos pelas técnicas e pelos procedimentos (GONZÁLEZ REY, 2003b). Por considerar o

conhecimento uma construção produzida pelo homem, ele não se submete a uma realidade ordenada por categorias universais:

As configurações subjetivas e os sentidos subjetivos não representam conteúdos universais que podem orientar uma pesquisa ou uma prática por uma exterioridade, reproduzindo uma relação sujeito-objeto com o problema pesquisado. Eles são conceitos teóricos que, por suas definições, permitem construções específicas sobre o problema estudado tendo por base a noção de subjetividade, de modo que se especifique a dimensão subjetiva de questões, que, estudadas por meio de outros conceitos, como, por exemplo, o discurso ou as representações sociais, não se tornam inteligíveis (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 39).

Para definir os espaços de inteligibilidade produzidos na pesquisa científica, González Rey (2005, p. 6) apresenta o conceito de “zona de sentido”, que não esgota a questão que busca significar, mas abre a possibilidade de aprofundar um campo de construção teórica. A zona de sentido não valoriza o conhecimento por sua correspondência linear com o real, mas por sua capacidade de gerar novas zonas de ação sobre a realidade, bem como novos caminhos para a pesquisa através das representações teóricas do pesquisador.

É por esse motivo que a Epistemologia Qualitativa entende que a legitimação do conhecimento se dá em sua continuidade, na articulação de modelos cada vez mais úteis para a produção de novos conhecimentos, e não há nada que possa garantir, de forma imediata e ao longo do processo de pesquisa, que as construções desenvolvidas pelo pesquisador sejam as construções adequadas para se dar conta do problema de investigação.

A legitimidade deste tipo de pesquisa reside precisamente na qualidade da conexão entre construções interpretativas e como a informação foi usada, apresentando o caminho que o pesquisador tomou na construção para que o leitor possa seguir o desenvolvimento gradual da teoria que é resultado da pesquisa. Aqui, não estamos interessados em critérios de legitimidade observáveis em um nível empírico, mas uma legitimidade que se define na consistência da organização de indicadores e hipóteses em movimento (PATIÑO; GOULART, 2016, p. 176, tradução nossa).

Como as construções podem não estar associadas, de modo imediato e intencional, a qualquer referencial empírico, elas diferem das interpretações, e possuem um caráter especulativo que, num dado momento da pesquisa, fundamenta-se somente sobre a construção teórica do pesquisador (GONZÁLEZ REY, 2005). Segundo

González Rey (2005, p. 8), o perigo não está na especulação, “[...] mas sim na sua separação em relação ao momento empírico”. A especulação permite novos acessos ao aspecto empírico da realidade investigada e é parte inseparável da construção teórica já que, através dela, é desenvolvida a sensibilidade para novos elementos. Assim, na Epistemologia Qualitativa, tanto a subjetividade quanto a expressão intencional do sujeito são separados do sistema de determinantes de suas expressões, já que esse sistema se localiza no espaço interativo em que a pesquisa é desenvolvida (GONZÁLEZ REY, 2003b).

O segundo princípio geral da Epistemologia Qualitativa legitima o singular como via de produção de conhecimento. O singular representa a “[...] informação diferenciada, que se fundamenta no caso específico, e que toma significado em um modelo teórico que o transcende” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 29). A partir desse princípio, a informação proveniente do caso singular ganha importância pelo que representa para o trabalho em desenvolvimento – que está em constante tensão com o momento do trabalho de campo –, e por sua capacidade de ampliar as alternativas para aprofundar a compreensão da realidade.

González Rey e Mitjás Martínez (2017, p. 37) passaram a adotar a expressão “trabalho de campo”, em vez de empírico, já que este é considerado externo ao teórico, e mantém a dicotomia entre sujeito e objeto, o que é insustentável na perspectiva adotada. A representação do conhecimento como um processo construtivo interpretativo é reafirmada, nesse ponto, pelo valor atribuído ao aspecto teórico na pesquisa. Convém esclarecer que:

[...] o teórico não se reduz a teorias que constituem fontes de saber preexistentes em relação ao processo de pesquisa, mas concerne, muito particularmente, aos processos de construção intelectual que acompanham a pesquisa. O teórico expressa-se em um caminho que tem, em seu centro, a atividade pensante e construtiva do pesquisador (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 11).

A ênfase no aspecto teórico da pesquisa é “[...] um exemplar exercício dialético da relação teoria e prática desde a defesa de que a teoria se processa pela análise crítica da prática” (COSTA; GOULART, 2015, p. 241). Nesse sentido, o singular relaciona-se ao valor teórico da subjetividade ao estudar o homem, a sociedade em que ele está

inserido e sua cultura, e essas três dimensões imbricam-se permanentemente na condição subjetiva que as define. A significação do singular, para aprofundar a compreensão do social, está relacionada a um indivíduo socialmente constituído, sem que esse indivíduo se converta em um reflexo do social (GONZÁLEZ REY, 2005).

O terceiro princípio geral da Epistemologia Qualitativa é a compreensão da pesquisa, nas ciências antropológicas, como um processo dialógico. Ao assumir que o homem se comunica permanentemente nos espaços sociais em que circula, González Rey (2005) ressalta a importância dos processos interativos, reafirmando a posição de Vigotski ([s.d.], p. 131-132), onde “[...] o discurso de si para si tem origem na diferenciação do discurso para os outros”. Essa ênfase está centrada no fato de que os problemas humanos são expressos na comunicação entre as pessoas, o que torna a comunicação uma via privilegiada para acessar as configurações subjetivas, bem como a influência dos processos objetivos da vida sobre o homem.

Esse princípio marca diferenças não apenas na relação pesquisador-participante, mas na própria representação da pesquisa, que passa a ser compreendida como espaço social, no qual múltiplos e inesperados processos de comunicação emergem de maneira espontânea, colocando o pesquisador e os participantes como agentes ou sujeitos de um processo rico em novidades e opções imprevistas, que podem ganhar importante relevância para a pesquisa. Tal princípio rompe definitivamente com a ideia de neutralidade do pesquisador e, simultaneamente, é inerente à definição da pesquisa como processo teórico (GONZÁLEZ REY; MITJANS MARTÍNEZ, 2017, p. 31).

Através da comunicação é possível acessar os processos simbólicos organizados e recriados nesse processo, bem como níveis diferenciados da produção social, compartilhados em uma condição social (GONZÁLEZ REY, 2005). Acessar a condição social dos indivíduos, em sua significação subjetiva, só é possível através do sistema disperso de suas consequências para aqueles que a compartilham, e essas consequências aparecem por vias diretas e indiretas nas quais a comunicação é essencial. É através da comunicação que os participantes de uma pesquisa assumem seus papéis de sujeitos, na medida em que se implicam no problema pesquisa com interesses e desejos singulares.

Somente nessa condição de sujeitos são capazes de ir além das descrições de sua linguagem cotidiana, para se envolver em reflexões configuradas em sua

subjetividade, já que todo diálogo é uma construção daqueles que estão envolvidos, e implica novas produções subjetivas com suas contradições e rupturas (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017). O sujeito deixa de se expressar por uma exigência instrumental externa a ele, e passa a se expressar por uma necessidade pessoal crescente nas relações estabelecidas no processo dialógico.

O instrumento é apenas um meio para provocar a expressão do sujeito e para envolvê-lo emocionalmente, e as informações produzidas com o instrumento são separadas de qualquer categoria preestabelecida para significá-las. A pesquisa deixa, assim, de ser legitimada através dos instrumentos e passa a ser legitimada “[...] pelos processos que efetivamente produzem conhecimento” (PAES DE PAULA; PALASSI, 2007, p. 220). Essas considerações epistemológicas afirmam a importância do instrumento para o estudo da subjetividade. Mas, nessa opção, é a metodologia por ela fundamentada que traça os rumos da pesquisa.

4.2 A METODOLOGIA QUALITATIVA E A CONSTRUÇÃO DA INFORMAÇÃO

A partir da Epistemologia Qualitativa, González Rey (2005) propõe uma metodologia qualitativa, em que as decisões e opções do pesquisador são constantemente redefinidas no curso da pesquisa, inclusive com a possibilidade de inclusão de novos instrumentos e de novas etapas, dependendo das ideias e dos fatos que geram novas necessidades para o seu desenvolvimento. Paes de Paula e Palassi (2007, p. 223) argumentam que “as elaborações de González Rey sobre a pesquisa qualitativa no domínio dos estudos sobre subjetividade são fundamentais para guiar os estudos organizacionais neste campo [...]”.

González Rey (2005) sugere que a pesquisa comece com a fundação de um espaço social orientado a promover o envolvimento dos participantes, chamado de cenário de pesquisa, dentro do qual o pesquisador ganhará a confiança dos participantes que decidirão participar ou não. Nesse processo, marcado pela autenticidade e pela participação, já apareceram informações relevantes sobre o problema. Ao apresentar a pesquisa para os possíveis sujeitos, cria-se um clima de comunicação a partir da reflexão sobre as preocupações e necessidades dos participantes, que são informados sobre os momentos e instrumentos utilizados e, por fim, consultados sobre

sua disponibilidade. É esse envolvimento do participante na pesquisa que facilita a sua expressão espontânea:

O fato de colocar a responsabilidade de participação no sujeito faz com que ele se posicione de forma diferente, em relação à sua própria expressão nesse processo, o qual não conduz os participantes a respostas obrigatórias ante os instrumentos aplicados pelo pesquisador, mas leva-os à sua expressão espontânea e envolvida em relação ao tema em curso, o que exige sempre a criação de um clima, cujo primeiro momento é o cenário da pesquisa. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 95)

Toda elaboração teórica realizada no curso da pesquisa esteve vinculada ao cenário em que foi construída, já que esse é um aspecto essencial dos significados produzidos pelos sujeitos. Assim, antes de selecionar alguém para participar da pesquisa, foi necessário o envolvimento no campo para observar e conhecer as particularidades do contexto em que foi desenvolvida. A partir do conhecimento inicial sobre o funcionamento do espaço social estudado, surgiram os primeiros conceitos e reflexões que serviram de base para uma representação possível da participação política dos sujeitos.

O investigador tem que ter um recurso para conquistar os participantes, entrar em sua própria zombaria, provocá-los, gerar neles o interesse, conquistar os participantes de forma genuína. Essa nova criação do investigador é fundamental para fazer ciência; o investigador, de fato, gera um novo espaço social ao relacionar-se com o grupo ou as pessoas que ele investiga (GONZÁLEZ REY; TORRES, 2017, p. 126, tradução nossa).

González Rey e Torres (2017) afirmam, nesse excerto, a importância da produção de um grupo social dentro do qual a pesquisa, voltada para novas formas de inteligibilidade teórica sobre um problema, foi desenvolvida. Com base nesses conceitos e reflexões, fundamentou-se a seleção dos sujeitos e o número de participantes da pesquisa. Segundo González Rey (2005, p. 111), “[...] os sujeitos não serão escolhidos ao acaso, mas eleitos entre os que tiveram uma participação mais significativa em relação aos objetivos da pesquisa”.

Assim, a seleção de sujeitos da pesquisa foi definida pelas demandas qualitativas da construção da informação, privilegiando a participação dos capazes de prover informações relevantes consideradas singulares em relação ao problema estudado, e que foram chamados de “informantes-chaves” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 111). Após a definição dos sujeitos da pesquisa, deu-se a produção dos dados. Nessa proposta

metodológica, a coleta de dados não se constitui como uma etapa da pesquisa, já que os dados não se coletam, mas se produzem, e são inseparáveis do processo de construção teórica que lhes dá legitimidade. Em outras palavras, a construção teórica é caracterizada por vários retornos ao campo, momentos em que os dados evidenciam a realidade de forma incontestável, mas seu significado é sempre reafirmado como uma produção humana.

[...] O dado adquire seu significado, que lhe é atribuído, dentro de um sistema; além disso, ele obtém sua significação como momento de tensão de um pensamento que se desdobra por meio dele em um processo que sempre se acompanha de múltiplas ideias e informações com relação a um modelo em desenvolvimento por parte do pesquisador. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 100-101)

Na produção dos dados, o instrumento foi uma ferramenta interativa que se apoiava nas expressões simbólicas diferenciadas das pessoas envolvidas emocionalmente. O instrumento de pesquisa representou o meio pelo qual se provocava a expressão do outro sujeito, e se constituía em uma fonte de informações que não podiam ser significadas por qualquer sistema de categorias preestabelecidas. Os instrumentos não foram uma abstração, mas um recurso para estimular e aprofundar o diálogo por diferentes caminhos: “[...] o instrumento não é mais que uma via para provocar a expressão do outro, que deve se desdobrar em outros instrumentos que garantem a expressão, ampla e comprometida emocionalmente, dos participantes na investigação” (GONZÁLEZ REY; TORRES, 2017, p. 126, tradução nossa).

Diante dessas considerações, esta pesquisa utilizou a dinâmica conversacional e instrumentos escritos para a expressão dos sujeitos. A conversação conduziu os sujeitos pesquisados a campos significativos de suas experiências, envolvendo-os no sentido subjetivo dos espaços que os delimitavam enquanto indivíduos (GONZÁLEZ REY, 2005). Na medida em que o mundo do sujeito, suas necessidades, conflitos e reflexões eram expressos, surgiram emoções e processos simbólicos que levaram à trama dos sentidos subjetivos. A conversação abriu caminhos imprevisíveis na pesquisa, dada a espontaneidade, o imprevisto e a presença do outro, constituindo-se em uma fonte essencial para a emergência da subjetividade (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017).

Nesse processo, fui um facilitador do diálogo, com consciência de que o valor da informação era dado pelo envolvimento do sujeito na conversação, que precisava transcender sua intencionalidade consciente. Vale ressaltar, conforme afirmam González Rey e Torres (2017), que a construção do conhecimento não se apoia na descrição das pessoas por sua expressão explícita, mas em aspectos indiretos, para alcançar os aspectos não evidentes em expressões intencionais. Já os instrumentos escritos permitiram o surgimento de trechos complexos de informação, relacionados a temas portadores de sentidos subjetivos para os sujeitos (GONZÁLEZ REY, 2005).

Eles foram indutores da expressão plena, aberta e reflexiva dos participantes, e fontes de construções teóricas para o desenvolvimento de modelos teóricos, representativos e aproximados, sobre o problema estudado, já que “[...] o texto, ou qualquer produção humana, escapa à intenção do autor” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 21), constituindo-se em fonte para o estudo de sua subjetividade. Nesses instrumentos, as informações foram construídas através de diferentes estratégias, nas quais eu escolhia temas significativos, relacionados às hipóteses e ao trabalho em desenvolvimento, e não foram limitadas à uma discussão fragmentada.

A investigação integrou indutores e informações obtidas em diferentes fontes, desenvolvendo processos abrangentes de construção teórica. É nessa construção teórica que as configurações subjetivas puderam ser reconhecidas, já que os sujeitos se expressaram de forma livre, criativa e personalizada ao longo da pesquisa:

Os conceitos sobre os quais nossa proposta teórica a respeito da subjetividade se desenvolve, os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas, só podem ser construídos pela qualidade subjetiva do conjunto de expressões do sujeito e são sempre o resultado de suas produções ativas, não de respostas em que o artefato da pergunta tem um lugar essencial (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 43).

No entanto, González Rey (2005) alerta para a possibilidade de que, nesse processo, estados emocionais profundamente contraditórios podem ser expressos em uma continuidade imediata, e que esse fenômeno é um indicador de que um desses estados representa mais um significado do que um sentido subjetivo. Esse indicador, como tantos outros que podem ser reconhecidos na pesquisa, eram uma unidade essencial de informação.

Os distintos caminhos da minha interpretação foram definidos sobre esses indicadores, que retroalimentaram e corrigiram o processo de construção da informação (GONZÁLEZ REY, 2003b). Assim, a inteligibilidade do processo de construção da informação não foi explícita na pesquisa, mas uma expressão da qualidade da fala do sujeito e da interpretação do pesquisador (GONZÁLEZ REY, 2007). Em relação aos indicadores, convém salientar que:

[...] Na verdade, eles são produzidos através do que os pesquisadores podem construir usando a ferramenta e seu capital intelectual que enriquece suas interpretações. Deste ponto de vista, esta construção não usa a lógica abstrata como um parâmetro invariável para a interpretação dada, porque só ganha um significado ou outro de acordo com os interesses dos pesquisadores com base nos objetivos de sua pesquisa (PATIÑO; GOULART, 2016, p. 175, tradução nossa).

Os indicadores adquiriam significado por sua relação com campos de significação que já haviam sido abertos no curso da pesquisa e, tomados isoladamente, não eram indicadores de nada. Segundo Ferreira e Nogueira (2013, p. 404), a busca de indicadores é um processo que “[...] combina a indução e a dedução para trabalhar com duas realidades de distintas naturezas: a empírica e a proposição teórica”, contribuindo no processo de desenvolvimento do conhecimento sobre a subjetividade. Sua produção foi um processo contínuo e em desenvolvimento, formando cadeias de significação onde os anteriores eram a matéria-prima dos novos indicadores.

Para organizar o processo construtivo-interpretativo, os núcleos de significação teórica que possuíam alguma estabilidade eram organizados em categorias que, na medida em que a pesquisa se desenvolvia, se converteram em hipóteses. Na Metodologia Qualitativa as hipóteses não possuem significação estatística, mas constituem a base de um conhecimento em construção. Por exemplo, a intolerância de um militante do ME às ideias diferentes das de seu grupo político é algo passível de observação direta, mas os processos pelos quais essa intolerância se organiza só podem ser alcançados pelas hipóteses formuladas no curso da pesquisa.

As hipóteses surgiam, então, com o comprometimento com o meu pensamento na produção das informações, e foram se confirmando ou não ao longo da pesquisa. Elas estavam associadas ao trabalho em elaboração:

Do ponto de vista epistemológico, fazem-se inseparáveis as ideias e a construção teórica do pesquisador sobre informações que ganham inteligibilidade pelos indicadores, os quais representam produções teóricas que emergem no curso da pesquisa. Os indicadores aparecem como sequência de elementos que convergem entre si pelo significado, em que a definição de um representa um momento importante na emergência dos outros no processo de desenvolvimento das hipóteses que irão integrar o modelo teórico no curso da pesquisa (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 34).

O trabalho em construção não é uma teoria acabada, que conduz a um significado padronizado e imediato do material obtido no trabalho de campo em correspondência com a teoria. Ele é “[...] uma representação teórica que se mantém em constante desenvolvimento ante o surgimento de novas informações empíricas” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 104), e é influenciado pela teoria geral compartilhada pelo pesquisador. Contudo, a teoria é uma facilitadora dos termos e das dimensões do modelo, e aparece de forma tão indireta que é difícil percebê-la.

Segundo González Rey (2005, p. 104), “um modelo [teórico] é, em seu alcance e em suas pretensões, muito mais simples que uma teoria, no entanto, pode estar na gênese de uma nova teoria, quando o diálogo entre o modelo e a teoria geral da qual parte o pesquisador se torna impossível”. Por se tratar de uma forma indireta de expressão das teorias gerais, o trabalho em desenvolvimento pode enriquece-las, ou até mesmo substituí-las. Nessa construção, o pesquisador assume seu papel, e sua responsabilidade, como sujeito da produção do conhecimento e dos seus infinitos e imprevisíveis desdobramentos.

4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA

Além da minha vivência no ME, tendo assumido funções de dirigente de Grêmios Estudantil quando secundarista, passando pela diretoria do DCE/UFES, pela Executiva de Curso e pela diretoria da UNE, desde 2015 participei, na condição de observador, de algumas atividades do DCE/UFES, tendo inclusive desenvolvido duas conversações grupais com seus dirigentes. Nessas conversações, analisei indicadores de configurações subjetivas de sua participação política para atender demanda da disciplina Pesquisa Qualitativa Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFES, convergindo na publicação de um artigo em revista

indexada (MEIRA, 2019). Admite-se assim, que o cenário de pesquisa vem sendo criado mesmo antes de a pesquisa ser definida teoricamente, conforme defende González Rey (2005).

A pesquisa foi apresentada aos militantes do ME na UFES, convidados através de mensagem eletrônica enviada aos dirigentes do DCE/UFES, aos CA's, aos DA's e aos Coletivos da UFES. Foi proposta uma reunião para uma reflexão sobre a participação política dos estudantes da UFES no ME, mas ela teve pouca adesão. Adotou-se então a estratégia de conversas individuais, onde foi feita uma breve explanação da pesquisa para, por fim, verificar o interesse das pessoas em participar dos processos envolvidos em seu desenvolvimento.

Para construir informação sobre as configurações subjetivas da participação política de militantes do ME na UFES, as conversações estimularam a produção de valores e de posições singulares, muitas vezes contraditórias entre os sujeitos ativos diante dessa participação. Essas singularidades deram visibilidade aos sujeitos da pesquisa, cuja proposta se contrapunha à objetividade hegemônica nos estudos organizacionais brasileiros (SILVEIRA, 2017). Nas conversações grupais, houve um conflito entre sujeitos que possuíam distintos posicionamentos sobre a política geral brasileira, sobre a política estudantil brasileira e o papel do militante do ME.

Essa proposta metodológica inovadora, que se refletiu nos critérios de seleção dos sujeitos da pesquisa e na estruturação das conversações grupais, é uma variação do instrumento “conflito de diálogo” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 103), utilizado por González Rey no início da década de 1980, e que consistia em apresentar aos sujeitos um hipotético diálogo conflituoso entre duas pessoas, que se relacionava ao problema estudado e que, no caso apresentado, contribuiu para entrar em novas questões sobre o estudo da moralidade de jovens cubanos da época.

Ao propor o conflito entre sujeitos nas conversações grupais, buscou-se a produção espontânea desse diálogo conflituoso, estimulando a emergência das singularidades que marcaram seus distintos posicionamentos. A utilização do instrumento foi atentamente monitorada, e o diálogo foi direcionado para o alcance dos objetivos da pesquisa, que orientaram seus diferentes momentos. Tendo o trabalho de campo

iniciado em 2015, foi construída uma lista de contatos de militantes do ME na UFES, entre dirigentes das 40 entidades de representação e membros dos 12 coletivos estudantis presentes nos *Campi*. Ao todo, foram convidados 121 estudantes de 42 cursos.

Todos os contatos foram convidados a participar da pesquisa através de mensagens eletrônicas. Ao todo, 22 militantes do ME aceitaram conversar pessoalmente. Dessas conversas, 12 militantes concordaram em participar da pesquisa, apenas oito militantes participaram da primeira conversação grupal, e apenas cinco militantes participaram das quatro conversações grupais. Para atender às exigências do projeto de pesquisa, foi necessário reenviar os convites à lista de contatos para a formação de um segundo grupo, que resultou em oito conversas individuais. Delas, quatro militantes concordaram em participar da pesquisa, três participaram da primeira conversação grupal, e apenas um participou das quatro conversações planejadas.

Esses seis militantes atendiam aos critérios estabelecidos no projeto inicial: dois dirigentes de CA ou DA, um que apoiou e outro que não apoiou a chapa vencedora na última eleição do DCE; deveriam possuir distintos posicionamentos entre si sobre a política geral e a política estudantil brasileira; e quatro sujeitos participantes de coletivos estudantis. Assim, Danilo, Dante, Alexandre, Guilherme, Bruno e Anderson – nomes fictícios – se tornaram sujeitos desta pesquisa.

Dos 110 convites feitos, 41 foram dirigidos às mulheres que militavam no ME na UFES, mas apenas nove delas conversaram pessoalmente comigo, e quatro concordaram em participar da pesquisa. No primeiro e no segundo grupo, três mulheres e uma mulher participaram da primeira conversação grupal, respectivamente, e não participaram da segunda conversação. A busca de outras mulheres era, então, inviável porque elas já chegariam para a terceira conversação, quando a pesquisa já estava avançada. Além disso, a presença de mulheres não foi um critério estabelecido no projeto inicial. Isto limitou a pesquisa à participação apenas de homens, uma incômoda realidade que me foi imposta. Vale ressaltar que não há uma causa comum que justifique esse abandono. Quando questionadas, cada uma apresentou motivos únicos, associados a problemas pessoais e familiares, militância ou vida acadêmica.

Durante as conversações, Danilo era dirigente do CA de Engenharia Civil, não era filiado a um partido político e preferia não se posicionar sobre a política geral ou sobre a política estudantil brasileira. Dante era militante do ME no curso de Arquitetura e Urbanismo, não apoiava os métodos da chapa vencedora da última eleição do DCE, participava do Coletivo Caleidoscópio – voltado à ação artística e cultural –, e afirmava estar à esquerda do espectro político brasileiro, apesar de não ser filiado a nenhum partido. Alexandre era dirigente do CA de Administração, não era filiado a partido político, participava do Coletivo Camará – voltado à ação política no ME –, apoiava a chapa vencedora na última eleição do DCE e se posicionava à esquerda do espectro político brasileiro.

Guilherme era dirigente do DA de Medicina, não era filiado a um partido político, e apoiava as práticas da chapa vencedora na última eleição do DCE. Bruno era militante no ME no curso de Direito, organizou uma chapa para a última eleição do DCE – derrotado, mas obteve 980 votos –, não apoiava os métodos da chapa vencedora, se posicionava à direita do espectro político brasileiro e era dirigente do MBL de Vitória/ES. Anderson era militante do ME no curso de Ciências Sociais, havia sido filiado ao PSOL, alinhava-se à esquerda do espectro político brasileiro, e participava do Coletivo Afrokizomba – dedicado às manifestações culturais e artísticas de matriz africana. Para que os seis sujeitos participassem de quatro reuniões, foram necessários nove encontros, em 2019, conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Encontros realizados

Encontro	Local	Data	Duração	Participantes
Primeiro	Sala de Pesquisa e Grupos Focais do ED-VIII na UFES	23 de abril	167 minutos	Danilo, Dante, Alexandre, Guilherme, Lara, Isadora, Anita e Rogério
Segundo	Sala de Pesquisa e Grupos Focais do ED-VIII na UFES	07 de maio	103 minutos	Dante, Bruno, Alexandre e Guilherme

Terceiro	Sala de Pesquisa e Grupos Focais do ED-VIII na UFES	22 de maio	104 minutos	Dante, Danilo, Bruno, Guilherme e Alexandre
Quarto	Auditório da Biblioteca Central da UFES	04 de junho	96 minutos	Dante, Danilo, Bruno, Guilherme e Alexandre
Quinto	Cantina do CCJE	02 de julho	60 minutos	Danilo e Bruno
Sexto	Sala de Pesquisa e Grupos Focais do ED-VIII na UFES	30 de outubro	50 minutos	Anderson, Evair e Brunela
Sétimo	Sala de Pesquisa e Grupos Focais do ED-VIII na UFES	13 de novembro	30 minutos	Anderson e Evair
Oitavo	Sala de Pesquisa e Grupos Focais do ED-VIII na UFES	27 de novembro	25 minutos	Anderson
Nono	Câmara Municipal de Vitória	10 de dezembro	20 minutos	Anderson

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

A partir do Quadro 3, é possível verificar que os militantes que participaram de uma ou duas reuniões foram desconsiderados como sujeitos de pesquisa. Os seis sujeitos de pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A) e foram convidados a responder um questionário com questões abertas e fechadas (APÊNDICE C) que serviu para caracterizá-los na elaboração desta tese. As conversações grupais foram orientadas por um roteiro elaborado a partir da análise da conversação anterior (APÊNDICE D) – exceto a primeira. Elas foram gravadas e transcritas para esta análise.

Os indicadores dos sentidos subjetivos, que se configuravam de forma mais estável na participação política dos sujeitos, foram encontrados em elaborações

diferenciadas, em comparações entre distintos significados e na expressão dos sujeitos acerca do tempo e do espaço (GONZÁLEZ REY, 2005). Como esses indicadores não encontravam significação em teorias já existentes, foram legitimados pela minha construção teórica na relação com o momento do trabalho de campo. Por sua complexidade, dinâmica e imprevisibilidade, foram categorizados a partir de sua proximidade com a informação construída, mediados a partir das minhas representações, norteados os momentos seguintes da pesquisa.

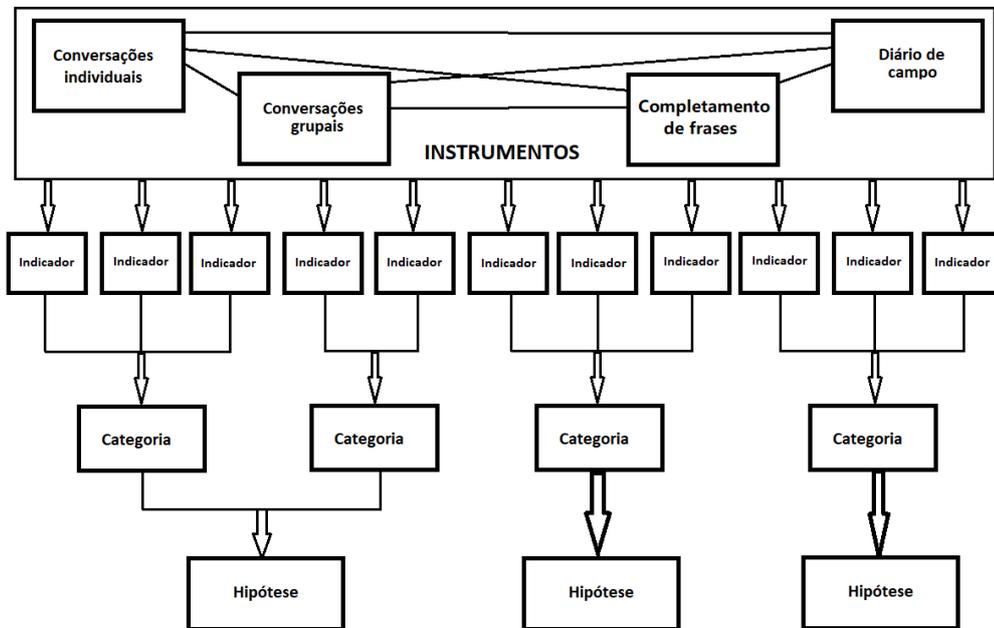
Nas conversações grupais, realizou-se uma reflexão a respeito desses indicadores que, mantendo-se estáveis, permitiram a formulação das hipóteses que constituem a análise dos sujeitos. Inicialmente, planejou-se a solicitação de uma redação aos sujeitos da pesquisa. No entanto, considerando a variedade dos temas em relação aos sujeitos, optou-se pelo uso do completamento de frases, onde um indutor é sugerido e se espera, do sujeito, que escreva a frase que lhe vem à mente. O indutor pode se referir a atividades, experiências ou pessoas sobre as quais se deseja estimular uma expressão consciente do participante da pesquisa (GONZÁLEZ REY, 2005). Esse instrumento foi utilizado antes do início da terceira conversação grupal de cada sujeito.

O completamento de frases (APÊNDICE E) permitiu a construção mais ampla dos processos simbólicos que constituíam as configurações subjetivas, e era coerente com a visão de que o pensamento se realiza na palavra (FERREIRA; NOGUEIRA, 2013). Assim, as discussões orientadas pela Epistemologia Qualitativa foram realizadas sobre os processos que conduziam às hipóteses, em vez de descrevê-las. A inteligibilidade sobre as configurações subjetivas partia dos momentos do trabalho de campo, mas buscava compreender o processo histórico de sua construção, ou seja, investigava o desenvolvimento, e não as suas partes constituintes.

Através da confirmação, nos instrumentos escritos, das hipóteses formuladas em momentos anteriores, o trabalho em construção foi legitimado e pôde, por fim, ser apresentado no momento seguinte. Os dados produzidos foram analisados após cada momento no trabalho de campo, de acordo com a Figura 1. A partir das expressões estimuladas pelos instrumentos, foram destacados os indicadores de sentidos subjetivos que adquiriam certa estabilidade, e que se configuravam na participação

política dos sujeitos da pesquisa. Os indicadores foram a unidade principal da pesquisa, compreendida como um processo teórico, interpretativo, construído sobre especulações que ganham consistência na medida em que avança.

Figura 1 – Etapas da análise dos dados



Fonte: Elaboração própria com base na literatura

Esses indicadores foram constituídos pelos significados elaborados sobre “[...] eventos, expressões ou sistemas de expressões, os quais não aparecem explícitos, em seu significado, pelos participantes de uma pesquisa” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 30). Foram constituídos ainda por aspectos da expressão: “[...] silêncios, expressões emocionais e processos inerentes à narrativa (temporalidade, referências afetivas, elaboração pessoal, dentre outros)” (GONZÁLEZ REY; MITJÁNS MARTÍNEZ, 2017, p. 35). O número de vezes em que os sentidos subjetivos emergiam ao longo da pesquisa não aumentava a importância dos indicadores a eles relacionados, mas sim, o significado de um indicador de sentido, ou de um conjunto deles, para a pesquisa em construção (SILVEIRA, 2017). Os indicadores foram ainda encontrados:

[...] indiretamente na qualidade da informação, no lugar de uma palavra em uma narrativa, na comparação das significações atribuídas a conceitos distintos de uma construção, no nível de elaboração diferenciado no tratamento dos temas, na forma com que se utiliza a temporalidade, nas construções associadas a estados anímicos diferentes, nas manifestações

gerais do sujeito em seus diversos tipos de expressão etc. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 116)

Por se tratar da antítese daquilo que é evidente, um indicador de sentido subjetivo não pode ser encontrado na expressão direta e consciente do sujeito – o que limita suas possibilidades ao que não foi dito intencionalmente. Ele representa uma especulação do pesquisador, e seu valor está na qualidade da informação que oferece para o modelo teórico em construção. Adjacente a cada frase dita por um sujeito há uma infinidade de indicadores, mas esta tese se limita a destacar apenas aqueles que contribuem para o alcance do seu objetivo. O nome atribuído a um indicador é uma categorização que resulta de um processo construtivo-interpretativo: ele é comparado com aqueles obtidos na expressão dos demais sujeitos, em diferentes momentos do trabalho de campo e/ou instrumentos utilizados.

Segundo González Rey (2005, p. 7), “a categoria tem um caráter especulativo que, em seu momento atual, tem como fundamento somente a construção teórica de quem a defende”, e precisa rechaçar qualquer forma de objetividade na construção da informação. Dado o seu caráter especulativo, que envolvia as representações teóricas, valores e intuições do pesquisador, esse processo precisava estar fundamentado nos momentos do trabalho de campo. Esses indicadores, e as categorias a eles atribuídas, foram organizados em um texto paralelo que permitiu novos arranjos:

Em tabelas, foram registrados momentos e expressões que a mim me pareciam associados a sentidos subjetivos ligados ao problema de pesquisa. Esse material, as tabelas e as transcrições das expressões nos momentos empíricos, constituem espécie de relatório primário de apoio à pesquisa. Neles estão anotadas a íntegra das transcrições das gravações e categorizações que conduziram às configurações subjetivas levantadas (SILVEIRA, 2017, p. 12).

No processo construtivo-interpretativo de produção da informação, com idas e vindas ao campo, novos sentidos eram atribuídos a um indicador. Por exemplo, aqueles associados ao pai, à mãe e à família eram recorrentes no desenvolvimento da pesquisa, e possuíam valor heurístico para os modelos teóricos em construção. Eles foram unificados na categoria sentidos subjetivos das relações familiares, que se converteu em uma hipótese. O conjunto de hipóteses associadas a uma configuração

subjetiva é o modelo teórico que a representa de forma aproximada em um momento específico.

Nesses termos, o resultado da pesquisa são modelos teóricos que organizam as hipóteses sobre as configurações subjetivas da participação política dos sujeitos no ME na UFES, que envolveu os mais diversos aspectos das suas vidas, não necessariamente ligados à política, em uma relação complexa, processual e dinâmica. Nas análises também são discutidos aspectos colaterais adjacentes às narrativas dos sujeitos. Segundo González Rey (2005, p. 134)

Os aspectos colaterais que contribuem para o campo de estudo em que a pesquisa se desenvolve devem ser apresentados por qualquer pesquisa independente do seu foco central, pois uma pesquisa abre um cosmo de informação que não deve ser ignorado por causas formais ou de outra índole. É nossa responsabilidade construir tudo o que sejamos capazes de visualizar nesse cosmo de informação que se nos abre nesse processo.

Assim, as barreiras institucionais para a realização de festas na UFES, as dificuldades grupais de reconhecer os próprios erros, e ajustar suas práticas, os conteúdos ministrados nos cursos de graduação, e a politização do cotidiano de militantes partidários, por exemplo, foram tratados como aspectos colaterais da pesquisa. Em relação às terminologias adotadas, são necessárias algumas considerações. As palavras emoção, sentimento e afeto foram empregadas quando era necessário se referir às manifestações imediatas dos sujeitos, e que pareciam escapar do controle intencional.

Nesta tese, a temporalidade dos verbos empregados, sempre no pretérito, serviu para reforçar a ideia de que as narrativas expressavam aquele momento específico das reflexões dos sujeitos. Expressões como aparentemente, é possível, e parecia, empregadas de forma recorrente nesta tese, reforçavam a constante presença das minhas representações e a ideia de que se tratava de uma realidade possível. A ordem em que os sujeitos serão apresentados é a mesma em que seus casos foram analisados. Essa opção permitirá ao leitor acompanhar o desenvolvimento das representações do pesquisador ao longo da construção deste relatório.

5 AS CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MILITANTES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

O objetivo deste capítulo é analisar as configurações subjetivas da participação política no ME dos sujeitos desta tese. Inicialmente, serão apresentados os contextos institucional e social específicos em que a pesquisa foi realizada – a UFES e o perfil dos estudantes de graduação das universidades federais da Região Sudeste. Em seguida, organizações do ME na UFES – como o DCE, o DA Dido Fontes, por exemplo – serão situadas historicamente. Por fim, serão analisadas as configurações subjetivas de Alexandre, Bruno, Guilherme, Dante, Danilo e Anderson.

5.1 CONTEXTO INSTITUCIONAL E SOCIAL DA PESQUISA

A UFES foi criada em 1954, e sua estrutura foi consolidada em 1961 com oito cursos (BORGIO, 2014). Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES –, a UFES é uma das 63 universidades federais brasileiras, localizada na Região Sudeste, onde localizam-se outras 19 instituições (ANDIFES, 2020). Ela possui quatro *campi*, sendo dois na cidade de Vitória, um na cidade de Alegre e um na cidade de São Mateus. Suas instalações comportam 19.199 alunos – na modalidade presencial – matriculados em 102 cursos de graduação. Apesar de não existirem trabalhos recentes que discutam o perfil socioeconômico dos seus estudantes, ou mesmo relatórios institucionais, a ANDIFES realizou cinco pesquisas sobre o perfil socioeconômico dos estudantes das universidades federais (ANDIFES, 1994; 2004; 2011; 2014; 2018). Apesar dessas pesquisas destacarem os números referentes à Região Sudeste, elas apresentam algumas diferenças entre si.

As três primeiras pesquisas utilizaram o critério da Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa de Mercado – que mais tarde viria a se tornar a Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa – para apresentar a classe econômica dos estudantes com base nos bens da família e na escolaridade dos pais. As duas últimas pesquisas distribuíram os estudantes de acordo com a renda familiar *per capita*, dificultando comparações. Vale ainda ressaltar que a primeira pesquisa não investigou a etnia dos

estudantes. Apesar dessas limitações, a amostra envolveu a quase totalidade das instituições da Região Sudeste (TABELA 1), e os resultados oferecem uma visão geral da situação socioeconômica de seus estudantes.

TABELA 1 – DADOS DA PESQUISA – REGIÃO SUDESTE

Categoria	1994	2004	2010	2014	2018
Número de instituições	17	19	20	20	21
Universo	114123	134476	201242	287087	341398
Amostra	11985	12469	918	55779	51001

Fonte: ANDIFES (1994; 2004; 2011; 2014; 2018)

Nota: Dados adaptados pelo autor

Em relação à etnia (TABELA 2), verifica-se o aumento gradual, entre 2004 e 2018, dos estudantes que se declaram pardos e pretos, e uma diminuição na participação dos que se declaram brancos. Essas mudanças podem estar relacionadas ao processo de autodeclaração dos estudantes, considerando as recentes intervenções governamentais orientadas por políticas afirmativas, mais especificamente a adoção do sistema de cotas, para a seleção de alunos das universidades federais, desde 2012.

TABELA 2 – ETNIA DOS ESTUDANTES – REGIÃO SUDESTE

Etnia	2004	2010	2014	2018
Branca	70,10%	64,94%	56,22%	50,80%
Indígena	1,50%	0,26%	0,37%	0,40%
Preta	4,70%	6,49%	9,62%	11,70%
Parda	20,60%	24,74%	31,69%	32,20%
Outra	3,10%	3,57%	2,10%	4,90%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: ANDIFES (2004; 2011; 2014; 2018)

Nota: Dados adaptados pelo autor

Em relação aos antecedentes escolares (TABELA 3), observa-se o aumento da parcela de estudantes oriundos de escolas públicas e a consequente redução da parcela de estudantes oriundos de escolas particulares. Essas mudanças podem estar relacionadas à adoção de políticas governamentais de democratização do acesso às universidades federais, como a adoção do Exame Nacional do Ensino Médio, do

sistema de cotas e a proliferação de cursos preparatórios governamentais voltados para estudantes oriundos de escolas públicas.

TABELA 3 – ANTECEDENTES ESCOLARES – REGIÃO SUDESTE

Tipo de escola	1994	2004	2010	2014	2018
Escola pública ou maior parte	42,81%	42,60%	41,44%	64,02%	60,70%
Escola particular ou maior parte	57,19%	57,40%	58,56%	35,98%	39,30%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: ANDIFES (1994; 2004; 2011; 2014; 2018)

Nota: Dados adaptados pelo autor

Em relação à situação econômica dos estudantes (TABELA 4), entre 1994 e 2018 a parcela de pertencentes às classes A e B caiu de 60,12% para 57%, enquanto a parcela dos pertencentes às classes D e E diminuiu de 10,26% para 7,4%. Essas mudanças não refletem as que ocorreram na sociedade brasileira, mas evidenciam uma tendência ao aumento da presença da classe C no corpo discente das universidades federais da Região Sudeste.

TABELA 4 – SITUAÇÃO ECONÔMICA – REGIÃO SUDESTE

Nível renda	1994	2004	2014	2018
A	12,53%	17,40%	18,33%	13,90%
B	47,59%	47,00%	47,25%	43,10%
C	29,62%	27,80%	29,68%	35,60%
D	8,20%	7,30%	4,67%	6,50%
E	2,06%	0,50%	0,07%	0,90%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: ANDIFES (1994; 2004; 2011; 2014; 2018)

Nota: Dados adaptados pelo autor

Os números apresentam o impacto das políticas de democratização do acesso ao ensino superior brasileiro nas universidades federais da Região Sudeste. Nessa linha, Ristoff (2014, p. 742) verifica esses impactos positivos nas universidades brasileiras, mas o perfil socioeconômico dos estudantes ainda está longe de refletir a realidade

do País: “é possível inferir que persiste uma expressiva distorção de natureza socioeconômica no *campus* brasileiro”. Assim, as históricas mobilizações estudantis pela democratização do acesso à universidade parecem produzir resultados graduais. Esse fato afirma a importância da continuidade das mobilizações através de suas organizações, como o DCE/UFES, cuja história, estrutura, repertório de ações e de lutas são discutidos a seguir.

5.2 ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UFES

Em 1963, dois anos após a consolidação da estrutura da UFES, foi criado o DCE/UFES, e em 1964 ocorreu um golpe civil-militar no Brasil. Naquele mesmo ano, o então reitor da UFES, Professor Manoel Xavier Barreto Filho, foi afastado pelo novo regime e o DCE/UFES não se manifestou. Segundo Athaydes (2015), até 1967 o Diretório foi dirigido por uma direita conservadora que priorizava atividades recreativas e assistencialistas. No entanto, a partir de 1967 o DCE/UFES passou a ser dirigido por estudantes simpáticos às ideias oriundas do campo da esquerda, no espectro político brasileiro, que contestavam o novo regime, o que provocou o seu fechamento em 1969 (BORGGO, 2014).

Entre 1969 e 1978 o Diretório manteve-se fechado, apesar da reabertura do DA Dido Fontes, do Centro Tecnológico da UFES, em meados dos anos 1970. Durante esse período ainda havia alguma liderança entre os estudantes da Universidade, embora clandestina: alguns deles buscavam contatos com estudantes de outras instituições (BORGGO, 2014). Em 1978 foi criada a Comissão Pró-DCE, e no ano seguinte o DCE/UFES foi reaberto com a eleição de Paulo Hartung para o cargo de presidente.

Entre 1979 e 1983, o DCE/UFES foi dirigido por estudantes ligados ao Partido Comunista Brasileiro. Naquele período, foi deflagrada uma greve de estudantes na Universidade, houve a participação de 108 delegados no congresso de reconstrução da UNE e foi realizado o Festival de Música Popular na cidade de Alegre. Entre 1983 e 1988, a entidade passou a ser dirigida por estudantes ligados ao PT. Nesse período, os estudantes da UFES fizeram parte das lutas por eleições diretas para presidente da república e a entidade enfrentou problemas organizacionais relacionados ao seu esvaziamento.

Entre 1988 e 1990, a entidade foi dirigida por estudantes independentes, com viés anarquista, que compunham o coletivo “Turma do Balão Mágico”. A gestão foi marcada por protestos contra o corte de verbas, pela prisão do presidente da entidade por tráfico de drogas e pela realização do Encontro Nacional de Juventude e Cultura – *Quarup* – na cidade de Vila Velha. Em 1990, o DCE/UFES passou a ser dirigido por estudantes ligados ao PC do B, e a gestão foi marcada por problemas organizacionais relacionados ao esvaziamento, o que motivou os CA’s e DA’s a realizarem novas eleições sem a participação do grupo que dirigia o DCE.

Entre 1991 e 2000, a entidade foi dirigida predominantemente por estudantes ligados ao PT. O período foi marcado pela caravana à Brasília pela aprovação das novas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que contou com a minha participação na condição de dirigente do Grêmio Estudantil da Escola Técnica Federal. Além da caravana, o período também foi marcado pela mudança da sede física da entidade para um espaço maior, e ocorreu o Congresso dos Estudantes da UFES que modificou o estatuto do DCE, momento a partir do qual a composição da diretoria passou a ser proporcional ao número de votos que cada chapa obtinha.

Entre 2000 e 2004, a entidade foi dirigida, predominantemente, por estudantes ligados ao PC do B, mas, dado o critério da proporcionalidade, o pesquisador compôs sua diretoria entre 2000 e 2002. Naquele período, a sede do DCE foi reformada e houve uma maior aproximação da organização com os CA’s e DA’s. Entre 2004 e 2006, o DCE passou a ser dirigido por estudantes independentes de orientação anarquista. Embora os estudantes ligados ao PT ocupassem a maioria dos cargos da diretoria entre 2004 e 2005, os independentes estavam mais próximos dos CA’s e DA’s, favorecendo seu controle no período e a vitória eleitoral para a gestão 2005/2006. Nesse período, os estudantes da UFES protestaram contra o aumento das passagens de ônibus, e o uso dominical do *campus* com atividades culturais passou a ser estimulado com o projeto “Domingo na UFES”.

Entre 2006 e 2016, o DCE passou a ser dirigido por estudantes ligados ao PSOL. Nesse período, os congressos de estudantes da UFES, que discutiam questões políticas nacionais e locais, e revisavam o estatuto do DCE, foram realizados de dois

em dois anos, sendo que a partir do congresso de 2016 a composição da diretoria deixou de ser proporcional e passou a ser majoritária: a chapa vencedora da eleição passou a indicar todos os cargos. Naquele ano, foi eleita a chapa “F5 Atualiza”, composta por estudantes que criticavam qualquer orientação partidária na condução da entidade, e que era resultado da articulação das associações atléticas dos cursos. A gestão foi marcada por lutas específicas, como a melhoria da qualidade das aulas e da infraestrutura da UFES.

Em 30 de novembro de 2017, foi eleita a chapa “Todas as Vozes”, chapa única composta por estudantes independentes e ligados ao PSOL, que obteve 2.751 votos – 12,31% do número total de eleitores. O começo da gestão foi marcado pela luta por melhores condições de permanência dos estudantes na Universidade, mais especificamente por melhorias no Restaurante Universitário – RU, que foi sucateado pelas políticas de austeridade do governo de Michel Temer/MDB.

Em 2020, a sede do DCE/UFES situa-se no segundo andar do prédio anexo ao RU, na Av. Fernando Ferrari, nº 514, *Campus* Universitário, em Goiabeiras, Vitória/ES. Segundo seu estatuto, revisado no XI Congresso dos Estudantes da UFES em 2018, e que está disponível no *website* do DCE (ESTATUTO..., 2018), todos os estudantes matriculados nos cursos presenciais de graduação e pós-graduação *Strictu Senso* da UFES compõem seu quadro de membros.

Os objetivos da entidade são: apoiar os eventos realizados pelos estudantes e pelos CA's e DA's da UFES; representar seus membros; defender os interesses de seus membros; promover intercâmbio, articulação e colaboração com as demais entidades estudantis e com os diversos movimentos sociais; promover a integração dos estudantes; buscar o aperfeiçoamento dos cursos de graduação da UFES; instaurar debates sobre a situação sócio-política; lutar pelo ensino público, gratuito e de qualidade; organizar atividades culturais e esportivas; promover a aproximação entre os corpos discente, docente e técnico administrativo; lutar pela democratização do acesso e pela implantação de políticas que garantam a permanência do estudante na instituição; ocupar as vagas discente nos órgãos colegiados da UFES; defender a democracia, a liberdade, a paz e a justiça social dentro e fora da Universidade.

A instância máxima de deliberação do DCE é o Congresso dos Estudantes da UFES, que tem por objetivo revisar o estatuto da entidade, orientar a atuação do ME na Universidade, debater temas ligados à política educacional e problemas sociais, além de integrar os *campi* da UFES. A segunda instância de deliberação da entidade é a Assembleia Geral, com quórum mínimo de 100 estudantes, que tem por objetivo deliberar sobre assuntos de interesse dos estudantes, afastar diretores e representantes discentes nos órgãos colegiados superiores, convocar o Congresso dos Estudantes, nomear a Comissão Eleitoral para as eleições da diretoria e votar casos omissos no estatuto.

A terceira instância deliberativa é o Conselho de Entidades de Base – CEB, composto por um representante de cada CA ou DA da UFES, cabendo ao representante do DCE apenas o Voto de Minerva em caso de empate. Compete ao CEB fiscalizar e dar parecer sobre relatórios e prestação de contas da diretoria, além de convocar o Congresso dos Estudantes e a Assembleia Geral. O quórum para sua instalação é de um terço das entidades cadastradas no DCE/UFES. De acordo com registros encontrados no *website* do DCE (ENTIDADES..., 2020), os estudantes da UFES estão organizados em 34 CA's e três DA's cadastrados no Diretório Central, e a instalação do CEB exige a presença de, no mínimo, 13 entidades cadastradas.

Por fim, a quarta e última instância deliberativa é a Diretoria, composta por 19 membros: oito membros nas diretorias estruturais, e 11 membros nas diretorias temáticas. Ela possui a função de executar as deliberações tomadas nas instâncias superiores da entidade, possui mandato de um ano e é eleita por voto direto, facultativo, universal e secreto dos membros do DCE/UFES. Entre 2016 e 2019, dois congressos dos estudantes foram realizados, bem como três eleições para o DCE e Conselhos Superiores da UFES.

Nesse período, em que o trabalho de campo era realizado, os estudantes protagonizaram vários protestos. Em 2016, a reitoria foi ocupada por estudantes contrários ao congelamento dos investimentos na educação – proposta pelo então presidente Michel Temer/Mobilização Democrática Brasileira. Entretanto, não obtiveram sucesso em sua demanda, e tal congelamento persiste ainda em 2020. Em 2017, organizaram uma consulta pública sobre o reajuste no preço das refeições

ofertadas no Restaurante Universitário – RU –, sendo bem-sucedidos em adiar o aumento. Em 2018, quando o preço das refeições ofertadas no RU aumentou, protagonizaram protestos internos, e o reajuste nos preços das passagens de ônibus levou os estudantes às ruas.

Naquele ano, iluminação precária e assaltos recorrentes estimularam debates acerca da segurança nos *campi* da UFES, e os estudantes conquistaram melhorias na segurança. Em 2019, quando as conversações foram realizadas, o presidente Jair Bolsonaro/sem partido exercia o primeiro ano do seu mandato, quando decretou um contingenciamento no orçamento da educação. Os estudantes, então, passaram a ocupar vários prédios da universidade e realizaram quatro passeatas. Esse movimento, que envolveu estudantes, professores e servidores, foi bem-sucedido em suas demandas, e o orçamento deixou de ser contingenciado ainda em 2019. Essas mobilizações, que demonstraram o protagonismo dos estudantes na defesa de melhores condições de ensino, envolviam também os coletivos estudantis, alguns dos quais são listados no Quadro 4.

Quadro 4 – Coletivos estudantis, com atuação na UFES, encontrados no *Facebook*

Coletivo	Foco de atuação
Coletivo Negra da	Igualdade racial
Coletivo Afoxé	Igualdade racial
Coletivo Afrokizomba	Difusão de manifestações artísticas e culturais de matriz africana
Coletivo Araceli	Igualdade de gênero
Coletiva Geni	Igualdade de gênero
Coletivo Casa Verde	Difusão de técnicas de agricultura orgânica e de valores a ela associados
Coletivo Caleidoscópio	Difusão de manifestações artísticas e culturais
Coletivo Camará	Política geral e estudantil
Grupo AlternAtiva	Política geral e estudantil
Grupo Opção	Política estudantil

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Os coletivos constantes no Quadro 4 são aqueles que contam com a participação de estudantes da UFES, e que possuem atuação na universidade e página no *Facebook*. Assim, esta tese assume que o ME na UFES envolve as organizações de representação e os coletivos.

5.3 ALEXANDRE DA ADMINISTRAÇÃO, O GESTOR DO CENTRO ACADÊMICO: “EU VOU PROVAR NA PRÁTICA QUE EU SOU BOM”

Durante as conversações, Alexandre era um militante do ME que afirmava não possuir filiação partidária, mas que era simpático às ideias oriundas da esquerda do espectro político brasileiro. Tinha entre 26 e 30 anos, era dirigente do CA de Administração e participava do Coletivo Camará. Foi criado nas imediações do *Campus* Goiabeiras da UFES, que frequentava desde que nasceu. Eu inclusive acompanhei o seu desenvolvimento a uma certa distância, desde a infância, por ele ser filho de um antigo conhecido das peladas de sábado. No entanto, desde que aceitou participar da pesquisa, nos aproximamos ainda mais.

Por ter sido criado e, inclusive, estudado na creche instalada dentro do referido *Campus*, Alexandre acreditava ter “[...] o dever moral de defender isso aqui [a UFES] público, gratuito e de qualidade”, conforme afirmou em sua primeira conversação grupal. Ao ser solicitado a completar frases em um instrumento escrito, ele o fez da seguinte forma: “14. A UFES: meu berço, minha história, minha escola, laboratório do saber e do viver”. Esse dever moral, associado ao afeto que demonstrava ter pela instituição, pareciam formar uma unidade emocional que o impulsionava a participar da política estudantil.

Em outro momento de sua primeira conversação grupal ele ainda disse: “[...] o meu discurso, na assembleia que a gente tentou fechar o curso nessa época das ocupações, o meu discurso foi que o meu irmão de três anos, que tá lá em casa, que quero que ele tenha a oportunidade de estudar nisso aqui público”. Na construção simbólica desse episódio buscou, na figura do seu irmão mais novo, elementos que mobilizavam os afetos e a empatia da plateia, revelando o significado positivo que atribuía à família. Em relação à família, ele disse em sua primeira conversação grupal:

Meu avô por parte de pai foi do partido comunista. Era intelectual. Foi preso na ditadura militar, ficou 10 meses preso. Isso é uma marca na minha família. E eu fui descobrir isso aqui dentro da universidade. E eu fui não só me conhecendo, mas conhecendo a história da minha família. [...] minha avó também era do partido comunista. Por parte paterna tem esse negócio muito forte com a política. Parte da minha mãe não, são do interior. Meu avô é do interior de Minas e minha avó é aqui do interior do Espírito Santo, de Colatina. Minha mãe fez psicologia aqui na UFES. Não teve participação política. Meu pai sempre participou de movimento de greve.

Essas palavras são melhor interpretadas quando associadas ao contexto de sua participação política. Por se reconhecer como um militante de esquerda, é possível especular que buscou em seu pai – que trabalhava na UFES – a referência para as escolhas que fez no campo político, já que ele “sempre participou de movimento de greve”, enquanto o uso da expressão “não teve participação política”, ao se referir à mãe, parecia indicar uma influência menos relevante. Em sua segunda conversação grupal, ao ser questionado sobre a influência do pai na construção de sua participação, disse:

Meu pai nunca quis ser exemplo. Ele sempre deixou isso claro. A conversa, ele chega bolado [gíria para irritado] e já solta tudo. Ele sempre deixou claro que: oh, vou falar uma coisa pra vocês, não quero ser exemplo. Meu pai sempre foi doidão. Se você for lá na Artes e perguntar do Dodô [apelido fictício], o pessoal vai falar que ele é doido. Mas é o doido mais consciente que a gente tem nessa universidade aqui. E é considerado doido pelo excesso de consciência que ele tem. E ele me deu muita liberdade, como você falou aí. O meu pai não me domina, mas o Bruno não tava aqui presente, vou ter que repetir pra ele me conhecer também, meu avô era do partido comunista, meu avô e minha avó por parte de pai. Meu avô foi preso, torturado, ficou 10 meses preso. E eu acho que isso é uma coisa que eu carrego também dentro de mim. E meu pai carregou também durante toda a trajetória dele dentro da universidade. Ele sempre foi muito... do enfrentamento mesmo [...] principalmente agora tá mudando muita coisa lá. Mas é meu. Eu tive uma construção de vida totalmente diferente do meu pai. Meu pai nunca foi um cara violento, eu já tive momentos da minha vida que eu fui violento. Hoje eu atingi uma maturidade que eu consegui dialogar mais. Como eu falei, participei de torcida organizada seis anos da minha vida. Então gostava do enfrentamento... gostava não, gosto do enfrentamento. Continuo gostando, mas eu enfrento de outra maneira hoje.

Havia uma expectativa de que Alexandre negaria essa influência, dada a criação independente que afirmou ter tido em sua primeira conversação grupal. No entanto, ele a admitiu, reforçou a admiração que possuía pelo pai e afirmou o papel ativo de ambos em situações de enfrentamento. A partir deste indicador de sentido subjetivo das relações familiares, que se configurava em sua participação política, foram elaborados indutores para o seu completamento de frases. Em um ponto deste

instrumento, buscou-se diferenciar a importância do pai e da mãe em sua militância. Ele escreveu:

1. Minha família: a razão de ser, o ser humano que me constitui.
2. Meu pai:
3. Minha mãe:
4. Minha infância:
6. O futebol: cultura popular.
7. Sou: uma faísca, no meio de um mar de fogueiras que é a humanidade
8. Quero: amor e revolução.
9. Sonho: um mundo sem exploração do homem pelo próprio homem.
10. Tenho medo:
11. Sinto prazer:
12. Não gosto: de injustiça.

Apesar de ter aceitado completar frases nas mesmas condições de ambiente e tempo que os demais participantes da pesquisa, Alexandre não preencheu os indutores “meu pai”, “minha mãe” e “minha infância”. Mesmo entendendo sua família como “razão de ser”, e permanecendo pensativo durante a maior parte da aplicação do instrumento, demonstrou dificuldade ao expressar sua relação com o pai, com a mãe e com a própria infância. Assim, ao ser questionado, em sua quarta conversação grupal, sobre a razão do não preenchimento destes campos, disse inicialmente que não teve tempo. Foi então questionado que lhe foi dada a mesma condição dos demais sujeitos, sendo ele lacônico em sua resposta: “sobre a minha família que eu não consegui falar. Falar sobre a minha família é complicado”.

A recusa em falar da família poderia expressar o medo de confrontar valores que orientavam o sujeito a não conversar sobre sua intimidade. Isto porque em momentos anteriores, quando a conversação viesava para o que Marx disse ou não, ou sobre o que era ou não o liberalismo econômico, foram necessárias intervenções que trouxessem os sujeitos de volta ao tema proposto. Quando um ou outro sujeito era prolixo, também foi necessário pedir mais objetividade. Aparentemente, as relações familiares eram entendidas por Alexandre como pouco relevantes ao que se discutia na pesquisa. Essa impressão é reforçada pelos indutores “Tenho medo” e “Sinto Prazer”, onde o sujeito se absteve de escrever sobre si mesmo. Ele parecia direcionar suas respostas às questões políticas, e não encontrava palavras a elas relacionadas.

Sentidos subjetivos das relações pessoais também pareciam se configurar em sua participação política. Um indicador destes sentidos foi expresso em sua crítica a um

professor, por quem nutria sentimentos de hostilidade, ainda em sua primeira conversação grupal: “[...] ele sempre quis disputar eleição, e ele tem ciúminho”. Em sua terceira conversação grupal, acerca do desempenho no debate, da chapa que apoiava para o DCE, disse: “o Bernardo é fraco”. Ao falar sobre um militante do ME que abandonou a pesquisa, disse em sua quarta conversação grupal: “[...] fiquei chocado com a história de Lara. A gente conversava, mas não conversava sobre o passado dela. A gente conversava sobre as coisas em comum que a gente tinha. Mas o que ela falou, explicou muito do que eu admiro nela”. Sua primeira aproximação a um grupo do ME, na Educação Física, também foi influenciada por relações pessoais, conforme afirmou em sua segunda conversação grupal:

É um movimento, pra mim, prático, e foram as lideranças que eu mais me identifiquei. Como o Bruno falou, tinha uma representação: Gustavo. Tales, que morreu agora no São Paulo *Fashion Week*, que foi a minha maior referência dentro do movimento estudantil. O Tales, a gente fez uma homenagem pra ele semana passada no CEB, foi a maior referência do movimento estudantil. O Gustavo também foi, mas o Gustavo ainda tinha muita coisa pra desconstruir, questão do machismo que foi meio escrotão. Mas o Tales era homossexual, então ele já conseguia traduzir melhor o sentimento, e conduzir melhor o movimento. Porque lá sempre foi muito braçal o movimento. E isso que eu falei: se for pra chutar a porta, e o Tales tinha uma doçura que ele conseguia cativar o movimento.

Nestes excertos, a construção simbólica da figura do professor, a quem atacou no nível pessoal, parecia estar associada a um sentimento de desprezo. Já em relação ao Bernardo, associava-se um sentimento de decepção, e em relação ao Gustavo, de rejeição. Por outro lado, na construção simbólica da sua relação com a Lara e com o Tales, imbricava-se um sentimento de admiração. Era nessas unidades simbólico-emocionais que Alexandre buscava as referências que definiam o seu posicionamento político. Assim, propõe-se a seguinte hipótese: sentidos subjetivos das relações familiares e pessoais se configuravam em sua participação política e, em diferentes contextos, influenciavam os sentidos da reflexão que fazia de si mesmo e do seu espaço, como militante de esquerda.

Após este *caput*, que apresentou o sujeito, suas relações familiares e pessoais, são discutidos sentidos associados à política estudantil. Em seguida, aqueles associados ao enfrentamento e, logo depois, os associados à sua área de estudos. Por fim, os núcleos de sentido construídos ao longo desta análise são organizados em um modelo

teórico que se aproxima das configurações subjetivas da participação política de Alexandre.

5.3.1 Política Estudantil: “se você não for de partido político, esquece”

As emoções que mobilizou para participar, e que envolviam sua família, estavam presentes no momento em que Alexandre criticava, ainda em sua primeira conversação grupal, o imobilismo do DCE em relação ao repertório de lutas específicas da universidade:

[...] Coisas específicas dentro da universidade assim. Por exemplo: aumento do RU, eu não vi nenhum movimento do DCE. Passar nos CA's, nos DA's: gente vai aumentar duzentos por cento. Nós estamos perdendo carne, estamos perdendo salada. Os caras estão colocando até grade. Coisas específicas da universidade. Bater pé. Extremamente importante. O meu pai fala para mim assim. Vocês discutem questões macro, mas, e a calçada, o RU que tá aumentando, professor que tá faltando?

Sua crítica, em um contexto de discussão sobre a influência dos partidos políticos no ME brasileiro, reforçou a hipótese da influência exercida pelo pai sobre a participação que construía. Cabe aqui salientar que, naquele momento, as chapas que viriam a disputar o DCE/UFES estavam sendo formadas. Um valor negativo atribuído ao DCE o isentava de fazer algo sobre os problemas específicos, mas como dirigente de um CA, ele até poderia mobilizar seus colegas de curso. Considerando o contexto dessa fala, as “questões macro” do ME pareciam ser pautadas pelos partidos, sendo um indicador dos seus sentidos subjetivos da política estudantil. Logo em seguida, ele disse:

Chapa de DCE, meu irmão, os caras só se envolvem... se você não for de partido político, esquece. Você não é aceito. Eu poderia ter sido um ótimo dirigente de DCE, mas não fui porque eles não aceitam pessoas que atuam independente. E eu fui criado numa mentalidade que não permite essa coisa de centralismo democrático. O próprio partido comunista, que é o partido que eu mais admiro. Mas não entra na nossa cabeça [ele se referia a si próprio] a gente partir de uma ideia coletiva que é uma só. Eu sou mais anarquista que propriamente comunista. Isso nunca entrou na minha cabeça. Na última eleição eu fui meio que arrastado, eu não queria ir. Eu falei: caralho, bicho, eu sou independente. Sempre fui. Ocupei reitoria. Ocupei a reitoria em 2015 [a ocupação foi em 2015, contra o contingenciamento no orçamento da educação promovido por Dilma Rousseff/PT]. Eu não tenho partido político. Quem não tem partido político não segue o movimento estudantil do DCE. Essa é a minha visão de anos.

Antes de analisar este excerto, faz-se necessário esclarecer um dos mecanismos de funcionamento da representação estudantil. Após uma eleição do DCE/UFES, ou mesmo após um Congresso da UNE, cada chapa se reúne para decidir os nomes que assumirão os cargos disponíveis para elas. Nessa reunião, que invariavelmente é tensa, sobressaem as opiniões do grupo majoritário, alinhado ao partido que a promoveu. Aparentemente, uma baixa propensão dos dirigentes partidários ao risco estimula-os a indicar apenas os filiados que lideram. Aparentemente, Alexandre deixou de ser indicado para um cargo no DCE/UFES, frustrando-o e mobilizando seu sentimento de rejeição ao ambiente partidário naquele momento. Em relação à chapa que compôs, disse em sua segunda conversação grupal:

A gente já tava falando disso, que geralmente chapão não dá certo. Que a gente já tem um histórico de chapões de esquerda que não consegue por conta justamente dessa polaridade. Não sei se é polaridade, mas desse estranhamento que tem dentro da própria esquerda, de várias visões de mundo. Essa é questão da Isadora [militante que abandonou a pesquisa] com a briga do sindicato lá. Pra mim, com certeza foi isso. Eu não vejo outra. Eles não conseguiram trabalhar juntos a gestão passada, principalmente depois disso. Isso não se solucionou. Vou ser obrigado a falar isso, a F5 fez uma gestão melhor. Muito melhor.

Sua construção simbólica parecia relacionar as divergências internas da esquerda ao imobilismo da gestão do DCE, levando-o a significar a gestão anterior, alheia às lutas sociais, como muito melhor do que a vigente naquele momento da pesquisa. Apesar de ter feito parte da chapa vitoriosa, Alexandre usou a expressão “eles não conseguiram trabalhar juntos”. Talvez, por não ter sido indicado para um cargo, ele não se sentisse um dos dirigentes do DCE, reforçando a ideia de que teria sido rejeitado. Ao ser questionado sobre esse sentimento, em sua quarta conversação grupal, negou-o e o associou ao egoísmo. Mas, ao falar sobre a assembleia que discutiu a paralização de 15 de maio de 2019, voltou a criticar a partidarização do ME na UFES em sua segunda conversação grupal:

[...] enfim, hoje eu nem consegui ficar na assembleia por conta disso. O PT tava aparelhando a assembleia e falando do governo Bolsonaro, que tá cortando. Tudo bem, eu sou contra mil coisas do governo Bolsonaro. Mas a gente tem que lembrar que o PT, antes do PMDB, também fez cortes. E eu fui oposição ao governo do PT. Ocupei essa reitoria no governo do PT.

Para ele, a contradição entre o imobilismo dos estudantes filiados ao PT, frente aos cortes orçamentários promovidos por governos petistas, e a atuação deles ante os

promovidos pelo governo de Jair Bolsonaro/sem partido, parecia estar associada ao oportunismo político. Aquele episódio mobilizou sentimentos de repulsa que estimularam seu afastamento da assembleia, que era aparelhada por tais estudantes. Hipoteticamente, seus sentidos subjetivos da política estudantil, aos quais se imbricavam os sentimentos de rejeição e de repulsa, submetiam o repertório de lutas gerais do ME aos interesses dos partidos políticos. Com a chegada do período eleitoral do DCE, em 2019, Alexandre tinha duas opções: apoiar a chapa de oposição Alvorada Estudantil, ou a Linha de Frente, da situação, organizadas por estudantes ligados ao PT ou ao PSOL, respectivamente.

Os demais partidos possivelmente tinham alguns de seus filiados nessas chapas, mas não assumiram o protagonismo de organizar as suas próprias. Parecia que a experiência que viveu, nas lutas contra os cortes orçamentários promovidos pelo governo de Dilma Rousseff/PT, influenciou a escolha da chapa que apoiaria naquela eleição. Essa possibilidade foi confirmada em sua terceira conversação grupal, quando compareceu à reunião com um broche da chapa Linha de Frente:

Pesquisador – Alexandre, vi que você tá com brochinho da Linha de Frente aí na camisa, me fala um pouquinho sobre a atuação da esquerda do movimento estudantil durante os governos petistas.

Bruno – pelegooooo [risos].

Alexandre – A esquerda ela não é homogênea. Isso aí já é história. Eu entrei nessa universidade em 2013. Então, quando eu entrei, ainda era PT. E eu sinto muito orgulho de tá no grupo político, que disputa o DCE hoje, que enfrentou todos os governos que cortaram verba da universidade, ou seja: ocupamos a universidade contra o PT, ocupamos a universidade contra o PMDB e tá no processo de luta agora contra o Bolsonaro.

Vale ressaltar que desde a conversa individual, anterior às conversações grupais, Alexandre vinha criticando a gestão do DCE pela ausência de pautas específicas. No entanto, quando refletiu sobre sua trajetória, deixou de se envolver com a oposição dos jovens petistas, e demonstrou postura ativa na produção de novos sentidos da política estudantil na UFES. Em seguida, continuou sua narrativa:

[...] a esquerda, por exemplo, nessa ocupação da reitoria, quando tava atrasando as bolsas do governo do PT, a gente ficou uma semana na reitoria. O DCE era PT, era Conecta na época. O Bruno até falou que fez parte. Era uma chapa do Pedro Teixeira, da Juventude do PT. Eles eram a situação na época, e eles não comporam [sic] com a gente a ocupação. Eles foram no segundo dia lá se posicionar, falar, mas eles saíram fora. Tô muito satisfeito por hoje estar participando da chapa que me representa, e pra mim tem uma

avaliação sincera do que acontece realmente com o Brasil em todos os momentos.

Enquanto em sua primeira conversação grupal, no dia 23 de abril, ele dizia: “aumento do RU, eu não vi nenhum movimento do DCE”, em sua terceira conversação grupal, no dia 22 de maio, o discurso já era: “eu sinto muito orgulho de tá no grupo político, que disputa o DCE hoje, que enfrentou todos os governos que cortaram verba da universidade”. Apesar desses discursos parecerem contraditórios, quando analisados fora de contexto, sua primeira construção simbólica estava relacionada à crítica da ausência de pautas específicas da gestão do DCE. Em nenhum momento ele criticou a atuação da entidade nas lutas gerais. Ao contrário, em vários momentos ele afirmou ter participado de ocupações contra os cortes, ao lado dos militantes do PSOL, reforçando o indicador dos seus sentidos da política estudantil na UFES.

Hipoteticamente, sentidos subjetivos da política estudantil na UFES estimulavam sua rejeição ao grupo de oposição ao DCE, ligado ao PT. Mesmo criticando a gestão da entidade, demonstrou papel ativo para reconfigurar esses sentidos no momento eleitoral, estimulando seu envolvimento com o grupo de estudantes ligados ao PSOL. A esses sentidos, se imbricavam os do enfrentamento, configurando-se para estimular Alexandre a um maior envolvimento e comprometimento com a militância no ME. Um dos primeiros indicadores dos seus sentidos do enfrentamento constituía a narrativa de sua primeira conversação grupal:

A Educação Física sempre foi mais [bateu as mãos]... eu gosto disso, eu gosto. Em um momento agressivo a gente se impõe. Aí tinha uma rixa da galera do Construa com a galera que eu mais ou menos comecei a dialogar depois. Eu fiquei impressionado. Aí fiquei participando do DA deles, ia nas reuniões, nas festas que tinha lá, comecei a participar lá. Aí esse congresso de 2016 que eu fui foi logo depois do golpe, tipo assim, mudou minha vida. Eu fiquei: Caralho, bicho. Foi uma parada nacional que mexeu comigo assim.

A expressão “em um momento agressivo a gente se impõe” parecia resumir sua construção simbólica em relação ao enfrentamento. A emocionalidade envolvida, ao narrar sua experiência de participação em um congresso de estudantes de Educação Física, era um indicador da presença de sentidos subjetivos do enfrentamento, que eram compartilhados na subjetividade social do grupo, que assumiam formas singulares ao se configurarem em sua participação política. Esses sentidos, imbricados a sentimentos hostis em relação aos adversários, foram confrontados com

o medo mais à frente, ainda na primeira conversação grupal, ao relatar sua participação no episódio da ocupação de um prédio no Centro de Ciências da Saúde, no *Campus* de Maruípe em Vitória/ES em 2016, contra o congelamento dos investimentos em educação e em outras áreas – promovido pelo presidente Michel Temer/MDB –, onde disse:

[...] um monte de professor da Terapia Ocupacional, e a gente convencendo a sair. Falta de controle, estavam muito alterados assim. Eu tava meio com medo. Os professores entraram para desmobilizar. As meninas queriam até escrever a nota depois que a medicina fosse embora. Eu não vou me prestar a esse papel. Se vocês quiserem, se vocês escreverem a nota, a medicina ler e ir embora. Eu não vou estar aqui.

Nesse episódio, estudantes e professores que faziam um movimento contra a ocupação disseram que só iriam embora após os estudantes, que ocupavam o prédio, soltarem uma nota afirmando que o movimento havia acabado. A recusa de Alexandre em escrever a nota parecia, naquele momento da conversação, relacionado à uma convicção de que o movimento continuaria, o que contradizia o sentimento de medo expressado por ele. Dada a necessidade de entender melhor esse medo, Alexandre foi questionado sobre isto em sua terceira conversação grupal, onde respondeu:

[...] o medo lá, porra, tava foda. Eles [alunos e professores contrários às ocupações] estavam em um número muito maior que a gente, tentando intimidar a gente de todas as formas possíveis. Impediram a entrada de alimentos. Coisa mais baixa que existe. Não só ali, em todos os lugares que a gente ocupou, aqui quando a gente fez o piquete aqui em frente ao ED-IV [*Campus* de Goiabeiras], o pessoal que era contra a ocupação também impediu a entrada de alimentos. É um pessoal que tem uma visão do ser humano diferente do que eu defendo. Assim, vou continuar dizendo que o pessoal da direita, conheço uma galera aí só, eles tomam as decisões com uma variável. Não sei se você chegou a estudar com o professor Alberto [nome fictício], ele tem uma fala que é muito linda: que esse pessoal da administração, da administração financeira, *marketing*, tomam todas as decisões, a maioria delas, com uma variável, que é a variável financeira. O resto, meio ambiente, questões sociais, ficam lá pra baixo. Primeiro econômico, segundo econômico, terceiro econômico, a partir do quarto a gente começa a pensar em outra variável que possa mudar o rumo da nossa decisão.

Neste excerto, Alexandre mobilizou significados que foram construídos durante discussões realizadas em sala de aula, para explicar aquilo que ele entendia ser o perfil das pessoas que protestavam contra as ocupações de 2016. Ao reconstruir aquele momento, utilizou representações teóricas associadas aos sentidos subjetivos da Administração. Essa construção simbólica estabeleceu um sentido de alteridade,

onde o outro só considerava variáveis econômicas, deixando de reconhecer os erros de seu próprio grupo, que na época promovia as ocupações. É que as ocupações de 2016 foram realizadas sem uma consulta prévia às assembleias dos estudantes, e foram decididas em fóruns paralelos ao DCE, que na época era dirigido pelo grupo F5 Atualiza, ligado às Atléticas.

Quando as ocupações ocorreram, houve reação por parte dos estudantes contrários à paralização das atividades letivas. Eles passaram a impedir a entrada de alimentos, e a forçar a realização de assembleias que deslegitimariam o movimento. É possível que Alexandre tenha sacralizado o seu compromisso com as ocupações de 2016. Com isso, os outros – os estudantes contrários às ocupações – representavam a direita, eram os que possuíam as práticas mais baixas, e os que analisavam a realidade a partir de uma única variável. A si mesmo, e ao grupo político que promovia as ocupações, foram reservadas as virtudes: a esquerda que resistia às retaliações dos outros, e que considerava outras variáveis em suas decisões.

Na medida em que o compromisso com as ocupações se convertia em um dogma, ele deixava de reconhecer seus próprios erros, e os de seu grupo político, impedindo que o *feedback* oferecido pelos outros estudantes – os contrários às ocupações – promovessem ajustes em suas próprias práticas. O excerto que segue estava, inicialmente, servindo para explicar a relação de Alexandre com o enfrentamento. No entanto, essa visão psicanalítica não seria coerente com a proposta epistemológica adotada neste trabalho, mas se encaixa nesta construção sobre seus sentidos do enfrentamento. Em sua primeira conversação grupal disse:

Alexandre – [...] tanto que o meu primeiro envolvimento com coisas políticas foi com torcida organizada. Fui seis anos da minha vida líder torcida organizada. Então eu sempre fui para o enfrentamento. Tanto que naquele dia daquele piquete que a gente fez 2016, aquilo foi natural pra mim. Eu sempre fui do enfrentamento. Para mim o enfrentamento é natural. Eu gosto do enfrentamento. Participei de vários. Situações de calamidade, algumas situações mais assim.

Lara [nome fictício] – você gosta de bater nos outros [risos].

Alexandre - Não, isso aí eu gostava, hoje eu não gosto mais não [risos]. Eu sempre gostei das situações de enfrentamento.

Mais do que uma afirmação consciente de um desejo de enfrentar, este excerto trouxe a vivência de Alexandre no mundo das torcidas organizadas, lugar onde o

enfrentamento adquire um contorno dramático: ou você torce para o meu time, ou torce para outro time, sem um meio termo. Esse sentido parecia deixar pouco espaço para uma reflexão que ajustaria suas práticas, bem como as de seu grupo. No entanto, mesmo rejeitando ideias as ideias liberais e conservadoras do grupo Opção, em sua segunda conversação grupal Alexandre evocou um sentimento de admiração pela coragem de um de seus líderes: “[...] eu não conheço o pessoal da Opção, conheço mais o Bruno que era o cara que era o frente. E é corajoso. O que eu admiro nele é que ele é corajoso. Ele foi nos espaços, tomou muita porrada. Mas ele é corajoso, ele vai”.

Em sua quarta conversação, reafirmou esse sentimento quando disse: “[...] sinto admiração por uma característica dele, não pela pessoa. Ele é corajoso. Isso eu não posso negar”. Aparentemente, a liderança estava relacionada à coragem para o enfrentamento e à relação pessoal constituída naquele cenário de pesquisa. Ele escreveu no completamento de frases: “13. O enfrentamento: natural, na luta de classes não há empate!”. O caráter classista desses sentidos parecia resgatar a herança política de sua própria família. Hipoteticamente, sentidos subjetivos do enfrentamento se imbricavam ao viés ideológico que herdou de suas relações familiares. Quando ele não possuía relações pessoais com o confrontado, esses sentidos estimulavam um papel passivo na produção de novos sentidos que convergissem para uma conciliação.

5.3.2 Administração: “é um público que não sabe nem o que que é”

Quando atribuiu um viés ideológico ao enfrentamento que realizava, Alexandre separava as pessoas em polos contraditórios da luta de classes, conforme disse em sua primeira conversação grupal: “[...] em 2017 a gente assume com estigma de comunista, e eu não nego. Para mim pode achar o que for, foda-se. Eu vou provar na prática que eu sou bom. E eu tinha pautas específicas do curso”. É interessante como Alexandre, ao se colocar em uma posição diferente da de seus colegas de curso, parecia encontrar nela uma fonte de motivação para exercer o papel de líder. O destaque dado às pautas específicas do curso, nos significados que atribuía a esse papel, indicava ser essa a chave do sucesso de uma gestão do CA em seu sistema subjetivo.

Uma construção parecida foi formulada por Alexandre em sua segunda conversação grupal: “[...] eu consegui provar para a minha base que, mesmo sendo comunista, fiz um trabalho melhor que todos os liberais lá antes que passaram por mim... não fizeram nada pela base. Isso para mim provou que mesmo eles tendo uma ideia ideológica ruim de mim”. Ao comparar com as anteriores, atribuía um valor positivo à sua gestão, um símbolo de sucesso, apesar dele se entender como comunista. Ele parecia significar o perfil do estudante de Administração da UFES como sendo majoritariamente liberal, ou conservador, e à direita do espectro político.

Mais à frente, ao discutir o enfrentamento que protagonizou com um dos professores do curso, ainda em sua segunda conversação grupal, disse: “[...] a nossa gestão foi uma gestão combativa. Apesar de ser de Administração, a nossa gestão foi uma gestão revolucionária”. Neste ponto, o sucesso da gestão estava relacionado à combatividade. No entanto, ao questioná-lo sobre o perfil do estudante de Administração, em sua terceira conversação grupal, esperava-se que as diferenças ideológicas seriam evidenciadas. No entanto, ele disse:

[...] o público da Administração lá é um público que não sabe nem o que que é... é a minha visão. Você pode ter outra, mas eu tenho seis anos de corredor, conheço a minha base. Eu fui representante, também como você falou... sou representante de departamento. Muitos podem não se sentir representados por mim, mas como na outra fala que eu falei, trabalhei pra caralho por eles e hoje não tem como eles olharem pra mim e falar de não gostar de mim.

Apesar de admitir que muitos poderiam não se sentir representados por ele, Alexandre evitou definir um perfil geral do estudante de Administração. A forma lacônica como reagiu parecia apenas uma resposta a um estímulo, onde ele evitou ser categórico em sua definição, sugerindo pouco sucesso nessa provocação. Mesmo tomando tais cuidados, Alexandre novamente evidenciou uma diferença de opinião entre ele e a maioria dos estudantes de seu curso, considerados alienados. Sobre o curso, ele escreveu no completamento de frases:

15. Os administradores: engrenagem de um sistema político, econômico, cultural.
16. O curso de Administração:
17. Os professores de Administração: os frentes da linha de produção.
18. Os estudantes de Administração: são como carros na linha de produção fordista.

Há, na resposta a esses indutores, uma unidade em torno da metáfora da engrenagem. Aparentemente a construção simbólica do seu futuro profissional estava associada à engrenagem de uma máquina, onde as peças eram forjadas pelos professores dentro da academia. Há aqui um forte indicador da importância que ele atribuía aos professores nesse mecanismo: eram “os frentes da linha de produção”. Hipoteticamente, sentidos subjetivos da Administração se configuravam em sua participação política, e estimulavam a mobilização de representações teóricas associadas a eles para significar e reconstruir diferentes momentos da sua trajetória.

5.3.3 Configurações subjetivas da participação política de Alexandre

Neste subitem são resumidos os núcleos essenciais de sentido construídos ao longo da análise das configurações subjetivas da participação política de Alexandre. A análise do caso de Alexandre deu visibilidade a um sujeito no qual sentidos subjetivos das relações familiares e pessoais, da política estudantil dentro e fora da UFES, do enfrentamento e da Administração se configuravam. A eles, associavam-se os sentimentos de hostilidade, desprezo, decepção, rejeição, admiração, respeito, repulsa e medo. O modelo teórico, que representa as configurações subjetivas que se aproximam da participação política de Alexandre, é constituído pelos seguintes núcleos de sentido:

- Sentidos subjetivos das relações familiares e pessoais se configuravam em sua participação política e, em diferentes contextos, influenciavam os sentidos da reflexão que fazia de si mesmo e do seu espaço, como militante de esquerda. Em situações de reação aos outros grupos, assumia uma postura de enfrentamento, com forte viés da ideologia que era compartilhada por seu pai e avós. Em situações de protagonismo, como a da sua chegada ao ME, demonstrava respeito e admiração pelos amigos com quem compartilhava espaços.
- Sentidos subjetivos da política estudantil, aos quais se imbricavam os sentimentos de rejeição e de repulsa, submetiam o repertório de lutas gerais

do ME, e a escolha dos representantes, aos interesses dos partidos políticos. O líder estudantil seria aquele que tem coragem para enfrentar.

- Sentidos subjetivos da política estudantil na UFES estimulavam sua rejeição ao grupo de oposição ao DCE, ligado ao PT. Mesmo criticando a gestão da entidade, demonstrou papel ativo para reconfigurar esses sentidos no momento eleitoral, estimulando seu envolvimento com o grupo de estudantes ligados ao PSOL. A esses sentidos, se imbricavam os do enfrentamento, configurando-se para estimular Alexandre a um maior envolvimento e comprometimento com a militância no ME.
- Sentidos subjetivos do enfrentamento se imbricavam ao viés ideológico que herdou de suas relações familiares. Quando ele não possuía relações pessoais com o confrontado, esses sentidos estimulavam um papel passivo na produção de novos sentidos que convergissem para uma conciliação.
- Sentidos subjetivos da Administração se configuravam em sua participação política, e estimulavam a mobilização de representações teóricas associadas a eles para significar e reconstruir diferentes momentos da sua trajetória.

Inicialmente, os afetos de Alexandre pela instituição em que estudava e pela família pareciam imbricar-se aos sentidos subjetivos construídos em conversas com o pai, cuja influência em sua participação política esteve presente em algumas falas. Mesmo tendo feito parte da chapa vitoriosa na eleição do DCE, ele acabava não se sentindo parte da gestão, já que suas críticas, à ausência de lutas específicas e à influência dos partidos na definição das lutas gerais da entidade, pareciam direcionadas a eles, os outros, e não a si mesmo como parte da chapa vitoriosa. Ainda assim, ele optou por apoiar esse mesmo grupo na eleição que se avizinhava, reconfigurando seus sentidos para se sentir parte dele. Aparentemente, essa reconfiguração mobilizou sua trajetória no ME, sentimentos de orgulho e empatia para com os companheiros, e o desejo de enfrentar e impor sua vontade aos que considerava adversários.

Sentidos do enfrentamento, que se configuravam na subjetividade social dos militantes do ME na UFES, assumiam uma forma ideologicamente enviesada na

participação política de Alexandre. O caráter classista que atribuía ao enfrentamento deixava de considerar dois fenômenos históricos: as conquistas sindicais que impediram a pauperização dos trabalhadores, e as novas tecnologias de gestão que os envolvem subjetivamente. Esses fenômenos atenuaram a linha que sustentava distinções classistas ortodoxas. Nos sentidos do sujeito, essas distinções estimulavam uma diferenciação em relação aos outros que, na subjetividade social, reforçava a fragmentação do ME, bem como as relações de poder das pessoas mitificadas que representam uma ou outra ideologia.

5.4 BRUNO DO DIREITO, O ADVOGADO DO DIABO: “EU PREFIRO DEFENDER O INDEFENSÁVEL”

As falas de Bruno foram divididas em seis tópicos: inicialmente é feita uma apresentação do sujeito, em seguida são discutidas suas falas acerca da política estudantil, da política, da participação e do enfrentamento. Por fim, as hipóteses formuladas ao longo dessas análises são organizadas, de modo a aprofundar o entendimento do movimento de (re)configuração dos seus sentidos subjetivos associados à participação política. Durante as conversações, Bruno tinha entre 21 e 25 anos. Ele foi criado por sua mãe em um bairro que ainda possuía uma infraestrutura precária, e era habitado predominantemente por pessoas de baixa renda, localizado em Cariacica/ES – município da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Destaca-se uma narrativa, da sua primeira conversação grupal, que criticava os políticos brasileiros: “[...] mas mamãe por que que aqui em casa tem essa rua com cimento e a do papai não tem? E ela fala: meu filho, por causa dos maus políticos. Sabe, aquelas frases que você lembra da sua infância. Essa é uma das que eu lembro”. Neste excerto, onde uma carga emocional é associada à construção simbólica do seu interesse pela política, ele resgatou um momento vivido em sua infância para se expressar. Este excerto é um indicador dos sentidos subjetivos da família, que ocupavam um lugar privilegiado no valor que atribuía aos políticos, e no interesse pela política, naquele momento da sua trajetória.

Em sua terceira conversação grupal, esses sentidos se imbricavam aos da reflexão de si mesmo, e estimulavam uma aparente representação da sua participação política:

“[...] na infância, na família, nas escolas, eu sempre fui uma pessoa muito disruptiva em tudo”. Já em seu completamento de frases, escreveu: “1. Minha mãe: lutadora, mas difícil de lidar, acha que já fez demais”, e ainda, “2. Meu pai: sanguíneo, sonhador, por vezes frustrado na conquista dos sonhos”. Ao demonstrar um possível conflito com os pais, essas expressões sugeriam um sujeito disposto a fazer mais que eles para conquistar seus sonhos, alguns associados à política, como se discutirá mais à frente. Propõe-se aqui uma hipótese: sentidos subjetivos das relações familiares se configuravam na participação política de Bruno, estimulando o seu envolvimento.

Ele era um estudante de Direito, dirigente do Movimento Brasil Livre – MBL – na cidade de Vitória/ES, para onde se mudou havia dois anos, e se definia como um militante da direita liberal. Foi protagonista da organização de uma chapa que disputou a eleição do DCE/UFES, saindo derrotado, mas, dado o critério de proporcionalidade, obteve um assento no Conselho Universitário, órgão superior de discussão e decisão da universidade. No sentido de compreender o contexto de militância do sujeito, passei a acompanhá-lo nas redes sociais, e constatei que, em um momento posterior às conversações grupais, ele foi selecionado para ser membro do RenovaBR, uma iniciativa brasileira voltada à formação de lideranças para a política geral de representação. Admitiu ter sido eleitor, e defendeu o governo do presidente Jair Bolsonaro/sem partido desde a sua primeira conversa grupal, quando falou sobre as dificuldades da sua militância:

[...] eu sou negro, de origem periférica e gay. E todo mundo me pergunta isso: mas você é negro, como que você pode ter votado no Bolsonaro? Vou dar esse exemplo do Bolsonaro que é didático. Mas como você é negro e você é liberal? Eu falo: Por que? As pessoas têm consciências diferentes. A razão humana significa cada um ter uma tomada de consciência diferente dentro dessa universidade. O mundo que você viveu como negro, e eu sofri a mesma situação também, existe esse racismo, não nos faz chegar nas mesmas conclusões. Porque é uma claridade que a formação, aí você pode incluir a psicanálise, a formação sociológica, antropológica, social, familiar interfere. Eu posso ter as mesmas características que você, estar no mesmo nível e tal, e eu ter uma leitura de mundo diferente. Então, o que a gente não pode, é entender que o outro é alienado porque ele não lê o mundo como nós lemos.

As condições de negro, gay e de origem periférica, que evocou para si neste excerto, pareciam trazer o reconhecimento da opressão sofrida por esses grupos sem, no entanto, serem condições suficientes para determinar um comportamento político de oposição ao governo. A carga emocional da expressão “eu sofri a mesma situação

também”, serve como um indicador do lugar privilegiado dessas condições em sua trajetória, e não apenas uma descrição formal. Por outro lado, o reconhecimento do caráter plurideterminado da formação política das pessoas pareceu uma tentativa de alinhar suas próprias ideias ao preâmbulo daquela conversação, onde discorri sobre o tema da pesquisa.

Esse aparente esforço serviu como um indicador da implicação do sujeito com aquele momento. Sua representação do outro, não como alienado, mas como alguém que pensa diferente, parecia coerente com um sujeito que sofreu preconceitos ao longo de sua trajetória. No entanto, tal representação voltaria à tona ao longo da pesquisa, mas associada a sentimentos de rivalidade, rejeição, e a construções simbólicas que atribuíam vícios aos participantes de outros grupos políticos. Com o objetivo de obter mais trechos de informação sobre o lugar das condições que assumia, voltei a provocá-lo. Em sua terceira conversação grupal, ele foi questionado se o discurso do presidente Jair Bolsonaro não estimulava a violência contra negros, gays e jovens de origem periférica, quando respondeu:

Existe racismo, existe problema de violência homoafetiva, existem esses problemas, eu não ignoro. Eu realmente não ignoro. Agora o que eu digo é: há um problema também de violência. Você viu que nós aumentamos agora em feminicídio no Brasil. Então assim, a questão que o Bolsonaro traz, enfrenta não só a violência do homem branco que mora na Praia do Canto, ele também traz o discurso antiviolença, de endurecimento penal, que também atinge quem matar negro e quem matar mulher. A resolução dele, que ele traz, pro problema da violência, é o problema de violência generalizada a meu juízo. Então o que eu penso é: ainda que as opiniões dele são completamente destoantes do que eu acredito, sob o ponto de vista de direitos humanos, de dignidade humana, especialmente de direitos das minorias como negros, gays, mulheres, enfim, eu acredito que esse discurso dele não consegue encontrar amparo pelos mecanismos institucionais que a gente tem de controle. Então são pesos e contrapesos. Ele não pode fazer o que ele quiser.

Seu posicionamento crítico, em relação às opiniões do presidente da república na área dos direitos humanos, não era suficiente para que deixasse de apoiá-lo. No entanto, essa crítica pontual reforçava o indicador do lugar privilegiado dos sentidos subjetivos daquelas condições – de negro, gay e de origem periférica – em sua participação política. Por mais que concordasse com as ideias daquele que ajudou a eleger, havia divergências quando elas conflitavam com sua trajetória de enfrentamento do

preconceito. Há aqui um indicador de seu papel ativo, na produção de novos sentidos subjetivos, diante de situações de enfrentamento.

Tais condições voltaram a ser discutidas no completamento de frases. Diante do indutor “17. Ser negro” ele escreveu: “é como ser branco e heterossexual. Acredito no eu, indivíduo, além dessas caixinhas. É sofrido na sociedade, mas o eu que tem que se construir”. Seu papel ativo na construção simbólica de si mesmo permite formular uma hipótese: sentidos subjetivos da condição de negro, de gay e de origem periférica, se associavam às configurações subjetivas da participação política de Bruno com uma estabilidade privilegiada, quando comparados a outros sentidos subjetivos, e estimulavam o enfrentamento de ideias preconceituosas oriundas, inclusive, de grupos políticos aos quais pertencia. Esse enfrentamento pareceu levá-lo a se definir como uma pessoa disruptiva, conforme afirmou em sua terceira conversação grupal:

Eu sempre fui uma pessoa muito disruptiva em tudo. Inclusive eu acho que talvez eu sou um liberal meio chato. Tem a ver com isso também. Eu me considero sempre uma pessoa... eu gosto de ser uma pessoa... acho que eu fiz Direito, o Advogado do Diabo. Eu acho que às vezes eu prefiro defender o indefensável a não ter quem não defenda nada, sabe? Então eu acho que não só ali na escola, mas várias situações me fizeram ter essa necessidade de provação. Porque eu sou um ariano, uma pessoa egocêntrica, como todos, e a gente gosta de ser elogiado.

Ao fugir do senso comum, e “defender o indefensável”, expressou um indicador de sentidos subjetivos do Direito que se imbricavam aos da reflexão que fazia sobre si mesmo. Nesse contexto, quando afirma que as ideias que defende são “indefensáveis”, parecia se referir ao *status quo* da subjetividade social de seu espaço de militância – a UFES. Esse *locus* parece propício à disseminação de ideias oriundas da esquerda do espectro político, deixando um espaço vazio – pessoas alinhadas com ideias à direita desse espectro – que se propunha a organizar. No entanto, ele parecia significar essa tarefa como uma provação, dada a resistência oferecida pelos militantes dos outros grupos políticos, e se sentia recompensado pelos elogios que recebia dos aliados.

A contradição, entre o *status quo* da subjetividade social dos militantes do ME na UFES e os sentidos subjetivos individuais manifestados em sua fala, parecia indicar que ele resistia ao sujeitamento individual diante das opções disponíveis para

construir sua liderança. Essa contradição, que poderia resultar em criatividade, transformação e desenvolvimento de seu espaço de atuação, dava visibilidade à uma forma de participação política que parecia estar voltada à organização de sujeitos reativos a aquele *status quo*. Os elogios que recebia pareciam ser significados como uma recompensa simbólica desse trabalho de organização. No entanto, em sua quarta conversação grupal, o sujeito discordou formalmente dessa construção:

Essa necessidade de aprovação, mas o contexto, pra mim, eu entendi nesse sentido: é mais de mim comigo mesmo pra essa relação política, do que talvez de uma necessidade do outro de aprovação, e tal. Eu acho que aí talvez não tenha ficado claro isso, mas no contexto, eu acho que foi o que quis ser dito. [...] Eu prefiro a solidão da verdade à multidão da desgraça, das falsas ideias ou da tirania.

Ao dizer que sua necessidade de aprovação era de si para consigo mesmo, ele parecia tentar negar, em nome da modéstia, a influência social em sua subjetividade individual. Por um lado, sentidos da moral que eram compartilhados na subjetividade social pareciam assumir essa forma singular em Bruno, mas por outro lado, indicavam a importância dos sentimentos de aceitação e reconhecimento nos sentidos da reflexão que fazia de si mesmo. Vale ressaltar que as necessidades subjetivas não são entendidas aqui apenas como a qualidade de um momento, mas da relação daquele contexto com a trajetória do sujeito. Em seu esforço para ser aceito e reconhecido, dedicava-se à leitura para ter dados, convicção e eloquência, conforme afirmou ainda em sua terceira conversação grupal:

E o que eu percebi é que pra você defender aquilo que a maioria das pessoas não defendem [sic], você tem que ler muito mais do que quem defende a manada. Então, assim, você tem que ler muito, você tem que ter convicção, você tem que afirmar, e isso me fez me tornar uma outra pessoa. Porque eu preciso ter eloquência melhor do que os outros, eu preciso ter a leitura melhor do que os outros, eu preciso ter dados mais do que os outros, eu preciso ser uma pessoa que seja referência. Isso cansa também, às vezes. Às vezes você só quer falar: pô, eu discordo disso, eu acho uma merda. E aí todo mundo espera de você algo a mais. Tu não pode [sic] ficar só no eu acho uma merda. Eu acho chato. Você não pode falar isso porque quase novecentos e oitenta pessoas lutaram pra você nessa universidade. Você não pode estar no Conselho Universitário e falar: ah, eu acho ruim, vou votar não. As pessoas te perguntam.

Este excerto pode ser entendido como uma expressão dos sentidos do líder político, compartilhados na subjetividade social, que assumem no sujeito uma forma singular, associada à leitura, domínio de dados, convicção e eloquência. Ao se propor a

defender o que não é defendido pela maioria das pessoas, ele reforçou o indicador dos seus sentidos subjetivos do Direito, discutidos anteriormente. Hipoteticamente, sentidos subjetivos do Direito se configuravam em sua participação política, estimulando novos sentidos que se expressavam através de representações teóricas associadas ao curso que fazia. Voltando ao líder político, ele parecia estar em um constante conflito com os fundamentos do seu pensamento, cuja natureza é transitória, e esse papel era um fardo que expressava o desejo de se posicionar de forma mais lacônica.

Adjacente ao desejo, expressava um sentimento de desprezo, associado aos sentidos subjetivos da reflexão que fazia dos outros, por restringir suas formulações políticas mais elaboradas ao próprio grupo. Em relação ao fardo que o líder carrega, houve uma mudança na narrativa, que passou a destacar os benefícios das responsabilidades na participação política comprometida, marcantes no desenvolvimento intelectual e pessoal do sujeito. Em sua quarta conversação grupal, questionado sobre os benefícios de ser líder, disse:

Eu acho que eu não conseguiria me perceber eu se não fosse por política. Os maiores problemas da minha vida vieram de relações políticas, as maiores felicidades vieram de relações políticas, os melhores amigos, os maiores amores, as maiores decepções. Eu acho que é isso mesmo. Uma necessidade de provação, porque a política é provação, porque se você não convence ninguém, você não pode ser político de si mesmo. Então eu acho que isso reflete muito das minhas relações pessoais também. Eu acho que eu não consigo ser alguém sem ter alguém que me ouça, mas mais do que aquela pessoa me elogiar.

Neste ponto, é interessante observar a influência da subjetividade social, em relação ao que é ser político, que se configurou no nível singular: “você não pode ser político de si mesmo”. E essa expressão emergiu em sua quarta conversação grupal, momento em que, formalmente, se esforçava para afirmar que não precisava da aceitação dos outros. Mesmo sendo dirigente de um grupo, e expressando códigos diferentes dos que eram compartilhados pelos militantes de outros grupos na UFES, ele parecia estar preocupado em ser ouvido. Mas eram os seus aliados, com os quais mantinha relações pessoais, que o ouviam e que estavam dispostos a discutir com ele. Vale ressaltar que, ao final da terceira conversação grupal, já com o gravador desligado, Bruno convidou o grupo para ir a um bar onde estavam reunidos os seus colegas do MBL para um aniversário, observação que anotei no diário de campo.

Aparentemente, suas relações pessoais e políticas se imbricavam. Seus maiores problemas pessoais, seus melhores amigos, seus maiores amores e suas maiores decepções vinham de relações políticas. Propõe-se aqui uma hipótese: sentidos subjetivos das relações pessoais se configuravam na participação política de Bruno, e estimulavam o pertencimento e o comprometimento com o trabalho que realizava. Aparentemente, o sujeito atribuía um valor positivo à dimensão pessoal da participação política, conforme afirmou em sua terceira conversação grupal:

A identificação que as pessoas têm com aquelas ideias, faz com que elas abram mão de si mesmas pra que ela se sinta parte de algo, e inclusive cometa [sic] bizarrices sob o ponto de vista não apenas histórico, mas hoje acontece na UFES. As pessoas entram, parece aquela *racio decidendi*. Uma ideia que ela se sinta parte e abre mão de ser ela mesma. Eu sempre tomei muito cuidado disso, pra eu ser liberal, porque eu sou, porque eu acredito, mas... mesmo tendo apoiado chapas de esquerda, na UFES mesmo.

Ao criticar a postura das pessoas que “abrem mão de si mesmas” para que se integrem a algum grupo, Bruno parecia dissociar a subjetividade individual da social, onde ocorrem trocas que são simultâneas sem que ambos percam suas qualidades. Nesse processo, não é só o indivíduo que muda, mas o grupo também. A negação de si mesmo, criticada por Bruno, possuía um caráter social que poderia ser associado às ideologias. As pessoas se integram aos grupos por seus valores, mas, na medida em que sentidos das ideologias, da subjetividade social, se configuram nos sujeitos, passam a produzir novos sentidos que negam e reprimem suas individualidades. O posicionamento do sujeito, no completamento de frases, dá visibilidade aos sentidos compartilhados no espaço social do seu grupo político. Ele escreveu:

7. Sou: as coisas da vida, um jovem disposto a colocar sua vida/segurança em risco em prol do que acredita. Eu morrerei, as ideias não.

8. Quero: que o mundo mude, que as pessoas se amem, que a liberdade seja norte e que ninguém deixe de ser o que é, viver o que pensa por medo, por pressão cultural.

9. Sonho: em deixar um legado e ver que o que eu construí, o que eu acredito está se tornando real. Gosto da academia, das letras, e muitos não, especialmente na direita. Por isso, gosto de ser acadêmico, mas defender o que o homem simples vê. Sonho com menos Estado e mais pessoas.

10. Gosto: de viver, da liberdade, do amor...

11. Tenho medo: de morrer/viver em vão. De me ver frustrado. Me de sofrer com a tirania e morrer sem defender.

12. Não quero: que o Brasil e o mundo se torne um terreno fértil à cultura marxista. É legitimidade da tirania. Nem tirania dos socialistas de direita, nem de esquerda.

Parece haver uma unidade nas respostas aos estímulos provocados pelos indutores, que giram em torno da construção simbólica da cultura marxista associada à tirania, à pressão e ao sentimento de medo. Na frase 11, um dos seus medos parece se contrapor à figura do pai, descrito na frase 2 como alguém que teve seus sonhos frustrados, conforme já se discutiu. Observou-se ainda um compromisso emocional com o enfrentamento ao marxismo, que era coerente com o que entendia ser o elemento que unia o seu grupo, conforme afirmou em sua terceira conversação grupal. Naquele momento, quando questionado sobre o que os membros do grupo Opção tinham em comum, respondeu: “A pauta reativa que a galera não de esquerda tem é muito grande. [...] E eu consegui, na universidade, canalizar isso para um discurso”.

Para enfrentar a “cultura marxista”, Bruno adotou um discurso reativo que acreditava unir o grupo, uma interpretação enviesada dos fenômenos sociais que expressou com as palavras “menos Estado”. Não é difícil imaginar que alguém que se integrasse ao grupo, por compartilhar os mesmos valores, mas reconhecesse a importância do estado em sua trajetória, tivesse esse aspecto da sua individualidade negado ou reprimido. Hipoteticamente, sentidos subjetivos do enfrentamento, compartilhados na subjetividade do grupo, se configuravam na participação política de Bruno, e estimulavam uma reação à ideologia marxista. Essa reatividade parecia ser pouco útil para a construção de um projeto social alternativo, e servia mais para estabelecer diferenças que fragmentavam a política estudantil, que é discutida a seguir.

5.4.1 Política geral e estudantil: “A reação é muito mais fácil do que a ação”

Os sentidos subjetivos da política estudantil, produzidos por Bruno, pareciam se imbricar aos do enfrentamento. Ao invés do protagonismo na formulação de novas pautas, ele significou as reativas como o elemento que unia seu grupo, atribuindo-lhes lugar privilegiado nos sentidos compartilhados na subjetividade social daquele meio. Desde a sua primeira conversação grupal, já dizia:

Onde há pautas que sejam reativas e divergentes, há uma capacidade de aglutinação de pessoas muito grande. Só que isso é bacana de você perceber que não é só efetivamente na Medicina e aqui no Direito da UFES. As pessoas tendem a se reunir quando elas têm ideias contrárias. Eu vejo de quem não é. Por que? As pessoas estão numa universidade que elas veem...

isso é muito legal, sempre pensei nisso... as pessoas tendem a se unir naquilo que elas discordam.

Nesta construção simbólica se imbricavam sentimentos de pertencimento, constituindo um indicador dos seus sentidos subjetivos da política estudantil, associados ao conflito entre ideias divergentes. Vale destacar o efeito desses sentidos na subjetividade social do ME. Em situações de conflitos grupais, qualquer lado da disputa compartilha sentidos entre seus membros, produzidos a partir de representações enviesadas da realidade, que acabam sendo fonte de fragmentação e diferenciação. Neste ponto, cabe uma observação feita no Diário de Campo: após a primeira conversação grupal, um dos participantes disse que, durante o governo Lula/PT, o ME não tinha com quem brigar e começou a fazê-lo internamente, entre os grupos que disputavam sua representação. Outro indicador dos sentidos subjetivos da política estudantil voltou a aparecer mais à frente, ainda em sua primeira conversação grupal:

Ontem foi o último dia de inscrição no DCE. Nós não nos inscrevemos, porque houve uma maturidade em todo o grupo, e minha também. De entender que não adianta você jogar contra o mecanismo de dentro do mecanismo. Então não adianta você legitimar um processo que é material, histórico e dialético se você não acredita nessa construção materialista, histórica e dialética.

Nesta construção simbólica, onde sentidos do enfrentamento se imbricaram a um sentimento de impotência, a frase “houve uma maturidade em todo o grupo, e minha também” parecia atribuir mais ao grupo, do que a si próprio, a decisão de não inscrever uma chapa para a eleição do DCE. Há aqui um indicador do sentido da política estudantil, compartilhado na subjetividade social do grupo naquele momento eleitoral, associado à legitimação de um processo marxista. Ao se configurar na participação política de Bruno, esse sentido assumiu uma forma singular, estimulando-o a aceitar que “não adianta jogar contra o mecanismo de dentro do mecanismo”, contrariando sua trajetória marcada pelo enfrentamento.

Aparentemente, a decisão do grupo, tomada com base em uma interpretação enviesada da realidade, era reativa a um processo considerado ideologicamente marxista. Com isso, Bruno aceitou a decisão do grupo de forma passiva, reprimindo sentidos configurados em sua trajetória. Outro indicador dos sentidos subjetivos da política estudantil foi expresso em sua segunda conversação grupal, quando falava

sobre o ME que considerava ideal: “[...] numa outra pegada é diferente. As pessoas têm os seus valores, por isso é muito mais conflitante, inclusive mais diverso, e elas se associam não por se associarem a aquele manifesto, ou a aquele movimento. Elas se associam entre si pra um objetivo em comum”. Neste excerto, o valor positivo atribuído ao conflito é um indicador dos seus sentidos subjetivos da política estudantil.

Ele autoriza a elaboração da seguinte hipótese: sentidos subjetivos da política estudantil, associados ao conflito, imbricavam-se aos do enfrentamento para se configurar na participação política de Bruno, produzindo novos sentidos que estimulavam o compromisso com a própria militância. No momento eleitoral do DCE, a política estudantil era um sentido compartilhado na subjetividade do seu grupo de outra forma: associado à legitimação de um processo ao qual se contrapunham ideologicamente. Ao se configurar na participação política do sujeito, esse sentido desestimulou o próprio protagonismo naquele momento. Um sistema de crenças, com forte valor afetivo para o grupo, negou a individualidade de um sujeito que disputava eleições desde muito jovem, conforme disse em sua primeira conversa grupal:

Eu sempre gostei muito de política, sabe? Assim, eu acho que a política é algo muito importante pra gente transformar a vida das pessoas, e isso eu vi muito de perto, desde muito jovem. Ainda muito novo eu sempre na escola, participei de todas as eleições. Eu acho que eu tenho a mania de me provar. Uma coisa meio psicanalítica. A eleição é uma coisa que eu gosto de participar, falar com as outras pessoas.

Essa “mania” de se provar, que parecia impulsionar Bruno a enfrentar eleições desde a escola, ganha sentido quando se considera a sua origem periférica. Assim, a própria trajetória passava a constituir sua dimensão subjetiva, dando sentido à uma construção singular da política: elemento de transformação e espaço de provação. Sentidos da liderança política, compartilhados na subjetividade social, estimulavam a produção de novos sentidos no sujeito. Nele, a liderança estava associada à transformação das condições de vida das pessoas pela ação justa de seus representantes, que enfrentaram o *status quo* dominante dos espaços políticos povoados pela elite econômica.

O desafio de enfrentar o *status quo* dominante da política, e o desejo de transformar a vida das pessoas, pareciam estar imbricados a sentimentos relacionados aos

sentidos configurados em sua trajetória de diálogo e disputas eleitorais. Todavia, esses mesmos sentimentos não foram verificados em outros momentos da pesquisa, quando o sujeito valorizou a disputa por votos no ME de forma negativa. Ao ser questionado sobre a possibilidade de disputar eleições futuras, em sua segunda conversação grupal, ele disse:

Bruno – [...] o que eu penso é: isso não é um projeto pessoal meu. E se for uma coisa que só eu quero, eu jamais me candidataria. Eu gostaria, quero construir e tenho construído pra isso, pra que seja um conjunto de pessoas que acredite naquilo que eu faço e a gente consiga se candidatar. Agora eu faço uma ressalva assim bem séria, eu gosto de política, mas a minha vida não gira em torno de ser candidato ou não. Eu não estudei a vida inteira vindo de escola pública pra eu simplesmente desembocar sendo eleito vereador. Eu estudo muito, faço direito, passei em tal lugar nessa universidade [a colocação no processo seletivo foi substituída pelo termo ‘tal’ para preservar a identidade do sujeito]. Pretendo seguir carreira na academia, com mestrado, doutorado. Pensar o direito, que é uma coisa que eu gosto, pensar a sociedade. E se for preciso transformar alguma coisa através da política, eu quero e pretendo.

Guilherme – Aí talvez não vai cair na situação que a Opção caiu nessa eleição do DCE? Talvez de entrar num negócio que não é o seu objetivo?

Bruno – Não. Eu acho que a política, sob o ponto de vista formal dos institutos como a Câmara, o Congresso Nacional, a Assembleia Legislativa, são espaços importantes para a democracia liberal. A representatividade desses espaços, no âmbito de decisão de poder político é legítima.

Ao negar o desejo incondicional de disputar eleições gerais, Bruno criticou as pessoas cujas vidas giravam em torno de candidaturas. Ele voltou a resgatar a sua origem periférica, dessa vez para definir seu projeto político como uma possibilidade. Antes de dizer “quero e pretendo”, buscou dar um sentido coletivo à essa possibilidade, bem como a condicionou à chance de transformar algo através da política. A pergunta de Guilherme resgatou a contradição entre o que foi dito por Bruno na conversação grupal anterior, e o que era dito naquele momento. O reconhecimento da representatividade e legitimidade das casas legislativas pareceu se dar em detrimento do DCE, ao qual não atribuía essas qualidades.

Esta construção simbólica do DCE descartaria a possibilidade de a política feita naquele espaço ser capaz de transformar alguma coisa, o que poderia explicar a contradição entre a sua fala naquele momento e as que produziu na conversação anterior. Assim, sua possível candidatura estaria condicionada à possibilidade de transformar através da política, e à uma construção coletiva daqueles que acreditam em seu trabalho. Essa segunda condição pareceu trazer um indicador dos efeitos de

sentidos subjetivos da política, compartilhados na subjetividade social, que produziu novos sentidos no sujeito, que associava os políticos brasileiros ao protagonismo de projetos pessoais. Em sua terceira conversação grupal, ele foi perguntado se a maior virtude de Jair Bolsonaro/sem partido era oferecer respostas simples para problemas complexos. Ele respondeu:

O que eu penso é, o Bolsonaro ele vai no caminho daquilo que eu falei: a população brasileira tem mudado. Ela não quer mais alguém que vai lá e resolve sem a sua própria participação. E isso seria muito claro se ele não conseguisse, por exemplo, comunicar uma reforma da previdência. Então o que eu imagino é: ele não traz soluções simples a meu juízo. Ele traz soluções complexas e escolheu um monte de ministros pra resolver essas questões. [...] Eu acho que ele comunica de forma simples, o que político nenhum nos últimos 20 anos, 30 anos, conseguiu fazer. Inclusive, só uma denota, o FHC [Fernando Henrique Cardoso/PSDB –, presidente do Brasil entre 1995 e 2002] é um exemplo disso. Como ele foi odiado há tempos atrás pelas privatizações. Então ele privatizou, deu uma solução complexa pra um problema complexo, que é a privatização, e o povo o odiava. Porque ele era um doutor acadêmico, que não sabia comunicar-se com o povo. O Bolsonaro tem as mesmas propostas de privatização e, no entanto, as pessoas são muito mais favoráveis não só a ele, mas como a essas medidas. Então o papel dele é se comunicar e isso ele faz muito bem.

Esta fala foi feita no dia 04 de junho, apenas 27 dias após o governo federal ter extinto mais de 50 conselhos que contavam com a participação popular (URIBE, 2019). Em sua crítica ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso/PSDB, a boa comunicação era uma virtude que não lhe foi atribuída. Parecia que a capacidade de se comunicar acabou sendo mais relevante do que a trajetória acadêmica, quando comparou os presidentes – ex e atual. Estar cercado de ministros que resolvessem as questões complexas da atualidade parecia ser condição suficiente para definir um bom presidente, cujo papel deveria se limitar a comunicar suas decisões ao povo de forma simples. Hipoteticamente, sentidos subjetivos do líder político, compartilhados na subjetividade social, se configuravam à participação política de Bruno, produzindo representações da liderança associada à superação, capacidade de comunicação e de transformação.

5.4.2 Militância: “as pessoas não são alienadas”

Associada a esses sentidos da liderança, parecia haver um sentido instrumentalizado da participação, que atribuía o valor de prática inovadora à capacidade de comunicação do líder, para informar decisões tomadas, e de legitimidade das

decisões pela aceitação das pessoas. Os primeiros indicadores desse sentido da participação já apareciam em sua primeira conversa grupal, quando estabelecia diferenças metodológicas entre o grupo político do qual fazia parte e os demais da UFES. Ele disse:

A assembleia pode ter cinquenta pessoas, mas ela é mais participativa que você fazer uma enquete e mil e duzentos participarem. Eu não sei o que é isso, eu não sei onde estava a Escola de Frankfurt pra pensar que essa participação é mais efetiva. Eu acredito que a representatividade é o que dá legitimidade pra esses processos. Então não é mais legítimo ter uma assembleia de cinquenta pessoas do que uma enquete com duas mil votando. Porque ali as coisas estão representando e fazendo representar as suas ideias tal qual uma assembleia.

Ao questionar a legitimidade das assembleias de estudantes e, por outro lado, exaltar as enquetes, veio à tona esse primeiro indicador de seus sentidos da participação, associada à legitimação instrumental das decisões tomadas. Em sua segunda conversa grupal, voltou espontaneamente a criticar as assembleias, significando-as como “[...] um mecanismo que pode ter sido interessante em um momento onde não havia *lives* no *Facebook*, mas que hoje não representa mais a parcela total dos estudantes”. A escolha da palavra “mecanismo”, que pode ser definida como peça que põe um aparelho em movimento, autoriza a elaboração da seguinte hipótese: sentidos da participação, ao se configurarem na participação política de Bruno, são associados à uma visão instrumental de legitimação das decisões tomadas.

Da mesma forma que seus sentidos subjetivos da política estudantil estavam associados ao enfrentamento, aparentemente os da política geral também estavam. Mesmo antes de ingressar na UFES, um conflito entre o que a escola era, e o que ele achava que deveria ser, já estimulava sua participação política, conforme narrou ainda em sua primeira conversa grupal:

Foi sempre um processo difícil porque a escola tinha uma piscina, tem até hoje, e não tinha um professor de Educação Física que desse aula de natação. Essa piscina estava sendo alugada pra um cursinho particular de corpo de bombeiros. Eu sempre tive muito contato, assim pra mandar pra imprensa as coisas. Mandei, saiu na imprensa, teve toda uma pressão, teve uma, uma... não sei como se diz... uma auditoria, teve uma visita da Secretaria de Educação na escola e pronto. Nas outras reuniões ficou impossível, eu fui pressionado, a professora me deu nota zero em história que eu sempre fui bom aluno. Teve um dia que ela gritou comigo, ela, o diretor, todos falaram assim: você tem que sair daqui [alterando a voz]. Começaram a gritar. Eu saí chorando, liguei pra minha mãe e esse processo

foi acompanhado pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Então foi um processo muito difícil lá na escola. Aí foi quando eu fui pro IFES [Instituto Federal do Espírito Santo] um tempo, também saí do IFES depois fui... enfim, a minha vida, na trajetória política, sempre foi marcada por voz dissidente.

O resgate dos sentimentos de terror e desespero, mobilizados pelo sujeito nesta construção simbólica de um momento da sua trajetória, era um indicador dos seus sentidos da política, associados ao enfrentamento e à reação que estimulavam sua militância no ensino médio. As palavras “voz dissidente”, no contexto da trajetória construída por ele no ME, expressavam um indicador dos sentidos da reflexão que caracterizava sua relação consigo mesmo e com a política. Já na universidade, esses mesmos sentimentos foram mobilizados em uma construção simbólica do debate entre as chapas na eleição do DCE que disputou. Em sua terceira conversação grupal, quando lhe perguntei sobre as expectativas que possuía ao denunciar o caso da piscina na imprensa, ele respondeu:

Cara, eu não sei. Eu acho que eu era um... um menino muito... muito... foi uma grande experiência de enfrentamento. E eu vivi isso muito na UFES. Mas eu acho que Deus sabia que isso ia me preparar pra quando eu estivesse num auditório, com seiscentas e trinta pessoas, todo mundo gritando Capitão do Mato, e eu não choraria ali, eu sorriria, e sentaria no chão [voz embargada]. Porque eu chorei muito naquele dia na escola. Foi preparação. Mas a vida é: quem quer paz tem que fazer a guerra, e quem quer guerra... essa frase é boa pra eu falar com você. Pra terminar, o que eu sou: Bruno. O que eu penso da vida: quem quer paz tem que fazer a guerra, e quem quer guerra tem que querer a morte.

Na construção simbólica do episódio da piscina, ele pareceu produzir representações daquele momento como uma provação divina, que o prepararia para sua trajetória futura de enfrentamento. No episódio do debate, quando foi chamado de “Capitão do Mato” pelos opositores – por ser negro e defender ideias liberais –, a forma diferenciada com que Bruno disse “quem quer paz tem que fazer a guerra”, associada a um resumo do que pensa da vida, reforçou o possível significado de voz dissidente atribuído a si mesmo. Hipoteticamente, sentidos subjetivos da reflexão que fazia de si mesmo, ao participar da política, estimulavam o enfrentamento e a dissidência. Sentidos da reflexão que fazia sobre si mesmo – como líder no debate –, e do que a escola deveria ser, que foram configurados em sua trajetória, conflitavam, nessas construções simbólicas, com os dos adversários e com os da escola naquele momento.

Não se tratava de visões especulares de si, ou da escola, em contraposição ao diverso, mas de sentidos subjetivos configurados em sua trajetória que se contrapunham aos dos momentos ulteriores – reconstruídos simbolicamente nessas narrativas. Expressões já analisadas neste item, como “Advogado do Diabo” e “defender o indefensável”, associadas aos sentidos da política, como possibilidade de reação e de enfrentamento, pareciam estimular a adoção, pelo sujeito, de um repertório singular de lutas. Ele se contrapunha ao que era adotado pelos estudantes que, em sua segunda conversação grupal, definiu como militantes “marxistas” do ME, e suas práticas, que chamou de “opressão do politicamente correto”. Em sua revolta, é possível que a defesa de ideias liberais e o voto em Jair Bolsonaro fossem as respostas que oferecia às exigências sociais que pesavam sobre ele.

5.4.3 Configurações subjetivas da participação política de Bruno

Ao se aproximar da dinâmica de configuração subjetiva da participação política de Bruno, foi possível perceber o lugar privilegiado que o sujeito atribuía, naquele momento de sua trajetória, aos seus sentidos subjetivos das relações familiares, da reflexão que fazia de si mesmo, do Direito, da moral, dos outros, do líder político, das relações pessoais, das ideologias, do enfrentamento, da política estudantil e geral, e da participação. A eles se imbricavam sentimentos de rivalidade, rejeição, desprezo, medo, impotência, terror, pertencimento, aceitação e reconhecimento. Para reunir os principais núcleos de sentido construídos nesta análise, propõe-se o seguinte modelo teórico, que se aproximava da participação política de Bruno:

- Sentidos subjetivos das relações familiares, associados ao exemplo que negava para si, se configuravam na participação política de Bruno, estimulando o seu trabalho. Os sonhos frustrados dos pais, bem como a condição econômica em que se encontravam, serviam de motivação para a militância. A eles, se imbricavam sentidos das relações pessoais que, ao se configurarem, estimulavam o pertencimento e o comprometimento do sujeito com o trabalho que realizava. Era das relações políticas que construiu em diferentes espaços que vinham os seus maiores amores e suas maiores decepções, bem como os seus melhores amigos.

- Sentidos subjetivos da condição de negro, de gay e de origem periférica, se associavam às configurações subjetivas da participação política de Bruno com uma estabilidade privilegiada, quando comparados a outros sentidos subjetivos, e estimulavam o enfrentamento de ideias preconceituosas oriundas, inclusive, do MBL. Ele entendia que as expectativas sociais, em torno da sua militância, era a de um alinhamento à esquerda do espectro político e, ao negá-las, adotava um discurso reativo.
- Sentidos subjetivos do enfrentamento, compartilhados na subjetividade do grupo, estimulavam uma reação à ideologia marxista que considerava autoritária em sua intencionalidade consciente. Entretanto, tal reação tinha efeitos que escapavam à sua intencionalidade consciente, diferenciando-o dos militantes marxistas do ME. Ao se configurarem na participação política de Bruno, se imbricavam aos sentidos da reflexão que fazia de si mesmo, no contexto da política, estimulando a dissidência no enfrentamento que fazia.
- Sentidos subjetivos da política estudantil, associados ao conflito, imbricavam-se aos do enfrentamento para se configurar na participação política de Bruno, produzindo novos sentidos que estimulavam o seu compromisso emocional com a militância. No momento eleitoral do DCE, a política estudantil era um sentido compartilhado na subjetividade do seu grupo de outra forma: associado à legitimação de um processo ao qual se contrapunham ideologicamente. Ao se configurar na participação política do sujeito, esse sentido reprimiu o protagonismo que poderia ter tido naquele momento.
- Sentidos subjetivos do Direito se configuravam em sua participação política, estimulando novos sentidos que se expressavam através de representações teóricas associadas ao curso que fazia. Expressões como “Advogado do Diabo”, ou ainda “defender o indefensável” eram recorrentes em suas narrativas.

- Sentidos subjetivos do líder político, compartilhados na subjetividade social, produziam representações da liderança associada à superação, capacidade de comunicação e de transformação. Ao se configurarem na militância de Bruno, imbricavam-se aos da participação, associados a uma visão instrumental de legitimação das decisões tomadas pelo líder. O líder político seria, assim, um herói com ação justa, capaz de sintetizar as contradições dos liderados e comunicar sua decisão aos que a legitimam.

O protagonismo do sujeito na elaboração de alternativas para construir sua participação política, parecia se desdobrar em uma postura questionadora, de “voz dissidente”. Sentidos naturalizados na subjetividade social, tais como as obviedades e os que foram definidos como constituintes do “politicamente correto”, foram problematizados com uma eloquência que trazia consigo certa carga emocional. Apesar de aceitar ideias compartilhadas pelos colegas de pesquisa sentados à mesa, demonstrando empatia, buscava reiteradamente problematizá-las. Ele parecia querer convencer aquela audiência que seria possível interpretar a realidade de uma outra forma, demonstrando que não estava indiferente em relação aos demais sujeitos da pesquisa, pois prezava a aceitação de suas ideias pelo grupo.

A reação imediata às pautas oriundas de certos setores, entendidos como marxistas ou de cultura marxista, parecia capaz de restringir o protagonismo de seu grupo na elaboração de alternativas conciliatórias, ou que produzissem transformações no repertório de lutas dos setores mais conservadores da sociedade. Em outras palavras, emprestadas do senso comum, o grupo estaria se autossabotando ao reagir, de forma imediata, às outras ideias. Nesse processo, a construção simbólica do projeto coletivo parecia associada a uma submissão dos liderados, a quem caberia o papel de concordar – ou discordar – das ideias que lhes eram apresentadas pelo líder político.

5.5 GUILHERME DA MEDICINA, O LÍDER FRANCISCANO: “AJUDAR OS OUTROS”

Durante a realização das conversações grupais, Guilherme era um dirigente do DA de Medicina que, antes de ingressar no ensino superior, estudou em escolas particulares. Tinha entre 21 e 25 anos, se identificou como negro, apesar de não parecer, e escreveu no complemento de frases: “12. Ser negro: me orgulha”. Ainda assim, não

ingressou na UFES pelo sistema de cotas. Ele era morador da Praia do Canto, bairro nobre de Vitória/ES, onde vivia com os pais, e definiu sua família como de classe média. Concordou em participar da pesquisa após a minha visita ao DA, e desde a conversa inicial demonstrou interesse em contribuir com o trabalho.

Ao ser questionado sobre a chegada no ME, disse em sua primeira conversa grupal: “[...] para mim foi bem mais fácil por dois quesitos principalmente: família e a escola onde estudei”. Este excerto apresentava um indicador dos seus sentidos subjetivos das relações familiares, associados a um facilitador da sua participação política. Um pouco mais à frente, ainda nessa conversa, disse: “[...] a minha mãe de vez em quando fala para eu não me envolver. Coisas de mãe”. Por estar envolvido com o DA, é possível entender as “coisas de mãe” como uma forma carinhosa de expressar o sentimento de proteção que se associava a esses sentidos.

Ao ser questionado sobre o pedido da mãe – para não se envolver com o movimento –, em sua segunda conversa grupal, disse que esse pedido era ocasional e que, em geral, sua família apoiava a sua militância: “[...] minha família tem meio o gene do Movimento Estudantil. No tempo de UFES, meu tio era tesoureiro do DCE, tesoureiro do Paulo Hartung [ex-governador do Espírito Santo]”. Nesta construção simbólica, do apoio que recebia da família, a imagem do tio parecia associada ao sentimento de admiração. Antes da sua terceira conversa grupal, respondeu no completamento de frases: “1. Meus pais: as pessoas que proporcionaram praticamente tudo que eu sou hoje”.

Suas construções simbólicas da chegada e do pertencimento ao ME, associadas aos sentimentos de proteção e admiração, foram entendidas como expressões dos sentidos subjetivos das relações familiares. Além deles, os das relações pessoais também pareciam influenciar sua participação. Sobre os amigos que deixou, quando se transferiu para outra escola, disse em sua primeira conversa grupal: “[...] sempre convivi com a galera que vivia na Praia do Canto. Aí partiu essas quebras assim. Sempre gostei de comparar as coisas e ver diferente”. Esta construção simbólica da importância da diversidade em sua vida, associada ao sentimento de felicidade, era um indicador dos seus sentidos subjetivos das relações pessoais.

Sobre o pertencimento a quaisquer agremiações, produziu uma metáfora, em sua terceira conversação grupal, que aparentemente mobilizava os sentidos das rela es pessoais que teve em sua trajetória: “[...] no congresso da vida   assim. Tem uns caras que concordam, tem uns que não concordam, e o que vai com a galera”. Em outro momento dessa terceira conversa o grupal, disse: “[...] na questão dos coletivos [estudantis], eu acho que o que atrai não são as contradi es não. Ele   integrado num grupo de pessoas que são parecidas com você. Isso também   prazeroso”.

Ao resgatar a experiência sobre o pertencimento de outros, em sua quarta conversa o grupal, ele voltou a mobilizar seus sentidos subjetivos das rela es pessoais: “[...] eu [os outros] entrei lá porque era a galera que eu concordava mais, mas no final das contas já tem mais coisa que eu discordo do que eu concordo, mas eu continuo preso ali mais por uma carência social do tipo não vou sair do grupo, do que por um pensamento próprio, que   o que também constitui as coisas”. Suas constru es simbólicas da diversidade e do pertencimento, associadas aos sentimentos de felicidade e carência, podiam ser entendidas como expressões dos sentidos subjetivos das rela es pessoais.

  possível, aqui, formular uma hipótese: sentidos subjetivos das rela es familiares e pessoais se configuravam na participa o política de Guilherme, estimulando o pertencimento e o apreço   diversidade. A análise de suas narrativas sugeriu um sujeito que não aceitava a realidade social, e desejava transformá-la, que possuía papel ativo na constru o de sua participa o política e que agia de acordo com as decisões que tomou para si. Esta análise foi dividida em temas, aos quais suas narrativas estavam orientadas. Assim, os temas têm a fun o de facilitar a leitura, não servindo como categorias de análise.

Inicialmente, o sujeito foi caracterizado e foi feita uma análise das suas rela es familiares e pessoais. A seguir, o processo de aprendizagem do sujeito será discutido, e depois, a importância da sua área de estudos na participa o política que protagonizava. Depois, será discutida a sua chegada no curso e, em seguida, sua participa o política naquele momento das conversa es. Por fim, os núcleos de sentido, discutidos ao longo desta análise, serão organizados em um modelo teórico representativo das configura es subjetivas de sua participa o política.

5.5.1 Aprendizagem: “coisas diferentes que a gente convivia”

Em relação à aprendizagem, ela parecia imbricar-se ao crescimento, constituindo uma unidade de sentido, associada à diversidade, que influenciava outras áreas de sua vida, conforme será discutido mais à frente. O valor que atribuía à diversidade, desde a sua infância, era o de lugar central em seu crescimento. Desde o ensino primário, Guilherme afirmou conviver com pessoas diferentes, do ponto de vista físico e mental, conforme disse em sua primeira conversação grupal:

[...] Por exemplo: lá é a única escola que aceita de verdade aluno com déficit físico ou mental. Matemática eles tinham uma dificuldade, eles tinham um apoio diferente. Eram muitas coisas diferentes que a gente convivia com certa naturalidade. Isso ajudou a me formar. Porque quando você cresce numa situação quando tem gente igual você, você acha que aquilo ali é o que existe, que é o real. No momento que você vai, se depara com uma situação que vai ter gente muito diferente de você, e aí talvez se torne um choque.

Apesar de descrever como era sua vivência na escola, a emocionalidade adjacente à narrativa de seu convívio com as diferenças, expressa na frase “isso ajudou a me formar”, era um indicador de seus sentidos subjetivos da aprendizagem. Esses sentidos voltaram a emergir em outros momentos da pesquisa, quase sempre associados à diversidade, como na terceira conversação grupal, quando falou sobre a convivência no ME: “[...] a nossa geração convive muito mal com a diversidade, eu tenho essa impressão. E isso também afasta as pessoas que talvez pudessem progredir pra um alinhamento mais próximo possível”.

No caso do ME, o valor positivo associado à palavra “progredir” pareceu reforçar a importância da diversidade na aprendizagem para a convivência. Por outro lado, esse valor pareceu ser seletivo, na medida em que tal progressão deveria convergir em um “alinhamento mais próximo”. O valor atribuído à diversidade, que progride para uma unidade enquanto um processo desejável, estaria delimitada pelas condições históricas e materiais em que se constituía. Com isto, tal unidade nem sempre seria desejada, como no caso da vivência em sala de aula, com alunos com déficit físico ou mental, onde o próprio Guilherme reconheceu a necessidade de um “apoio diferente”.

Na quarta conversação grupal, afirmou a diversidade como uma questão de “sobrevivência” dos grupos no ME, e completou: “[...] quanto mais diverso você é, o grupo é, mais ele tende a tá preparado pros problemas em geral”. Neste excerto, a diversidade foi novamente considerada, mas sem que a progressão para que uma unidade fosse desejável. A importância da diversidade, em sua formação, não foi observada apenas na dinâmica conversacional. Antes do início de sua terceira conversação grupal, ele se expressou através do completamento de frases, e a forma como preencheu alguns dos indutores propostos são aqui destacados:

6. Não gosto: do marasmo
7. O jovem: pode ser a novidade
8. O comodismo: me incomoda muito
9. As diferenças: são o que levam ao crescimento

Observa-se, no completamento desses indutores, um compromisso emocional em expressões subseqüentes, e coerentes com o núcleo de sentido destacado nos trechos de informação analisados até aqui. Nessas frases, pode-se apreciar diferentes referências, diretas e indiretas, à sua inquietação diante do marasmo e do comodismo que, em sua condição de jovem, parecia estimular a busca de outras perspectivas. E ele já manifestava tal inquietação em sua primeira conversação grupal, quando falou sobre um processo de mudança de escola:

E também eu achei que já tinha sacado que eu tinha que sacar ali. Aí eu resolvi sair de lá para ver como era nos outros lugares porque eu sei que tem gente que é diferente de mim. Me incomodava esse comodismo. Eu me sentia acomodado lá. Aí eu inventei de ir para o [colégio] Darwin. Seria a escola oposto da que eu tinha. Minha escola tinha uma turma de... lá tinha sete turmas. Ali [no Darwin, mais próximo ao local onde acontecia a conversação] você nem conhecia as pessoas. Aí é um choque de realidade proposital. Na verdade, que era do meu ambiente, só que da Praia do Canto, eu moro lá, só que totalmente diferente. Eu tinha vivências diferentes. Sempre convivi com a galera que vivia na Praia do Canto. Aí partiu essas quebras assim. Sempre gostei de comparar as coisas e ver diferente.

A disposição de Guilherme em conhecer pessoas diferentes é um indicador do seu papel ativo na construção da aprendizagem, e pode ser sintetizado na frase “me incomodava esse comodismo”. Hipoteticamente, sentidos subjetivos da aprendizagem, associados à diversidade, se configuravam na participação política de Guilherme e, no contexto do ME, produzia um valor positivo à busca de convergências e construção de unidade, diferente dos contextos em que construía suas relações

peçoais, onde o mesmo não era produzido. Esses sentidos pareciam se imbricar aos de sua área de estudos, que são analisados a seguir.

5.5.2 Medicina: “negócio meio místico”

No contexto em que a fala do sujeito estava voltada às razões que o levaram a escolher o curso de Medicina, destaca-se a construção simbólica do jovem de seu meio social. A vivência com pessoas de diferentes idades, ao longo de sua trajetória, parecia ter estimulado Guilherme a produzir representações específicas que caracterizavam as pessoas mais jovens e as que possuíam mais idade, conforme disse ainda em sua primeira conversação grupal:

Eu acho que para os mais velhos, não na nossa faixa etária, tem muito o mito da mega-sena. Uma hora vai acontecer alguma coisa que a vida vai mudar e vai ficar bom. Sempre uma ideia, um idealismo na vida. E para gente, eu acho que a gente é muito mais imediatista. Ter pequenas coisas para alcançar mais rápido e ficar sempre nessa.

Neste ponto, ao estabelecer uma diferença entre a sua geração e as anteriores, é possível supor que sua preocupação com resultados imediatos estava dissociada de uma perspectiva em obter ganhos financeiros vultuosos no futuro com a Medicina. Assim, lhe foi perguntado sobre os colegas que escolheram o curso para obter maiores ganhos, momento em que ele respondeu ser essa motivação a mais comum. Sua resposta sugeria uma contradição entre a escolha do curso de Medicina, pela expectativa ganhos futuros, e o imediatismo dos jovens, que marcou sua resposta anterior.

É possível que, ao definir os jovens como imediatistas, Guilherme estivesse se referindo ao alcance de seu próprio objetivo imediato de ingressar no curso que fazia. Mas esse ingresso, motivado por interesses econômicos, é útil à medicina ou ao ingressante? Ainda na primeira conversação grupal, para gerar novas zonas de sentido do sujeito sobre o curso escolhido, fez-se esse questionamento, quando respondeu:

[...] Porque tem gente que tá lá pra ganhar dinheiro, mas não vai destratar ninguém, vai fazer tudo que puder pela pessoa e tal, e tem gente que tá lá por outras coisas que faz um monte de cagada também. Então esse negócio

de ser muito formatado, tipo: é assim ou não é assim, não funciona. E eu acho que faz parte, em toda profissão tem isso. Só que os médicos escolheram como um foco, porque teoricamente é uma profissão mais franciscana, você teria que fazer só por amor, aí tudo que envolve dinheiro tem um peso maior. Mas eu acho que isso acontece em todos os lugares.

Quando Guilherme dissociou o interesse econômico do (in) sucesso na formação de profissionais médicos, ele apresentou um indicador de seus sentidos subjetivos da Medicina, associados à consideração pelo paciente e ao esforço para melhorar a vida dele. A associação entre a escolha de seu curso e o interesse econômico, que povoava as minhas representações naquele momento, foi rechaçada pelo sujeito através da metáfora da “profissão mais franciscana”, onde afirmou que o interesse econômico existe em todas as profissões, e que tal interesse não era capaz de definir a qualidade do serviço prestado.

Na medida em que o sujeito admitiu o interesse nos ganhos provenientes do exercício profissional da Medicina, ele pareceu contradizer a expectativa altruísta, compartilhada pela subjetividade social, em relação à sua área de estudos. Para obter mais trechos de informação em relação ao indicador em análise, o sujeito voltou a ser provocado sobre o uso da expressão “profissão mais franciscana”, em sua quarta conversação grupal, quando respondeu:

Você falou que eu usei o termo franciscano pra falar da medicina, e é mesmo a ideia que as pessoas têm, de que é uma profissão que não é uma profissão ao mesmo tempo, é um negócio que é pra ajudar os outros, negócio meio místico. Mas também é uma das paradas que me fez ir pra esse lado, porque eu não via só como uma profissão. É uma gratificação pessoal. Porque meu lance é lidar com pessoas, gosto de tá perto, gosto de conversar. Por isso que eu pensei em ser professor, penso ainda. E ser médico também é um pouco disso. Você tá pegando o cara na situação totalmente diferente. Tá doente. Você tem que lidar com isso e lidar com você mesmo também. Então é isso que me motiva.

Mais do que uma fala formal, este excerto reforça os indicadores dos seus sentidos subjetivos da Medicina, pela emoção adjacente à elaboração de expressões como “é uma gratificação pessoal”, “gosto de tá perto, gosto de conversar”, e “é isso que me motiva”. É possível que o altruísmo, associado aos sentidos que eram compartilhados na subjetividade social dos meios em que circulava, fosse coerente com seu desejo de ajudar os outros. Naquele momento da pesquisa, a construção simbólica de sua futura profissão, como um “negócio meio místico”, deixou de considerar os problemas

que terá que enfrentar ao chegar no mercado de trabalho. E ele parecia conhecer alguns desses problemas, conforme expressou no completamento de frases:

- 13. Os médicos: classe que demonstra aversão ao que é de fora e empatia pelo que vem de dentro, extremamente corporativista e conservadora
- 14. O curso de Medicina: muito diferente dos outros, mas passível de transformações
- 15. Os professores de Medicina: apesar de muito diferentes dos alunos, nos veem como colegas

A frase 13 pareceu expressar um possível conflito, entre seu momento atual e a expectativa em relação ao meio social do seu futuro profissional, dado o valor que atribuía à diversidade. A frase 14 sugeriu pelo menos dois núcleos de sentido: um que expressava diferenciação em relação aos outros cursos, e outro que relativizava tal diferenciação, cuja transformação era possível. A frase 15 parecia expressar a expectativa dos professores em relação ao comportamento dos alunos, para que eles estivessem à altura de tal coleguismo. O corporativismo dos médicos, como um problema que teria que enfrentar em seu futuro profissional, parecia expressar seus sentidos da aprendizagem que se imbricavam aos da Medicina. Nessas frases, o sujeito parecia mobilizar sentimentos que expressou em frases anteriores:

- 3. Sou: igual, mas diferente
- 4. Quero: amar e mudar as coisas
- 5. Sonho: com poder fazer mais

Observa-se, na frase 3, que o sujeito pareceu demonstrar uma capacidade crítica e criativa, uma possibilidade de estar envolvido em pensamentos que se desdobravam, e que podiam adquirir diferentes sentidos em relação à reflexão que fazia de si. Nas frases 4 e 5, ele pareceu demonstrar uma autodeterminação orientada às escolhas feitas para sua vida. Seu desejo de mudar as coisas poderia ser um indicador do conflito com aspectos de sua realidade social. Seu sonho parecia ser nutrido pelos sentidos da Medicina, associados a um certo altruísmo. Observa-se ainda que seu desejo era amar, quando poderia ter escrito que era ser amado, indicando que esse altruísmo se imbricava às suas relações amorosas.

Sentidos da Medicina, compartilhados na subjetividade social, se configuravam na participação política de Guilherme, e produziam novos sentidos que se expressavam como metáforas. Em sua primeira conversação grupal, quando falava sobre a

participação no DA, disse que sua família tinha “o gene” do ME. Na conversação grupal seguinte, quando falava sobre a polarização política no Brasil, disse: “[...] a nossa política macro não é feita pra isso, aliás ela é muito jovem. Então eu acho que é realmente um processo evolutivo, como se fosse realmente biológico”. Em sua terceira conversação grupal, falou sobre discursos diante de um público homogêneo: “[...] você fica esquizofrênico naquilo ali, e esteriliza todo o seu progresso”.

Às vezes, ele parecia evocar uma representação teórica das Ciências Biológicas associada à diversidade como condição necessária para o aprimoramento genético dos organismos vivos em permanente adaptação. Em sua quarta conversação grupal, disse: “[...] é a questão de sobrevivência também. Quanto mais diverso você é, o grupo é, mais ele tende a tá preparado pros problemas em geral”. Essas metáforas sugerem uma hipótese: sentidos subjetivos da Medicina se imbricavam aos das diversas reflexões de Guilherme, e estimulavam a mobilização de representações teóricas, associadas a esses sentidos, na construção simbólica da sua realidade.

5.5.3 A chegada: “foi um pouco de desilusão”

Ao descrever sua saída do ensino médio, e o ingresso no curso de Medicina, Guilherme não apresentou indicadores do compromisso em obter boas notas, ou de participar de festas, como era esperado. Suas narrativas expressavam indicadores de um forte compromisso emocional com a mudança da realidade social. O excerto a seguir reproduz um diálogo, em sua primeira conversação grupal, sobre o conflito entre o ambiente encontrado no curso e suas posições individuais, momento em que emergiram diferentes emoções:

Guilherme – [...] só que eu sempre tive uma fantasia com o ambiente universitário, inclusive de movimento estudantil. Eu estudava ali do outro e, nossa, um dia eu vou estar ali fechando o trânsito, o pau quebrava. Então eu achava massa de quebrar o pau mesmo, foi meio fantasioso mesmo. E aí eu passei e, para minha surpresa, não tem uma aula aqui. Todas são em Maruípe. E Maruípe é um território inóspito para movimentação estudantil. Inóspito e, às vezes, hostil. E aí foi um pouco de desilusão. O que eu queria fazer, não podia fazer mais porque lá os cursos não se conversam muito e a que teria mais movimentação política seria Medicina, só que quando eu entrei não tinha praticamente. Na verdade, o período que eu atribuo são duas coisas: o perfil das pessoas que passaram para estudar lá e a rotina. Nosso ambiente, nossa rotina é meio que feita para você não fazer mais nada além do que você faz no currículo normal. Aí ninguém quer pegar esse problema. Pesquisador – o DA?

Guilherme – é. É meio que um problema. Na real, tem uma gratificação pessoal, mas tem muito mais problemas do que recompensa, mais do que qualquer coisa. Mas então eu te falo isso. Lá é feito para não acontecer as coisas. Que nem o trabalhador que trabalha o dia inteiro, chega em casa ele não quer saber de discussão. Ele quer dormir. É alienação da rotina.

Pesquisador – lá não tem essa disputa de tendências do movimento estudantil.

Guilherme – não tem nada. Não tem movimento. Eu ficava assim: caralho, não é possível. Não tem nada. Tudo que eu achei que ia viver não tem aqui.

Larissa – e as vezes lá tem movimento contra os movimentos [risos].

Guilherme – mas o maior movimento contra o movimento, na verdade, é a inércia soberana de todo mundo. Essa que é a grande questão. Porque se fosse fazer sozinho, você até consegue. Só que nada que se faz sozinho tem muita graça. Você quer levar a galera junto. Lá é feito para não dar certo as coisas. Aí quando eu cheguei tava ainda no período mais punk. Inclusive das ocupações. Que inventaram de ocupar o prédio lá.

Antes da análise, faz-se necessário descrever alguns elementos ausentes neste diálogo. Observa-se que a construção simbólica do ambiente universitário, feita por Guilherme antes do seu ingresso na UFES, pareceu ter sido influenciada pela proximidade física entre a escola em que estudava – o Centro Educacional Charles Darwin – e um dos portões do *Campus* de Goiabeiras, separados por aproximadamente 300 metros. É possível supor que, dentro da escola, fosse possível ouvir as palavras de ordem ecoadas por manifestantes que bloqueavam o trânsito, em sua luta por mudanças sociais e melhores condições de ensino. No entanto, o desejo de participar dessas manifestações não se realizou logo quando ingressou no curso.

Seu curso funcionava no *Campus* de Maruípe, distante do local onde as manifestações eram realizadas cerca de 3500 metros. E essa distância não era apenas física, mas também na atitude dos estudantes de ambos os *Campi* em relação às mobilizações. Em 2016, quando Guilherme ingressou no curso, ocorreram as ocupações estudantis contra o congelamento do orçamento da educação, e alguns prédios do *Campus* de Maruípe foram ocupados contra a vontade da maioria dos estudantes que os utilizavam. Nessa ocasião, os próprios estudantes do *Campus* de Maruípe se mobilizaram contra a ocupação, sendo bem-sucedidos nesse processo.

A passagem da fantasia para a desilusão indicava um conflito, entre a expectativa de ser protagonista das lutas por mudanças sociais, com seu ingresso no curso de Medicina, e a alienante rotina de estudos que encontrou, representada na metáfora do trabalhador que chega cansado em casa. É interessante que a desilusão, uma intensa experiência emocional, era parte do campo da reflexão de um sujeito crítico e

criativo, envolto em pensamentos que se desdobravam. Nessa tensão, entre o ambiente encontrado e a sua posição individual, ele pareceu tomar consciência do próprio lugar, em relação aos colegas, ao ingressar no DA, momento em que emergiu um sentimento de gratificação pessoal.

Esse diálogo convergiu para o desejo de um maior envolvimento dos colegas de curso, quando disse “você quer levar a galera junto”, porque a ação individual era possível, mas não “tem muita graça”. Naquele momento, a consideração do afeto, do reconhecimento pessoal e do altruísmo pareciam imbricar-se em sentidos subjetivos que se configuravam em diversas áreas de sua vida, inclusive na expressão simbólica da reflexão de si mesmo em relação aos outros. Ele pegava “esse problema” do DA em um território “inóspito e, às vezes, hostil” à movimentação estudantil.

Considerando as narrativas dos grandes veículos de comunicação, que minimizavam os motivos dos protestos, e os associavam à baderna e ao desinteresse pelos estudos, a hostilidade à movimentação estudantil em seu *Campus* parecia ser coerente com elas. Além disso, o estranhamento provocado por um novo repertório de lutas parecia desestimular a ação política no curso de Medicina, conforme afirmou Guilherme em sua quarta conversação grupal:

E aí, vou repetir o que você falou da primeira vez, que você achou engraçado: que lá dentro tem revolta contra revolta. E tem mesmo. Tem muito isso, que no caso é essa situação. Se você quer fazer um negócio diferente, quer movimentar a parada, ou quer se envolver em assunto novo que não é pauta normalmente, tem muita reatividade. Talvez lá seja mais, mas acho que de modo geral... mas acho que de modo geral, fora do meu curso, também é muito assim. Que é a estranheza com a novidade, que é um negócio comum.

A reatividade dos colegas era um indicador dos sentidos da política estudantil, compartilhados na subjetividade social na época do seu ingresso e, ao se configurarem na participação política de Guilherme, poderiam desestimular o envolvimento com um repertório de lutas gerais do ME. Esse indicador emergiu em sua segunda conversação grupal, sem nenhum estímulo direto, quando ele criticava a ausência de lutas específicas no repertório do DCE/UFES:

Essa que é a questão. Eles tavam falando de embates ideológicos, isso é importante. Mas um pragmatismo absurdo mina isso aí e deixa estéril, não cresce mais nada. E é isso que acontece muito lá [no curso de Medicina].

Inclusive essa semana foi tenso, teve um barracão lá no DA, e rolou até uma má fé, porque a gente queria discutir um negócio que não é só pragmatismo. Então o pensamento é racionalizar em cima disso aqui. A gente acha que é isso, vamos discutir na boa. Aí chega um e diz: o DA não é pra fazer isso. O DA não faz tudo que tem que fazer aqui dentro de casa, como que vai fazer alguma coisa fora. Eles usam a metáfora do arrumar a casa. Ah, a nossa casa não tá toda arrumada e a gente quer fazer coisas que vão além do nosso alcance. Mas se tá pegando fogo na frente da sua casa, um carro pegou fogo, você não vai sair porque tem que terminar de limpar o banheiro? É uma coisa meio ilógica. Eles usam uma coisa pra excluir a outra, como se a gente, por não ter condição de melhorar tudo que a gente pode melhorar pro nosso curso, a gente não pode fazer nada além disso, nem discutir alguma ideia que não seja só pragmática, tipo físico, consertar tal coisa, tirar tal professor do quadro lá de docentes. Então o que a gente vive é meio que talvez um pouco contrário, porque as pessoas ficam se digladiando assim: ah, minha ideia é melhor do que a sua. A gente vive às vezes um contexto de que não ter ideias é melhor do que ter qualquer outra ideia. É complicado.

A metáfora do “arrumar a casa” é um indicador dos sentidos da política estudantil que eram compartilhados pelos colegas de curso. Ao se configurarem na subjetividade de Guilherme, se imbricavam a outros para problematizar essa metáfora com a do carro pegando fogo, indicando um papel ativo do sujeito na produção de novos sentidos para a transformação daquela realidade. Ao manifestar um interesse altruísta de melhorar algo além do próprio curso, e de discutir uma ideia que não fosse “só pragmática”, ele parecia expressar seus sentidos subjetivos da Medicina, imbricados aos da política estudantil e da reflexão que fazia de si mesmo, como sujeito ativo na transformação da realidade à sua volta.

Nesse processo, um sentimento de decepção com a postura dos colegas era mobilizado, indicando um conflito com esses sentidos no contexto do repertório de lutas gerais. Todavia, em relação às diferenças entre o ME no curso de Medicina e nos outros cursos, ele disse em sua terceira conversação grupal:

Então, os cursos já são muito diferentes né? Os que englobam lá e aqui. A principal diferença que eu vejo como positivo de lá [na Medicina], é que às vezes a gente é mais pragmático. O que muitas vezes surte mais efeito mais rápido. Não sei se é melhor, mas dependendo da circunstância passa a ser. E aqui [no *Campus* de Goiabeiras] o pessoal é mais ideológico. O que também não é ruim. Porque ideologia tá em tudo, e sem ideologia você não faz muita coisa. Eu acho que essas são as principais diferenças. As pautas são diferentes. O que move aqui e o que move lá. Muitas vezes as coisas se invertem por ser uma novidade, igual agora. Entrou um assunto mais ideológico lá, ficou em polvorosa a galera porque eles não estão acostumados.

Um sentimento de orgulho parecia ser mobilizado, nesta construção simbólica do ME em seu curso, em relação ao envolvimento e aos resultados do repertório de lutas específicas. Por outro lado, ao dizer que “sem ideologia não se faz muita coisa”, ele parecia estabelecer uma contraposição que desconsiderava as realizações do DA de Medicina, reforçando o caráter contraditório dos seus sentidos. Hipoteticamente, sentidos subjetivos da política estudantil se imbricavam ao sentimento de decepção com a atitude dos colegas, nas construções simbólicas de Guilherme acerca do envolvimento com o repertório de lutas gerais do ME, e ao de orgulho, no que dizia respeito às lutas específicas.

5.5.4 A militância: “a gente é muito distante daqui”

As narrativas acerca da própria militância no ME, naquele período das conversações grupais, expressavam sentidos da reflexão que fazia de si mesmo, do líder estudantil e das ideologias. Em sua segunda conversação grupal, falou da assembleia realizada no curso de Medicina, que decidiu apoiar a manifestação contra o contingenciamento orçamentário da UFES, como resultado do trabalho que realizou. A atitude inicial dos colegas, em relação ao repertório de lutas gerais do ME, foi decepcionante, mas: “[...] talvez, se isso não tivesse acontecido, essa quebra do sonho, talvez eu teria me envolvido menos, e as mobilizações não tivessem acontecido”. Neste excerto há um indicador dos sentidos da reflexão que fazia de si mesmo no ME, que voltou a aparecer em outro excerto, de sua terceira conversação grupal:

[...] tudo que acontece é meio que movido, capitaneado, pelo meu diretório. De diferente, ou de confusão. Aqui a gente aglutina muito, o nosso diretório é muito centralizador. A Atlética é do diretório, a calourada é do diretório, tudo que é coisa científica que os alunos fazem o diretório dá um jeito de abarcar também. Intercâmbio é pelo diretório, patrimônio nosso é o diretório que administra, a representação estudantil é toda o diretório que faz. Basicamente tudo que tem no nosso curso, é a gente que movimenta. Se dá errado é meio culpa nossa, também se der certo é culpa nossa.

Neste excerto, Guilherme demonstrava capacidade de construir sua experiência de participação no ME, definindo-se pela liderança que protagonizava, uma qualidade que estimulava a defesa do seu espaço subjetivo ante os colegas. Ao trazer indicadores da reflexão que fazia de si mesmo, essa expressão poderia ser associada a uma capacidade de produção ideativa do trabalho que realizava, e o sucesso parecia

funcionar como uma recompensa simbólica. As frases “17. O DA de Medicina: que movimenta o curso”, e “18. Ser do DA: minha maior conquista dentro da universidade”, reforçaram esses indicadores. Ao ser provocado sobre a reflexão que fazia de si mesmo, com frases onde se definia pelo papel que exercia, disse em sua quarta conversação grupal:

Ah tá, você me chamou de narcisista duas vezes, mas eu não discordei não [risos]. Sabe por que? Porque eu entendi o sentido que ele aplicou: eu acho que pra pessoa botar a cara no negócio você tem que ter uma coisa um pouco diferente, do tipo confiar no seu taco demais. Porque não é um negócio legal, não é um negócio fácil você se expor, jogar um monte de coisas nas suas costas e falar ah tá, vamos carregar esse negócio. [...] Alguém vai ter que botar a cara, e se você não confiar em você, aí já começou errado.

Vale ressaltar que o adjetivo “narcisista” expressava a interpretação do sujeito, frente à provocação que fiz, quando me referi aos sentimentos de soberba e vaidade. No entanto, tal adjetivo poderia definir uma fantasia, uma imagem ilusória dele próprio, que não seria coerente com a perspectiva adotada nesta tese. Também o provoquei no completamento de frases: “11. A vaidade: o maior inimigo do espírito coletivo”. Assim, o excerto anterior pareceu mobilizar o sentimento de autoconfiança, que se imbricava aos sentidos da reflexão que fazia de si mesmo, e do líder estudantil, configurando-se em sua participação política. No sentido de obter mais trechos de informação, Guilherme foi provocado sobre o que é um líder estudantil, quando respondeu em sua quarta conversação grupal:

As pessoas externalizam o que elas querem, levam muito pro lado pessoal, e esquecem totalmente do coletivo. Isso acontece demais no movimento estudantil. Não é pra ser do jeito que você quer. É pra você conversar com todo mundo e achar alguma coisa pra fazer e resolver pra todo mundo. Se for só assim, não tem um movimento estudantil. É movimento de um estudante só, e cada um por si. E eu tento pensar muito nisso quando eu tô lá, porque tem coisas que eu quero fazer porque eu acho interessante. Mas só que eu vou gastar muito tempo fazendo qualquer coisa, porque tudo dá muito trabalho, e é o objetivo? Não é? É a pauta principal? É o que a gente precisa mais? Não é? Você tem que ter esse questionamento. Falta muito questionamento a si próprio no movimento estudantil. Eu tenho essa impressão.

A partir deste excerto, o DA de Medicina poderia ser significado como um espaço de demanda e de trabalho orientado aos outros. Todavia, essa representação minimizaria o protagonismo da liderança de Guilherme, que estaria limitada à síntese dos diversos interesses dos colegas. Esse papel passivo não seria coerente com sua trajetória no

ME, e nem com o sentimento de autoconfiança do líder. Quando ingressou no curso, a atitude dos colegas era reativa em relação ao repertório de lutas gerais do ME, mas o recente envolvimento deles, na manifestação contra o contingenciamento orçamentário da UFES, indicava uma mudança. Ele já falava sobre a nova atitude dos colegas desde a sua segunda conversação grupal:

Quando a gente posta uma nota se posicionando sobre alguma coisa, não sei se vocês chegaram a ver a nota que a gente postou, os ex-alunos nas redes sociais caem de pau falando: nossa, meu DA virou isso, não sei o quê, aparelhado, partidário, não sei o quê. E todo mundo que é... todo mundo não, mas a grande maioria, que está como aluno agora, apoia as atitudes do DA. Então a gente tá vivendo uma situação totalmente inversa nesse sentido. Falando um pouco de mim, você falou que eu me demonstrei triste por não ter vindo pra cá [para o *Campus* de Goiabeiras], isso talvez tenha sido o motivo, ou a motivação, pra eu talvez me envolver mais no movimento interno nosso, e esse quadro começar a mudar. Porque a gente vinha de um histórico de diretórios muito pragmáticos, e se tinha um pouco de ideologia mais voltada pra direita, vamos dizer assim. De uns dois anos pra cá isso mudou totalmente.

A nota citada criticava o contingenciamento do orçamento da educação, anunciado pelo governo federal alguns dias antes. A inércia não estava mais associada ao seu grupo, que legitimava a nota através do apoio dado pela maioria. O sentimento de aceitação do trabalho que realizava parecia funcionar como uma recompensa simbólica que estimulava o seu comprometimento. De forma consciente, passou significar o sentimento de desilusão com a realidade que encontrou no curso, área de forte sentido subjetivo para ele, expressando um conteúdo implícito em seu papel ativo diante da reatividade e inércia dos colegas. A realidade encontrada seria, então, uma oportunidade para promover mudanças na atitude dos estudantes de Medicina.

Hipoteticamente, sentidos subjetivos da reflexão que fazia de si mesmo se imbricavam aos do líder estudantil, mobilizando sentimentos de aceitação e de autoconfiança que, ao se configurarem na participação política de Guilherme, estimulavam o compromisso emocional com o trabalho que desenvolvia. Em relação aos ex-alunos, as palavras “eles caem de pau” expressavam o valor que o sujeito atribuía aos comentários que faziam nas redes sociais: uma crítica ao DA que se tornou partidário. Este excerto era um indicador dos sentidos das ideologias, compartilhados na subjetividade social, associados aos partidos políticos que aparelhavam o ME. Ao se

configurarem em sua participação, estimulavam narrativas como a de sua terceira conversação grupal:

[...] outro problema que eu vejo, que dá uma esterilizada no movimento estudantil, é uma questão de apropriação das coisas muito grande. Por exemplo, eu acho que eu sou de esquerda, aí eu falo isso pra todo mundo, e todo mundo que não é idêntico a mim não é de esquerda, ou não se enquadra no meu grupo. As pessoas meio que tomam pra si as coisas, e vão centralizando cada vez mais, até ser um movimento de uma pessoa só, às vezes. Se não é preto, estudante de medicina, mora onde eu moro, não sei o que, não serve. E essa segmentação acho que só prejudica. Acho que não tem progresso nenhum. Porque, como eu falei antes, a gente consegue alguma coisa adubando aquilo que inicialmente tava fora da sua questão. Porque, sei lá, um racista da vida, uma pessoa que é racista social, assim, na verdade todo mundo é um pouco racista. Até os pretos são racistas. Você só diminui o racismo se essa pessoa deixar de ser racista. Se o cara que é racista continuar sendo racista, você não ganhou nada. Então você fazer um discurso só voltado pro seu é o que mata.

Neste excerto, havia um indicador da forma singular que os sentidos subjetivos das ideologias assumiam ao se configurarem em sua participação política. Ao evocar o que viu em sua trajetória no ME, eles foram associados à uma interpretação enviesada da realidade, que contribuía para a diferenciação e fragmentação do movimento em grupos políticos. E essa diversidade de agremiações, que não convergia em uma unidade, possuía um valor negativo no contexto do ME, conforme já discutido. Já no interior dos grupos, que reuniam indivíduos com perfis cada vez mais homogêneos entre si, a falta de diversidade era um problema que dava uma “esterilizada” no ME. Essa homogeneidade voltou a ser discutida em sua quarta conversação grupal:

Se você tentar formatar ou uniformizar demais uma coisa, quando entrar em alguma situação que foge um pouco do seu alcance, já era. Eu acho que eu falei isso, porque eu vejo muitas vezes as pessoas assumindo ideologia de uma maneira muito autoritária. Porque a questão de ser de esquerda e de direita, hoje em dia, é muito problemática. Cada hora cada um fala uma coisa. Tem gente que fala que é de esquerda, tem outros que falam outra coisa. Mas a questão não é isso. Eu acho que as pessoas adotaram esses termos pra se auto definir e pra definir as pessoas. Não pra expor ideias. O que que é ser de esquerda pra muita gente? É ser a própria pessoa. Se não bater o *check-list* todo, aí você não é. Aí se não bater também não serve pra mim. Aí já joga fora. E o cara de direita falando o que é ser de esquerda: ah, é tudo que eu não gosto. E não é por aí.

Neste excerto, a diversidade possui o valor positivo de produzir alternativas em situações inesperadas, e as ideologias simbolizavam a fragmentação autoritária do tecido social que se expressava nos rótulos de esquerda e de direita. Hipoteticamente, sentidos subjetivos das ideologias, que se configuravam na participação política de

Guilherme, eram associados à uma interpretação enviesada da realidade que contribuía para a diferenciação e fragmentação autoritária do ME.

5.5.5 Configurações subjetivas da participação política de Guilherme

A análise das narrativas de Guilherme deu visibilidade aos seus sentidos subjetivos das relações familiares e pessoais, da aprendizagem, da Medicina, da reflexão que fazia de si, da política estudantil, do líder estudantil, e das ideologias. Esses sentidos pareciam se imbricar na construção das suas narrativas, configurando-se em sua participação política na medida em que evocavam sentimentos de proteção, admiração, felicidade, carência, gratificação, decepção, orgulho, autoconfiança, aceitação e desilusão. Para organizar os núcleos de sentido construídos nesta análise, um modelo teórico representativo da participação política de Guilherme é constituído pelas seguintes hipóteses:

- Sentidos subjetivos das relações familiares e pessoais de Guilherme estimulavam o pertencimento e o apreço à diversidade. Essa diversidade era associada aos sentidos subjetivos da aprendizagem, e se configuravam em sua participação política. No contexto do ME, esses sentidos produziam um valor positivo à busca de convergências e construção de unidade, diferente dos contextos em que construía suas relações pessoais, onde a unidade não tinha o mesmo valor.
- Sentidos subjetivos da Medicina se imbricavam aos das diversas reflexões de Guilherme, e estimulavam a mobilização de representações teóricas na construção simbólica da sua realidade.
- Sentidos subjetivos da política estudantil se imbricavam ao sentimento de decepção com a atitude dos colegas, nas construções simbólicas de Guilherme acerca do envolvimento com o repertório de lutas gerais do ME, e ao de orgulho, no que dizia respeito às lutas específicas. Em um momento ulterior, esse sentimento de orgulho passou a se associar à aceitação, pelos colegas, daquelas lutas gerais.

- Sentidos subjetivos da reflexão que fazia de si mesmo se imbricavam aos do líder estudantil, mobilizando sentimentos de aceitação e de autoconfiança que, ao se configurarem na participação política de Guilherme, estimulavam o compromisso emocional com o trabalho que desenvolvia.
- Sentidos subjetivos das ideologias, que se configuravam na participação política de Guilherme, eram associados à uma interpretação enviesada da realidade que contribuía para a diferenciação e fragmentação autoritária do ME.

O papel ativo do sujeito, ao defender seu espaço subjetivo ante a pressão simbólica dos colegas de curso, foi capaz de produzir efeitos sobre a atitude deles, reafirmando a relação simbiótica entre os níveis individual e social da subjetividade. Neste caso, não foi apenas o grupo que afetou sua transformação, mas a sua atitude também afetou a transformação do grupo. Ao insistir nas discussões sobre o repertório de lutas gerais do ME, que poderiam melhorar o seu curso e os de todos os estudantes brasileiros, Guilherme se contrapôs aos sentidos do líder estudantil, compartilhados na subjetividade social, associados à síntese dos anseios de sua base. Dessa contradição, emergiam sentidos do líder estudantil que mobilizavam sentimentos de autoconfiança, e estimulavam o protagonismo e o compromisso com a militância.

Apesar de ocupar lugar privilegiado em seus sentidos da aprendizagem, a diversidade assumia diferentes valores, dependendo do contexto de sua narrativa. Em relação aos vários grupos do ME, ele atribuía um valor negativo à falta de convergência entre elas. Em relação à composição interna desses grupos, onde relações pessoais mais próximas eram construídas, atribuía um valor positivo à diversidade que produziria alternativas para lidar com situações inesperadas.

5.6 DANTE DA ARQUITETURA, O OCUPANTE DOS ESPAÇOS: “URBANISMO É OCUPAR”

No período em que as conversações eram realizadas, Dante era um estudante finalista de Arquitetura e Urbanismo, e estagiário nessa área. Já tinha sido dirigente do CA, ainda estava envolvido com tal organização, identificando-se como um

militante, e fazia parte do Coletivo Caleidoscópio – dedicado às manifestações artísticas e culturais. Tinha entre 21 e 25 anos, morava com a mãe e o padrasto no bairro Joana D’arc, localizado na periferia de Vitória/ES, e caracterizou sua família como de classe média baixa. Concordou em participar da pesquisa durante a minha visita ao CA quando, por ter me desencontrado com um dirigente, comecei a conversar sobre a pesquisa com ele – que coincidentemente estava lá naquele momento. Desde o primeiro contato, esse sujeito demonstrou interesse em contribuir com a pesquisa.

A análise das suas narrativas sugeria que estava comprometido com o futuro profissional que teria. Esta análise foi dividida em quatro partes: neste *caput* é feita a caracterização do sujeito, são analisadas as relações familiares e pessoais, e a importância dos conhecimentos produzidos em sua trajetória acadêmica na UFES. Em seguida, discute-se a visão lúdica de ME que defendia, onde a realização de festas promoveria a aproximação entre o CA e a sua base. Na terceira parte, são discutidos os sentidos que atribuía ao movimento estudantil e ao enfrentamento de ideias. Por fim, a quarta parte sugere um modelo teórico, representativo e aproximado, das configurações subjetivas da participação política de Dante.

No completamento de frases, produziu significados e representações que contribuíram para a sua caracterização como sujeito. Ao ser considerada de forma isolada, essa expressão não possuía o valor de indicador dos seus sentidos subjetivos. Entretanto, ao se integrar à complexa trama do conjunto da sua produção, as frases escritas se converteram em trechos de informação capazes de contribuir para o alcance do objetivo desta pesquisa. A primeira frase, analisada a seguir, expressa uma representação consciente da sua família:

1. Minha família: mineira, com uma “ascensão” moderada, muito pobre décadas atrás, duas ou três. Oriunda do interior, partes de pai e mãe, muitos filhos em ambas as partes. Pai membro de grupo de teatro que conhece a futura esposa em evento do próprio grupo, num distrito de 5 mil habitantes. Após casamento, vêm buscar melhores condições de trabalho na capital capixaba. Hoje sou eu, mãe e padrasto. Ainda, felizmente, com muito contato com meu pai e familiares.

Adjacente à sua intencionalidade, passei a acompanhar pelo menos dois indicadores de sentidos subjetivos: 1) das relações familiares, aos quais se imbricava um sentimento de felicidade pelo contato frequente, que eram associados ao interior do

estado de Minas Gerais como local de pertencimento; e 2) do espaço urbano, associados às melhores condições de trabalho.

2. Minha infância: Entre Vitória e interior mineiro (Carangola e Vila Nova, sendo a última um distrito de Manhuaçu). Choque constante do urbano com o campo, e lógico, predileção, na infância, absoluta pelo campo. Não sei, mas possivelmente isto direcionou a escolha de minha graduação e eu nem saiba.

Nesta frase, a predileção manifestada pelo sujeito pareceu evocar um sentimento saudosista. O “contato” frequente da frase 1, e o “choque” da frase 2 eram indicadores dos sentidos das relações familiares, configurados em sua trajetória, associados ao conflito e ao apoio à sua adaptação no ambiente urbano. Ele demonstrou estar envolvido em reflexões acerca do curso que escolheu, e as palavras que mobilizou nessa construção indicavam que a ela se imbricavam sentidos da família e da Arquitetura e Urbanismo. A presença dos parentes, como fonte de apoio em sua adaptação a um novo ambiente, voltou a aparecer em sua primeira conversação grupal, quando disse:

[...] Quando eu entrei na UFES, o meu pai tinha acabado de sair da UFES. Ele fez Artes. Ele sentou um dia comigo e ele teve conversa de horas comigo sobre as festas da Arquitetura. Porque ele tinha muito medo que eu entrasse aqui e despirocasse. [...] e aí ele tinha medo disso... de... sei lá do quê que ele tinha medo, mas ele tinha, e eu não entendia nada do que ele falava. Não pai, fica tranquilo.

Neste excerto, o medo do pai foi narrado de forma gentil, sugerindo que sentimentos de carinho eram mobilizados. Hipoteticamente, sentidos subjetivos das relações familiares de Dante, imbricados aos sentimentos de carinho e felicidade, eram associados a uma fonte de apoio para a sua adaptação aos novos contextos com os quais se deparava. A esses sentidos, aparentemente se imbricavam os de suas relações pessoais. Quando sua família se transferiu para Vitória/ES, instalou-se inicialmente em Jardim Camburi, um bairro de classe média. Em sua primeira conversação grupal, ele disse: “[...] porque eu cresci em Jardim Camburi. Minha infância foi toda em Jardim Camburi. Então os primeiros contatos que eu tive como criança, período onde você aprende muita coisa, foi em Jardim Camburi”.

O valor que Dante atribuiu ao aprendizado, na infância, parecia expressar sentidos subjetivos das relações pessoais, associadas a aquele bairro, que se configuravam

em sua trajetória. Na frase “3. Jardim Camburi: Boas lembranças, apesar da cidade grande, ainda foi uma infância e adolescência na rua, nada de criança de condomínio. Sinto falta”, esse indicador foi reforçado. A contraposição, entre rua e condomínio, poderia ser entendida como uma expressão desses sentidos, aos quais se imbricava um sentimento saudosista, e estimulava a atribuição de um valor positivo à presença dos amigos daquele bairro em sua formação. No entanto, quando concluiu o ensino fundamental, sua família se mudou para Joana D’arc, um bairro de classe média baixa na periferia de Vitória/ES.

Ele expressou no completamento de frases: “4. Meu bairro: Moradia. Vivo neste bairro (Joana D’Arc) há 10 anos, mas pouco conheço, poucos amigos (na verdade colegas) e nenhum senso de pertencimento”. Ao deslocar sua construção do tempo passado para o presente, Dante indicou a importância dos sentidos das relações pessoais em seu pertencimento. A esses sentidos se imbricavam os da reflexão que fazia de si mesmo, estimulando uma significativa sensibilidade às mudanças de casa, e ainda, o papel passivo que assumia na construção de relações com os novos vizinhos. Assim, ante a dificuldade para produzir novos sentidos das relações pessoais, sentia-se inadaptado ao bairro que morava. Todavia, sua vivência no curso de Arquitetura e Urbanismo era outra. Em sua primeira conversação grupal, disse:

[...] eu falei: gente, vamos organizar o CA. Muitos anos que não tem Centro Acadêmico. E aí a gente resolveu se organizar na ideia de cara: vamos tentar organizar o nosso quintal, sabe, depois a gente tenta organizar a rua, depois o bairro, depois a cidade, depois o mundo. Então vamos tentar organizar aqui? E foi basicamente por isso. Eu não tenho muitas motivações. Na verdade, é político. Porque a Arquitetura é política. E a ocupação do espaço é política também.

No curso, Dante parecia ter estabelecido relações pessoais que estimulavam seu pertencimento, um sentimento associado aos indicadores de sentidos dessas relações e da reflexão que fazia de si mesmo. A esses sentidos se imbricavam ainda os da Arquitetura e Urbanismo que, ao se configurarem, aparentemente passavam a expressar sua participação política como “ocupação do espaço”. Expressões como essa eram recorrentes em suas narrativas. Em sua segunda conversação grupal, ao narrar o episódio em que o CA organizou um evento de dança e gastronomia, Dante voltou a falar da ocupação dos espaços: “[...] porque tudo na Arquitetura dá isso: a gente precisa trazer gente. Essa é a pauta do Urbanismo. Um local que você faz uma

intervenção e não tem gente, seu projeto foi um fracasso. Você não tá ocupando, e Arquitetura e Urbanismo é ocupar”.

Hipoteticamente, sentidos da Arquitetura e Urbanismo se configuravam na participação política de Dante, mobilizando representações teóricas associadas a essa área de estudos em suas construções simbólicas. Para “trazer gente”, ele defendia uma prática que incorporasse os afetos dos colegas à militância: a realização de festas.

5.6.1 Festas: “era ali que surgiam essas coisas por acaso”

Em 1999 houve um incidente violento na festa “Abre Bodes”, do DA de Engenharia, que resultou na morte de uma pessoa, estimulando a UFES a proibir o comércio de bebidas alcóolicas em seus *Campi*. Essa proibição foi pouco eficaz até o ano de 2016, quando a fiscalização passou a ser mais intensa. Assim, festas tradicionais que eram realizadas pelos CA's, DA's e DCE/UFES se tornaram inviáveis, surtindo efeitos sobre o próprio ME. Nesse processo, Dante precisou encontrar alternativas para ocupar os espaços do curso, como disse em sua primeira conversação grupal:

[...] e o curso de Arquitetura, até esse período das ocupações, os alunos eram muito engajados em ocupar espaço. O curso é aqui dentro. A gente vai fazer [festa] aqui e acabou. Chegavam os guardas, a gente fazia gato. Eles cortavam luz. A gente já fez gato no Banco do Brasil, a gente já fez gato no prédio da Caixa Econômica, a gente dava cerveja para os guardas deixarem o rock rolar. [...] e aquele curso a gente sempre fala: ó, quem mantém esse curso, as festas desse curso, é do primeiro ao quinto [período]. Os outros, vem um ou outro porque já tá no final e tal. E a gente acabou perdendo um pouco esses alunos. Os alunos ficavam com medo: ah, não... não vou fazer. E aí, quem começou a fazer essas coisas eram só os alunos mais velhos. Só que os alunos mais velhos são gatos pingados. Então a gente perdeu quase toda a força que o curso tinha. Calourada, a última que teve saiu no jornal. Saiu no jornal que quebraram a janela, interditaram o prédio. Saiu no jornal por causa disso. Foi de forma negativa entendeu? E a calourada, a gente já achou um documento do CA de 2003, requisitando autorização para a calourada rolar dentro do prédio. Então não é um negócio que a gente inventou ontem, sabe? Mas aí aconteceu desta vez. Aí aconteceu isso, e aí pronto. E aí, inclusive, a calourada vai ser fora dessa vez.

Nesta fala, havia um indicador dos seus sentidos subjetivos das festas, aos quais se imbricava um sentimento saudosista, associados à força que o curso tinha. De fato, o curso de Arquitetura e Urbanismo era conhecido pelas festas que realizava, muitas das quais contaram com a minha presença. Ao se contraporem à proibição, esses

sentidos estimularam a produção de alternativas que subvertiam a ordem institucional estabelecida, e eram capazes de transformar a realidade com a qual o sujeito se deparava. Aparentemente, esses sentidos também se contrapunham às narrativas da imprensa, que associavam as festas nos *Campi* à baderna. Todavia, elas eram significadas pelo sujeito como parte da formação do arquiteto urbanista, conforme o diálogo de sua segunda conversação grupal:

Dante – Lá, desde que eu entrei sempre teve essa tradição de fazer festa, fazer festa, fazer festa. Eu entrei no segundo semestre de 2014.

Pesquisador – E isso organiza mesmo?

Dante – organiza. É nesse ponto que é onde eu divido o curso, mais ou menos, que é o antes e pós ocupação de 2016. Porque o pós ocupação de 2016 parece que é um curso de Arquitetura, o antes parece que é outro curso de Arquitetura. Até as ocupações de 2016, tudo que a gente queria fazer no Cemuni acontecia muito em prol dessas festas. Não só pra fazer festa. A gente fazia tantas festas no curso em si, fazia tantas festas para o curso. A festa dentro do prédio, não divulgava pra ninguém, pra gente se conhecer. A ideia era sempre essa. Então, como a gente ia se conhecendo, qualquer outra coisa que gente queria fazer que não era ligado a festa, acabava funcionando muito por causa dos contatos que gente acabava tendo, da proximidade com o curso que acabava tendo, que era resultado das festas. Isso sempre foi assim até as ocupações. Quando eu entrei, isso acontecia muito. E eu nunca observei muito a ligação do meu curso, lá do curso de Arquitetura, com por exemplo o DCE, com o movimento estudantil como um todo, no geral.

Alexandre – Tradicional.

Dante – Tradicional. Porque basicamente é isso que eu vejo. Quando por exemplo: ah, vamos participar de alguma coisa relacionada ao movimento estudantil, é isso que vem à cabeça de qualquer pessoa. Isso que vinha à minha cabeça inclusive. Só que eu achava isso um pouco esquisito... a palavra não é esquisito. Eu achava aquilo diferente, que lá no meu curso não acontecia assim, e não acontece ainda.

Neste excerto há outro indicador dos sentidos subjetivos das festas, como solução dos problemas complexos da incipiente participação política dos estudantes, e subordinada a cumprir funções alheias à intenção dos seus frequentadores: a formulação do repertório de lutas e a mobilização em torno do CA. A temporalidade evocada pelo sujeito, onde os momentos passados eram os melhores, sugeria alguma dificuldade em produzir outras cerimônias, ou rituais, que fossem capazes de substituir as festas no cumprimento dessas funções. A proibição seria, então, um empecilho para o desenvolvimento de um modelo de ME mais lúdico, que envolvesse música e sociabilidade para a mobilização dos colegas. Ao ser provocado sobre esses indicadores, disse em sua quarta conversação grupal:

Teve uma coisa que você disse, que eu fiquei refletindo muito, e aí parece que eu queria dizer só isso. E não era. A ideia da relação com o movimento

estudantil tradicional, que eu falei das festas, que era a forma de aglutinação do curso, parece que... e parece mesmo... eu li tudo e parece mesmo. Se fosse outro nome aqui, eu ia pegar e falar: é mesmo... de que eu rejeito completamente o movimento estudantil tradicional, e eu acho que deva ser só o lúdico. E aí é o lúdico pelo lúdico. Sei lá, a calourada de Engenharia. É política também, organização das pessoas? é, eu também acho... mas só a festa pela festa. [...] agora nas nossas festinhas, era ali que surgiam essas coisas por acaso. Então, nas conversas que a gente tinha de corredor, o cara falava: pô, tá uma merda a aula, o professor, e aí outro falava de política no geral, de corte. E aí outro chegava e falava: é realmente, pô vamos marcar um negócio no Cemuni pra gente conseguir discutir sobre isso? Vamos. Aí a gente conseguia levar as pessoas, a gente não parava as pessoas pra falar que ia ter uma assembleia. A gente decidia essas assembleias nas festas. E aí a gente se reunia pra resolver os problemas. Não pra sentar e discutir os problemas. A gente aparecia nas reuniões pra já pra tentar resolver, dar direcionamentos. Do jeito que eu li aqui, que eu falei inclusive, parece que eu tô falando que não, que vamos parar com esse negócio de ficar reunindo pra ficar discutindo essas coisas, o negócio é só cerveja e música. E não é.

Neste excerto, os eventos voltaram a aparecer em sua crítica da “festa pela festa”, reafirmando a importância deles para a mobilização estudantil. Hipoteticamente, sentidos subjetivos das festas, que se imbricavam aos sentimentos de frustração e saudosismo, eram associados à solução dos problemas complexos da participação política dos estudantes, e subordinada a cumprir funções alheias à intenção dos frequentadores desses espaços: a formulação do repertório de lutas e a mobilização em torno do CA. Depois que foram proibidas, Dante passou a demonstrar um papel passivo na produção de novos sentidos para “trazer gente” para o ME. Tentativas frustradas de mobilização somaram-se à pressão para a conclusão do seu curso, e aos sentidos da subjetividade social, para desestimular sua participação política.

5.6.2 Política estudantil: “eu achava um saco”

Aos sentidos das festas, se imbricavam os da política estudantil que, naquele momento, era atravessado por ideologias, disputa pelos espaços de representação, distanciamento da realidade dos estudantes, e pareciam desestimular sua participação. Mas os que atribuía ao enfrentamento, discutidos mais à frente, teriam um efeito contrário. Para ele, as assembleias simbolizavam o movimento que não oferecia respostas aos problemas do seu cotidiano. Sobre isto, ele disse em sua segunda conversação grupal:

[...] acontece que, às vezes, tinham umas assembleias que eu não ia participar porque eu achava um saco. Eu achava um porre a assembleia porque as pautas eram sempre as mesmas, e só pautas ideológicas. E aí eu

falava assim: cara, eu concordo com você, eu concordo com você. Eu juro por Deus que eu concordo com você, mas vamos discutir alguma outra coisa? Será que a gente pode discutir que a instalação elétrica do Cemuni é desde os anos setenta? Será que a gente pode discutir que chove dentro da sala quando chove pra caramba? Será que a gente pode discutir que nenhum arquiteto usa mais régua T e prancha A zero? Que usa computador, sabe? E o professor pede pra gente fazer projeto à mão o tempo inteiro. Vamos discutir alguma outra coisa?

Neste excerto, há um indicador dos seus sentidos subjetivos da política estudantil, aos quais se imbricava um sentimento de repulsa, associados às ideologias que buscava se afastar por distorcer a realidade dos estudantes. As lutas específicas, associadas aos problemas do próprio curso, aparecem neste excerto em contraposição às lutas que o sujeito chamou de “ideológicas”, mas, em minha trajetória, observei que assembleias eram pautadas pelas condições concretas da vida estudantil. Dessa forma, o contingenciamento do orçamento da UFES, ou ainda, o congelamento dos investimentos da União, não poderiam ser tratados como pautas ideológicas, mas como políticas públicas que produziram impactos na trajetória acadêmica dos estudantes.

Entretanto, interpretações distorcidas do cotidiano dos estudantes eram recorrentes nas assembleias que participei, razão pela qual talvez o problema não estivesse nas pautas das assembleias, mas em falas enviesadas feitas nesses espaços. Elas expressavam a fragmentação dos grupos, a disputa pelos espaços de representação estudantil, e estariam apartadas das condições concretas do cotidiano dos estudantes em sala de aula. Já em sua terceira conversação grupal, quando falava sobre o papel do representante, e sem nenhum estímulo direto relacionado às ideologias, afirmou:

Eu não posso ficar só no discurso ideológico de que o mundo tem que ser assim. Eu acho que às vezes a gente fica num aspecto muito nebuloso, de teoria demais. O que eu vejo muitas vezes nos movimentos estudantis é que ele é todo dessa forma, de vamo ficar discutindo. Bruno ficou repetindo a expressão de discutir sexo dos anjos, eu não sei o que isso significa exatamente, mas eu imagino que seja uma coisa vaga.

Ao rejeitar o discurso ideológico que observou predominar no ME, em sua trajetória, Dante expressou um indicador dos seus sentidos da política estudantil muito parecido com aquele já construído. Hipoteticamente, a eles se imbricava um sentimento de repulsa, eram associados às ideologias que distorciam a realidade dos estudantes e, ao se configurarem em sua participação política, serviam como fonte de desestímulo.

Já o enfrentamento, por outro lado, parecia servir como fonte de estímulo, conforme afirmou em sua terceira conversação grupal:

Guilherme – Na questão dos coletivos, eu acho que o que atrai não são as contradições não. Ele é integrado num grupo de pessoas que são parecidas com você. Isso também é prazeroso.

Dante – Eu só participo de um coletivo relacionado à familiaridade. Eu não acho que é obrigatório você ter contradições, mas eu sou o tipo de pessoa que se eu sento numa mesa e todo mundo concorda, eu acho um saco. Acho um porre. Acho chato. Não tem graça. Fica todo mundo ali [bateu palmas]. Lá no nosso Centro Acadêmico, se eu pegar todas as pessoas, o perfil de... são todas pessoas de esquerda. [...] então eu não acho que tem que ser todo mundo concordando, todo mundo discordando, e lá nas nossas próprias reuniões de Centro Acadêmico o pau quebra e a gente de certa forma tem familiaridade de pensamento na organização, mas a gente discute e discorda de muitas coisas. Acho que qualquer discussão onde todo mundo concorda não faz sentido nenhum.

Neste excerto, há um indicador dos seus sentidos subjetivos do enfrentamento, que se imbricavam ao sentimento de familiaridade no contexto do CA, associados à pluralidade de ideias, e se configuravam para estimular sua participação política. Mas no contexto das festas, quando se deparava com pessoas com as quais não nutria o sentimento de familiaridade, esses sentidos aparentemente se reconfiguravam. Em sua segunda conversação grupal, quando as associações atléticas foram sugeridas, por outro sujeito, como alternativa para a mobilização estudantil, ele afirmou:

[...] e eu não tô falando de política só sobre esquerda e direita, sobre quem me representa, quem não me representa porque, pra mim, o problema da Atlética é, especialmente a da Engenharia, não são as festas ou como eles fazem. Não é se eles votam no Bolsonaro, ou se eles votam no Haddad. Mas é como aquele local é o antro machista, misógino e reacionário dessa universidade. É dentro da Atlética. Não tô falando nem que é dentro da Engenharia. Ah, mas não adianta querer virar pra mim e falar: ah, mas nem todo homem... é aquela história do nem todo homem, nem todo não sei o quê... vá pra puta que o pariu. Já fui em várias calouradas de Engenharia. Quem participa de *beer time*, de calourada de Engenharia, sabe como que é aquela bosta. E eu tô falando pelo meu curso de Arquitetura, que é um curso majoritariamente feminino, e que quando a gente tinha calourada dentro do prédio eles brotavam do inferno lá pra participar da calourada. E toda calourada a gente tinha problema de assédio. E sempre, a não ser que tenha sido antes, mas de 2014/2 até 2017/2, que foi a última calourada que a gente fez dentro do prédio, a gente tinha problema com homens hétero, brancos, de classe média que vinham da Engenharia com pensamento extremamente misógino sobre as meninas, e uma atitude extremamente escrota com todas as meninas.

Mais do que uma descrição formal e consciente, este excerto apresentou pelo menos dois indicadores dos seus sentidos do enfrentamento, associados à hostilidade das

expressões “vá pra puta que o pariu”, “eles brotavam do inferno lá” e “atitude extremamente escrota”. O primeiro deles estava relacionado ao compromisso emocional de enfrentar atitudes machistas e misóginas. O segundo, relacionado à representação dos outros, por quem não tinha familiaridade, como protagonistas dessas atitudes, deixando de considerar a possibilidade de que tal comportamento pudesse ser reproduzido entre os seus. Para obter mais trechos de informação relacionados ao enfrentamento que realizava, o sujeito foi provocado em sua terceira conversação grupal:

Pesquisador – você queria o pessoal da Engenharia fora das festas Arquitetura só pra que os caras da Arquitetura pegassem a mulherada de lá, né? [risos]

Dante – não porque são quase todos homossexuais [na Arquitetura]. Então não tem, isso não é nem piada. Isso é verdade. Não é por isso.

Pesquisador – fiz essa provocação machista e misógina justamente pra você falar um pouco...

Dante – eu não queria eles fora. Eu queria aqueles fora. É a mesma coisa que eu estar numa roda cheia de mulheres e elas começarem a falar: os homens são isso, os homens são aquilo. Por que é que eu vou levantar a mão e dizer: não é todo homem. Eu não tenho pra quê fazer isso. Eu me encaixo no que elas estão reclamando. Eu estou reclamando dos meus colegas. Eu escrevi ali, você escreveu nas perguntas: machismo. É uma coisa que é enraizada em todo mundo. Não adianta você dizer: ah, eu não sou machista. Bosta. Todo mundo é. Homem, mulher. Mulheres menos, mas homens são sim todos machistas. A gente tem todo dia que tentar desconstruir isso.

Ainda sobre esse enfrentamento, sem qualquer provocação, ele disse em outro momento dessa mesma conversação:

[...] e o maior problema pra mim é quando eu vou falar, por exemplo, com um aluno ou com qualquer pessoa sobre machismo, homofobia, sexismo, racismo, e a pessoa atrela isso a um discurso de esquerda. Porque se isso, é uma questão pra mim, é uma questão humana. Não é questão de se é de esquerda e direita. Se vem e tentar atribuir à esquerda, pô direita, muda essa porra. [...] então, esse negócio de machismo com essa galera da Engenharia, nossa ó... esse negócio me irrita. E aí quando algum aluno da Engenharia chega perto de mim e fala bem assim: ah, mas não é todo mundo, não é todo mundo [voz alterada]. Eu sei que não é todo mundo. A gente não vai entrar nesse negócio de ah, não é todo mundo, mas quando tem problema, o índice lá é ó [apontou o dedo para cima]. Vai pro inferno!

A construção simbólica do seu posicionamento trazia uma dissociação entre questão humana e política, onde a primeira era hierarquizada como mais relevante que a segunda. Era um indicador dos seus sentidos do enfrentamento, que mobilizavam sua trajetória e emoções, configurando-se para dissociar e hierarquizar seus valores. Uma

das expressões desses sentidos, no completamento de frases, foi: “18. O Machismo: Com raiz em todos nós. E exatamente por isto motivo para policiamento constante, autocrítica e 0 [zero] tolerância. Com essas medidas ainda causa problemas graves, imagine sem”. Ao reconhecer o machismo enraizado em todas as pessoas, Dante indicou que precisava enfrentar esse comportamento em si mesmo.

Propõe-se, assim, a seguinte hipótese: sentidos subjetivos do enfrentamento, ao se imbricarem com o sentimento de familiaridade, eram associados à pluralidade de ideias. Mas, ao se imbricarem com o sentimento de hostilidade, dissociavam as questões humanas das políticas, hierarquizando as primeiras como mais relevantes que as segundas. Ao se configurarem, esses sentidos estimulavam sua participação política.

5.6.3 Configurações subjetivas da participação política de Dante

Na participação política de Dante, se (re)configuravam sentidos subjetivos das relações familiares, da Arquitetura e Urbanismo, das relações pessoais, das festas, da política estudantil e do enfrentamento. Esses sentidos evocavam sentimentos de felicidade, saudosismo, carinho, pertencimento, frustração, repulsa, familiaridade e hostilidade, comprometidos em diferentes momentos da sua trajetória. A experiência vivida, e elementos de sentido da subjetividade social dos contextos em que circulava estimulavam a (re)produção de construções simbólicas, valores e representações que expressavam unidades de sentidos, que podem ser organizados neste modelo teórico, representativo e aproximado, de sua participação política:

- Sentidos subjetivos das relações familiares de Dante, imbricados aos sentimentos de carinho e felicidade, eram associados a uma fonte de apoio para a sua adaptação aos novos contextos com os quais se deparava. Já os das relações pessoais, aos quais se imbricavam sentimentos de saudosismo e de pertencimento, eram associados à aprendizagem e sua adaptação aos novos ambientes. Ao se configurarem em sua participação política, esses sentidos estimulavam o envolvimento de Dante com o ME de seu curso;

- Sentidos da Arquitetura e Urbanismo se configuravam na participação política de Dante, mobilizando representações teóricas associadas a essa área de estudos, na forma de metáforas, em suas construções simbólicas;
- Sentidos subjetivos das festas, que se imbricavam aos sentimentos de frustração e saudosismo, eram associados à solução dos problemas complexos da participação política dos estudantes, e subordinada a cumprir funções alheias à intenção dos frequentadores desses espaços: a formulação do repertório de lutas e a mobilização em torno do CA;
- Aos sentidos subjetivos da política estudantil se imbricava um sentimento de repulsa, eram associados às ideologias que distorciam a realidade dos estudantes e, ao se configurarem em sua participação política, serviam como fonte de desestímulo ao envolvimento;
- Sentidos subjetivos do enfrentamento, ao se imbricarem com o sentimento de familiaridade, eram associados à pluralidade de ideias. Mas, ao se imbricarem com o sentimento de hostilidade, dissociavam as questões humanas das políticas, hierarquizando as primeiras como mais relevantes que as segundas. Ao se configurarem, esses sentidos estimulavam sua participação política.

Sentidos subjetivos das relações pessoais e familiares afetavam a adaptação de Dante aos novos contextos com os quais se deparava. Ao chegar na UFES, se contrapunha às ideologias que hegemonizavam a política estudantil, propunha a realização de festas para a ocupação dos espaços, e um repertório de lutas mais próximo do cotidiano dos estudantes. Nas festas, a comercialização de bebidas alcoólicas constituía uma importante fonte de recursos financeiros para o CA, um atrativo para muitos frequentadores, e um estímulo para a construção de relações pessoais. Fora das conversações, o sujeito até disse que “ninguém faz amigos bebendo leite”, conforme anotação do diário de campo. A proibição, imposta pela UFES, inviabilizou a realização desses eventos, e desestimulou o envolvimento do sujeito com o ME.

Nesse novo cenário, demonstrava um papel passivo na produção de sentidos que envolvessem os colegas no movimento. Ele rejeitava os discursos das assembleias estudantis, cuja construção simbólica os associava às ideologias, ao controle, às relações de poder e ao distanciamento da realidade dos alunos. Assim, sentia-se desestimulado a participar de momentos formais de discussão e decisão do ME. Por outro lado, o enfrentamento que fazia não era ideológico, e estimulava o seu envolvimento. No contexto do curso de Arquitetura e Urbanismo, onde nutria uma familiaridade pelos outros, as discussões convergiam para uma unidade. Em outros contextos, o enfrentamento às ideias preconceituosas estimulavam Dante a ser mais hostil com seus interlocutores.

Os melhores momentos da sua participação política estavam no passado, quando as festas eram toleradas pela universidade. A visão ideológica do ME, que povoava as narrativas do sujeito, se contrapunha à visão lúdica que, em sua experiência, foi bem-sucedida na tarefa de aproximar representantes e representados. Adjacente à música, bebedeira e sociabilidade estimuladas pela festa, haveria uma elaboração em cada estudante, que mobilizaria sua trajetória individual, sentimentos de empatia e representações teóricas que resultariam em um processo construtivo e criativo de envolvimento com o CA. Essa visão lúdica do movimento poderia estimular a reconstrução do comportamento dos colegas, contribuindo para a superação da participação política como uma vivência imediata, e abriria a possibilidade dessa como vivência criadora.

A construção recorrente metáforas associadas à Arquitetura e Urbanismo, em narrativas acerca de várias dimensões da sua vida, sugeria que as representações teóricas dessa área de estudos era um instrumento para as produções cotidianas de Dante. A mobilização das pessoas para a ocupação dos espaços, por exemplo, tinha um lugar privilegiado em sua participação política no ME. É possível supor que seus sentidos do líder político estivessem associados à capacidade de mobilizar as pessoas para a ocupação desses espaços. Tais representações pareciam ter sido coisificadas para se encaixar em tudo. Considerando as dificuldades vividas por ele, provocadas pelas mudanças de casa, é possível supor um forte compromisso emocional com a futura profissão, associado à possibilidade de obter independência financeira.

5.7 DANILO DA ENGENHARIA, O AVESSO À INCERTEZA: “TENHO MEDO: DO INCOMPLETO”

Danilo era um estudante de Engenharia Civil e dirigente do CA. Era filho único, e morava com os pais em Jardim Camburi, bairro de classe média da cidade de Vitória/ES. Tinha entre 21 e 25 anos, havia completado o ensino fundamental em escola particular, e o ensino médio técnico em Edificações no Instituto Federal do Espírito Santo. Na conversação individual, ficou relutante em participar das conversações grupais, mas acabou comparecendo aos encontros e se envolvendo com a pesquisa. Ele era mais tímido que os outros sujeitos, e raramente os interrompia. Frequentava um psicoterapeuta desde que ingressou na UFES, estava envolvido em reflexões sobre si mesmo e em conflitos com os pais, e expressou algumas dessas reflexões no completamento de frases:

6. Sou: Pensativo, embora com dificuldades para externalizar e formar uma ideia.
7. Quero: Ter controle das minhas próprias problemáticas.
8. Sonho: Vida simples.
9. Não quero: Inércia do mundo ao redor e da minha autoconsciência.

Nestas frases, onde o sujeito admitiu estar incomodado com problemas, expressou seu papel ativo na produção de novos sentidos para enfrentá-los. A análise das configurações subjetivas da participação política de Danilo é constituída por este *caput*, que discute suas relações familiares, seguida da discussão sobre sua trajetória acadêmica. Por conseguinte, a política estudantil de Danilo é analisada e, por fim, um modelo teórico dessas configurações reunirá os núcleos de sentido construídos nesta análise. Aparentemente, um conflito com seus pais afetava outras áreas de sua vida. Ao longo das conversações, o sujeito demonstrou estar envolvido em reflexões acerca de si mesmo e, para produzir trechos de informação sobre a experiência que vivia na política, foi provocado ainda em sua primeira conversação grupal:

- Pesquisador – [...] eu preciso saber se você começou a fazer política aqui na universidade, se fazia antes, se sua família participa de alguma coisa.
- Danilo – essa questão de entrar na política não foi... eu acho que eu sempre tentei, não em coisa de política. Eu sempre tento evitar conflito nessa questão de discussão de ideias. Teve um período... teve a crise financeira de 2010 que a minha família tinha um negócio, e foi brutalmente abalado. E teve muito problema em âmbito familiar, e eu com 10 anos ainda. A gente quebrou, e

era confecção. Foi em 2010 mesmo, foi literalmente 2010 que acabou. Acho que eles tentaram estender mais um pouquinho, mas não tava dando. Assim, eu era novinho ainda na época, e briga familiar, e eu nem sabia o que tava acontecendo e, tipo, discussão pesada assim realmente. Meus pais chegaram quase ao ponto de se separar. Minha mãe foi pra São Paulo ficar na casa do meu tio um tempo. Eu não entendia o que tava acontecendo. E nesse conflito que teve eu desenvolvi assim, sabe, eu vou evitar de essa discussão é muito pesada, trocar ideia. Sempre esse medo de me engajar, e acabar numa briga por causa desse conflito que teve na minha família. Foi quando eu entrei, mais ou menos, na UFES e mais agora, que eu comecei a participar do CA, que eu comecei a ver um pouquinho essa questão de realmente começar a questionar. Às vezes eu ter que realmente bater de frente, para eu poder realmente entender, e poder questionar o que tá sendo repassado para mim. Então nesse âmbito de fazer política eu estou bem novinho ainda. Eu estou começando a entender como que tá funcionando.

Em sua expressão direta e consciente, Danilo atribuiu a rejeição ao enfrentamento à crise familiar que viveu quando “era novinho ainda”. A emocionalidade envolvida em sua narrativa, e o resgate dessa experiência após uma provocação sobre outro tema, expressavam um indicador de seus sentidos subjetivos das relações familiares, associando-os aos da reflexão que fazia de si mesmo. A descrição de um momento doloroso de sua vida pessoal, e da de seus pais, já servia como um indicador do seu envolvimento emocional com o cenário criado para aquele encontro. Em relação à família, o sujeito atribuía uma responsabilidade pelo medo de enfrentar.

Aparentemente, o sujeito mobilizou sentimentos de raiva e rancor para descrever a experiência da separação temporária dos pais, mas a relação entre o medo e a experiência vivida em sua infância deve ser analisada com cautela. O medo pode ser entendido como reação emocional ante uma ameaça real, enquanto à incerteza de (não) entrar numa briga se imbricaria um sentimento menos intenso, que pode ser definido como insegurança. Assim, a participação do sujeito na diretoria do CA, e os desejos de entender e questionar, expressos em uma continuidade imediata, sugeriam que ele não tinha medo do enfrentamento, mas se sentia inseguro. Vale ressaltar que ele não se sentia inseguro apenas para enfrentar outras ideias. Ele já se sentia assim na escolha do curso de graduação, conforme afirmou em sua segunda conversação grupal:

[...] pô, quatro anos, ensino técnico mais voltado pra área de construção civil, e eu não sei ainda. Depois de todo esse ensino, não saber ainda o que fazer. Então foi nesse meu percurso aí, que tem que discutir a questão de curso que eu gostaria de fazer, com meus pais e tudo mais, acabei indo pra Engenharia Civil mais por ser um piloto automático mesmo.

O sentimento de insegurança, adjacente à intencionalidade consciente do sujeito, foi expressa neste excerto de forma espontânea, depois de ter sido provocado sobre sua trajetória acadêmica. Aparentemente, a frase “depois de todo esse ensino, não saber ainda o que fazer” trazia em si uma construção simbólica, associada a esse sentimento que lhe incomodava, e que indicava o desejo de ser mais seguro em suas escolhas. A metáfora do “piloto automático”, para significar o processo de tomada de decisão, poderia ser entendida como um desdobramento da reflexão pessoal sobre a continuidade de sua experiência no ensino técnico “mais voltado pra área de construção civil”.

No entanto, o destaque dado à presença dos pais nesse processo parecia indicar que tal reflexão não tinha sido tão pessoal. A metáfora do piloto automático trazia, em si, um condicionamento à própria trajetória no ensino médio e, ainda, ao desejo dos pais. Em outras palavras, era possível que, ao escolher Engenharia Civil, o sujeito estivesse se sentindo refém de sua trajetória acadêmica e do desejo de sua própria família. Para obter mais trechos de informação sobre essa possibilidade, foi feita uma provocação, em sua terceira conversação grupal:

Pesquisador – você escolheu Engenharia Civil por piloto automático?

Danilo – aham.

Pesquisador – é mesmo? Conta como foi isso.

Danilo – tava no final do meu curso técnico no meio do quarto ano. Eu não fazia ideia realmente do que eu queria. A minha ideia inicial era Arquitetura. Eu gostava bastante da área até, mas não tive um apoio muito grande por parte dos meus pais. Mais por toda aquela situação de crise, eles queriam ver o filho ter uma estabilidade financeira, e eles não acreditavam que uma pessoa, tipo, como arquiteto, conseguiria se estabelecer. Porque eles: ah, todo arquiteto que a gente vê é design de interiores. Por mais que eu apresentasse alternativa, não precisa ser aqui, pode ser uma universidade lá fora, tem mais opções. Acabou que tudo se resumiu na Engenharia mesmo.

Neste excerto, ressalta-se a carga emocional adjacente à expressão: “mas não tive um apoio muito grande por parte dos meus pais”, onde a mágoa e o rancor pareciam predominar em seus sentidos subjetivos das relações familiares. Ele passou a responsabilizar a pressão dos pais, que viviam em crise financeira, pela decisão de fazer um curso diferente daquele que “gostava bastante”. Na frase “acabou que tudo se resumiu na Engenharia mesmo”, a palavra “mesmo” poderia ser entendida como uma expressão de arrependimento pela escolha feita. Esses sentidos subjetivos

podem ainda ser associados às construções simbólicas que foram expressas em seu completamento de frases:

1. Minha família: inconsistente.
2. Meu pai: um abacaxi, grosso por fora, mas azedo/doce por dentro.
3. Minha mãe: Uma roseira, suave em alguns aspectos, mas rígida em outras situações.
4. Minha infância: Relativamente normal, mas com algumas questões deixadas para trás.

A frase 4 poderia ser entendida como a expressão de um sentido subjetivo que se configurou em sua trajetória, e que conflitava com a reflexão que fazia de si naquele momento. Na frase 1, sua família “inconsistente” sugeria um conflito entre o que Danilo entendia ser uma família e os sentidos subjetivos da sua própria. As brigas que levaram à separação temporária dos pais, e a falta de apoio em relação à escolha do curso de Arquitetura, poderiam então ser entendidas como momentos que não fariam parte da trajetória de uma família que ele entendia ser consistente, um sentido compartilhado na subjetividade social. As frases 2 e 3 deram visibilidade a esse conflito em sua relação com os próprios pais.

A partir dessa análise das narrativas de Danilo, em relação aos pais, é possível hipotetizar que seus sentidos subjetivos das relações familiares evocavam o conflito com os pais, as dificuldades vividas por ele no passado, e se associavam aos sentimentos de mágoa e rancor. Esses sentidos se imbricavam aos da reflexão que fazia de si mesmo, configurando-se na produção de novos sentidos da experiência vivida até aquele momento das conversações grupais. Esses sentidos da experiência vivida se desdobravam em expressões simbólicas singulares, de sua trajetória acadêmica, que são analisadas a seguir.

5.7.1 Trajetória acadêmica: “estado de piloto automático”

Na discussão sobre a família de Danilo, a expressão “piloto automático” foi uma metáfora utilizada para significar a escolha do seu curso, e havia ainda uma possível uma possível expressão de arrependimento por tê-la feito. Essa metáfora já havia sido utilizada pelo sujeito antes de se referir à tal escolha. Isto ocorreu quando ele interagiu

com o primeiro militante que falou, e que depois veio a abandonar a pesquisa, em sua primeira conversação grupal:

Isadora – fica triste. Às vezes não sabe por que acorda de manhã para trabalhar, por que tem que ir para a faculdade...

Danilo – a pessoa entra no estado de piloto automático. Ela não consegue questionar. Ela só aceita.

A assertividade das palavras escolhidas indicava que ele referia a algo significativo em seus sentidos subjetivos. Em um raro momento que interrompeu alguém do grupo, o sujeito apresentou um indicador de que não se sentia bem em seu cotidiano, que passei a acompanhar. Ele não se referia ao trabalho, porque não tinha nenhum vínculo profissional naquele momento. Além de significar a ausência de reflexão – “ela não consegue questionar” –, a metáfora foi utilizada em situações nas quais o sujeito se sentia refém do contexto em que estava inserido. No completamento de frases ele escreveu: “15. Minha rotina: é um tanto que automática, mas busco diferenciar”.

Aparentemente, o sujeito não demonstrava possuir um compromisso emocional com as escolhas que fazia, como a do curso de Engenharia Civil, ou acordar pela manhã, todos os dias, para ir à aula. Por outro lado, demonstrou envolvimento com a alternativa que não realizou – a do curso de Arquitetura – ao dizer que “gostava bastante”. É possível afirmar que, aos sentidos subjetivos da reflexão que fazia de si mesmo, configurados em sua trajetória acadêmica, se associava o sentimento de arrependimento naquele momento. Esses sentidos também foram expressos em sua narrativa da experiência vivida no ensino médio, de sua terceira conversação grupal:

[...] e eu fiquei um pouquinho pra trás, e eu acho que talvez eu não tenha aproveitado o IFES tanto quanto eu gostaria. Eu gostaria de ter a cabeça que eu tenho agora, mas no IFES. Porque teve muita oportunidade lá, e eu não tive noção do que é, por exemplo, as olimpíadas de Matemática, Física, História, Biologia que tinha. Ou projeto de extensão como mini ONU, que eu achava muito legal, mas eu nunca... acho que, eu não tinha cabeça pra olhar.

Este excerto dá visibilidade ao envolvimento emocional do sujeito com as escolhas que não realizou em sua trajetória acadêmica, já que a tomada de decisão envolve uma alternativa possível em detrimento das demais. No caso em análise, em que as possibilidades que rejeitou eram recorrentes nas narrativas, e acompanhadas de um sentimento de arrependimento, é possível deduzir uma insegurança em sua tomada

de decisões. Ele parecia desejar o mínimo de incerteza nas suas escolhas, mas não era possível, para ele, saber se teria sido mais feliz se tivesse cursado Arquitetura, ou se tivesse participado das olimpíadas de Matemática, Física, História ou Biologia.

Ou ainda, se tivesse aproveitado melhor as oportunidades do ensino médio, conforme escreveu no completamento de frases, “5. Meu ensino médio: Gostaria de ter aproveitado melhor as oportunidades de crescimento acadêmico/pessoal”, onde o sentimento de arrependimento novamente se associou aos sentidos subjetivos da reflexão que fazia de si. Ao ser provocado sobre como se sentia no curso, se ele se sentia bem naquele momento, disse ainda em sua terceira conversação grupal:

Eu tô agora, depois que eu conversei com a Maristela, inclusive. Ela me ajudou a tentar procurar... não só a Maristela, mas também o pessoal da Assistência Estudantil. Principalmente psicólogos me ajudaram bastante nessa parte de o que fazer aqui dentro, já que agora eu estou aqui. Comecei a pesquisar algumas áreas de interesse. E agora eu tô levando o curso bem mais confortável do que eu estive antes.

Apesar do sentimento otimista adjacente à sua narrativa, neste excerto, a frase “já que agora eu estou aqui” pareceu evocar a construção simbólica da metáfora do piloto automático. A frase “eu tô agora” poderia ser, então, entendida como a expressão simbólica dos seus sentidos da moral já que, ali, sabia qual seria a coisa certa a fazer no curso. A frase “9. Gosto: Biologia”, do completamento de frases, e sem nenhuma relação com o que falou ou escreveu, dava visibilidade ao seu envolvimento com as escolhas que rejeitou. É significativo o que ele disse, espontaneamente, em sua quarta conversação grupal:

Danilo – [...] mas é uma coisa que eu tô, nas últimas semanas pra cá, tá acontecendo aquela crise de novo de curso, *et cetera*, e eu tô tentando trabalhar de uma forma bem melhor. Eu até coloquei muito bom aqui [em um papel para anotações] porque... igual quando eu tinha escrito, colocado o meu gosto de Biologia. Tá voltando tudo que eu... tava, assim, por alto antes, tá voltando muito mais à tona agora e... uau! [risos]
Bruno – você gosta de Biologia?
Danilo – eu gosto de Biologia. O que eu faço na Engenharia Civil? Não faço a mínima ideia.

Neste diálogo com Bruno, sem que eu fizesse alguma provocação, Danilo expressou seu esforço para se sentir mais confortável na Engenharia Civil através da frase “eu tô tentando trabalhar de uma forma bem melhor”. Convém ressaltar que a insegurança

em relação à escolha do curso, ao enfrentamento, e a si mesmo nas reflexões que fazia, passaram a incomodá-lo após ingressar na UFES, momento em que buscou a ajuda de um psicoterapeuta. Até o momento em que analisei o completamento de frases, o conflito e a presença dos pais em suas escolhas pareciam explicar esse sentimento, diante da incerteza. Mas a frase “6. Tenho medo: Do incompleto” trouxe uma informação implícita, que me permitiu reorganizar um conjunto de reflexões acerca das configurações subjetivas da participação política de Danilo.

A Engenharia Civil é uma área de conhecimento que envolve informações completas, cálculos precisos, elaborações que admitem níveis muito baixos de incerteza, e seus objetos de estudo possuem comportamentos previsíveis. Considerando que foi só depois de ingressar no curso que a “crise” passou a incomodá-lo, proponho a seguinte hipótese: sentidos subjetivos da Engenharia Civil, associados aos sentimentos de certeza e completude, se configuravam em várias áreas da vida de Danilo. Ao se configurarem na reflexão que fazia de si mesmo, em sua trajetória acadêmica, passaram a produzir novos sentidos para as escolhas que fez, aos quais se imbricavam os sentimentos de insegurança e de arrependimento.

A reflexão acerca de si mesmo é uma configuração subjetiva que, como qualquer outra, se constitui de uma multiplicidade de sentidos da história do sujeito e dos contextos em que vive. Nesse caso, o conflito com os pais, suas frustrações nos estudos, sua vivência no ensino médio, a moral, a psicoterapia, a subjetividade social e qualquer outro núcleo de sentido que tivesse valor para ele naquele momento não eram alheios às suas reflexões.

5.7.2 Política estudantil: “falta expor um pouco o meu senso crítico”

Aparentemente, insegurança e arrependimento formavam uma unidade emocional em seus sentidos subjetivos da política estudantil. Ele escreveu no completamento de frases: “14. O enfrentamento: ainda buscando formas de melhor posicionar diante de uma discussão”. Já em sua primeira conversação grupal, depois que um dos participantes associou a polarização política, entre esquerda e direita, à luta de classes, Danilo disse:

Eu, o que eu enxergo muito essa questão de esquerda e direita, é aquilo que você falou: entra na questão da disputa de classes mesmo. Se pode sentir. Eu só comecei a ter um contato maior com a política, mas é uma coisa que eu concordo assim, que eu enxergo que tá acontecendo essa disputa de classes e que vai acontecer, uma hora ou outra vai ferver e essa questão tem que ser realizada.

Este excerto podia ser interpretado como a aceitação da opinião de uma pessoa presente naquele encontro, sem qualquer crítica ou inclusão de um novo elemento no discurso, sugerindo sua aceitação imediata ao se deparar com um assunto que não dominava. Ele poderia estar tentando ser simpático com alguém que tinha acabado de conhecer, indicando que aos seus sentidos subjetivos das relações pessoais se associava uma postura passiva. Apesar do ambiente conversacional, o sujeito precisou ser provocado para dar uma opinião sobre a polarização entre esquerda e direita, no Brasil, naquele momento. A frase “nesse âmbito de fazer política eu estou bem novinho ainda”, de sua primeira conversação grupal, dava visibilidade a essa insegurança, e sugeria certa expectativa em relação ao que entendia ser um líder político.

Aparentemente, ser político era uma condição que Danilo desejava para si. Ele disse em sua primeira conversação grupal: “Eu sou muuuuito leigo nessa parte da política. Tanto que o motivo pelo qual eu estou aqui é para ter essa convivência, para tentar aprender”. Mas, ao ser confrontado com o indicador da sua passividade em relação à opinião do colega, e com a possível expectativa em relação a ser político, disse em sua quarta conversação grupal: “[...] eu acho que eu fiquei meio que falando por apito de cachorro, sabe? Não falei de fato. Fiquei tipo aham aham aham, mas eu não me apeguei nada ao argumento dela”. A frequência inaudível do apito de cachorro, para o ser humano, serviu como metáfora para negar sua passividade naquele momento.

Logo em seguida disse: “[...] reparo que de um tempo pra cá, uns pensamentos que eu tive, e acho que tava batendo muito nessa tecla de ter uma expectativa. Eu sou ansioso naturalmente [sorrindo]”. Aqui, a expectativa e a ansiedade eram as justificativas para a postura passiva que, aparentemente, admitia ter adotado. Ele nem sequer cogitou que essas expectativas eram capazes de obstaculizar o reconhecimento de si mesmo como protagonista no ME. Adjacente à metáfora do apito de cachorro, a informação de que não conseguiu se fazer entender expressava

um possível conflito entre o que pensava e o que falava. Aparentemente, havia a expectativa de que um líder político deveria ser capaz de expressar o que pensa, e de se fazer entender. No entanto, disse em sua terceira conversação grupal:

Eu acho que me falta expor um pouco o meu senso crítico. Muita opinião que eu tenho fica internalizada. É aquela situação de: ah, você discute com uma pessoa quando você tá lá. Tomando banho no chuveiro: caramba, eu devia ter falado isso na hora. Então parte muito disso. Ficar neutro... assim... é só em outros momentos completamente aleatórios que não tem nada a ver. A situação mudou: nossa, é verdade aquilo lá que o pessoal falou. Ter todo o processo de pensamento depois que a situação aconteceu. É o automático da situação. Quando sai da situação meio que desenvolve o senso.

Este excerto deu visibilidade a outro possível conflito: entre o que pensava na hora de uma discussão e após ela, ou ainda, após algum fato acontecer para que a situação pudesse ser analisada em perspectiva. É possível que ele só se sentisse seguro para tomar uma decisão, sobre seu posicionamento, quando todas as informações estivessem disponíveis. Há aqui um indicador de que sentidos subjetivos da Engenharia Civil, já discutidos, se configuravam em sua participação política. Nessa linha, ele disse em sua terceira conversação grupal: “[...] eu tenho muito medo de acabar dando uma opinião, e falar uma coisa totalmente incompleta pra uma pessoa, uma coisa que não tem nada a ver, e ela acabar pegando a ideia errada”.

Hipoteticamente, aos sentidos subjetivos da política estudantil se imbricava os da Engenharia Civil, produzindo sentidos do líder que dominava informações completas, necessárias para se posicionar, e expressava o que sentia. Nos momentos em que o enfrentamento seria cabível, o que predominava era o “automático da situação”, e só quando mudava de contexto que ele ressignificava a realidade que haviam lhe oferecido, criticando-a. Esse conflito, entre o “automático da situação” e sua posterior ressignificação, dava visibilidade a um sujeito comprometido com a reflexão dos momentos vividos em sua participação política. Outro elemento dessa reflexão, que o sujeito trouxe para a pesquisa em suas narrativas, é a questão da linguagem da política. Ele disse em sua segunda conversação grupal:

Eu fico muito chateado porque realmente essa discussão, eu acho que ela é importante, mas sempre que ela é trazida, pelo menos eu vejo mais à esquerda que isso acontece... é de uma maneira muito rebuscada... eu fico: tá, hã? Direita, pra mim, eu vejo que é uma coisa muito do contra. Discordarei. Vai na direção de qualquer outro rumo, menos aquele que iniciou a conversa pra tentar ter uma resposta.

Ainda nessa conversa o ele disse: “[...] parece que   muito difícil de se encontrar pessoas que estejam, não queria falar tipo no mesmo nível, mas que consegue fazer um diálogo que uma pessoa que, sei lá, eu, que sou um pouco mais *nerd* na situa o, consiga entender e analisar dos dois lados”. No completamento de frases, ele escreveu: “12. A esquerda: emotiva, muita terminologia em seu discurso” e “13. A direita: imediatista e fechada”. Possivelmente, a insegurança de Danilo para manifestar sua opinião estivesse relacionada   falta de domínio do sistema simbólico da política, mas ele possuía uma inteligência prática capaz de conduzi-lo   diretoria do CA. Ele disse em sua segunda conversa o grupal:

[...] essa questão de política eu ainda sou meio jovem, mas o que eu vejo bastante nessa divisão de esquerda e direita   que pra mim a esquerda   um pouco emotiva, e muito presa às terminologias. Então parece que, quando você quer engajar numa discussão, parece que você tem que ter um pré-requisito pra você ter uma discussão. E fica muito... assim, eu vejo que a esquerda tem pontos muito legais pra discutir, mas sabe? Aquela parada do discurso? Não   muito facilitado.

Nesta constru o simbólica da esquerda, pelo menos dois elementos de sentido pareciam ter sido mobilizados: a emotividade e, novamente, a linguagem. A esquerda parecia exigir, dos militantes, um compromisso emocional com suas narrativas, enquanto a direita exigia o compromisso de discordar dos outros. Apesar dessas falas terem sido coerentes com a provoca o maniqueísta, sobre a polariza o política, o sujeito pareceu atribuir o protagonismo   esquerda, sugerindo uma simpatia com tal posicionamento. No entanto, ele não se identificava como uma pessoa alinhada a esse posicionamento por não possuir o “pré-requisito” do domínio da linguagem para se engajar em uma discussão.

Esse pré-requisito poderia ser entendido como uma barreira imposta a si mesmo, porque o domínio das terminologias do ME não foi obstáculo para que se tornasse dirigente do CA de Engenharia Civil, possuindo caráter secundário na soluço dos problemas políticos da sua trajetória. Vale ressaltar que Danilo não teve envolvimento partidário até aquele momento, e vivenciou poucas experiências no ME externo ao seu próprio curso, estimulando uma visão mais interna. Sobre sua chegada ao CA, disse em sua primeira conversa o grupal:

Danilo – [...] e assim, quando o CA surgiu [em 2016] foi uma coisa tipo: ah, galera, chega mais, coloca o nome, vem aqui participar do CA, coisa assim. E até então, a ideia de CA que eu tinha era o CA da Oceanografia. Assim, eu tinha entrado na UFES em 2016 e nossa, legal! Um espaço para os estudantes ficarem. Achei tudo muito bacana, e na [Engenharia] Civil não tinha isso. O prédio, que era o CT I, tava cagado. Ironicamente, o prédio da Civil tinha uma estrutura muito precária. E depois que veio o pessoal, os veteranos surgiram com a ideia do CA, aí eu falei: ué, por que não? E desde então, assim, meu primeiro contato com a ideia de movimento estudantil foi com o CA da Engenharia Civil. A gente começou com um grupo muito grande de pessoas. A gente queria organizar, por exemplo... muito do que a gente vê em sala é uma coisa muito forte e teórica, então a gente sente falta dessa vivência. Qual a realidade que o engenheiro civil realmente enfrenta? Então, o que a gente queria fazer no CA era realmente ampliar o campo de visão do pessoal do curso. Só que o tempo vai passando. Galera começou a ficar um pouquinho desmotivada. Perde um pouco de força o CA. Desses anos pra cá, agora, eu e mais três amigos, a gente tá tentando crescer o CA de novo. Pessoal realmente não é só uma galera que tá aqui por causa de hora extra. A gente quer realmente...

Lara [nome fictício de militante que abandonou a pesquisa] – O pessoal quer rock [risos de todos].

Isadora [nome fictício de militante que abandonou a pesquisa] – Deixa o menino falar de política.

Danilo – Já pegando esse gancho do rock, é porque a gente tem o DA, mas parece... a visão que muita gente tem do DA é tipo: ah, só calourada, é só *beer time* na rua da Lama, e tipo, pô, mas o que que o DA faz pelos estudantes?

A construção simbólica da trajetória do sujeito no ME apresentava, pelo menos, três distintos momentos. Inicialmente, a forma descritiva da narrativa indicava a ausência de um compromisso emocional com o CA, que era apenas “um espaço para os estudantes ficarem”. Ao aceitar o chamado da “galera” para colocar o nome para participar do CA, reforçou o indicador anterior, e autorizou a seguinte hipótese: aos seus sentidos das relações pessoais se associava uma postura passiva de aceitação da opinião dos amigos. Em um segundo momento, quando possivelmente se criou um espaço relacional no CA, o sujeito demonstrou compromisso para “ampliar o campo de visão do pessoal do curso”. Por fim, quando a organização perdeu força, ele parecia comprometido com a tarefa de fazer algo pelos estudantes, e não estava lá apenas “por causa de hora extra”.

Para a melhor compreensão do diálogo destacado, vale ressaltar que o Centro Tecnológico da UFES possuía um DA que, naquele momento, envolvia os seus sete cursos. No entanto, os estudantes de Engenharia Civil criaram o seu próprio CA em 2016, e a última fala de Danilo se referia à opinião dos alunos em relação ao DA. Apesar da crise em relação ao curso, de se considerar leigo em política, e do conflito entre o que pensava e o que dizia, ele expressou um forte compromisso emocional

com a organização estudantil do seu curso. A emocionalidade, adjacente à frase “a gente sente falta dessa vivência”, poderia então ser entendida com uma expressão simbólica desse compromisso.

Destaca-se ainda a importância atribuída, na construção simbólica de sua trajetória, ao envolvimento dos colegas de curso nas atividades do CA. Considerando o compromisso do sujeito com aquele espaço relacional, este excerto apresentou um indicador do lugar central da participação dos estudantes em seus sentidos subjetivos da política estudantil. A fala “galera começou a ficar um pouquinho desmotivada. Perde um pouco de força o CA” poderia ser entendida, assim, como a expressão desses sentidos. Diante desse indicador o sujeito foi questionado, em sua segunda conversação grupal, sobre o que o CA estava fazendo para voltar a ser forte. Ele então respondeu:

Uma coisa que a gente vai tentar fazer agora é abrir a reunião do CA pros estudantes do curso. [...] a gente tinha organizado uma assembleia, pra ver a questão do horário, mas foi uma coisa que foi conjunta. Tipo, não só o CA. Foi todos os professores também querendo discutir. Os alunos já tavam realmente: pô, o horário tá muito ruim. Foi um momento muito de... desde o início, que a gente conseguiu fazer uma assembleia legal. O pessoal ficou até a parte que queria. Depois foi embora.

Neste excerto, foram omitidas algumas linhas que relacionavam, de forma descritiva, a melhoria da comunicação com os professores, e a participação nas reuniões do Departamento, e que não contribuíam para o processo construtivo-interpretativo dos seus sentidos subjetivos. No entanto, diante da minha provocação sobre sua entidade de representação voltar a ser forte, as atividades relacionadas ao envolvimento dos estudantes ocuparam um lugar privilegiado em sua resposta. A construção simbólica do CA forte envolvia a presença dos colegas nas reuniões e assembleias, e associava-se ao desapontamento com a atitude deles, em seus sentidos da política estudantil.

Apesar do desapontamento com o não envolvimento dos colegas, Danilo demonstrou compreensão com tal atitude ao dizer, sem nenhuma provocação, em sua terceira conversação grupal: “[...] o que eu observo é a galera, que tá periodizada, parece que fica muito linear no curso e não quer saber do CA. E a galera que... eu, que me desperiodizei completamente, tô participando de N coisas, e mal sei lidar com elas agora. Mas eu tô gostando”. Este excerto, destacado da narrativa sobre o “pesado”

conteúdo ministrado em seu curso, dava visibilidade às emoções contraditórias em relação aos colegas – desapontamento e compreensão – nos seus sentidos subjetivos da política estudantil.

Aparentemente, esses sentidos se configuravam em sua participação política, estimulando o comprometimento com o ME no curso de Engenharia Civil. Em relação ao ME na UFES, o sujeito não foi provocado sobre a chapa que apoiaria na eleição do DCE, e nem se manifestou espontaneamente a respeito disto. Em uma conversa informal, após a sua quarta conversação grupal, ele admitiu que sequer votou. Hipoteticamente, aos sentidos subjetivos da política estudantil se imbricavam os sentimentos de insegurança, desapontamento e compreensão. Eles eram associados a uma visão interna do curso de Engenharia Civil e ao envolvimento dos colegas.

5.7.3 Configurações subjetivas da participação política de Danilo

O processo de interpretação das narrativas de Danilo deu visibilidade aos sentidos subjetivos das relações familiares e pessoais, da reflexão que fazia de si mesmo, da Engenharia Civil, e da política estudantil. Ao se configurarem em sua participação política, esses sentidos mobilizavam os sentimentos de raiva, rancor, insegurança, mágoa, arrependimento, compreensão, aceitação e otimismo. A construção da informação sugeriu que ele vivia, pelo menos, três conflitos naquele momento: com os pais, entre o que falava e o que pensava, e entre seu pensamento passado e presente. Para organizar os núcleos de sentidos, configurados em sua participação política, propõe-se o modelo teórico, representativo e aproximado, que segue:

- Sentidos subjetivos das relações familiares evocavam o conflito com os pais, e as dificuldades vividas por ele no passado, e se associavam aos sentimentos de mágoa e rancor. Esses sentidos se imbricavam aos da reflexão que fazia de si mesmo, configurando-se na produção de novos sentidos para a sua trajetória que mobilizavam sentimentos de arrependimento;
- Aos sentidos das relações pessoais, se associava uma postura passiva de aceitação acrítica da opinião dos amigos. Ao atender imediatamente o chamado da “galera”, sua chegada ao ME parecia ter sido estimulada por esses

sentidos. Por outro lado, quando aceitou passivamente opiniões que viria a discordar depois, esses sentidos pareciam produzir um sentimento de arrependimento por não ter se posicionado;

- Sentidos subjetivos da Engenharia Civil, associados aos sentimentos de certeza e completude, se configuravam em várias áreas da vida de Danilo. Ao se configurarem na reflexão que fazia de si mesmo, em sua trajetória acadêmica, produziam novos sentidos para as escolhas que fez, aos quais se imbricavam os sentimentos de pesar e desgosto;
- Aos sentidos subjetivos da política estudantil se imbricavam os sentimentos de insegurança, desapontamento e compreensão. Eles eram associados a uma visão interna do curso de Engenharia Civil e ao envolvimento dos colegas. Como expressão desses sentidos, a linguagem adotada pelos militantes era significada como um obstáculo para o seu envolvimento em outras instâncias do ME;
- Esses sentidos se imbricavam aos da Engenharia Civil, e produziam sentidos do líder que dominava informações completas, necessárias para se posicionar, e que conseguia expressar o que sentia. Como essas qualidades não se associavam aos sentidos da reflexão que fazia de si mesmo, Danilo não se reconhecia como uma liderança, apesar do protagonismo no ME de seu curso.

No caso de Danilo, a insegurança para expressar sua discordância de alguma ideia era associada à possibilidade de dizer algo que fosse interpretado, por seu interlocutor, de forma não planejada. Ele não queria ser rejeitado por causa da inadequação das palavras que poderia usar. Nesse contexto vale ressaltar que sentidos da família, compartilhados na subjetividade social, são associados ao acolhimento e ao apoio. Ao se configurarem no sujeito, confrontavam-se com sua trajetória, e assumiam uma forma singular que estimulava o conflito com os pais, e produziam construções simbólicas que, em sua intencionalidade consciente, os associavam aos problemas com os quais precisava lidar. Mas uma frase, expressa no instrumento escrito, abriu uma nova zona de sentido na análise das configurações subjetivas da participação política do sujeito.

Quando escreveu que tinha medo “do incompleto”, sugeriu que uma decisão segura exigia a mobilização de informações completas, ou que houvesse um distanciamento temporal para que as consequências de um posicionamento ficassem claras para ele. Sem esses elementos, sentimentos de medo e de ansiedade eram mobilizados quando precisava se posicionar. Metaforicamente, é como se precisasse projetar um prédio sem as informações completas, sobre o terreno ou o material que será utilizado, o que poderia resultar em uma tragédia. Aparentemente, o envolvimento com o curso que fazia era maior do que a sua intencionalidade admitia, e os sentidos da Engenharia Civil afetavam os de outras dimensões do cotidiano do sujeito.

5.8 ANDERSON DAS CIÊNCIAS SOCIAIS, O PAI MILITANTE: “ISSO ME AFASTA DO MEU FILHO”

Durante as conversações, Anderson era um estudante de Ciências Sociais e membro da diretoria do CA. Com idade entre 36 e 40 anos, foi o sujeito mais experiente desta pesquisa, e fazia parte do Coletivo Afrokizomba, dedicado às manifestações culturais de matriz africana. Foi criado no município de Cariacica/ES, na periferia da Região Metropolitana da Grande Vitória, e sempre estudou em escolas públicas. Como meu amigo, há mais de 20 anos, aceitou participar da pesquisa durante uma conversa de bar, quando disse que compunha a chapa vitoriosa na última eleição da organização de representação do seu curso. Sobre a participação na pesquisa, disse em sua quarta conversação: “[...] achei interessante no sentido de você ter o seu próprio fragmento de vida ser discutido por essa ótica aí da subjetividade. Foi bom até mesmo pra eu refletir”.

Naquele momento, o sujeito morava no Centro de Vitória/ES, bairro de classe média, e trabalhava na assessoria de um vereador desse município. Quando nos conhecemos, ele já era uma liderança da juventude do PT. Trabalhou no gabinete de uma deputada e, em 2005, deixou esse partido junto com ela, passando a compor os quadros do PSOL. Militou ali por 14 anos, tendo sido presidente estadual do partido no Espírito Santo e membro de sua direção nacional. Em 2019, se afastou daquele espaço para se dedicar à academia e à sua profissão. Em todas as conversas que tivemos, Anderson sempre demonstrou compromisso com a transformação da

realidade social. Coerente com esse compromisso, disse em sua primeira conversaço:

[...] eu jogava, com 11 anos de idade, eu jogava no Ítalo [Clube Ítalo-Brasileiro]. E o Ítalo é um clube da extrema elite, né? Ilha do Boi, muita gente da Ilha do Frade [bairros nobres de Vitória/ES], famílias tradicionais, e tal. Então eu fui amigo de uma turma de um perfil social completamente diferente do meu. Só que quando chegava pra treinar, além da diferença deles chegarem de carro e eu de ônibus, ter que subir o Shopping até o final da Ilha do Boi pra treinar, sair da escola correndo... mas quando você botou o uniforme, todo mundo é igual. Quem pode mais chora menos. Você tira essas diferenças. Só que quando passou a acontecer eventos sociais, aniversários, encontros, passeios, a diferença ficou clara. Eu lembrooo... não lembro o sobrenome desse menino, mas lembro o nome dele: Alex. Eu gostava bastante desse menino. Bem magrinho, canhoto. E teve um aniversário na casa dele. Ele mora ali na Praia do Canto [bairro nobre de Vitória/ES], ali, numa cobertura de frente pra Curva da Jurema. Quando eu cheguei lá, era assim: era basicamente um parque de diversões. Piscina gigante, carros elétricos, tinha um monte de brinquedos. Eu só via isso na Disney, em filme, via na novela. E ao mesmo tempo eu fazia o paralelo, que eu era muito fominha. Minha mãe falava assim: você vai treinar cinco horas da tarde, você tá três horas da tarde jogando descalço no sol. Você vai se prejudicar, vai se machucar. E lá onde eu morava, os recursos de brincadeira, de lazer, era bolinha de gude, um apito, uma porradinha e futebol. Não tinham outros equipamentos. E minha casa também não tinha esses equipamentos. Eram brincadeiras de rua e de grupo: pique-esconde, pega-pega, jogar pedra na casa do vizinho, essas coisas da rua. E aquilo me chocou muito. Como que crianças poderiam viver em determinada situação, viver num parque. Então aquilo me marcou muito a diferença social. E a partir dali eu passo a ter um olhar justamente por essa questão social, que ela vai desenvolver ao longo do processo. E quando eu vou para o movimento estudantil, que tem esses debates, eu vou conseguir compreender aquilo que eu já tinha pescado lá atrás.

Ao falar abertamente sobre a sua trajetória de vida, a reconstrução da experiência, das emoções e dos sentimentos que viveu aos 11 anos de idade, era um forte indicador de que aquele momento tinha sido significativo para ele. Sendo esse o caso, sua ilusão, de que após colocar o uniforme “todo mundo é igual”, foi solapada pelo choque que uma aproximação, às condições de vida do Alex, lhe causou. A atenção à “questão social”, ainda prematura, possivelmente, estimulou a posterior politização do seu cotidiano, e a frase “1. Sou produto: das contradições e lutas sociais” poderia ser entendida como um desdobramento desse processo.

Hipoteticamente, a atenção que Anderson passou a dedicar a essas questões encorajava o compromisso emocional, que ele passou a ter, com a transformação social e, ao refletir sobre o seu cotidiano, passou a reconhecer na política um instrumento para enfrentar tal desafio. As frases “8. Gosto de política porque: é uma

das formas de mudar a vida coletivamente”, e “10. Na política, minha maior decepção foi: não ver transformações profundas na realidade brasileira”, poderiam ser entendidas como expressões desse significado, que estava associado aos sentidos subjetivos da política.

Ao se imbricarem a outros, esses sentidos se configuravam na produção de narrativas que se aproximavam da participação política do sujeito, cuja análise foi dividida em cinco partes: a primeira e a segunda parte são dedicadas à discussão sobre o papel da família e dos amigos, respectivamente, em sua participação política; em seguida, discute-se a importância da vida partidária em sua trajetória; a quarta parte tem por objetivo discutir a sua militância naquele período das conversações; por fim, a quinta parte tem por objetivo reunir os principais núcleos de sentido das suas narrativas em um modelo teórico, representativo e aproximado, das configurações subjetivas da participação política do sujeito.

5.8.1 Relações familiares: “fui pai aos 19 anos”

Anderson foi estimulado a falar sobre o posicionamento da família em relação à sua dedicação à política. Em sua primeira conversação grupal, disse: “[...] minha família sempre me apoiou. Nunca tive dificuldade familiar, assim, tipo, a proibição de participação. Meu pai na sua juventude também chegou a militar”. A resposta do sujeito, lacônica e descritiva, pareceu apenas a resposta a um estímulo. A informação de que seu pai já foi militante poderia sugerir a busca de alguma coerência com a trajetória de sua família e, ao ser provocado novamente, disse em sua segunda conversação:

Pesquisador – te perguntar: você falou que seu pai foi militante, né? De que?
Anderson – ele militou... chegou a militar um pouco no movimento estudantil quando teve no Rio, ele era vinculado ao teatro, chegou a estar próximo do MR-8. Mas no processo mais duro da ditadura, de prisões e tal, ele preferiu seguir o caminho de se afastar e seguir a vida.

Se fosse o caso de o sujeito buscar alguma coerência com a trajetória de seu pai, esperava-se uma narrativa maior, pelo seu possível envolvimento emocional com o tema, o que não ocorreu. No completamento de frases, o sujeito expressou respeito pelos pais, mas não apresentou indicadores de uma relação entre eles e sua

participação política: “3. Meu pai é: um guerreiro”, e “4. Minha mãe é: uma mestra na arte de viver”. Por outro lado, a presença do seu irmão, pareceu significativa em sua chegada ao ME. Ao reconstruir, de forma simbólica, a aproximação ao movimento, ele disse ainda em sua primeira conversação grupal:

[...] então eu era uma pessoa bem conhecida pelo futebol dentro da escola. Então eu fui procurado por uma chapa que o meu irmão participava. Ele já tava no ensino médio, e eu ainda no fundamental, e eu fui procurado pra apoiar a chapa. E eu apoiei. Então o meu primeiro contato foi no apoio a uma chapa de Grêmio. Mais pra frente, e aí auxiliado pela participação na Igreja Católica, Pastoral de Juventude, Grupo de Jovens, então isso foi criando um estímulo pela participação política, pelo trabalho social.

Ao não criar obstáculos para a participação política, a família demonstrou um aparente respeito pelas suas escolhas e, ainda, uma unidade que possivelmente estimulou Anderson a apoiar a chapa que seu irmão fazia parte. Em relação à igreja, seu envolvimento foi efêmero, conforme será discutido mais à frente. Essas narrativas singulares apresentavam um indicador dos sentidos subjetivos das relações familiares, que se configuraram em sua participação política, quando chegou ao ME. Para obter mais trechos de informação sobre aquele momento, ele foi novamente provocado em sua segunda conversação:

[...] as pessoas da chapa, como tinha meu irmão na chapa, viram que eu tava envolvido com a turma do futebol. A galera da quadra, né, que é uma turma que, às vezes, o movimento estudantil não acessa a galera, né. Então eles viram que... pela relação do meu irmão. chegaram até mim. Achei interessante, bacana. Meu irmão tava na chapa, tinha outras pessoas que eu conhecia também, mas não tinha muita relação: Bianca, principalmente... e aí isso foi... achei legal porque foi uma eleição de grêmio bem tumultuada. Tinha duas chapas: da diretora Odete, e uma chapa de oposição. E aí então eu achei bacana apoiar a chapa de oposição.

Pesquisador – gostou de ser oposição.

Anderson – não tinha muita noção não, mas eu falei: vou apoiar essa chapa aí, que tá contra o sistema.

A partir deste excerto, é possível propor uma hipótese: sentidos subjetivos das relações familiares, associados à unidade e ao respeito, estimularam os primeiros momentos de envolvimento do sujeito com o ME. Outros dois indicadores de sentidos, que se configuravam em sua participação política, puderam ser especulados: de suas relações pessoais, e de sua reflexão sobre a sociedade a qual pertencia. Conforme será discutido mais à frente, esses sentidos ainda se configuravam em sua participação política no período das conversações quando, vale ressaltar, seu irmão

já havia abandonado a política, era professor e estava cursando o doutorado em Filosofia.

O sujeito passou, então, a expressar uma nova dimensão dos seus sentidos subjetivos das relações familiares. Apesar da nossa longa relação, a informação de que ele era pai vinha sendo ignorada por mim, ou a paternidade nunca tinha sido assunto entre nós. Foi na segunda conversação que, de forma lacônica, ele disse: “[...] fui pai aos 19 anos”. Essa aparição tardia, em suas narrativas, poderia significar uma zona dolorosa de sua vida. Só depois, em sua terceira conversação, ao ser provocado sobre a chegada do filho, e se ela interferiu em sua participação política, que ele falou:

[...] a militância política, ela te consome. O meu trabalho me permitia que eu fizesse a minha militância, mas eu tinha trabalho pra fazer. Eu tinha responsabilidades e compromissos que eu deveria arcar. Então isso demanda tempo, energia. Aí passo a ver menos, né. Então, isso é, por exemplo, uma coisa... eu não sou muito de me arrepender das coisas da vida, né... porque a vida é aquilo mesmo que aconteceu... me arrepender, ou não, pra mim não vai... mas assim, isso me afasta do meu filho. Eu vou morar em Colatina, depois vou assumir outras tarefas, né. Dirigente partidário, fui presidente do PSOL estadual aqui, né. Muito interior, muita viagem, muita coisa, e sempre... depois vou pra contribuir na direção nacional do PSOL, viajando, depois ficando direto em São Paulo, congresso, reunir com os estados. E isso vai me distanciar bastante. Isso é um elemento que eu gostaria que tivesse sido diferente. Mas, adoro o meu filho, ele é fonte de muita inspiração.

Neste excerto, uma forte expressão simbólica da paternidade, associada à proximidade com o filho, imbricou-se ao sentimento de arrependimento por se distanciar. Mais do que a expressão de sua intencionalidade consciente, a frase “adoro o meu filho, ele é fonte de muita inspiração” pode ser entendida como indicador de uma nova dimensão dos seus sentidos das relações familiares, mais fortemente associados ao papel de pai. A frase “eu não sou muito de me arrepender das coisas da vida” pode ser um indicador dos sentidos subjetivos da reflexão que fazia de si, associados ao compromisso emocional com as escolhas feitas. Um pouco mais à frente, ainda em sua terceira conversação, ele disse:

[...] eu tava saindo do movimento secundarista, tinha vontade de entrar na universidade e tinha vontade de ir pra UNE. Eu tinha essa intenção. Participava da direção nacional da juventude da Força Socialista. Mesmo sendo secundarista era da executiva, ajudei a acompanhar muito essa coisa de juventude, ajudei a acompanhar muito os processos de UNE, das forças e tal. Eu tinha essa vontade. Aí, ser pai me colocou que eu tinha que girar a

minha militância pra um lado que eu conciliasse ela com a vida profissional, pra que eu pudesse ficar o mais perto possível.

Aparentemente, seus sentidos subjetivos das relações familiares, e da reflexão que fazia de si, imbricavam-se aos sentimentos de arrependimento e de frustração pelo sonho não realizado, e estimulavam um conflito entre o possível reconhecimento nacional de sua militância, com a ida para a UNE, e o exercício do papel de pai. Sobre essa possibilidade, disse em sua quarta conversação: “a questão da frustração de um sonho. Não sei se é um sonho. [...] vontade. Não um sonho”. A frase “7. Minha condição social é: pobre e periférica” já indicava sua impossibilidade material de conciliar a realização dessas vontades em conflito.

Ao se configurarem em sua participação política, esses sentidos passaram a estimular uma militância mais limitada ao âmbito local, e a desestimular a atuação nacional que protagonizava. O longo tempo que Anderson dedicou à narrativa sobre seu filho, cerca de oito minutos, poderia estar associado ao compromisso que tinha com a paternidade, que era capaz de envolvê-lo emocionalmente. Além da proximidade com o filho, sua construção simbólica do papel de pai atribuiu, também, um lugar privilegiado às dimensões profissional e educacional dessa experiência. Alguns minutos depois, ainda em sua terceira conversação, ele disse:

[...] sempre tive que trabalhar porque eu tinha um filho. Então isso me movimentou também. Não deixou que eu me acomodasse. Agora eu consegui passar na UFES em 2014, tô estudando. Agora eu finalizo o meu curso [ainda faltavam 11 disciplinas e o TCC]. Então, num primeiro momento eu tive que priorizar a atividade profissional. Não tinha formação. Então, fazer essa prioridade... senão eu ia cair numa situação de subemprego. Apresentar um futuro com uma nova perspectiva pro meu filho. Então hoje eu tô terminando a universidade, ele tem acompanhado esse processo. Então é uma referência que eu não tive do meu pai, por exemplo. Ele nunca estudou. Eu tento deixar essa referência pra ele, de ter estudado, buscar um ensino superior, de se formar. Eu acho que é um legado importante que, independente da escolha dele, que eu respeito muito... eu respeito muito o meu filho.

Neste excerto, o papel de provedor poderia sintetizar o significado da dimensão profissional, e o exemplo para o filho estaria associado à dimensão educacional, em sua construção simbólica da paternidade. A paternidade passou a influenciar outras áreas de sua vida, conforme expressou no completamento de frases: “2. Meu filho: meu amor maior e fonte de inspiração”. O desejo de superar o exemplo recebido do

pai, que “nunca estudou”, aparentemente estimulava o seu compromisso emocional com os estudos. Sobre a trajetória do próprio pai, disse em sua quarta conversação: “[...] não existe esse nunca estudou. Estudou até o ensino médio. Eu não consegui vê-lo estudar”.

O sucesso acadêmico do irmão também pareceu um estímulo relevante para esse compromisso, e foi expresso na frase “5. Meu irmão é: uma referência para os estudos”. Assim, uma hipótese é que: no período das conversações, sentidos subjetivos das relações familiares estimulavam o seu compromisso emocional com os estudos e, ao se configurarem em sua participação política, estimulavam uma militância mais profissionalizada. A candidatura ao cargo de deputado estadual, possivelmente, seria uma das consequências dessa nova militância, que passou a predominar em sua participação política após a paternidade. Alguns aspectos do envolvimento dos amigos mais próximos, nessa candidatura, passam a ser discutidos a seguir.

5.8.2 Relações pessoais: “confiam em você”

Aparentemente, o sujeito passou a assumir o papel de provedor, após ter sido pai, e esse papel não foi um obstáculo para que o sujeito continuasse a militar. Ele passou a buscar espaços de participação política que lhe oferecessem alguma remuneração, conforme será discutido mais adiante. Em 2014 candidatou-se a deputado estadual e, naquele momento, conseguiu reunir os amigos de infância, que não se envolviam com a política, em sua campanha. Ainda em sua primeira conversação grupal, após ser provocado sobre a convivência com amigos que não se envolviam com a política, ele disse:

[...] meus amigos, lá de Jardim Botânico, Caçaroca [bairros de Cariacica/ES], eles eram... era piada, né? Era piada. Eu era o cara que sempre tava na manifestação, eles ligavam a TV e aparecia Anderson [nome fictício]... êêêêêêêê, êêêêêêêê... e falava que eu ia tomar a casa deles. Mas ao mesmo tempo também tem muita confiança em mim, acompanham meu trabalho desde cedo. [...] meus amigos, apesar do distanciamento físico, a relação de amizade, ela permanece a mesma. *Facebook*, rede social. Então, o que marcou muito é... quando eu fui candidato a deputado estadual, em 2014 pelo PSOL, eu tive uma votação lá no bairro de 600 votos. Fizemos campanha todo dia. Consegui reunir uma turma de quase 30 pessoas, fazendo campanha no dia, me ajudando, me apoiando, sem pagar ninguém. E a memória que todo mundo vinha: eu lembro daquele torneio que você

organizou, a diretora não queria deixar. E nessa experiência de ser candidato: pô, você... desde muito tempo dedicado, conheço a sua luta, brinca e tal, e sempre tem essa referência. Quando tem alguma dúvida me procura pela rede social, tá na dúvida. Quando eu vou à casa da minha mãe... minha mãe mora lá... quando encontro com a galera, sempre vem perguntar de política, o que eu acho, o que eu não acho. Então acaba que virou uma referência de quem se especializou, assim como amigos meus viraram mestre de obras, e se eu tô numa obra, vou perguntar pra eles sobre eletricidade e tal... perguntar pra eles. Eles não são políticos. Tem uma relação bem bonita assim.

Sua narrativa evocava um sentimento que poderia ser entendido como orgulho, por ter seu trabalho reconhecido e acompanhado pelos amigos, e por ter a confiança deles. Aparentemente, esse sentimento se imbricava aos sentidos subjetivos das relações pessoais, cuja frase “sem pagar ninguém” poderia ser uma de suas expressões simbólicas. Havia ali, ainda, um forte indicador do lugar privilegiado da confiança nesses sentidos já que, ao confiar, suas relações pessoais e políticas passavam a constituir uma única construção simbólica sobre a relação que nutria com as pessoas mais próximas. Essa narrativa sugeriu, também, um indicador de outro sentido.

Ao se definir como uma referência política, nessa relação com as pessoas mais próximas, sugeriu um indicador dos seus sentidos subjetivos do líder político, cujo papel envolveria, além da confiança, experiência e especialização. O exemplo do amigo, que virou mestre de obras, sugeria que essas competências eram condições para que aquele sentimento emergisse, e que a liderança não era uma via de mão única, já que ele também confiava nos amigos que buscavam a sua referência. Esse indicador, relacionado à liderança, passou a ser acompanhado pelo pesquisador, que provocou o sujeito no diálogo transcrito a seguir, de sua segunda conversação:

Pesquisador – o que que você sentiu quando viu seus amigos do futebol fazendo campanha pra você, se envolvendo com política?
Anderson – eu senti que... a vida é uma construção, né? Quando se constrói uma referência, constrói uma identidade. Constrói, sobretudo, uma confiança. As pessoas, mesmo as que são de fora de um processo, elas confiam em você. Então eu acho que senti uma relação de confiança, de parceria, construída na brincadeira, construída na amizade, e que evoluiu pra uma referência política.

Ao se definir como uma referência, na relação com as pessoas mais próximas, Anderson reforçou o indicador dos sentidos subjetivos das relações pessoais e do líder político, nos quais o sentimento de confiança mútua ocupava um lugar

privilegiado. Quando disse “ eu acho que senti uma relação de confiança, de parceria, construída na brincadeira, construída na amizade, e que evoluiu pra uma referência política”, possivelmente expressava esses sentidos. Na frase “6. Meus amigos: acolhimento e incentivo”, tais sensações poderiam ser entendidas como um desdobramento da confiança que nutria por eles.

A reincidência desse indicador autorizou, então, a seguinte hipótese: o sentimento de confiança mútua, entre Anderson e as pessoas mais próximas, ocupava um lugar privilegiado nos sentidos subjetivos das relações pessoais, que se configuravam em sua participação política. Esse sentimento também estimulava a produção de sentidos subjetivos do líder político, que atribuía um lugar central à dimensão coletiva de sua ação. Por exemplo, sobre o enfrentamento que teve com a diretora da escola em que estudava, quando organizava um torneio de futebol, ele disse em sua segunda conversação:

[...] o torneio, ela acabou virando minoria. A gente não conseguiu a liberação das turmas pra ir pra quadra, pra lotar, pra agitar o processo, mas aconteceu. É como um rio que deságua numa foz. Ele vai chegar lá. Pode ter barreira, pode ter diques de contenção. Uma hora vai encher, vai transbordar e a água vai descer. Já tinha esse processo em curso. A turma queria. A primeira reunião pra organizar o torneio lotou uma sala toda. Então você via os representantes de turma, os times, querendo. Então você tinha um processo que ele iria acontecer, mesmo se não fosse na quadra da escola.

Nesta metáfora do rio que deságua numa foz, a vontade do corpo discente foi representada como a única condição necessária para que o torneio acontecesse, dentro ou fora da escola, mesmo que em detrimento da autoridade institucional da diretora. Esta construção simbólica singular se converteu em um indicador dos seus sentidos subjetivos do líder político, cujas ações deveriam ser coerentes com os desejos dos liderados. No instrumento escrito, a frase “9. O líder político deve: saber ouvir” parecia também expressar esses sentidos. Quando o sujeito foi provocado diretamente sobre o papel do líder, em sua terceira conversação, disse:

Eu acho que o que se espera de um líder estudantil é a defesa da educação. É o primeiro ponto. E isso se dá com ações. Com organização, com dedicação, com estudo, com debate. Então eu acho que o que eu espero de uma liderança estudantil é que ela seja capaz de contribuir pra esse processo. Eu acho que, uma vez esse processo, ele existindo, você tem um movimento estudantil mais maduro, mais consciente, mais reflexivo, que discuta as coisas com profundidade. [...] então o que eu espero, das lideranças, é que

elas tenham capacidade de identificar aquilo que é possível fazer junto, nesse momento, pra gente sair desse retrocesso político que a gente tá vivendo.

Neste excerto, a “capacidade de identificar aquilo que é possível fazer junto” poderia ser entendida como uma expressão dos seus sentidos subjetivos do líder político. Esta frase reforçava os indicadores já discutidos, autorizando a segunda parte da última hipótese proposta nesta tese. Já em sua primeira parte, associada às relações com os amigos mais próximos, apresentou uma realidade possível de um momento eleitoral, mas, aparentemente, sua vida partidária também envolvia o estabelecimento de relações de pessoais de confiança, conforme será discutido a seguir.

5.8.3 Vida partidária: “o PSOL marca a minha vida”

A maior parte da vida partidária de Anderson foi construída dentro do PSOL. Esse partido foi criado em junho de 2004, mas seu primeiro vínculo partidário foi com o PT, onde compunha o grupo político Força Socialista. Em 2004, esse grupo se uniu a outros para fundar a Ação Popular Socialista que, em 2005, deixou o PT e passou a compor o PSOL. Na condição de liderança da juventude, Anderson foi protagonista desse processo de mudança do grupo. Ainda em sua primeira conversação, ele falou sobre aquele momento:

[...] e aí, a reforma da previdência vai ser um divisor. E aí a gente passa a ter essas críticas ao PT, e a Força Socialista gira num momento de desencantamento com o PT, interno. A gente cria... a tese do Ivan Valente, construir uma nova organização no PT, significava criar um dique de contenção pra não espalhar a militância. [...] quando chega o mensalão fica um pouco insustentável a permanência, porque as bases tavam saindo pelo ladrão. Aí a gente consegue com muito custo, e com muita insegurança, decidir de ir pro PSOL, porque quem já tava lá construindo era um setor que a gente não dialogava, sequer no PT, até pelas posições ultrarradicais.

Nesta construção simbólica, sobre a sua transição do PT para o PSOL, podem ser observados sentimentos de desencantamento e de insegurança. Mais do que uma descrição formal daquele momento, este excerto era um indicador dos sentidos subjetivos do PT que se configuravam em sua participação política. A reforma da previdência, proposta pelo governo petista, parecia incoerente com os princípios que encantaram Anderson, e que estimularam o seu ingresso no partido. A suspeita de relações espúrias, entre os poderes executivo e legislativo, também não era coerente com a expectativa que havia criado em torno daquele governo.

No entanto, o desencantamento com o PT, e a frustração com o governo petista, ainda não eram condições suficientes para o sujeito a deixar o partido. Foi o compromisso emocional, com o grupo político, que aparentemente estimulou o sujeito a fazer essa transição para o PSOL, já que a permanência no PT se tornou insustentável “porque as bases tavam saindo pelo ladrão”. Esse compromisso pode ser entendido como um indicador dos seus sentidos subjetivos do PSOL. O compromisso com o grupo, aparentemente, envolvia a relação de confiança que havia estabelecido com seus membros. Quando falava sobre sua chegada ao ME, disse em sua segunda conversação:

[...] esse grupo, ao qual eu me organizei no movimento estudantil, era ligado à Força Socialista, era ligado ao grupo do Eliézer, Brice... então pela condição de movimento estudantil viro presidente da UCES, passo a ter relação com o movimento sindical: Marly Brígida no Sindiprev, Carlão no Sindicato dos Bancários, Alcení na época do Sindisaúde, então vai criar essa afinidade, né. E principalmente o mandato do Eliézer na Câmara, que ajudava bastante a gente, dava um suporte. Então eu acabei que fui conhecendo as pessoas, e fui me encontrando do ponto de vista da política. Então eu tenho uma relação um pouco de osmose, mas foi uma escolha... tinha outros grupos também que passei a conhecer, Articulação de Esquerda. Mas senti que a pegada que eu queria seguir era um grupo discutisse com maior rigor as questões, e fizesse menos concessões do ponto de vista da política.

As palavras “eu acabei que fui conhecendo as pessoas, e fui me encontrando do ponto de vista da política”, que podiam ser entendidas como uma expressão dos sentidos subjetivos do seu espaço de militância, reafirmavam o lugar privilegiado do grupo em seu envolvimento. Considerando a importância que o sujeito atribuía à “afinidade” com militantes daquele grupo, sustentada por um sentimento de confiança, propõe-se a seguinte hipótese: o estabelecimento de relações pessoais, associadas ao sentimento de confiança, possuem lugar privilegiado nos sentidos subjetivos do seu espaço de militância.

Apesar de ter conhecido outros grupos, aos quais poderia se integrar, foi na Força Socialista que se sentiu parte de um espaço relacional. Mesmo afirmando, em sua intencionalidade consciente, que escolheu o grupo que fazia “menos concessões”, e que discutia as questões “com maior rigor”, esses critérios não pareciam coerentes com a importância que atribuía às relações de confiança na política. Seus critérios de escolha, que inicialmente foram entendidos como sectarismo, seriam novamente

mobilizados para explicar o posterior afastamento do PSOL mais à frente, ainda em sua segunda conversaçoão:

[...] mas eu me afasto do PSOL pela, pela... o PSOL marca a minha vida. Fui presidente estadual do PSOL, fui da direção nacional, me dediquei à construção do PSOL aqui no estado quando ele sai do PT. [...] então, depois que eu volto da experiência nacional, fiquei um tempo girado pra isso, via muita limitação de um grupo que eu já fiz parte dele, e que dirige o PSOL atualmente. Mas que tem uma postura ainda muito sectária, muito fechada, não fazem o trabalho de base, não fortalecem suas lideranças e prima por um partido muito idealizado.

A frase “um grupo que eu já fiz parte dele” é um relevante indicador dos sentidos subjetivos do seu espaço de militância. Possivelmente, sua saída do PSOL se deu após não se sentir mais parte daquele grupo. A busca de um partido que fizesse menos concessões na política, e que discutisse as questões com rigor, poderia ser entendida como um indicador da sua posição como sujeito frente às pressões simbólicas do grupo ao qual pertencia. Os jovens militantes do PSOL desenvolveram um forte compromisso, com as lutas sociais, que se expressava na elaboração de suas posições pessoais. A politização dos seus cotidianos pode ter, por um lado, estimulado o desenvolvimento de sujeitos ativos.

Por outro lado, pode ter engendrado a passividade e o seguimento estereotipado das exigências grupais entre esses jovens, considerando que as relações pessoais são de difícil controle por parte de organizações políticas. Admitir que ingressou no grupo estimulado pelas relações de confiança não parecia ser coerente com o seu compromisso com as lutas sociais, e ele precisava de critérios de escolha que afirmassem esse compromisso. Mas as expressões “partido muito idealizado”, e “muito fechado”, aparentemente negavam os critérios de escolha que sua intencionalidade consciente expressou anteriormente. Eles voltaram a ser negados, de forma indireta, em sua terceira conversaçoão. Naquele momento, ele disse:

[...] o sectarismo, ele prega. Mas ele não se envolve com a sociedade pra fazer com que aquele pensamento passe a ter determinado tipo de lastro social. [...] então eu acho que o sectarismo, ele se vale disso. De achar que o certo tem que ser feito independente se o povo quer ou não.

Neste excerto, o envolvimento das pessoas foi expresso como condição para que um pensamento “passe a ter determinado tipo de lastro social”. O certo só pode ser feito

se o povo quiser o que, na prática, poderia envolver negociação e concessões. Assim, os motivos que estimularam sua entrada e saída do grupo pareciam estar mais associados a um sentido do seu espaço de militância, do que a aqueles que expressou intencionalmente. Ao se sentir parte do grupo, Anderson aparentemente encontrou as recompensas simbólicas, e emocionais, que estimulavam o seu comprometimento com a construção de uma participação política.

A frase “11. O PSOL: uma morada política, e fonte de aprendizado e experiência” expressou a possível importância daquele espaço relacional. Quando não se sentiu mais parte do grupo, os sentidos do seu espaço de militância imbricaram-se aos das relações familiares, e da reflexão que fazia de si, configurando-se em sua participação política para estimular o seu afastamento. Esse processo, aparentemente, mudou o seu foco para o compromisso familiar de estudar e trabalhar. Sobre esse afastamento, ele disse em sua segunda conversação:

[...] então, hoje, sair do PSOL pra mim significou, ao mesmo tempo, uma tristeza porque faz... grande parte da minha vida é dedicado a isso. Mas também criou uma tranquilidade, e condições pra eu priorizar aquilo que é mais importante, relevante pra mim no momento, que é minha vida profissional, minha vida acadêmica e minha saúde pessoal. Então hoje eu posso me preparar.

A construção simbólica do processo que convergiu em seu afastamento do PSOL, associado aos sentimentos de tristeza e de tranquilidade, possivelmente expressava sentidos subjetivos da reflexão que fazia de si. Ele reconheceu a importância do PSOL em sua vivência, mas aquele espaço de militância ficou no passado. Por outro lado, associou o presente ao compromisso com as dimensões profissional e acadêmica de sua vida. A segunda parte da frase “15. A UFES: me ensinou antes de ser estudante. Como aluno, o poder de confrontar a vida com a base teórica” parecia expressar esse compromisso.

No entanto, não só o presente era associado a esse compromisso, mas também o futuro. A frase “13. O diploma de Ciências Sociais: um sonho a ser realizado” é um indicador do papel ativo do sujeito na ressignificação do seu futuro ante os desafios da paternidade. Não só a dimensão acadêmica passou a ter maior importância na perspectiva de futuro que tinha, mas também a profissional. A frase “17.

Profissionalmente: realizado e buscando qualificação técnica para ampliar minha ação” expressou o valor que atribuía a ela naquele momento, e a condição necessária para ampliar a sua ação no futuro. A frase “18. No futuro, pretendo: terminar um doutorado e transitar de campo profissional” poderia ser entendida como uma expressão do seu compromisso com a dimensão profissional de sua vida.

5.8.4 Nova militância: “eu tenho muito a aprender”

Após se afastar do PSOL, e passar a priorizar outras dimensões da vida, Anderson não deixou de dar continuidade à construção de sua participação política. Além do cargo que conquistou, junto ao mandato de um vereador de Vitória/ES, compôs a chapa vitoriosa, e tornou-se membro do CA de Ciências Sociais. Apesar de ter construído sua militância no ME ausentando-se das aulas, quando era secundarista, seus sentidos subjetivos da sala de aula pareciam estar sendo produzidos em uma nova dimensão. Quando provocado sobre o que aprendia fora da sala de aula, disse em sua segunda conversação:

[...] muitos estudantes falam que aprende mais no CA do que dentro da sala de aula. Eu acho isso um grande equívoco. A sala de aula é o espaço que você, do ponto de vista acadêmico, vai ter o professor pra questiona-lo, ou pra concordar com ele, ou pra você não compreende-lo e ele te questionar. E você tem... dentro da sala de aula o estudante tem o poder e o direito à fala. Ele não precisa aceitar nada e não precisa concordar com nada. Ele pode debater e discutir qualquer assunto. E infelizmente a turma quer tudo pronto. Se não concorda com a linha do professor, desconsidera ele como um grande professor. Sai da sala de aula, vai jogar uma bisca, vai fazer uma outra atividade, desprezando aquele espaço. Então eu acho que o espaço da sala de aula, ele é um espaço de encontro importante, que... capaz de você aproveitar a sua experiência pessoal, subjetiva, com a experiência da objetividade científica e acadêmica, e você consegue fazer essa troca.

O valor que Anderson atribuía ao aprendizado em sala de aula servia como um elemento que, aparentemente, o diferenciava dos seus colegas de CA. Adjacente à construção simbólica daquele espaço, como lugar de troca de debate, o sentimento de poder se contrapor aos outros sugeria a continuidade da construção de sua militância em um novo espaço. Mas o valor que o sujeito atribuía ao debate, em seu engajamento, não se limitava ao que era realizado sob a mediação dos professores. Ele se estendia à vivência no curso de Ciências Sociais, mesmo fora da sala. Ao ser provocado sobre essa vivência, disse em sua terceira conversação:

[...] sempre senti uma ausência do debate [na sala de aula], uma negação muito ácida, tanto de autores, de professores, e de estudante com o próprio estudante. Então o clima da amizade, o clima dos afetos pessoais, eles determinavam o debate político. Eu sempre fui muito incomodado com isso, e por diversas vezes, pela minha vida pessoal, profissional, não tenho tempo de me dedicar ao movimento estudantil. Mas, na condição de estudante, eu participo das assembleias, frequento os espaços ali, exerço o meu direito de estudante, de participar, assim eu me coloco no movimento estudantil. E muitas vezes eu quis fazer determinados debates que eram simplesmente ignorados. [...] e normalmente eu retirava as minhas propostas. E a galera falava assim: ah, você não defende nem as suas próprias ideias. Você retira! Aí eu falava: não, eu não quero votar. Eu quero debater! Então acaba que eu encontro isso.

A negação “ácida” foi expressa, neste excerto, como uma possível causa da determinação do debate político pelas relações pessoais. O tom crítico usado por ele, ao se referir a tal efeito, era um indicador dos seus sentidos subjetivos do ME na UFES, seu novo espaço de militância e de exercício do “direito de estudante, de participar”. Ao se configurarem em sua participação, esses sentidos pareciam atribuir um lugar privilegiado ao debate político, que se contrapunha ao que era determinado pelas relações pessoais, em sua intencionalidade consciente. Tal lugar já vinha sendo atribuído desde a sua primeira conversação grupal, quando falava sobre aquele momento do ME na UFES:

[...] então você tem, de um tempo pra cá, independente de quem esteja à frente do DCE, você tem um movimento de colegas. Você tem um movimento de que... pra existir, se eu sou de um grupo e Everton é de outro, eu tenho que primeiro negar o Everton. Tem que negar o outro grupo. Então o debate se pessoalizou muito. O debate de fulano e sicrano, muito reativo, e o modo de agregação é pela negação e pela amizade. Então você... hoje a gente tem essa questão do afeto que tá muito forte, então você tem ali o afeto como forma de manter o grupo.

Neste excerto, o sujeito reforçou o indicador dos sentidos do ME na UFES, associados aos grupos que se enfrentavam no âmbito pessoal. Outro indicador, nessa mesma direção, foi expresso em sua terceira conversação: “[...] você faz a disputa de militantes pro seu grupo a partir de que? Negando pessoalmente as pessoas, desconstrói pessoalmente, e não fazendo o debate da esfera política”. Na contradição, entre o debate político e pessoal, aquele novamente possui lugar privilegiado em relação a este, sugerindo a seguinte hipótese: sentidos, que se configuravam em sua participação política, estimulavam um conflito entre sentidos do debate ideal no ME, compartilhados na subjetividade social, e a realidade que vivia.

Apesar de reconhecer a importância do ME em sua trajetória, como na frase “14. O movimento estudantil é: uma escola de conhecimentos e vivências”, o debate que era realizado ainda estava longe de ser o ideal. Mas como seria esse debate ideal? A frase “19. Não concordo com: desrespeito e exclusão” já sugeria a inclusão das pessoas, e o respeito a elas, como algumas de suas qualidades fundamentais. Elas foram novamente evocadas, quando falava sobre a saída da igreja, em sua segunda conversação:

[...] eu saí do grupo de jovens, porque teve um giro dentro do grupo que era deixar de realizar as atividades que me motivavam, que eram as atividades junto à comunidade. Torneios, atividade, gincana, visita nas casas dos jovens, né, esses encontros... pra passar a ter atividade mais dentro da igreja. E uma questão que eu também achei hipócrita na época, porque tinha uma das lideranças do grupo de jovens, era homossexual assumido. Não assumido assim como hoje, mas bem... não fazia questão de dizer que era outra coisa. E, no debate, dizendo que homossexuais não iam pro céu, e tal, na presença dele. E aí eu achei aquilo de uma indelicadeza muito grande. Achei que já... aquele espaço ali já não era mais pra mim. Às vezes eu sentia que se estivesse envolvido com a comunidade, respeitando todos aqueles que estavam ali, pra mim a salvação era uma questão de dedicação, não porque você era no âmbito privado da vida.

Nesta construção simbólica, a empatia com uma pessoa, que vinha sendo tratada com “indelicadeza” no debate, e com a qual aparentemente possuía uma relação de confiança, estimulou Anderson a deixar o grupo de jovens. A carga emocional adjacente às expressões “indelicadeza muito grande”, e “aquele espaço ali já não era mais pra mim”, sugeria o respeito e a inclusão como exigência – que não foi atendida – para a sua permanência naquele espaço. Além das questões relacionadas aos homossexuais, o debate sobre os negros também parecia envolvê-lo. Sobre a chapa que compôs, para o CA, ele disse em sua primeira conversação:

E agora, por exemplo, eu entrei na chapa das Ciências Sociais, do CA. Chapa Zacimba Gaba. A gente ganhou a eleição. Zacimba Gaba é uma princesa africana que ela consegue matar o senhor da casa grande, se liberta e monta um quilombo ali, entre Itaúnas e o Sul da Bahia. E a intenção dela era atacar os navios portugueses na madrugada, e libertar em alto mar os escravos, antes de aportar ali no Porto de São Mateus. Buscar farinha e instrumentos de tortura e de escravização. A gente traz o que, das primeiras identidades de um ciclo, após 10 anos de cotas na universidade? E principalmente, isso se reflete dentro das Ciências Sociais também.

Ao mobilizar códigos compartilhados entre militantes dessa causa, em uma narrativa sobre sua participação política no ME, Anderson expressou um indicador do seu compromisso emocional com o repertório de lutas dos negros, que possivelmente envolvia outros aspectos do seu cotidiano. Para obter mais trechos de informação sobre tal compromisso, o sujeito foi provocado se esse envolvimento não tiraria o foco da luta de classes. Ele então respondeu, em sua segunda conversação:

Eu acho que o marxismo ortodoxo, ele tem o seu lugar dentro do debate, mas ele não responde a tudo. Hoje você tem, por exemplo, as teorias decoloniais, a Epistemologia do Sul, você tem a valorização de outros atores, de outros processos, que não necessariamente são aquilo que uma leitura exterior nos impõe. [...] se elas [as lutas identitárias] dialogam, elas compõem um terreno de amplitude, de alcance, muito maior do que uma pauta política só, única, e centralizada num perfil operário-fábrica e de centro urbano. Então, eu acho que não há uma incongruência, em si, entre uma e outra. O maior problema é você ter o desprezo a aquilo que você também faz. Se eu luto dentro da fábrica, se eu luto dentro da academia, e um outro grupo de sujeitos históricos se organiza, e lutam de outra maneira, num ambiente que não é o meu, e que eu desconheço, eles não estão lutando contra mim. Então é preciso haver esse diálogo. Um diálogo de: o que que essas lutas... onde que elas se encontram? Qual é o ponto que dá uma liga pra elas, que pese que... e aí, quem critica muito a luta identitária, vai criticar por quê? Porque a crítica padrão de partido clássico, marxista, organizações rígidas, centralizadas, ela segue um padrão. Um padrão que ele vem num padrão de modelo europeu de, normalmente, de pessoas extremamente intelectualizadas. Sua maioria é branca e heteronormativa. Então você tem uma reprodução, à esquerda, daquilo que se critica na sociedade. Você questionar, e falar que um presidente de um partido ele pode ser uma travesti, pode ser um negro que não passou pela academia, isso fere. [...] vem cá, a doméstica, dentro da experiência dela, o que que é a luta dela? Eu vou te dizer que ela é alienada, que ela precisa conhecer o marxismo, o programa. Não é o programa que transforma, é o contato. E é preciso criar, na minha concepção, hoje, em todos os âmbitos da luta política... é preciso ver onde se encontra os pontos de contato.

Nesta construção singular, o sujeito admitiu que os partidos marxistas não estavam isentos de práticas excludentes e desrespeitosas na relação com seus militantes. Ele usou representações teóricas, associadas ao seu curso, para explicar as limitações do marxismo ortodoxo que “não responde a tudo”. Considerando o viés crítico dos seus argumentos, é possível formular a seguinte hipótese: nos sentidos do debate ideal no ME, Anderson atribuía um valor central à inclusão e ao respeito, que não dependia do âmbito privado das vidas das pessoas. E ainda, o sujeito possuía um forte compromisso emocional com o repertório de lutas dos negros e dos gays que, aparentemente, estimulava o enfrentamento de ideias excludentes e desrespeitosas em seu próprio espaço de militância. Na terceira conversação, ele disse:

[...] então eu acho que é um momento de muito aprendizado, é uma chapa que tem uma galera que tá na Fejunes [Federação da Juventude Negra do Espírito Santo], então ela vem de uma militância da juventude negra externa ao movimento estudantil. Então isso pra mim é uma riqueza muito importante porque leva uma experiência de vida mais real. Não tá ali porque você leu uma parada, um discurso, ou se empolgou. Ou tá ali porque acha que você vai contribuir pra sociedade. Não, você tá... é uma expressão de luta real e concreta. E são novas formas de fazer, né. As tecnologias, a sociedade, a própria eleição do Bolsonaro mostra que as coisas estão bem diferentes na sociedade hoje. E essa turma tem muito a me oferecer nesse sentido. Dessa reciclagem, desse revigoramento e do debate. Porque eu acho que eu tenho muito a aprender, nesse sentido, e tenho a contribuir.

Quando foi questionado sobre o que poderia aprender com os jovens militantes, com quem compartilhava o espaço social do CA de Ciências Sociais, o forte compromisso emocional com o repertório de lutas dos negros ocupou um lugar central em sua resposta. Considerando a emocionalidade adjacente às frases “leva uma experiência de vida mais real”, “uma expressão de luta real e concreta”, e “eu acho que eu tenho muito a aprender”, este excerto pode ser considerado uma expressão dos seus sentidos subjetivos da aprendizagem. Neles, a experiência trazida de fora do ME poderia contribuir para a sua própria “reciclagem”.

Além dos sentidos da aprendizagem, as frases destacadas também poderiam ser entendidas como expressões dos seus sentidos subjetivos do ME na UFES, que ainda não havia incorporado as novas práticas que seus colegas traziam de fora. Essas possibilidades autorizam a formulação da seguinte hipótese: o compromisso emocional, com o repertório de lutas de negros e gays, configurava-se para estimular narrativas sobre variados momentos do seu cotidiano. A experiência trazida pelos colegas, que militavam em espaços que iam além dos limites físicos da UFES, significava uma contribuição para o revigoramento de sua própria militância, e para a adoção de novas práticas no ME.

5.8.5 Configurações subjetivas da participação política de Anderson

A análise das narrativas de Anderson tornou visível o movimento dos seus sentidos subjetivos das relações familiares e pessoais, da reflexão que fazia de si, do líder político, da amizade, dos espaços de militância, e das Ciências Sociais. A esse movimento, associavam-se os sentimentos de respeito, pertencimento, orgulho, confiança, empatia, arrependimento, desencantamento, insegurança e frustração nos

diferentes contextos das suas narrativas. As configurações subjetivas da participação política de Anderson podem ser representadas, de forma aproximada, em um modelo teórico constituído das seguintes unidades de sentido:

- A precoce atenção que Anderson passou a dedicar às questões sociais encorajava o compromisso emocional com a transformação dos meios em que circulava e, ao refletir sobre si mesmo, reconhecia na política um instrumento para enfrentar tal desafio – expressando sentidos subjetivos das Ciências Sociais em sua militância;
- Sentidos subjetivos das relações familiares, associados à unidade e ao respeito, estimularam os primeiros momentos de envolvimento do sujeito com o ME. Esses sentidos também estimulavam o compromisso emocional com o curso que fazia e com o trabalho que realizava, tanto naquele momento das conversações quanto em seu futuro;
- O sentimento de confiança mútua, entre Anderson e as pessoas mais próximas, ocupava um lugar privilegiado nos sentidos subjetivos das suas relações pessoais, que se configuravam em sua participação política. Esse sentimento também estimulava a produção de sentidos subjetivos do líder político, que atribuía um lugar central à dimensão coletiva de sua ação, e de sentidos subjetivos do seu espaço de militância;
- No conflito, entre os sentidos do debate ideal no ME e a realidade que vivia, havia um valor central que o sujeito atribuía à inclusão e ao respeito às pessoas, e que não dependia do âmbito privado de suas vidas. Assim, ele possuía um forte compromisso emocional com o repertório de lutas dos negros e dos gays que, aparentemente, estimulava o enfrentamento de ideias excludentes e desrespeitosas;
- Sentidos associados ao compromisso emocional, com esse repertório de lutas, estimulavam as narrativas sobre o seu cotidiano. A experiência trazida pelos colegas, que militavam em espaços que iam além dos limites físicos da UFES,

significava uma contribuição para a “reciclagem” de sua própria militância, e para a adoção de novas práticas no ME.

O viés profissional e local da militância de Anderson, e o envolvimento voluntário com um repertório de lutas mais próximo do cotidiano das pessoas, demonstraram o papel ativo do sujeito na reinvenção do seu ativismo após a paternidade. Mesmo quando abandonou a ação política nacional, demonstrou segurança em sua escolha e sequer cogitou como teria sido a sua vida sob outra condição. Nas identidades que assumia em diferentes contextos, era comum a rejeição da dimensão pessoal, nas relações políticas, e o compromisso com a transformação da realidade social. Esses posicionamentos expressavam sentidos configurados em sua trajetória, onde as relações políticas eram mais fáceis de serem controladas que as de natureza pessoal, mas o sentimento de (des)confiança mútua era central no (des)estímulo à sua militância.

Mesmo não se identificando como homossexual, demonstrou empatia com aqueles que o faziam. A “experiência de vida mais real”, que reciclaria sua militância, constituía a crítica que fazia aos partidos políticos e aos grupos que disputavam a representação dos estudantes. Aparentemente, a disputa política deveria se pautar por essa experiência, e não mais pela negação dos outros.

6 DISCUTINDO AS CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS: DIMENSÕES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS

O objetivo deste capítulo é resgatar, resumidamente, as configurações subjetivas da participação política dos sujeitos, no ME, e confrontá-las com a literatura revisada nesta tese. Considerando a escolha de organizar o capítulo anterior por sujeitos, para facilitar o alcance do objetivo principal, os níveis singular e coletivo da subjetividade de suas participações políticas no ME se imbricavam. No entanto, segundo González Rey (2003, p. 118):

Uma das exigências para a construção teórica da subjetividade é a produção de categorias que nos permitam dar conhecimento sobre o caráter geral do seu funcionamento e formas de organização, e que, por sua vez, nos permitam especificar as formas que essa organização adota no nível singular, o que responderá a uma qualidade única, que nos impedirá de avançar no conhecimento do singular por meio da comparação, como se tentou fazer durante um longo tempo na psicologia diferencial da personalidade.

Dessa forma, após este *caput*, faz-se necessária a discussão, no item que lhe sucede, sobre os sentidos compartilhados na subjetividade social e a forma singular que adotavam no nível individual. Por fim, são discutidos os sentidos configurados na trajetória dos sujeitos. Para esta tese, foram definidos os seguintes objetivos específicos: 1) descrever as trajetórias pessoais desses militantes; 2) identificar as implicações do contexto histórico e cultural na produção das configurações subjetivas das suas participações políticas; 3) analisar os processos emocionais relacionados a essas participações políticas; e 4) analisar as consequências dessas participações políticas.

Neste *caput*, são destacados o contexto histórico e cultural dessas participações, suas consequências, e os sentidos que nela se configuravam. Na UFES, os sujeitos construía suas participações políticas em um contexto histórico de consolidação das políticas afirmativas, implantadas nos 14 anos de governo do PT no Brasil: Lula – 2003 a 2010, e Dilma Rousseff – 2011 a 2016. As diferenças na composição social do quadro discente vinham diminuindo, e o número de vagas e cursos vinha aumentando. Apesar da expansão do ensino superior promovida nesse período, os recursos destinados à UFES eram cada vez mais exíguos. Esse quadro se agravou a partir do golpe parlamentar de 2016, que destituiu Dilma Rousseff/PT e conduziu Michel

Temer/MDB à presidência da república. Esse último adotou políticas fiscalistas que congelaram os investimentos em educação.

Em 2019 as conversações foram realizadas. Foi o primeiro ano de governo do presidente Jair Bolsonaro/sem partido. O discurso que o elegeu se fundamentava em uma cultura política conservadora, que vinha sendo compartilhada na subjetividade social brasileira desde 2013: combate à corrupção, rejeição dos partidos políticos e defesa da família. Nesse contexto histórico e cultural, os sujeitos se posicionaram contra tal cultura, a favor dela, ou não se posicionaram – elogiando a polarização ou manifestando insegurança para opinar. A interpretação que faziam, daquele momento, era capaz de influenciar sentidos que se configuravam em suas participações políticas.

Alexandre, da Administração, poderia ser definido como o Gestor do CA. Os sentimentos de hostilidade, desprezo, decepção, rejeição, admiração, respeito, repulsa e medo se associavam aos sentidos subjetivos das relações familiares e pessoais, da política estudantil dentro e fora da UFES, do enfrentamento e da Administração. Ao se configurarem em sua participação política, aparentemente estimulavam: 1) seu posicionamento à esquerda do espectro político brasileiro; 2) sua rejeição aos partidos políticos; 3) seu envolvimento com a chapa de situação que disputava a eleição do DCE/UFES; 4) um papel passivo na produção de novos sentidos que facilitassem a conciliação com ideias divergentes; e 5) a mobilização de representações teóricas associadas à Administração em suas narrativas.

Ele havia sido criado nos arredores do *Campus* de Goiabeiras, e seu pai era servidor da UFES naquele momento. Em sua trajetória, o compromisso com ideias oriundas do campo da esquerda, no espectro político brasileiro, era coerente com as trajetórias do seu pai, dos seus avós, e dos amigos a quem se referia com admiração. Em um contexto cultural avesso aos partidos políticos, o sujeito não possuía vínculo formal a um deles, compunha o Coletivo Camará, e os colegas de curso reconheciam o seu trabalho e resultados obtidos, o que funcionava como uma recompensa simbólica da sua participação política.

Bruno, do Direito, poderia ser definido como um Advogado do Diabo. Os sentimentos de rivalidade, rejeição, orgulho, medo, irritação, sofrimento, apreço e realização se associavam aos sentidos subjetivos das relações familiares e pessoais, da reflexão que fazia de si mesmo, do Direito, da moral, dos outros, do líder político, das ideologias, do enfrentamento, da política geral e estudantil, e da participação. Ao se configurarem em sua participação política, eles aparentemente estimulavam: 1) o comprometimento com o trabalho que realizava; 2) a adoção de práticas e discursos reativos; 3) a dissidência no enfrentamento que realizava; 4) seu afastamento da eleição do DCE/UFES; 5) a mobilização de representações teóricas do Direito em suas narrativas; e 6) o reconhecimento de si mesmo como uma liderança.

Ele já participava da política desde o ensino primário, havia organizado uma chapa que disputou o DCE/UFES, e era dirigente do MBL de Vitória/ES. Em um contexto cultural, no qual ideias conservadoras passaram a ser mais intensamente compartilhadas, manifestou interesse em disputar a eleição para vereador com um discurso coerente com esse viés. Sua origem periférica, e as condições de negro e gay, eram entendidas como rótulos que estimulavam, nas pessoas com quem estabelecia relações pessoais, uma expectativa em relação à sua postura política, mais alinhada às ideias oriundas da esquerda do espectro político brasileiro. No entanto, ele se comprometia em negar essas expectativas, sendo reativo às tais ideias.

Guilherme, da Medicina, poderia ser definido como o Líder Franciscano. Os sentimentos de proteção, admiração, felicidade, carência, gratificação, decepção, orgulho, autoconfiança, aceitação e desilusão se associavam aos sentidos subjetivos das relações familiares e pessoais, da aprendizagem, da Medicina, da reflexão que fazia de si, da política estudantil, do líder estudantil, e das ideologias. Ao se configurarem em sua participação política, aparentemente estimulavam: 1) a atribuição de distintos valores para a diversidade; 2) a mobilização de representações teóricas da Medicina em suas narrativas; 3) diferentes sentimentos em narrativas sobre o seu envolvimento com o repertório de lutas gerais e específicas do ME; 4) o compromisso com sua militância; e 5) a rejeição das ideologias.

Ele era dirigente do DA, e vivia sua primeira experiência de liderança. Foi criado em um bairro de classe média alta de Vitória/ES, e cursou o ensino primário e médio em escolas particulares. Em um contexto cultural, no qual as identidades são afirmadas pela negação do outro, atribuía valor positivo à diversidade que convivia em sua trajetória. Tinha interesse em se envolver com o ME, mas, ao chegar na UFES, encontrou um ambiente inóspito para tal, comprometendo-se em transformar essa realidade. Em seu futuro profissional, planejava ouvir as pessoas e, em sua liderança no curso, já o fazia.

Dante, da Arquitetura, poderia ser definido como o Ocupante dos Espaços. Os sentimentos de felicidade, saudosismo, carinho, pertencimento, frustração, repulsa, familiaridade e hostilidade se associavam aos sentidos subjetivos das relações familiares e pessoais, da Arquitetura e Urbanismo, das festas, da política estudantil e do enfrentamento. Ao se configurarem em sua participação política, aparentemente estimulavam: 1) sua adaptação aos novos ambientes; 2) a mobilização de representações teóricas da Arquitetura e Urbanismo em suas narrativas; 3) uma visão mais lúdica do ME; 4) a rejeição das ideologias; e 5) a priorização das questões humanas em detrimento das políticas.

Ele já tinha sido dirigente do CA, compunha o Coletivo Caleidoscópio, e estava no último semestre do curso. As frequentes mudanças, de residência familiar, pareciam enfraquecer a dimensão territorial das suas identidades. Em um contexto cultural machista e homofóbico, afirmava seu diferencial condenando as atitudes preconceituosas dos outros. A dificuldade de mobilizar, para um repertório de lutas gerais, implicava na visão mais lúdica que tinha do ME. Tal visão era orientada ao envolvimento dos colegas, com os quais se comprometia, e à ocupação dos espaços com festas.

Danilo, da Engenharia Civil, poderia ser definido como Averso à Incerteza. Os sentimentos de raiva, rancor, insegurança, mágoa, arrependimento, compreensão, aceitação e otimismo se associavam aos sentidos subjetivos das relações familiares e pessoais, da reflexão que fazia de si mesmo, da Engenharia Civil, e da política estudantil. Ao se configurarem em sua participação política, aparentemente estimulavam: 1) o conflito com os pais; 2) uma postura passiva de aceitação acrítica

da opinião dos amigos; 3) o sofrimento por ter que se posicionar com base em informações incompletas; 4) uma visão de ME interna ao seu próprio curso, e da linguagem dos seus militantes, fora do curso, como um obstáculo para o envolvimento de mais estudantes; e 5) o não reconhecimento de si mesmo como uma liderança.

Ele era dirigente do CA, e vivia sua primeira experiência como liderança no ME. Em um contexto cultural onde a família representa uma fonte de apoio, inspiração, afeto, vivências e segurança, Danilo se decepcionou com sua própria experiência. O sofrimento que experimentou, com a separação temporária dos pais em sua infância, era tido, em sua intencionalidade consciente, como a causa do medo que sentia em situações de enfrentamento. No entanto, esse sentimento parecia mais associado a uma aversão à incerteza, que era coerente com as representações teóricas do curso que fazia. Com isso, tinha reações emocionais negativas quando precisava tomar decisões baseadas em informações incompletas. Sua integração ao espaço relacional do CA implicava em uma visão interna que tinha do ME, limitada ao próprio curso.

Anderson, das Ciências Sociais, poderia ser definido como o Pai Militante. Os sentimentos de respeito, pertencimento, orgulho, confiança, empatia, arrependimento, desencantamento, insegurança e frustração se associavam aos sentidos subjetivos das relações familiares e pessoais, da reflexão que fazia de si, do líder político, da amizade, dos espaços de militância, e das Ciências Sociais. Ao se configurarem em sua participação política, aparentemente estimulavam: 1) o compromisso com a transformação social, com seu trabalho e com os estudos; 2) a confiança mútua como condição para a liderança; 3) a inclusão e o respeito como condição para o bom debate; e 4) a reinvenção de sua militância.

Ele era dirigente do CA, compunha o Coletivo Afrokizomba, e era um quadro político experiente. Já havia sido presidente estadual e membro da direção nacional do PSOL. Em um contexto cultural, onde o exercício do papel de pai exige proximidade física, Anderson precisou se reinventar como militante. A paternidade inesperada estimulou um redirecionamento da sua participação política para o âmbito local, em detrimento da atuação nacional que marcou sua trajetória. A experiência em um coletivo de negros, e as representações teóricas que construiu ao ingressar na UFES, pareciam influenciar uma visão de ME orientada ao cotidiano dos estudantes.

6.1 A CONFIGURAÇÃO DE SENTIDOS DA SUBJETIVIDADE SOCIAL NOS SUJEITOS

Este item analisa sentidos que se configuravam na subjetividade social dos meios nos quais os sujeitos circulavam, e a forma singular que adotavam em cada um. Considerando o segundo princípio da Epistemologia Qualitativa (GONZÁLEZ REY, 2003b), o caso singular é capaz de ampliar as alternativas teóricas que aprofundam a compreensão da realidade, já que reconhece o sujeito como socialmente constituído, apesar dele não ser um reflexo da sociedade. Para ampliar a compreensão da subjetividade social, associada à participação política no ME, os assuntos que atravessam essas configurações nos sujeitos serão discutidos neste item. São eles a concepção de ME, as novas tecnologias, os partidos políticos, as estruturas organizacionais, a liderança política, as identidades coletivas, o repertório de lutas, a linguagem e as ideologias.

Para Bravo (2015), o ME é resultado da articulação dos contextos de cada época. Essa concepção do movimento considera seus aspectos históricos e culturais, mas pode ser ampliada ao considerarmos a capacidade generativa, de novas organizações subjetivas – sentidos e configurações –, dos sujeitos que se dedicam a interpretá-lo: políticos, alunos, ex-alunos, professores e imprensa, por exemplo. Assim, na perspectiva adotada nesta tese, o ME é o resultado da articulação das subjetividades – individual e social – com os contextos de cada época.

Para ilustrar tal concepção, esta tese deu visibilidade às narrativas de Guilherme e de Alexandre, onde representações pejorativas sobre o ME eram produzidas por ex-alunos de Medicina, e por alunos liberais da Administração, respectivamente. Essas representações, compartilhadas pelos detratores da organização dos estudantes, possuíam uma aparente influência das narrativas da imprensa mundial, cuja tendência é de desqualificá-las e criminalizá-las (DI CICCIO, 2010; LIZAMA, 2013; CABALIN, 2014b). Elas sugeriam uma deficiência, e uma oportunidade, relacionadas ao uso das novas tecnologias de comunicação pelo ME.

Considerando o uso ainda incipiente da internet, nas entidades de representação e grupos dos sujeitos – apenas Bruno e Guilherme mencionaram seu uso recente para disseminar ideias –, admite-se que novas alternativas de mobilização e organização do ME ainda poderiam ser exploradas. Apesar de não haver um determinismo tecnológico na construção do movimento (ROBINSON, 2013; CABALIN, 2014), as ferramentas disponíveis no ambiente virtual poderiam promover representações que validariam as iniciativas dos estudantes mobilizados (NEIRA, 2016). Por exemplo, elas poderiam disseminar novos conteúdos contra-informativos (PEÑA; RODRIGUEZ; SÁEZ, 2016), possibilitariam a adoção de práticas inovadoras de mobilização (WILLIAMS, 2015), e ainda, promoveriam a aproximação de líderes e liderados. Assim, o ambiente virtual é entendido como um possível contexto de participação política que estimularia o compartilhamento de valores pelos estudantes.

Um desses valores diz respeito aos partidos políticos. Mesmo cogitando a possibilidade de se filiar a um deles, Guilherme considerava essa atitude como inapropriada naquele contexto de liderança no DA de Medicina. Alexandre criticou o critério partidário para a indicação dos cargos no DCE, no contexto da eleição que participou, apesar de admirar o PSOL e o Partido Comunista. Bruno, que depois das conversações grupais se filiou ao partido NOVO para disputar o cargo de vereador, criticava-os pela influência que exerciam no ME. Anderson, que os considerava distantes da experiência real de vida das pessoas, atribuía um valor positivo ao envolvimento que teve em momentos anteriores.

Na literatura revisada, a natureza solta e transitória das organizações estudantis poderia ser superada, para que tivessem continuidade, com o auxílio de estruturas duráveis como os partidos políticos (ROBINSON, 2013). Além disso, militantes oriundos do ME poderiam contribuir para a renovação dos dirigentes partidários no Brasil. No entanto, a influência dos partidos políticos também foi associada ao aparelhamento e subordinação do ME (RODRIGUES; GUGLIANO, 2017; CANCIAN, 2014), bem como à separação entre líderes e liderados, com a adoção de estruturas verticais, em suas entidades de representação (RODRIGUES; GUGLIANO, 2017; SILVA; CASTRO, 2015). A própria organização do ME brasileiro possui uma estrutura vertical: no topo está a UNE, logo abaixo estão as entidades gerais – DCE's e executivas de curso –, e na base estão os CA's e DA's.

A preferência por estruturas horizontais dos estudantes chilenos (SOLÍS; ANDRADES; REBOLLEDO, 2017), e do grupo Não Pago (SEIDL, 2014), não era compartilhada pelos sujeitos desta pesquisa, que se vinculavam a organizações com estruturas verticais. Elas oportunizavam a emergência do líder político, definido pelos sujeitos como justo, com trajetória de superação, que ouve, sintetiza, e que é competente para comunicar. Outras competências do líder, entre os sujeitos, eram: incitação para a participação, domínio das informações, formação para o enfrentamento, confiança mútua e autoconfiança. A competência de negar a própria liderança (SEIDL, 2014) poderia estar relacionada indiretamente às narrativas de Danilo, já que ele não reconhecia, em si, as que acreditava serem necessárias para a tarefa. De forma geral, esse líder político poderia ser definido como um sentido da subjetividade social que assumia formas singulares ao seu configurarem nos sujeitos.

Para Castoriadis (1982, p. 107), o imaginário é uma forma de organização simbólica que gera uma coesão entre as pessoas, e o indivíduo “[...] tem, ao menos virtualmente, a possibilidade de ser algo diferente de sua definição social, sem nunca poder fugir inteiramente dela”. O entendimento do imaginário como uma produção subjetiva, na obra de Castoriadis (1982), se expressa no trabalho de González Rey (2003, p. 106) “[...] pela categoria subjetividade social”. Assim, esse líder ideal seria a expressão da organização subjetiva de sujeitos definidos coletivamente, em uma sociedade que optou pelo presidencialismo em 1993, através de plebiscito, e participavam de organizações com estruturas verticais. Ao se integrarem a esses espaços específicos, construíam identidades individuais e coletivas que estabeleciam diferenças e delimitavam espaços.

Apesar das identidades não serem capazes de explicar a complexa relação entre o sujeito e a sociedade (GONZÁLEZ REY, 2003), oferecem elementos de sentido dessa relação em espaços específicos (PAES DE PAULA; PALASSI, 2007). Em suas vidas, todos os sujeitos demonstraram capacidade de produzir sentidos, que delimitavam o espaço ao qual pertenciam, em diferentes contextos e momentos. Alexandre era um comunista na relação que estabelecia com os colegas de outros cursos, e um gestor – com resultados – ao se relacionar com os de seu próprio curso. Bruno que reconhecia as dificuldades que periféricos, gays e negros enfrentavam, e rejeitava os

privilégios, que entendia serem oferecidos por certas políticas afirmativas, junto ao seu grupo.

Guilherme, que atribuía valor positivo à diversidade de ideias entre os colegas de curso, criticou os diretórios anteriores – que eram só “pragmáticos” e com ideologia “mais voltada pra direita”. Dante, que se sentia desterritorializado no lugar em que morava, mobilizava a ocupação dos seus espaços na UFES. Danilo, que rejeitava o curso que fazia, como uma escolha da sua família, se sentia realizado pelo reconhecimento do seu trabalho no CA. Anderson, que reconhecia a si mesmo como um quadro experiente no PSOL, comprometeu-se com aprendizagem junto aos colegas do CA. Nesta pesquisa, a afirmação de que os jovens são individualistas porque suas identidades coletivas estão em declínio (RHEIGANS; HOLLANDS, 2013), ou mesmo a de que eles focam em seu próprio bem-estar (FERNÁNDEZ, 2015), não é corroborada.

Vale destacar ainda que, no processo em que realidade e sentidos se imbricavam, era estabelecida uma relação dialética entre a delimitação do espaço dos sujeitos e a definição do outro. Em todos os casos analisados nesta pesquisa, aos outros eram atribuídos os vícios, enquanto a si eram atribuídas as virtudes. Esses valores podem ser entendidos como a sacralização dos fundamentos do pensamento humano (GONZÁLEZ REY, 2003) na definição de suas identidades, obstaculizando o ajuste das práticas individuais e grupais, e a possibilidade de conciliação ou convergência de ideias.

Já os diferentes contextos em que os sujeitos circulavam, e formavam novas identidades, não afetavam seus sentidos como condição externa, mas pelo papel ativo que exerciam no sistema em que as produziam. Na perspectiva adotada nesta tese, as dimensões externa e interna dos sujeitos são componentes de um sistema ativo, e realizam trocas entre si, ao contrário de Vigotski ([s.d.]), que defende que os sentidos são subjetivados de fora para dentro. Dessa forma, sentidos associados aos problemas que os sujeitos enfrentavam, e que se configuravam em suas participações políticas, eram compartilhados pelos seus colegas em outros contextos. A luta pela melhoria do RU, da iluminação dos *campi*, ou das condições sanitárias e físicas dos

prédios, por exemplo, imbricavam-se às lutas, contra o sucateamento das universidades federais, que mobilizavam estudantes em todo território brasileiro.

Questões gerais e específicas são interdependentes: os problemas locais da UFES são compartilhados por outras instituições federais de ensino Brasil afora, e alguns deles são consequências de questões nacionais. Assim, o repertório de lutas do ME pode ser entendido como a síntese da relação dialética entre as gerais e as específicas. Outras categorias, encontradas na revisão de literatura, podem apresentar essa qualidade: questões imediatas e estruturais (PUSEY; SEALEY-HUGGINS, 2013), ação tradicional e emergente (BELLEI; CABALIN; ORELLANA, 2014), lutas institucionalizadas e não-institucionalizadas (SILVA; CASTRO, 2015), ou ainda temas políticos e questões estruturais (OLIVEIRA, 2017).

Uma ou outra destas perspectivas, que predominavam nas narrativas dos sujeitos em certos momentos, era expressa em uma linguagem singular. No entanto, eles criticavam a que era adotada pelo ME. Por exemplo, ao falar sobre as mobilizações dos estudantes, Bruno disse em sua quarta conversação grupal: “[...] pra mim é tão claro, quando você olha essa posição do contingenciamento, que você vê: muitas pessoas não dizem cortes, dizem contingenciamento, porque é uma escolha política”. Ao falar sobre o posicionamento dos grupos de esquerda no Brasil, Anderson disse em sua terceira conversação: “[...] quando você faz a pregação sectária, primeiro que você não vai atingir porque você tá num linguajar que não é daquele mundo. Você não vai encontrar as palavras bonitas do mundo”. Alexandre disse em sua quarta conversação grupal: “[...] a linguagem, que afasta mesmo as pessoas do movimento. Plenária, Assembleia, até você dominar a terminologia das palavras, e o método de funcionamento”. Em sua terceira conversação grupal, Danilo disse que tem dificuldade para se envolver com o ME fora do curso: “[...] é uma coisa que serve de autocrítica, que é a barreira linguística mesmo que eu tenho”.

Estes excertos, que no nível individual não foram capazes de constituir uma hipótese, representavam um indicador das configurações da subjetividade social dos meios em que os sujeitos circulavam. Quando constituíam suas identidades em diferentes contextos, a linguagem aparentemente possuía um lugar nesse processo. Bruno falava “disruptivo”, e não “revolucionário” – considerada expressão da esquerda,

Alexandre dizia “classe trabalhadora”, e não “colaboradores”. No caso de Dante, que defendia uma visão lúdica do ME, as festas poderiam ser entendidas como um canal de comunicação que vincularia um dispositivo estético (LIZAMA, 2013) à mensagem, porque estimularia respostas afetivas (EAGLETON, 1993; VIGOTSKI, 1971) que envolveriam os estudantes. Com isso, a incorporação desse dispositivo seria uma prática social de um modelo orientado para o futuro (GONZÁLEZ REY, 2003), que não negaria o componente político-ideológico das suas ações.

O uso de expressões como capitalismo ou livre mercado, distribuição de renda ou redução de impostos, igualdade ou meritocracia, e cooperativismo ou empreendedorismo, por exemplo, parecem capazes de antecipar o discurso de um interlocutor. Para Vigotski ([s.d.]), a linguagem é um sistema simbólico que media as relações sociais, além de ser um fenômeno cultural que, ao ser internalizado pelas crianças, serve como instrumento para suas elaborações cognitivas. No entanto, a Teoria da Subjetividade trouxe novos elementos para essa perspectiva: por exemplo, se uma criança dissesse pepeta para se referir à chupeta, e se fizesse entender, ela teria sido capaz de modificar a realidade com a qual se relacionava. Segundo González Rey (2003), sentidos produzidos com o uso do pensamento criam novas opções de linguagem, e operações que modificam o seu sentido, criando alternativas diferentes para a realidade vivida.

A Teoria da Subjetividade não só rejeita a possibilidade de reduzir o homem à linguagem, como também reafirma o seu caráter histórico e cultural. Dessa forma, a inteligência prática (VIGOTSKI, [s.d]) de Danilo, com incipiente domínio do sistema simbólico compartilhado pelas lideranças estudantis, foi suficiente para que assumisse o protagonismo no CA de Engenharia Civil. Como é na unidade simbólico-emocional que a palavra adquire sentido, o domínio das “terminologias rebuscadas” acaba sendo secundário na resolução de problemas políticos, servindo mais para fortalecer a dimensão identitária de um ou outro grupo. Adjacente às identidades grupais, sentidos da dimensão ideológica, compartilhados na subjetividade social, também se imbricavam nas configurações subjetivas da participação política dos sujeitos.

Em sua segunda conversa grupal, Bruno disse: “[...] eu comecei na política antes da questão ideológica, muito mais por uma questão prática. Sempre gostei de resolver

coisas”. Em sua terceira conversação grupal, Dante afirmou: “[...] eu não posso ficar só no discurso ideológico de que o mundo tem que ser assim”. Já Guilherme disse em sua quarta conversação grupal: “[...] eu vejo muitas vezes as pessoas assumindo ideologia de uma maneira muito autoritária”. Em sua segunda conversação grupal Danilo disse, sobre o discurso marxista nas assembleias: “[...] pra mim, rebuscava muito uma ideia que poderia ser explicada de uma maneira mais simples”. Nessa mesma conversação, Alexandre afirmou que todos temos uma consciência: “[...] você tem uma formação ideológica, pode crer? Por exemplo, o público da Administração lá é um público que não sabe nem o que que é”.

Em sua segunda conversação grupal, Anderson minimizou a importância das ideologias: “[...] a doméstica, dentro da experiência dela, o que que é a luta dela? Eu vou te dizer que ela é alienada, que ela precisa conhecer o marxismo, o programa. Não é o programa que transforma, é o contato”. Essas narrativas sugeriam que as ideologias tinham pouca relevância, ou eram barreiras, para aproximar novos militantes. Alexandre, que qualificava as pessoas em categorias ideológicas, adotava uma postura gerencialista no protagonismo do ME em seu curso, e a importância que atribuía às ideologias parecia ter sido influenciada pelos sentidos subjetivos das suas relações familiares.

Nesta discussão sobre a organização geral e funcionamento da subjetividade da participação política no ME, e as formas que adotam no nível singular, defende-se que tal movimento é o resultado da articulação das subjetividades com os contextos de cada época, e o seu repertório de lutas, da relação dialética entre as gerais e as específicas. De modo geral, a pesquisa não encontrou indicadores de desconstrução identitária dos sujeitos. Suas narrativas expressavam a capacidade de reconfigurarem os sentidos constituintes das identidades que assumiam, em contextos específicos, estimulando suas adaptações.

A linguagem específica, que compartilhavam no contexto do ME, servia como um código simbólico que facilitava suas produções cotidianas, e as ideologias serviam para justificar o posicionamento político que adotavam. No entanto, as identidades grupais pareciam contribuir para a diferenciação e a fragmentação do ME, servindo como obstáculos para a construção de convergências. A linguagem era secundária

para a solução de problemas políticos, e obstaculizava a adesão de novos militantes ao movimento. As ideologias pareciam legitimar as estruturas de poder dos grupos que disputavam a representação estudantil, subordinando a elas quaisquer interpretações individuais da realidade.

Os partidos políticos podem, por um lado, garantir a continuidade das lutas políticas das organizações estudantis, e sua presença no ME pode ajudar a renovar os quadros partidários brasileiros. Por outro lado, eles podem aparelhar essas entidades, estimulando a reprodução de vícios da cultura política brasileira: distanciamento entre líderes e liderados, estruturas organizacionais verticais e a centralização das decisões no líder estudantil. Assim, nas formas que adotavam no nível singular, a organização geral e o funcionamento da subjetividade da participação política no ME era influenciado pelo viés republicano e representativo da cultura política compartilhada na subjetividade social brasileira. À subjetividade social se imbricavam sentidos, associados aos contextos históricos e sociais singulares, que se configuravam em suas participações políticas, e que são discutidos a seguir.

6.2 A CONFIGURAÇÃO DE SENTIDOS DA TRAJETÓRIA DOS SUJEITOS

Para a construção desta tese, o diálogo foi uma via privilegiada para ampliar o conhecimento sobre o modo como o contexto histórico e social dos sujeitos afetavam suas participações políticas, reafirmando o terceiro princípio da Epistemologia Qualitativa (GONZÁLEZ REY, 2003b). Nos diversos momentos da pesquisa, os sujeitos expressaram valores, significados e sentimentos associados a aspectos significativamente particulares, e que se imbricavam em sentidos capazes de influenciar suas militâncias. Neste item, tais sentidos foram organizados nas seguintes categorias: relações familiares, relações pessoais, a emocionalidade adjacente ao trabalho que realizavam, e representações teóricas associadas aos seus cursos.

As relações familiares pareciam afetar as representações e os significados adjacentes à (re)construção da participação política dos sujeitos. No caso de Bruno, o viés crítico das construções simbólicas dos políticos brasileiros parecia ter sido influenciado pelas conversas com a mãe, ainda em sua infância. Alexandre parecia interessado em reproduzir o compromisso do seu pai e dos seus avós com ideias à esquerda do

espectro político brasileiro; o apoio da família de Guilherme, e a militância passada de um tio que parecia admirar, estimulava o seu envolvimento com o DA; uma conversa com o pai pareceu ser relevante nas representações iniciais de Dante acerca do seu curso, e suas mudanças de casa pareciam estimular um compromisso com seu futuro profissional e independência financeira.

Danilo culpava os pais pelo seu medo de enfrentar ideias que não concordava, e pela escolha temerária do curso. A participação política de Anderson pareceu fortemente impactada pela paternidade inesperada. Em todos os casos, estava presente o sentido da família, compartilhado na subjetividade social, como fonte de apoio, inspiração, afeto, vivências e segurança – no caso de Danilo, a comparação da experiência vivida com esse sentido estimularia o conflito com seus pais.

Sentidos associados às relações pessoais, construídas em diferentes espaços, também pareciam se configurar na participação política dos sujeitos. Nas narrativas de Dante, as festas representavam espaços que estimulavam a construção das relações pessoais, necessárias para o ME em seu curso. Guilherme associava seu envolvimento com o ME às relações pessoais que estabelecia na Medicina. Danilo, que não reconhecia em si as características de um líder, estabelecia relações pessoais mais próximas com os colegas de curso. Alexandre, que criticava os militantes do ME que se alinhavam à direita do espectro político brasileiro, expressou um sentimento de admiração pela coragem de Bruno, com quem já havia estabelecido uma relação pessoal durante as conversações.

No caso de Bruno, que frequentava bares acompanhado de pessoas pertencentes ao mesmo grupo político que ele, os melhores amigos, e os maiores amores, vieram dessas relações. No caso de Anderson, que se filiou ao PSOL estimulado por afinidades pessoais, e que se afastou dele por não sentir mais essa afinidade, buscava estabelecer, em sua militância no CA, a mesma relação de confiança mútua que tinha com os amigos de infância.

Sentidos subjetivos, que se configuravam nas participações políticas analisadas nesta tese, mobilizavam sentimentos contraditórios entre si, ou em relação aos seus efeitos. Aqueles que constituíam o compromisso emocional dos sujeitos, com o trabalho no

ME, pareciam expressar suas trajetórias e características dos espaços nos quais militavam. No caso de Alexandre, por exemplo, sentimentos de pertencimento e rejeição eram mobilizados, e estimulavam o compromisso com o trabalho junto aos colegas que disputavam o DCE. No curso de Administração, sentimentos de isolamento e aceitação eram mobilizados, e serviam como punições, ou recompensas, que estimulavam o compromisso com o trabalho no CA. No caso de Bruno, sentimentos de apreço e irritação eram mobilizados, e serviam como fatores de unidade grupal que estimulavam o seu compromisso com o trabalho que realizava no MBL.

No caso de Guilherme, os sentimentos de autodeterminação e frustração eram mobilizados, e expressavam desejos que estimulavam seu compromisso com o trabalho de transformação que realizava no DA. No caso de Dante, os sentimentos de pertencimento e saudosismo eram mobilizados, e expressavam afetos que estimulavam o seu compromisso com o trabalho que realizava, ainda que em condições adversas, no CA. No caso de Danilo, os sentimentos de insegurança e medo eram mobilizados, e enfrenta-los servia como um desafio que estimulava o seu compromisso com o trabalho no ME. No caso de Anderson, os sentimentos de orgulho e respeito eram mobilizados, e expressavam uma dialética que estimulava o compromisso com o trabalho que realizava em seu curso.

Entre os sujeitos, representações teóricas associadas aos sentidos subjetivos dos cursos que faziam eram recorrentes nas narrativas, e pareciam servir como ferramentas que facilitavam a interpretação do mundo. Alexandre, que estudava Administração, se referia aos colegas de curso como o seu público, e queria ser reconhecido pelos resultados que obtinha; Bruno, que estudava Direito, se propunha a defender aquilo que ninguém mais queria; Guilherme, que estudava Medicina, um curso que considerava “franciscano”, procurava conversar com as pessoas e ajudá-las; Dante, que estudava Arquitetura, orientava sua ação à mobilização dos colegas para ocupar os espaços; Danilo, que estudava Engenharia Civil, onde níveis muito baixos de incerteza são admitidos, não se sentia seguro para decidir com base em informações incompletas; e Anderson, que estudava Ciências Sociais, mencionou abordagens não marxistas que ofereciam respostas aos problemas sociais.

Sentidos subjetivos dos cursos dos sujeitos, ao se configurarem na participação política, produziam novos sentidos que expressavam suas realidades com representações teóricas associadas às áreas de conhecimento que se vinculavam. Segundo González Rey (2005, p. 162-163), “o sujeito define-se, entre outras coisas, pela sua capacidade de construir e de elaborar sua experiência, qualidade essa que lhe permite construir e defender seu espaço subjetivo singular ante as infinitas pressões simbólicas que configuram seus espaços sociais”. Assim, a elaboração de cada sujeito poderia ser entendida como uma afirmação do seu próprio espaço no grupo de pesquisa, pelo domínio de teorias que orientavam a sua interpretação da realidade, ante as pressões simbólicas dos colegas da pesquisa. E há indicadores de que esse comportamento se repita em outros espaços, nos quais os sujeitos transitem, ou ainda, em relação a fenômenos não políticos.

A análise dos sentidos subjetivos, associados aos contextos históricos e sociais cada sujeito e que se configuravam em suas participações políticas, sugere as relações familiares como fonte de apoio, afeto, vivência e segurança, e as relações pessoais como fonte de reconhecimento, posicionamento e aceitação. O compromisso emocional, com o trabalho que realizavam, mobilizava sentimentos contraditórios, e que expressavam trajetórias individuais e características dos espaços de participação. Representações teóricas, associadas aos seus cursos, serviam como instrumento de interpretação das suas realidades. Esses sentidos se imbricavam às formas singulares, que o mecanismo geral de organização e funcionamento da subjetividade, adotava nessas participações.

Por fim, defendo a tese de que sentidos subjetivos configurados na trajetória de cada sujeito – das relações familiares, pessoais e de suas áreas de estudo – estimulavam o envolvimento inicial de cada um, o protagonismo em seus espaços de militância e a (re)construção simbólica que cada um fazia da realidade à sua volta. Já os sentidos compartilhados na subjetividade social dos meios em que circulavam – das identidades grupais, das linguagens e das ideologias – estimulavam a diferenciação e a fragmentação do ME, serviam como obstáculos para o envolvimento de novos militantes e legitimavam as estruturas de poder que disputavam a representação estudantil. Os desdobramentos desta tese são discutidos nas considerações finais feitas a seguir.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta tese é analisar as configurações subjetivas da participação política de militantes do ME nas organizações estudantis da UFES. Esse objetivo foi definido no primeiro capítulo, junto com o problema e sua contextualização, a lacuna que pretendeu preencher na literatura, os objetivos secundários e a sua relevância. O segundo capítulo foi dedicado à revisão da literatura sobre a perspectiva teórica que fundamenta esta tese: a Teoria da Subjetividade. O terceiro capítulo relatou a revisão da literatura sobre o ME no mundo e no Brasil, abordando sua história e seu momento atual, e justificou o uso da Teoria da Subjetividade para discutir a participação política.

Para contribuir com a Teoria da Subjetividade, o terceiro capítulo propõe que a participação política no ME é uma ação social, legal ou não, que se configura subjetivamente no âmbito das organizações estudantis, e que produz efeitos, planejados ou não, em diversos aspectos das dimensões individual e social da vida dos estudantes. Ela expressa diferentes momentos das relações sociais, inclusive familiares e pessoais, e das necessidades que surgem nelas. No quarto capítulo, discutiu-se a perspectiva epistemológica, a metodologia e os procedimentos adotados na realização da pesquisa.

O quinto capítulo discutiu o contexto social e institucional em que a pesquisa foi desenvolvida: a UFES, o perfil socioeconômico dos estudantes das universidades federais na Região Sudeste brasileira, a história e a estrutura do DCE/UFES, CA's e DA's, suas ações e resultados. Ainda neste capítulo, foram analisadas as configurações subjetivas da participação política de Alexandre, Bruno, Guilherme, Dante, Danilo e Anderson. O sexto capítulo dedicou-se a resgatar essas configurações, com foco no alcance dos objetivos secundários, e confronta-las com a literatura discutida no segundo e terceiro capítulos.

O problema de pesquisa desta tese foi: quais são as configurações subjetivas da participação política de militantes do ME na UFES? São elas: o Gestor do CA, o Advogado do Diabo, o Líder Franciscano, o Ocupante dos Espaços, o Averso à Incerteza e o Pai Militante. A partir delas, defendo a tese de que sentidos subjetivos configurados na trajetória de cada sujeito – das relações familiares, pessoais e de

suas áreas de estudo – estimulavam o envolvimento inicial de cada um, o protagonismo em seus espaços de militância e a (re)construção simbólica que cada um fazia da realidade à sua volta. Já os sentidos compartilhados na subjetividade social dos meios em que circulavam – das identidades grupais, das linguagens e das ideologias – estimulavam a diferenciação e a fragmentação do ME, serviam como obstáculos para o envolvimento de novos militantes e legitimavam as estruturas de poder que disputavam a representação estudantil.

Sentidos subjetivos das ideologias, compartilhados na subjetividade social, estimulavam as organizações estudantis a adotarem estruturas verticais. Ao se configurarem na participação política dos sujeitos em situações de reação a interesses divergentes, as ideologias justificavam os posicionamentos que adotavam, enquanto nas situações de protagonismo, eram substituídas por representações teóricas associadas aos sentidos subjetivos dos seus cursos. Linguagem e ideologias se imbricavam para reforçar as singularidades grupais, aumentando as exigências sobre as identidades individuais que os sujeitos construíaam ao se integrarem. Por seu controle complexo, as relações familiares e pessoais eram ignoradas pelas organizações que os envolviam. Elaboraões teóricas diferenciadas, associadas aos seus cursos, poderiam ameaçar as ideologias que sustentam os discursos dominantes nos meios sociais que circulavam.

Neste ponto, cabe uma reflexão sobre a polarização entre esquerda e direita no Brasil – um aspecto colateral que contribui para o campo de estudo da participação política. O reconhecimento do próprio espaço de pertencimento é um processo plurideterminado, de identificação e de hierarquização do pensamento, que contrapõe indivíduo e sociedade. Ao se posicionar em um desses polos, o sujeito privilegia inumeráveis aspectos pessoais – como valores, paixões, fantasias e interesses, por exemplo – em detrimento de outros tantos configurados em sua trajetória. O espaço político dividido em apenas dois campos exige que o cidadão atribua pouca relevância a mais desses aspectos pessoais em seu processo de identificação.

Esta tese ressalta a importância dos sentidos que os sujeitos atribuíam à atitude da família e dos amigos, em relação às suas participações políticas, e dá visibilidade à influência dos sentidos dos seus cursos nas interpretações das realidades com as

quais se deparavam. Ela contribui para os cursos de graduação das universidades brasileiras, para o ME, para a literatura sobre o ME, para os partidos políticos, para os estudos organizacionais, para a metodologia qualitativa e para a Teoria da Subjetividade. Para os cursos de graduação das universidades brasileiras, por dar visibilidade à influência das representações teóricas, que acompanharão os estudantes em seu futuro profissional, na interpretação da realidade e definição dos seus posicionamentos. Propõe-se que, em suas estruturas curriculares, os cursos de graduação contemplem as inter-relações entre sua área de conhecimento e a política.

Para o ME, sugere-se a adoção de uma linguagem mais acessível em seus fóruns, e de uma visão mais lúdica que estimule o estabelecimento de relações pessoais capazes de envolver os estudantes. Propõe-se ainda, a sustentação teórica dos debates, envolvendo representações de diversas áreas do conhecimento, em detrimento de uma perspectiva ideológica que enfatiza as diferenças e divide o movimento. Esta tese contribui para a literatura sobre o ME, por concebe-lo como resultado da articulação dos sentidos subjetivos, dos agentes que se propõem a interpretá-lo, com os contextos de cada época. Outra contribuição está na pouca relevância dos sentidos compartilhados na subjetividade social, em detrimento daqueles configurados na trajetória dos sujeitos, para o envolvimento, o pertencimento e o protagonismo. No caso da literatura que discute o ME brasileiro, contribui para o entendimento da influência da cultura política do País, centralizadora e representativa, na definição das suas estruturas e liderança política.

Para os partidos políticos, esta tese propõe que seus dirigentes se exponham ao risco de alçar militantes do ME, alheios aos seus quadros, aos cargos de representação estudantil. Poderiam, assim, aproximá-los e agregar novas ideias. Para os estudos organizacionais, ela se contrapõe à construção discursiva do envolvimento organizacional atrelado ao êxito econômico, com seus contornos definidos *a priori*. Contribui ainda, para a construção da imagem do líder ideal de uma organização estudantil que, para os sujeitos, teria ação justa e superado os obstáculos da sua trajetória. Ele seria competente em incitar para a participação, dominar informações, enfrentar, comunicar, seria autoconfiante e confiaria em seus liderados. Para a emergência desse líder, o ME brasileiro e suas organizações devem adotar estruturas verticais.

Para a metodologia qualitativa, esta tese propõe o conflito de ideais como critério de seleção dos sujeitos. Seus distintos posicionamentos, em relação ao ME, estimularam um envolvimento inicial, mas, com o seu desenrolar, uma multiplicidade de aspectos singulares pareceu ser mais relevante, nesse processo, do que os pontos de desacordo. Para essa metodologia, a tese sugere ainda cautela, durante as conversações, ao pedir objetividade aos sujeitos. Certas narrativas foram abandonadas por eles porque, possivelmente, não eram relevantes ao foco da pesquisa em suas intencionalidades conscientes. Para a Teoria da Subjetividade ela sugere que, na participação política dos sujeitos, a linguagem servia mais como código simbólico que fortalecia as identidades grupais, mas acabava sendo secundária na resolução de problemas políticos, e servia como obstáculo para a integração de novos militantes.

A limitação desta tese é que apenas homens participaram de todos os seus momentos, e que nenhum dos sujeitos era filiado a um partido político. Apesar dos meus esforços para garantir um maior envolvimento, dos sujeitos que participaram de pelo menos uma conversação grupal, e abandonaram a pesquisa, quatro eram mulheres, não havendo uma razão comum que explicasse o abandono que protagonizaram. Conseqüentemente, a especificidade que o caráter geral do funcionamento da subjetividade, da participação política no ME, adota no nível singular das mulheres e dos filiados, não se tornou visível nesta tese. Apesar dessas limitações, dei continuidade às conversações com os sujeitos da pesquisa que participaram de todos os seus momentos

Em estudos futuros, sobre a subjetividade da participação política de militantes do ME, o envolvimento de mulheres, e de filiados a partidos políticos, poderá contribuir com novos achados sobre o engajamento associado a essas condições sociais diferenciadas. De forma geral, a perspectiva adotada nesta tese pode ser útil para analisar o envolvimento de sujeitos que militam em outros movimentos sociais. Por fim, seria uma imprecisão dizer que esta tese é resultado de quatro anos de pesquisa e trabalho de campo. Ela é resultado da minha trajetória de vida, e expressa o meu compromisso com a luta social a qual me dediquei por 18 anos.

8 REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. [S.l.: s.n], 1947. Disponível em: <<https://goo.gl/TDBXNb>>. Acesso em: 14 ago.2018.

AGUIRRE, F.; AGUSTÍN, O. G. Más allá del malestar. Una hipótesis sociológica sobre el significado político del movimiento estudiantil chileno. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 53, p. 147-162, 2015.

ALMADA, P. A cultura política de 68: reflexões sobre a resistência estudantil em Brasil e Portugal. **Mediações**, v. 21, n. 2, p. 123-143, 2016.

ALMEIDA, P.; MITJÁNS MARTÍNEZ, A. As pesquisas sobre aprendizagem em museus: uma análise sob a ótica dos estudos da subjetividade na perspectiva histórico-cultural. **Ciência & Educação**, v. 20, n. 3, p. 721-737, 2014.

ANDIFES. **Perfil dos estudantes de graduação das IFES**. [S.l.:s.n.], 1994. Disponível em: <<https://goo.gl/xZ4yXT>>. Acesso em: 24 jun.2018.

ANDIFES. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior: Relatório Final da Pesquisa**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Brasília: FONAPRACE, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/fwtuF4>>. Acesso em: 24 jun.2018.

ANDIFES. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Brasília: FONAPRACE, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/hmeGJL>>. Acesso em 24 jun.2018.

ANDIFES. **IV pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. Uberlândia: FONAPRACE, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/W5SZ5L>>. Acesso em: 24 jun.2018.

ANDIFES. **V pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) das IFES – 2018**. Brasília: FONAPRACE, 2018. Disponível em: <<http://encurtador.com.br/kDL03>>. Acesso em: 07 mar.2020.

ANDIFES. **Sudeste**. 2020. Disponível em: <<https://goo.gl/oEpd5D>>. Acesso em: 21 mai.2020.

AQUINO, S. O feminismo toma o Chile. **#Carta**, 07 junho 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/ExaU6s>>. Acesso em: 26 jun.2018.

ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE**, v. 2, n. 2, p. 4-13, 2002.

AROCH-FUGELLIE, P. Leverage: artistic interventions of the Mexican student movement. **Journal of Latin American Cultural Studies**, v. 22, n. 4, p. 353-373, 2013.

ARREDONDO, C. P. La representación visual del movimiento estudiantil chileno en la prensa establecida y alternativa nacional: un análisis multimodal. **Revista Austral de Ciencias Sociales**, v. 2016, n. 30, p. 5-26, 2016.

ATHAYDES, R. G. O movimento estudantil na UFES na visão do DOPS/ES (1975-1986). In.: V Encontro Internacional UFES/Université Paris-Est: Seres vivos: representações, narrativas e história, 5., 2015. Vitória. **Anais do V Encontro Internacional UFES/ Université Paris-Est**. Vitória: Laboratório de História, poder e linguagens, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/EF21nc>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

BACALLAO-PINO, L. M. Redes sociales, acción colectiva y elecciones: los usos de Facebook por el movimiento estudiantil chileno durante la campaña electoral de 2013. **Palabra Clave**, v. 19, n. 3, p. 810-837, 2016.

BARRIGA, V. M.; LABRAÑA, C. M.; VERDEJO, M. I. P. Estrategias y recursos empleados por el movimiento estudiantil en el 2011. **Universum**, v. 32, n. 1, p. 137-157, 2017.

BEER, M. The transformation of the Human Resource function: resolving the tension between a traditional administrative and a new strategic role. **Human Resource Management**, v. 36, n. 1, p. 49-56, 1997. Disponível em: <https://goo.gl/6ks8hk>>. Acesso em: 14 ago.2018.

BELLEI, C.; CABALIN, C. Chilean student movements: sustained struggle to transform a market-oriented educational system. **Current Issues in Comparative Education**, v. 15, n. 2, p. 108–23, 2013.

BELLEI, C.; CABALIN, C.; ORELLANA, V. The 2011 Chilean student movement against neoliberal educational policies. **Studies in Higher Education**, v. 39, n. 3, p. 426-440, 2014.

BITTAR, M.; BITTAR, M. Os movimentos estudantis na história da educação e a luta pela democratização da universidade brasileira. **Eccos Revista Científica**, n. 34, p. 143-159, 2014.

BLANCO, P. T. Malas relaciones: prensa y movimiento estudiantil universitario en Chile a fines de la dictadura e inicios de la transición democrática (c. 1988 - c. 1998). **História da Educação**, v. 22, n. 54, p. 135-153, 2018.

BONVILLANI, A. Hacia la construcción de la categoría subjetividad política: una posible caja de herramientas y algunas líneas de significación emergentes. In: ECHANDÍA, C. P.; GÓMEZ, A. D.; VOMMARO, P. (Org.). **Subjetividades políticas: desafíos y debates latino-americanos**. Cap. 11, p. 191-202. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/FYhHgo>>. Acesso em: 23 fev.2018.

BORDENAVE, J. E. D., **O que é participação**, 8ª ed., Ed. Brasiliense, São Paulo: 2007.

BORGO, I. A. **UFES: 40 anos de história**. 2 ed. Vitória: EDUFES, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/DrujhZ>>. Acesso em: 14 dez.2017.

BRAGGIO, A. K.; FIUZA, A. F. O movimento estudantil paranaense e as experiências do exílio no Cone Sul. **Espaço Plural**, n. 27, p. 68-83, 2012.

BRAGGIO, A. K.; FIUZA, A. F. Movimento estudantil, reforma educacional e vigilância do estado: estudantes paranaenses fichados pelo DOPS, 1961-1964. **Revista de História Regional**, v. 18, n. 1, p. 103-124, 2013.

BRAGHINI, K. Z.; CAMESKI, A. S. “Estudantes democráticos”: a atuação do movimento estudantil de “direita” nos anos 1960. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 136, p. 945-962, 2015.

BRAVO, O. A. Producción de sentidos subjetivos y prácticas burocráticas: análisis de la película La vida de los otros. **Pensando Psicología**, n. 11, v. 18, p. 185-193, 2015.

BURREL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**, v. 1, p. 439-462. São Paulo: Atlas, 1999.

CABALIN, C. Neoliberal education and student movements in Chile: inequalities and Malaise. **Policy Futures in Education**, v. 10, n. 2, p. 219-228, 2012.

CABALIN, C. Online and mobilized students: the use of Facebook in the Chilean student protests. **Comunicar**, v. 22, n. 43, p. 25-33, 2014.

CABALIN, C. The conservative response to the 2011 chilean student movement: neoliberal education and media. **Discourse**, v. 35, n. 4, p. 485-498, 2014b.

CALIFA, J. S. La socialización política estudiantil en la Argentina de los sesenta. La Universidad de Buenos Aires. **Perfiles Educativos**, v. 36, n. 146, p. 98-113, 2014.

CAMPOLINA, L. O.; MITJÁNS MARTÍNEZ, A. The configuration of social subjectivity in an innovative educational institution in Brazil. **International Research in Early Childhood Education**, v. 7, n. 1, p. 182-200, 2016.

CANCIAN, R. Juventude e participação política: considerações sobre a militância estudantil nos anos 1970. **Lutas Sociais**, v. 18, n. 32, p. 203-215, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/eDSbGn>>. Acesso em: 18 dez.2017.

CÁRDENAS, C.; PÉREZ, C. Representación mediática de la acción de protesta juvenil: la capucha como metáfora. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 15, n. 2, p. 1067-1084, 2017.

CARRILLO-LINARES, A.; CARDINA, M. Contra el estado novo y el nuevo estado. El movimiento estudiantil ibérico antifascista. **Hispania Revista Espanola de Historia**, v. 72, n. 242, p. 639-668, 2012.

CASTANHO, M. I. S.; SCOZ, B. J. L. Subjetividade, ensino e aprendizagem: aproximação histórico-cultural em trabalhos acadêmicos. **Psicologia em Estudo**, v. 18, n. 3, p. 487-496, 2013.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, L. R. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de sociologia e política**, v. 16, n. 30, p. 253-268, 2008.

CINI, L.; GUZMÁN-CONCHA, C. Student movements in the age of austerity. The cases of Chile and England. **Social Movement Studies**, p. 1-6, 2017.

COMISSÃO de investigação sobre repressão na Nicarágua é "ilegítima", afirmam estudantes. **RTP Notícias**, 09 maio 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/q8poVb>>. Acesso em: 26 jun.2018.

COSTA, J. M.; GOULART, D. M. A saúde humana como produção subjetiva: aproximando clínica e cultura. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 240-242, 2015.

CRUZ, J. V. **Da autonomia à resistência democrática**: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985. 2012. 526 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/kGXfXj>>. Acesso em: 14 ago.2017.

D'AVIGDOR, L. Participatory democracy and new left student movements: the University of Sydney, 1973-1979. **Australian Journal of Politics and History**, v. 61, n. 2, p. 233-247, 2015.

DI CICCIO, D. T. The Public Nuisance Paradigm: Changes in Mass Media Coverage of Political Protest since the 1960s. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 87, n. 1, p. 135-153, 2010.

DICIONÁRIO do ME. c2018. Disponível em: <<https://goo.gl/Bg1MbQ>>. Acesso em: 12 fev.2018.

EAGLETON, T. **A ideologia da estética**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ENTIDADES de base, 2020. Disponível em: <<https://goo.gl/MFNLQw>>. Acesso em: 28 fev.2020.

ESTATUTO do DCE, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/NHBT8J>>. Acesso em: 27 fev.2018.

FARIA, J. H. A organização científica do trabalho: o enfoque clássico. In: J. H. FARIA. **Economia política do poder**: uma crítica da teoria geral da administração. Cap. 6, p. 27-64. Curitiba: Juruá, 2004.

FERES JUNIOR, J.; SASSARA, L. O. O terceiro turno de Dilma Rousseff. **Saúde Debate**, v. 40, p. 176-185, 2016.

FERNÁNDEZ, E. C. Enseñando ciudadanía en medio del conflicto: profesores de historia y movilizaciones estudiantiles en Chile. **Revista Mexicana de Investigacion Educativa**, v. 20, n. 67, p. 1311-1334, 2015.

FERREIRA, J. M.; NOGUEIRA, E. E. S. Mulheres e suas histórias: razão, sensibilidade e subjetividade no empreendedorismo feminino. **RAC**, v. 17, n. 1, p. 398-417, 2013.

FIGUEROA-GRENETT, C. La acción política de niños, niñas y jóvenes en Chile: cuerpos, performatividad y producción de subjetividad. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales: Niñez y Juventud**, v. 16, n. 1, p. 199-212, 2018.

FILHO, C. R. F. **Partido Operário Comunista (POC): história e memória de uma organização marxista-leninista (1968-1971)**. 2016. 254 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/5J3sAL>>. Acesso em: 14.ago.2017.

FISCHER, B. T. D.; CERUTTI, M. F. Comissão Especial de Investigação Sumária: uma estratégia política nada sutil (Brasil, golpe civil-militar/1964). **Conjectura**, v. 17, n. 2, p. 145-165, 2012.

FLEET, N.; GUZMÁN-CONCHA, C. Mass Higher Education and the 2011 student movement in Chile: material and ideological implications. **Bulletin of Latin American Research**, v. 36, n. 2, p. 160–176, 2017.

GÓMEZ, L. E. 1968. Demografía y movimientos estudiantiles. **Papeles de Poblacion**, v. 21, n. 85, p. 251-291, 2015.

GÓMEZ-AGUDELO, J. W. Acontecimiento y escucha: revisión de estúdios sobre “el estudiante caído” y los movimientos estudiantiles en Colombia. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales: Niñez y Juventud**, v. 16, n. 1, p. 71-87, 2018.

GONÇALVES, D. P.; CARRA, P. R. A. FEUPA: uma revista produzida pela Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre (RS, 1945/46). **História da educação**, v. 17, n. 40, p. 221-250, 2013.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Sujeito e subjetividade**: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Epistemología cualitativa y subjetividad**. São Paulo: EDUC, 2003b.

GONZÁLEZ REY, F. L. **O social na psicologia e a psicologia no social**: a emergência do sujeito. Petrópolis: Vozes, 2004.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade** – os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

GONZÁLEZ REY, F. L.; MITJÁNS MARTÍNEZ, A. **Subjetividade**: teoria, epistemologia e método. Campinas: Editora Alínea, 2017.

GONZÁLEZ REY, F. L.; TORRES, J. F. P. La Epistemología Cualitativa y el estudio de la subjetividad en una perspectiva cultural-histórica. Conversación com Fernando González Rey. **Revista de Estudios Sociales**, n. 60, p. 120-127, 2017.

GUZMÁN-CONCHA, C. The Students Rebellion in Chile: Occupy Protest or Classic Social Movement? **Social Movement Studies**, v. 11, n. 3-4, p. 408-415, 2012.

IVANCHEVA, M. The discreet charm of university autonomy: conflicting legacies in the venezuelan student movements. **Bulletin of Latin American Research**, v. 36, n. 2, p. 177-191, 2017.

LARA, C. P.; MIRANDA, N. Redes de confianza online y flash mobs: movilizados por la educación. **Observatorio**, v. 10, p. 161-175, 2016.

LARRABURE, M.; TORCHIA, C. The 2011 Chilean student movement and the struggle for a new left. **Latin American Perspectives**, v. 42, n. 5, p. 248-268, 2015.

LEBRÓN, M. Carpeteo redux: surveillance and subversion against the Puerto Rican Student Movement. **Radical History Review**, v. 128, p. 147-172, 2017.

LIZAMA, P. R. Análisis crítico de la representación informativa de Camila Vallejo y el Movimiento Estudiantil chileno 2011 en el diario Las Últimas Noticias. **Estudios Sobre el Mensaje Periodístico**, v. 19, n. 2, p. 871-888, 2013.

MANGIANTINI, M. PRT – La Verdad and the argentine student movement. Toward to the analysis of the strategies of insertion and tensions (1968-1972). **Izquierdas**, v. 23, p. 81-101, 2015.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <<http://encurtador.com.br/v1345>>. Acesso em: 13 mar.2020.

MATOS, S. S.; HOBOLD, M. S. Constituição de sentidos subjetivos do processo ensino e aprendizagem no Ensino Superior. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 2, p. 299-307, 2015.

MEIRA, E. F.; PALASSI, M. P.; SILVA, A. R. L.; FANTINEL, L. D. Implicações emocionais na participação política de dirigentes do PSDB/ES. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 3, p. 640-649, 2015.

MEIRA, E. F.; PALASSI, M. P.; SILVA, A. R. L. Configurações subjetivas da participação política de dirigentes do PSDB/ES. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 278-287, 2016.

MENDES JUNIOR, A. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. Disponível em: <<https://goo.gl/FMv2nc>>. Acesso em: 18 dez.2017.

MESQUITA, M. R.; OLIVEIRA, A. C. M. Juventudes, movimentos e culturas: A participação política de jovens na cidade de Maceió. **Estudos de psicologia**, v. 18, n. 2, p. 379-387, 2013.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

NEIRA, C. C. Representación online del movimiento estudiantil chileno: Reapropiación de noticias en Facebook. **Estudios Filológicos**, n. 58, p. 25-49, 2016.

NEIRA, C. C.; ULLOA, L. C. Estudiantes Informados: gestión contra-informativa de los jóvenes chilenos en Facebook. **Observatorio**, p. 42-60, 2017.

O'HALLORAN, P. Contested space and citizenship in Grahamstown, South Africa. **Journal of Asian and African Studies**, v. 53, n. 1, p. 20-33, 2018.

OLIVEIRA, A. B.; RODRIGUES, R. S.; BLATTMANN, U.; PINTO, A. L. Comparação entre o QUALIS/CAPES e os índices H e G: o caso do Portal de Periódicos UFSC. **Informação & Informação**, v. 20, n. 1, p. 70-91, 2015.

OLIVEIRA, I.; HERMONT, C. Juventudes e Participação Política. In: CORREA, L. M.; ALVES, M. Z.; MAIA, C. L. (Orgs.). **Cadernos temáticos: juventude brasileira e Ensino Médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 11-33. Disponível em: <<https://goo.gl/5xrw27>>. Acesso em: 18 dez.2017.

OLIVEIRA, V. F. R. Contribuições da participação no movimento estudantil na formação de professores de educação física. In: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 8., 2017. São Luis. **Anais da VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luis: Universidade Federal do Maranhão, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/mnvqF6>>. Acesso em: 18 dez.2017.

PAES, K. D.; DELLAGNELO, E. H. L. O Sujeito na Epistemologia Lacaniana e sua implicação para os Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 3, p. 530-546, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/iqahz8>. Acesso em: 13 ago.2018.

PAES DE PAULA, A. P.; PALASSI, M. P. Subjetividade e simbolismo nos estudos organizacionais: um enfoque histórico-cultural. In: CARRIERI, A. P.; SARAIVA, L. A. S. (Orgs.). **Simbolismo organizacional no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 199-228.

PALMA, M. G.; JAEGER, F. P. Um encontro com o movimento estudantil: cartografando frutos de luta. **Diálogo**, n. 24, p. 73-84, 2013.

PATIÑO, J. F.; GOULART, D. M. Qualitative Epistemology: A scientific platform for the study of subjectivity from a cultural-historical approach. **International Research in Early Childhood Education**, v. 7, n. 1, p. 161-181, 2016.

PELLICCIOTTA, M. M. B. **Liberdade... e luta**. Considerações sobre uma trajetória política (anos 1970). 2012. 511f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/j8nSjL>>. Acesso em: 14 ago.2017.

PEÑA, P.; RODRÍGUEZ, R.; SÁEZ, C. Movimiento estudiantil en Chile, aprendizaje situado y activismo digital. Compromiso, cambio social y usos tecnológicos adolescents. **OBETS – Revista de Ciencias Sociales**, v. 11, n. 1, p. 287-310, 2016.

PETERSON, A. Wounds that never heal: on Anselm Kiefer and the moral innocence of the West German student movements and the West German new left. **Cultural Sociology**, v. 6, n. 3, p. 367-385, 2012.

PINHEIRO, C. M. P.; BARTH, M.; SCHMIDT, S.; SCHREIBER, D. Mapeamento de conhecimento na plataforma Scopus: um estudo sobre a indústria criativa. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 13, n. 2, p. 329-342, 2015.

PINTO, A. L.; FAUSTO, S. Revistas internacionais para a área de Ciência da Informação: outra visão além do sistema QUALIS/CAPES. **Informação & Informação**, v. 17, n. 3, p. 23-48, 2012.

PITTS, B. “O sangue da mocidade está correndo”: a classe política e seus filhos enfrentam os militares em 1968. **Revista Brasileira de História**, v. 34, n. 67, p. 39-65, 2014.

POLANCO, M. M.; JARA, H. R.; GALLARDO, R. R. Condiciones orgánicas y correlaciones de fuerza del movimiento estudiantil chileno. Una aproximación desde la Confech (2011-2015). **Izquierdas**, v. 27, p. 124-160, 2016.

POUSADELA, I. M. Protest and proposal, participation and representation: the Chilean student movement, 2011-12. **Development in Practice**, v. 23, n. 5-6, p. 685-700, 2013.

PUSEY, A.; SEALEY-HUGGINS, L. Transforming the university: beyond students and cuts. **ACME**, v. 12, n. 3, p. 443-458, 2013.

QUADROS, E. G. Sem lenço, sem documento e com uma Bíblia nas mãos: o movimento estudantil evangélico nos anos sessenta. **Horizonte**, v. 10, n. 26, p. 385-398, 2012.

RAMOS, A. G. Modelos de homem e teoria administrativa. **Revista de Administração Pública**, v. 18, n. 2, p. 3-12, 1984. Disponível em: <<https://goo.gl/NUEQHS>>. Acesso em: 14 ago.2018.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. 2. Ed. São Paulo: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1989. Disponível em: <https://goo.gl/PwvSbg>. Acesso em: 14 ago.2018.

RANCIÈRE, J. **Política, policia, democracia**. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2006.

REINPRECHT, A. Between Europe and the past – collective identification and diffusion of student contention to and from Serbia. **Europe-Asia Studies**, v. 69, n. 9, p. 1362-1382, 2017.

RHEINGANS, R.; HOLLANDS, R. There is no alternative?: challenging dominant understandings of youth politics in late modernity through a case study of the 2010 UK student occupation movement. **Journal of Youth Studies**, v. 16, n. 4, p. 546-564, 2013.

RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação**, v. 19, n. 3, p. 723-747, 2014.

ROBERTS, K. Youth mobilisations and political generations: young activists in political change movements during and since the twentieth century. **Journal of Youth Studies**, v. 18, n. 8, p. 950-966, 2015.

ROBINSON, B. The party's not over: Network politics and the 2010-11 UK student movement. **ACME**, v. 12, n. 3, p. 431-442, 2013.

RODRIGO, T. Coletivo audiovisual lança curta e documentário sobre temáticas LGBTI em Belém. **G1 Pará**, 12 dezembro 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/hiccAy>>. Acesso em: 26 jun.2018.

RODRIGUES, P. A.; GUGLIANO, A. A. Processos de participação e representação no movimento estudantil brasileiro (2002-2012). **Juris**, v. 27, n. 2, p. 87-118, 2017.

RODRIGUEZ-AMAT, J. R.; JEFFER, B. Student protests. Three periods of university governance. **TripleC**, v. 15, n. 2, p. 524-539, 2017.

ROMO, A. D. El movimiento estudiantil mexicano de 1968 en clave latinoamericana: aproximación a las nociones de educación y transformación social. **Historia Crítica**, n. 63, p. 137-157, 2017.

ROSSATO, M. MITJÁNS MARTÍNEZ, A. Desenvolvimento da subjetividade: análise de histórias de superação das dificuldades de aprendizagem. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17, n. 2, p. 289-298, 2013.

SABUCEDO, J. M. C. **Psicologia Política**. Madrid: Editorial Síntesis, S.A, 1996.

SANTANA, F. A. **Movimento Estudantil e ensino superior no Brasil**: a reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60. 2014. 348 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social,

Universidade São Paulo, São Paulo. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/DS2Xkt>>. Acesso em: 14 ago.2017.

SANTOS, A. S.; SANTOS, J. V.; OLIVEIRA, W. J. F. Jovens e militantes: movimento estudantil universitário, juventudes partidárias, e “improvisação” como forma de ação coletiva. In: 39º Encontro Anual da Anpocs, 39., 2015. Caxambu. **Anais do 39º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu: ANPOCS, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/95gCz1>>. Acesso em: 18 dez.2017.

SANTOS, E. L.; SANTOS, R. S.; BRAGA, V. Administração do Desenvolvimento na perspectiva Guerreirista: conceitos, contribuições e implicações. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 13, n. 3, p. 462-477, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/1G6gpy>. Acesso em: 13 ago.2018.

SARTORI, R. B.; LIZAMA, P. R.; GUARDA, S. M. La cobertura regional del movimiento estudiantil chileno 2011: prensa impresa y prensa digital em La Región de Los Ríos (Chile). **Estudios Sobre el Mensaje Periodístico**, v. 21, n. 2, p. 723-740, 2015.

SCOZ, B. J. L. **Identidade e subjetividade de professoras/es**: sentidos do aprender e do ensinar. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

SCOZ, B. J. L.; RODRIGUES, V. N. S. Aula de história: subjetividade e memória na aprendizagem de alunos. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 1, p. 79-86, 2015.

SEIDL, E. Notas sobre o ativismo juvenil, capital militante e intervenção política. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, p. 63-78, 2014.

SILVA, A. C. M. **Os bastidores da sociedade civil**: oportunidades políticas e estruturas de mobilização na construção de redes de defesa dos direitos humanos. 2015. 305 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/zxxJ6a>>. Acesso em: 14 ago.2017.

SILVA, C. F. S.; CASTRO, L. R. L'action politique des jeunes étudiants au Brésil aujourd'hui: le présage de la fin d'une époque? **Brésil(s): sciences humaines et sociales**, v. 7, p. 39-58, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/LJgmkp>>. Acesso em: 23 jan.2018.

SILVA, D. C. **Entre copos, conversas e canções**: um estilo “boêmio” de viver a cidade. 2012. 220 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/fjmTs8>>. Acesso em: 14 ago.2017.

SILVA, K. A. T.; CAPPELLE, M. C. A. A Teoria da Subjetividade e a Epistemologia Qualitativa de Gonzalez Rey como possibilidade Teórico-Metodológica nos Estudos de Administração. In: IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, 4., 2013. Brasília. **Anais do IV encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**. Brasília: Anpad, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/31qCbH>>. Acesso em: 23 ago.2018.

SILVEIRA, R. Z. A subjetividade nos Estudos Organizacionais: enfoques, senso comum, complexidades, superações.... In: VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, 6., 2017. Florianópolis. **Anais do VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**. Florianópolis: Rede ORD, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/6CfdSS>>. Acesso em: 23 ago.2018.

SILVEIRA, R. Z.; PALASSI, M. P.; SILVA, A. R. L. E a ponta fica excluída: desafios à participação do servidor na administração pública. **Organizações & Democracia**, v. 14, n. 2, p. 51-72, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/i8xSvj>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

SIMBUERGER, E.; NEARY, M. Free education! A “live” report on the Chilean student movement 2011-2014 - Reform or revolution? **Journal for Critical Education Policy Studies**, v. 13, n. 2, p. 150-196, 2015.

SOLÍS, R. G.; ANDRADES, C. V.; REBOLLEDO, I. F. F. Caleidoscópolis: signos de cambio en los repertorios de protesta callejera en Concepción – Chile. **Universum**, v. 32, n. 2, p. 81-105, 2017.

SPIEGEL, J. B. Rêve Général Illimité? The role of creative protest in transforming the dynamics of space and time during the 2012 Quebec Student strike. **Antipode**, v. 47, n. 3, p. 770-791, 2015.

STROMQUIST, N. P.; SANYAL, A. Student resistance to neoliberalism in Chile. **International Studies in Sociology of Education**, v. 23, n. 2, p. 152-178, 2013.

UFES em números. c2018. Iniciativa: UFES. Disponível em: <<https://goo.gl/nVuWPr>>. Acesso em: 24 jun.2018.

ULE, M.; ŽIVODER, A. Student youth in Slovenia: in search of a future. **Sociologija**, v. LIV, n. 2, p. 315-332, 2012.

URIBE, G. Bolsonaro extingue mais de 50 conselhos e colegiados criados nos governos do PT. **Folha (online)**. São Paulo, 8 mai.2019. Disponível em: <<http://encurtador.com.br/qrEF1>>. Acesso em 17 set.2019.

VALLE, F. M. El Congreso de Estudiantes Latinoamericanos de Santiago. Antiimperialismo e indoamericanismo en el movimiento estudiantil chileno (1935-1940). **Historia Crítica**, v. 47, p. 187-213, 2012.

VASQUÉZ, G. H. Democratizar la democracia: Latinoamérica y su universidad. **Bordón**, v. 64, n. 3, p. 117-131, 2012.

VENCESLAU, P. Tucanos defendem 'Fora Temer' e afastamento de Aécio em Congresso da UNE. **Estadão (online)**. São Paulo, 19 jun. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/PCwwLE>>. Acesso em: 17 ago.2017.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Edição eletrônica: Ridendo Castigat Mores, [s.d.]. Disponível em: <<https://goo.gl/gN7GqG>>. Acesso em: 20 fev.2018

VIGOTSKI, L. S. **The psychology of art**. Massachussets: MIT Press, 1971.

VIGOTSKI, L. S. **Teoría de las emociones**: estudio histórico-psicológico. Madrid: Ediciones Akal S/A, 2004.

WILLIAMS, J. Remaking education from below: The Chilean student movement as public pedagogy. **Australian Journal of Adult Learning**, v. 55, n. 3, p. 496-514, 2015.



APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título da Pesquisa: Configurações subjetivas da participação política de militantes do movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo.

Nome do Pesquisador: Everton Faria Meira

Contato: Telefone (27) 998070615; E-mail: evertonmeira@hotmail.com

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “Configurações subjetivas da participação política de militantes do movimento estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo”, que tem por objetivo investigar as configurações subjetivas da participação política de militantes do movimento estudantil – ME na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Justifica-se a importância desta pesquisa por produzir inteligibilidade sobre variáveis que influenciam esta participação.

Sobre a participação na pesquisa:

Você participará, por sua própria vontade, oferecendo-nos informações relacionadas ao seu perfil social e à sua participação política no ME. As informações serão produzidas através de conversas individuais e em grupo, elaboração de uma redação e observações diretas no campo de atuação que serão utilizadas exclusivamente para fins deste estudo. As conversas serão agendadas previamente, e você receberá informações quanto ao tempo de duração e os procedimentos que serão utilizados para registro anteriormente. Neste ponto, vale ressaltar que as conversações individuais e grupais serão gravadas, e estes registros serão mantidos sob sigilo sob posse do pesquisador por 5 (cinco) anos, sendo então apagados.

Você participará sem receber qualquer incentivo financeiro, e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Você não terá nenhum tipo de despesa, bem como nada lhe será pago por sua participação; entretanto, caso haja alguma despesa com a participação na pesquisa, haverá ressarcimento. As informações serão utilizadas como subsídios para a Tese de Doutorado em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo.

Quanto ao uso das informações, esclareço que a sua identidade será preservada, e os arquivos das transcrições das entrevistas e anotações das observações realizadas serão acessados somente pelo pesquisador. Todo material resultante será guardado sob o poder do pesquisador durante 05 (cinco) anos, sendo então destruído.

Ressalta-se que a participação nesta pesquisa não traz complicações legais, pois apenas será solicitado o relato voluntário de suas experiências relacionadas à participação política no ME. A sua participação poderá envolver riscos mínimos, como os seguintes: conflitos entre o que pensa e o que imagina que deve ser dito; insegurança quanto ao que deve ser dito; conflitos com ideias diferentes; desconforto para falar sobre assuntos que serão provocados e que podem lhe gerar certo acanhamento ou constrangimento.

Para amenizar tais riscos, os objetivos deste estudo serão esclarecidos pelo pesquisador antes de iniciar a sua participação. Ao concordar em participar, você tem a liberdade de se recusar a continuar, em qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Percebida qualquer possibilidade de danos emocionais, asseguro que interromperei a conversa, e as medidas cabíveis serão discutidas, incluindo o informe ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e à Coordenação Nacional de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CONEP).

Quanto aos benefícios desta pesquisa, almeja-se contribuir para a construção de movimentos estudantis que produzam novos sentidos para a participação política, e para a própria política, que estimulem o aprofundamento da democracia brasileira. Assim, os resultados identificados garantirão informações importantes para a comunidade científica e para a sociedade em geral.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. As informações produzidas serão discutidas em conjunto com a de outros participantes, sendo garantido o sigilo; a privacidade; a retirada do consentimento em qualquer fase da pesquisa; a indenização em caso de eventual dano dela decorrente; a confiabilidade dos resultados obtidos.

Em caso de dúvidas ou esclarecimentos sobre esta pesquisa, acionar **Everton Faria Meira** no telefone (27) 998070615 ou e-mail evertonmeira@hotmail.com. Já em caso de denúncias ou intercorrências nesta pesquisa, contatar o **Comitê de Ética e Pesquisa** da UFES pelo telefone (27) 3145-9820, pelo e-mail cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelo correio, no seguinte endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910.

Este termo será redigido em duas vias, e você, participante, receberá uma delas assinada e rubricada em todas as suas páginas, por você e por mim, pesquisador. Será garantida a você a posse de uma dessas vias. Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.

Declaro que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, os riscos, os benefícios e os procedimentos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo.

Eu, _____,
tenho ciência do exposto e manifesto, livremente, meu desejo em participar da pesquisa.

Assinatura do participante de pesquisa

Everton Faria Meira

Vitória, _____ de _____ de 2018.

APÊNDICE B

Roteiro das conversações individuais

1. Explicar a pesquisa novamente (a primeira explicação se deu na criação do cenário de pesquisa)
2. Explorar as razões do interesse em participar da pesquisa
3. Verificar a disponibilidade de tempo, atual e futura, para participar da pesquisa
4. Investigar a trajetória da participação política
5. Verificar os significados:
 - Da política geral;
 - De ser estudante da UFES;
 - Da representação política no ME local e nacional;
 - Da disputa entre grupos pela hegemonia no ME local e nacional;
 - Da política estudantil local e nacional; e
 - Das causas da falta de interesse, ou do interesse, do estudante médio em participar do DCE/UFES.

APÊNDICE C

Questionário

As informações cedidas através deste questionário serão tratadas com confidencialidade, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome: _____ Data de nascimento: _____

Cargo no DCE/UFES: _____

Curso: _____ Período letivo de ingresso: _____

E-mail: _____ Telefones: _____

Cidade em que reside: _____

É seu primeiro curso superior?

() sim () não. Qual(is) outro(s) curso(s) estudou e onde estudou? Destaque se concluiu ou não.

Renda familiar (Salário mínimo = R\$ 954,00)

(0) menos de R\$ 954,00

(2) entre R\$ 1908,00 e 2.861,99

(4) entre R\$ 3.816,00 e R\$ 4.769,99

(6) entre R\$ 5.724,00 e R\$ 6.677,99

(8) entre R\$ 7.632,00 e R\$ 8.585,99

(10) R\$ 9.540,00 ou mais

(1) entre R\$ 954,00 e R\$ 1.907,99

(3) entre R\$ 2.862,00 e R\$ 3.815,99

(5) entre R\$ 4.770,00 e R\$ 5.723,99

(7) entre R\$ 6.678,00 e R\$ 7.631,99

(9) entre R\$ 8.586,00 e R\$ 9.539,99

(11) Não sabe

Identidade de gênero: _____

Participa da diretoria de outra organização?

() não () sim. Qual? _____

Com que idade você passou a participar de atividades políticas? _____

Em que movimento ou organização?

Descreva, em poucas palavras, sua trajetória em movimentos políticos até chegar ao DCE/UFES

Considerando seus compromissos acadêmicos, pessoais e profissionais neste semestre letivo, qual a sua disponibilidade de horário para participar das conversações grupais?

Segunda-feira: _____

Terça-feira: _____

Quarta-feira: _____

Quinta-feira: _____

Sexta-feira: _____

APÊNDICE D

Roteiro das conversações

Roteiro do primeiro encontro dos grupos 1 e 2

1. A origem do interesse em participar da política e o conceito de política geral ideal. Neste ponto, o objetivo é buscar nas trajetórias dos sujeitos os primeiros motivos para participar e, com isso, promover a construção de concepções ideais da política geral.
2. A política geral em 2018 e os motivos da participação política no ME. Considerando a reflexão anterior sobre as concepções de política geral ideal, o objetivo é promover o conflito individual e coletivo entre os possíveis significados negativos da política geral em 2018 e os motivos que levam os sujeitos a participar da política no contexto político e cultural que estão inseridos.
3. A visão das famílias, e dos amigos que não militam, sobre esta participação e os significados do ME. A reflexão sobre a aceitação ou não da participação política, por parte das famílias e dos amigos, permite identificar as emoções produzidas ao participar, além dos estímulos e dificuldades aos quais os sujeitos estão submetidos em outros contextos.
4. As causas e consequências da identificação com o grupo do qual fazem parte e o significado dos outros grupos. Pretende-se, com esta reflexão, explorar os aspectos que influenciam a cultura de participação no ME produzida pelos militantes da UFES.
5. A visão de futuro do ME e de suas vidas. A reflexão sobre as expectativas de futuro estimulará a construção de cenários com elementos desejáveis para uma crescente participação política dos estudantes, bem como facilitará a construção das expectativas do lugar de cada sujeito neste cenário, que poderá ou não continuar a participar da política geral.

Roteiro do segundo encontro do grupo 1

Bruno

1. Roteiro do primeiro encontro

Alexandre

1. Crítica aos partidos políticos
2. Repertório de lutas específicas da UFES
3. Os enfrentamentos políticos do pai
4. Participação no ME de Educação Física
5. Rixa com o movimento Construa

Guilherme

1. Movimento contra o movimento na Medicina
2. Inércia estrutural dos estudantes no *Campus* de Maruípe
3. Desejo de estudar no *Campus* de Goiabeiras

Dante

1. ME mais lúdico na Arquitetura

2. Organizar o quintal, depois a rua, depois o bairro

Danilo (não compareceu)

1. Falar mais sobre sua história de vida.
2. Disputa entre esquerda e direita hoje no Brasil.
3. O que fez, e o que ainda pretende fazer no CA de Engenharia
4. O que significa ser um político
5. O que significa ser leigo em política
6. Pra que serve o CA
7. Esvaziamento do CA de Engenharia Civil

Roteiro do terceiro encontro do grupo 1

Guilherme

1. Tem gente que faz medicina só pra ficar rico.
2. Diferença entre o militante de Goiabeiras e o de Maruípe.
3. Na saída da primeira conversaçã Isabella disse que, no governo Lula, o ME não tinha com quem brigar e começou a brigar entre si.
4. O futuro do ME
5. O papel do DA, do DCE e da UNE

Alexandre

1. Atuação da esquerda no ME durante os governos petistas
2. Medo da chegada dos professores da Terapia Ocupacional
3. O perfil do líder ideal no ME
4. Resistências à gestão entre os alunos

Dante

1. Como tornar o ME tradicional mais atrativo (para verificar se são mesmo as festas ou a luta política)
2. Papel do CA, do DCE e da UNE (para verificar se as entidades deveriam se tornar mais lúdicas ou continuar na luta política)
3. Você queria o pessoal da Engenharia fora das festas da arquitetura pra pegar a mulherada só os caras da Arquitetura (esta provocação machista e misógina tem o objetivo de obter mais trechos de informação sobre sua rejeição à misoginia e sua rejeição ao machismo, que parecem motiva-lo)

Danilo

1. Falar mais sobre sua história de vida.
2. Disputa entre esquerda e direita hoje no Brasil.
3. O que fez, e o que ainda pretende fazer no CA de Engenharia
4. O que significa ser um político
5. O que significa ser leigo em política
6. Pra que serve o CA
7. Esvaziamento do CA de Engenharia Civil

Bruno

1. A Opção é um coletivo? São as pessoas que procuram a Opção, ou há algum trabalho de convencimento? A Opção está na F5? (Acho que está na F5. Ele se disse contra o trabalho de base, mas vê na política uma oportunidade pra

mudar as pessoas. Se houver convencimento, a rejeição do “trabalho de base” não seria só uma questão de semântica?)

2. Como você vê o povo brasileiro de hoje? (Ele disse que não estuda, representação negativa)
3. Qual a virtude de Jair Bolsonaro? (Você falou que mataram o filho de Dona Maria, e que Bolsonaro consegue dar respostas práticas: bandido bom é bandido morto, cadeia nele e tal. Essas respostas simples resolvem o problema complexo que tentam abordar?)
4. Você quer ser candidato? (Disputar eleições desde muito novo, organizar um grupo totalmente diverso em relação aos grupos de juventude que existiam. Se provar. Se testar)
5. Como você vê as assembleias de estudantes na UFES? (Prefere enquetes)
6. Fale sobre suas dificuldades no Estadual e no IFES. (Então foi um processo muito difícil lá na escola. Aí foi quando eu fui pro IFES um tempo, também saí do IFES depois fui... enfim, a minha vida, na trajetória política, sempre foi marcada por voz dissidente)

Contradições da primeira conversa

1. Na reunião passada você disse: “Isso no movimento estudantil, e aí eu entro já nessa polarização, ele não consegue perceber a pluralidade de ideais que existe na própria constituição de ideias de quem pensa diferente. Porque o mecanismo de formação do movimento estudantil é um mecanismo de formação que é marxista”. Me pareceu contraditório o ME não reconhecer as diferenças, e ser construído sobre um mecanismo dialético.
2. Você, na reunião passada, disse que as pessoas precisam de diferentes organizações para ali organizarem-se, e autodeterminarem-se. Disse ainda que elas se organizam naquilo que elas querem construir. Inclusive, na reunião passada você viu o Dante falando das festas da Arquitetura, que reunia pessoas que se identificavam com a festa. No entanto, você disse que reagir é mais fácil do que agir, em um contexto onde você defendia a necessidade de opiniões contrárias para que as pessoas se aglutinassem. Precisa da opinião contrária ou não? A crise das instituições do ME é pela ausência de contrários? Essas diferentes organizações que são bem-sucedidas em aglutinar possuem opiniões contrárias internamente?
3. Os liberais não se organizam pra tomar os CA's de Administração e de Direito porque o veem como de esquerda, ou os liberais veem estes CA's como sendo de esquerda porque não estão lá?

Roteiro do quarto encontro do grupo 1

Danilo

1. Escolha da Engenharia Civil por piloto automático
2. Senso crítico
3. Tarefas do quadro do CA
4. O curso de Engenharia Civil

Alexandre

1. Posicionamento crítico em relação à chapa eleita para o DCE, e posterior participação no mesmo grupo
2. Terminologias adotadas na narrativa

3. Aspectos individuais que precisam melhorar em sua participação política

Guilherme

1. Timidez inicial na pesquisa
2. Papel da UNE e do DCE
3. Identidades individuais e coletiva do curso de Medicina
4. Narcisismo
5. O colega que discorda está participando da política da forma dele

Dante

1. ME só lúdico
2. Contradição entre lutas gerais e específicas

Bruno

1. Contradição entre ME marxista e a sua estrutura
2. Possível crescimento da direita liberal na UFES
3. Contingenciamento do orçamento da educação
4. Manifestações estudantis com viés de intervenção artística
5. MBL – traidores da pátria
6. Definição de violência simbólica
7. Desejo de se provar
8. Academicista não conversa com o povo

Roteiro do quinto encontro do grupo 1

Danilo

1. Opinião sobre a pesquisa
2. Expectativa em relação a ser político
3. Rejeição ao enfrentamento
4. Conexão com as pessoas nos relacionamentos pessoais e políticos

Bruno

1. Relação entre política e vida pessoal
2. O que acha que precisa mudar em si mesmo
3. Marxismo e tirania
4. O indivíduo transforma o grupo quando participa
5. Paixão pelo enfrentamento

Roteiro do segundo encontro do grupo 2

Anderson

1. Irmão fazer parte da chapa foi motivo suficiente
2. Religião
3. Entrada no PT e na Força Socialista
4. Saída do PSOL
5. Militância do pai
6. Amigos do futebol na política
7. Enfrentamento da diretora que não queria o torneio
8. Ainda é amigo do Alex? Por que?
9. Terreno fértil para a política

10. Aprendizado fora da sala de aula na UFES
11. Lutas identitárias *versus* luta de classes

Evair

1. Negação da política defendida pelo pai
2. Mãe é política?
3. Amigos do bairro participam de algo?
4. Amigos do Grêmio ainda estão no ME?
5. Mentes fechadas. Por que sua mente é aberta?
6. Curso bitolante
7. Vantagens de fazer parte do CA
8. “UFES não se limita à cerca”. Por que?

Brunela (ausente)

1. O que traz da igreja para o ME?
2. Pais distantes, que desconhecem sua militância
3. Papel da mulher: educadora e equilíbrio familiar
4. Religião do namorado e do irmão
5. Aprendizado no ME
6. Impacto pessoal ao vir morar em Vitória/ES
7. Problemas do DCE
8. Contato com a UNE ou com a Executiva de Pedagogia
9. Por que o debate não é enfrentamento?
10. Orgulho em ser representante

Roteiro do terceiro encontro do grupo 2

Anderson

1. Seu primeiro contato com o ME se deu pelas relações pessoais que evoluíram pra política, assim como sua entrada na Força Socialista – pela afinidade com Eliézer, com o pessoal dos sindicatos e tal. Você se encontrou na política depois de conhecer as pessoas, você disse, e ainda admite as relações de confiança como condição para discutir política. Mas critica o ME de hoje por se sustentar em relações pessoais e na negação do outro.
2. Queria seguir um grupo que fizesse menos concessões na política, mas criticou o PSOL de hoje pelo sectarismo.
3. A experiência de ser pai e as mudanças na militância
4. Como vê a presença dos partidos no ME
5. O líder estudantil
6. Depois de 24 anos de militância, qual a sua postura no CA de Ciências Sociais? Ensinar ou aprender? Já aprendeu alguma coisa?
7. O que o curso te ensina hoje, depois de 24 anos de militância?

Evair (ausente)

1. “E aí minha escola começou a exigir que a gente usasse blusa de frio da escola, chegava de blusa de frio fechada, que não tivesse zíper, a diretora tomava a blusa de frio, e ela chegou ao absurdo de chegar na nossa sala e falar que aquilo era poluição visual. Aí começou o nosso enfrentamento com o corpo pedagógico da Escola, do Renato Pacheco na época”. Você teve medo ao enfrentar o corpo pedagógico?

2. Homofobia nas vivências atuais
3. Orgulho em ser aluno da UFES. E os amigos? Eles têm inveja?
4. A melhor aceitação de si próprio hoje
5. Descontrole no enfrentamento
6. “O ME não sabe da realidade do aluno em sala de aula”. Por que?
7. O que é feito de diferente no seu CA?

Roteiro do quarto encontro do grupo 2

Anderson

1. Devolução dos resultados
2. Impressões acerca da pesquisa

APÊNDICE E

Completamento de frases

Guilherme

A seguir, apresento alguns indutores abertos, bem amplos, para que as frases sejam completadas. Pode tudo. Caso haja necessidade de mais espaço, utilize a folha em anexo, lembrando de assinalar a qual indutor a resposta da folha em anexo se refere.

1. **Meus pais:**
2. **Minha infância:**
3. **Sou:**
4. **Quero:**
5. **Sonho:**
6. **Não gosto:**
7. **O jovem:**
8. **O comodismo:**
9. **As diferenças:**
10. **O Enfrentamento:**
11. **A Vaidade:**
12. **Ser negro:**
13. **Os médicos:**
14. **O curso de Medicina:**
15. **Os professores de Medicina:**
16. **Os estudantes de Medicina:**
17. **O DA de Medicina:**
18. **Ser dirigente do DA:**

Alexandre

A seguir, apresento alguns indutores abertos, bem amplos, para que as frases sejam completadas. Pode tudo. Caso haja necessidade de mais espaço, utilize a folha em anexo, lembrando de assinalar a qual indutor a resposta da folha em anexo se refere.

1. **Minha família:**
2. **Meu pai:**
3. **Minha mãe:**
4. **Minha infância:**
5. **Minha formação:**
6. **O futebol:**
7. **Sou:**
8. **Quero:**
9. **Sonho:**
10. **Tenho medo:**
11. **Sinto prazer:**
12. **Não gosto:**
13. **O Enfrentamento:**
14. **A UFES:**
15. **Os administradores:**
16. **O curso de Administração:**
17. **Os professores de Administração:**
18. **Os estudantes de Administração:**

Dante

A seguir, apresento alguns indutores abertos, bem amplos, para que as frases sejam completadas. Pode tudo. Caso haja necessidade de mais espaço, utilize a folha em anexo, lembrando de assinalar a qual indutor a resposta da folha em anexo se refere.

1. **Minha família:**
2. **Minha infância:**
3. **Jardim Camburi:**
4. **Meu bairro:**
5. **Sou:**
6. **Quero:**
7. **Sonho:**
8. **Gosto:**
9. **Tenho medo:**
10. **Não gosto:**
11. **Os arquitetos:**
12. **A UFES:**
13. **O curso de Arquitetura:**
14. **Os estudantes de Arquitetura:**
15. **O CA de Arquitetura:**
16. **Confraternizar:**
17. **O Movimento Estudantil:**
18. **O Machismo:**

Bruno

A seguir, apresento alguns indutores abertos, bem amplos, para que as frases sejam completadas. Pode tudo. Caso haja necessidade de mais espaço, utilize a folha em anexo, lembrando de assinalar a qual indutor a resposta da folha em anexo se refere.

1. **Minha mãe:**
2. **Meu pai:**
3. **Minha infância:**
4. **Cariacica:**
5. **Meu bairro:**
6. **Meu ensino médio:**
7. **Sou:**
8. **Quero:**
9. **Sonho:**
10. **Gosto:**
11. **Tenho medo:**
12. **Não quero:**
13. **O brasileiro:**
14. **Os jovens:**
15. **Os estudantes da UFES:**
16. **O enfrentamento:**
17. **Ser negro:**
18. **Ser homossexual:**

Anderson

A seguir, apresento alguns indutores abertos, bem amplos, para que as frases sejam completadas. Pode tudo. Caso haja necessidade de mais espaço, utilize a folha em anexo, lembrando de assinalar a qual indutor a resposta da folha em anexo se refere.

1. **Sou produto:**
2. **Meu filho/minha filha:**
3. **Meu pai é:**
4. **Minha mãe é:**
5. **Meu irmão é:**
6. **Meus amigos:**
7. **Minha condição social é:**
8. **Gosto de política porque:**
9. **O líder político deve:**
10. **Na política, minha maior decepção foi:**
11. **O PSOL:**
12. **A luta de classes:**
13. **O diploma de Ciências Sociais:**
14. **O movimento estudantil é:**
15. **A UFES:**
16. **O CA de Ciências Sociais:**
17. **Profissionalmente:**
18. **No futuro, pretendo:**
19. **Não concordo com:**
20. **Meu maior desejo é:**

Danilo

A seguir, apresento alguns indutores abertos, bem amplos, para que as frases sejam completadas. Pode tudo. Caso haja necessidade de mais espaço, utilize a folha em anexo, lembrando de assinalar a qual indutor a resposta da folha em anexo se refere.

1. **Minha família:**
2. **Meu pai:**
3. **Minha mãe:**
4. **Minha infância:**
5. **Meu ensino médio:**
6. **Sou:**
7. **Quero:**
8. **Sonho:**
9. **Gosto:**
10. **Tenho medo:**
11. **Não quero:**
12. **A esquerda:**
13. **A direita:**
14. **O enfrentamento:**
15. **Minha rotina:**
16. **Os engenheiros:**
17. **O CA de Engenharia Civil:**
18. **Os estudantes de Engenharia Civil:**

APÊNDICE F

Cronograma

	2018				2019												2020	
	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F
Envio da Tese ao CEP e apreciação	X	X																
Seleção dos sujeitos			X															
Aplicação do questionário			X															
Primeira conversação grupal			X															
Análise e construção de indicadores			X	X														
Segunda conversação grupal				X														
Uso da redação				X														
Análise e construção de hipóteses				X	X													
Terceira conversação grupal						X												
Análise						X	X											
Elaboração das considerações finais								X	X									
Elaboração do artigo										X	X							
Depósito da Tese e do artigo												X						
Defesa da Tese													X					
Prazo final para depósito da Tese e do artigo																	X	
Prazo final para defesa																		X

Datas e Prazos Limite da turma 2016/1:

- 24/02/2016 Início das matrículas da turma
- 31/03/2018 Prazo final para depósito da qualificação
- 28/10/2019 Prazo para submissão da Comissão Examinadora (banca) ao Colegiado
- 28/01/2020 Prazo final para aprovação da Comissão Examinadora (banca)
- 31/02/2020 Prazo final para depósito da Tese